

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA



JORDÂNIA DE ARAÚJO SOUZA GAUDENCIO

TECENDO REDES E PRODUZINDO LAÇOS:
GRAMÁTICA SOCIAL E REPERTÓRIOS MORAIS EM UMA COMUNIDADE
QUILOMBOLA

Recife

2018

JORDÂNIA DE ARAÚJO SOUZA GAUDENCIO

**TECENDO REDES E PRODUZINDO LAÇOS: gramática social e repertórios
morais em uma comunidade quilombola**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para a obtenção do título de doutora em Antropologia.

Área de Concentração: Antropologia.

Orientadora: Dr^a Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza

Recife
2018

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

- G266t Gaudencio, Jordânia de Araújo Souza.
Tecendo redes e produzindo laços : gramática social e repertórios morais em uma comunidade quilombola / Jordânia de Araújo Souza Gaudencio. – 2018.
242 f. il. ; 30 cm.
- Orientadora : Prof^a. Dr^a. Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife, 2018.
Inclui referências e anexos.
1. Antropologia. 2. Quilombolas – Identidade étnica. 3. Quilombolas – Redes sociais. 4. Família. I. Souza, Vânia Rocha Fialho de Paiva e (Orientadora). II. Título.

JORDÂNIA DE ARAÚJO SOUZA GAUDENCIO

**TECENDO REDES E PRODUZINDO LAÇOS: gramática social e repertórios
morais em uma comunidade quilombola**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para a obtenção do título de doutora em Antropologia.

Aprovada em 12/03/2018.

BANCA EXAMINADORA:

Profª Drª Vânia Rocha Fialho de Paiva e Souza (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Profº Drº Russell Parry Scott (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Profº Drº Renato Athias (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Drª Mércia Rejane Rangel Batista (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Profª Drª Raquel Mombelli (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Aos meus pais, Edival e Juberlita, e irmãos, Juliana, Junior e Janielly meu eterno reconhecimento, gratidão e amor.

Ao meu companheiro, Júlio Cezar, com todo o meu amor pela vida compartilhada.

Aos moradores da Pitombeira, por todos os ensinamentos e experiências vividas.

Dedico

AGRADECIMENTOS

No percurso de construção desta tese foram muitos os caminhos percorridos e as alianças estabelecidas. Buscando reconhecer a minha gratidão pelos encontros e contribuições que me foram concedidas, gostaria de apresentar aqui alguns agradecimentos.

Inicialmente gostaria de agradecer aos moradores da Pitombeira, que me receberam em suas casas, alteraram suas rotinas, descortinaram suas vidas, e comigo compartilharam alegrias, tristezas, suas lutas e conquistas cotidianas. Sem o apoio e atenção deles esse trabalho não teria se realizado. À eles/elas minha profunda admiração e gratidão.

Não poderia deixar de destacar, nesse processo, meu agradecimento especial a Dona Olívia, que me acolheu em sua casa, cuidou de mim e me tornou “sua menina”, me fazendo parte de sua família e me presenteando com a companhia e o cuidado de seus filhos, Edvaldo e Ceixa, seu genro, Serafim, seus netos, Simone e Samuel e suas sobrinhas, Luzia e Luzineide. Não existem palavras que expressem meu reconhecimento e minha admiração por eles.

Aos meus pais, Edival e Juberlita, pelos ensinamentos, dedicação, amor, carinho e auxílio concedidos durante toda a minha vida. Obrigada por se fazerem presentes mesmo com a distância, por compreenderem minhas ausências e por aceitarem minha forma de “viver no mundo”.

Aos meus irmãos Juliana, Júnior e Janielly que, de um modo todo especial, cada um à sua maneira, sempre souberam me incentivar ao longo de minha trajetória.

Não poderia deixar de agradecer aos meus avós José Sérgio (em memória), Rita, José Alcindo (em memória) e Maria pelo afeto e carinho. Nossas conversas e a vida que viveram no campo me renderam muitas reflexões. Através deles estendo meus agradecimentos aos demais membros de minha família.

Ao meu companheiro Júlio Cezar, que me acompanhou em cada etapa desse processo, suportou minhas angústias, ouviu minhas inquietações, me provocou com seus questionamentos, leu meus rascunhos, me ajudou com os mapas, fotografias e croquis. Obrigada pela paciência, cuidado, apoio, amor e por acreditar em mim, especialmente, quando em alguns momentos, me questionei sobre algumas escolhas e percursos. Sem você ao meu lado tudo teria sido mais difícil.

Também gostaria de agradecer àqueles que me acolheram em sua família

(Dona Ivone, Dona Izabel, Graça, Juliana, Jean, Allan, Luziene, João, Ana Júlia, Nathan e Irís). Obrigada pelo apoio e preocupação comigo.

Aos amigos, que, desde a graduação têm me acompanhado e me inspirado no caminho que decidi trilhar. A Aderivaldo, sou grata pelas conversas inspiradoras sobre a região do Vale do Sabugi, pelo apoio que me concedeu ao abrir as portas de sua casa, em Santa Luzia, e me acolher junto com sua família; a Enilson, por me inspirar com sua paciência e zelo; à Aluska, por sua encantadora crença nas lutas coletivas e sociais; a Luiz, pelo carinho e cuidado, pela paciência com nossas longas conversas e divagações sobre a pesquisa; à Vanessa, pelas trocas de textos e discussões sobre nossas pesquisas; à Eulália, pelas experiências compartilhadas durante a pesquisa, pelas constantes trocas e discussões, e pela irmandade que construímos.

Às amigadas construídas no PPGA. À Elisa, que compartilhou cada passo dessa pesquisa, desde o início do doutorado, e que mesmo distante espacialmente, continuou fazendo-se presente. A ela sou grata por todas as discussões inspiradoras, por me acolher em seu apartamento, por ouvir minhas inquietações da pesquisa, por ler meus rascunhos, por todo apoio e carinho que fundamentaram a nossa amizade; à Jamilly, pelos diálogos, companhia e parceria; a Arlindo, por nossas conversas, planos e trocas inspiradoras, além do suporte e apoio carinhoso na reta final da escrita; à Camila, por sua forma leve e inspiradora de encarar a vida; à Polyanny, por nossas trocas e risos, sua ironia deu um tom especial aos nossos encontros; também estendo meus agradecimentos ao meu “vizinho” – Israel; Adson e Matheus. Vocês são presentes que o PPGA me ofertou e, sem dúvida, tornaram meus dias em Recife mais leves.

À Jamilly, Carol e Alice com quem dividi apartamento em Recife, agradeço pela companhia alegre e inspiradora e pelas trocas de conhecimentos, receitas e afeto. Vocês se tornaram muito especiais para mim.

À Aline e Graça que me acolheram em sua família quando do início do doutorado, a vocês sou grata pelo carinho e o modo como cuidaram de mim.

Aos meus colegas da UFAL pelo estímulo e apoio. Agradeço especialmente à Claudia Mura, que em meio a dinâmica intensa de trabalhos foi uma boa amiga e conselheira. Aos meus alunos e alunas sou grata pelo apoio e incentivo diários, vocês me inspiram a cotidianamente reavaliar minha prática profissional.

A Gabriel Côrrea pela amizade, carinho e atenção. Obrigada por tornar esse momento menos solitário com suas mensagens cheias de afeto e por suas

provocações às minhas divagações.

Aos Professores e professoras do PPGA pelos ensinamentos compartilhados em sala de aula.

À professora Maria Auxiliadora (Dora) por todas nossas trocas, quando da realização do estágio docência e depois dele.

Às queridas Carla e Ademilda por todo o suporte nas demandas encaminhadas junto ao PPGA, sem dúvidas vocês tornaram a minha caminhada em meio a burocracia, bem mais fácil.

A professora Vânia Fialho, gostaria de agradecer pela orientação e pelos ensinamentos partilhados ao longo desse processo de formação. Obrigada por respeitar e compreender as minhas dinâmicas de vida e ritmo de trabalho.

Agradeço ao professor Russel Parry Scott pela atenção com a qual sempre se dirigiu a mim, se disponibilizando a discutir questões referentes a minha pesquisa desde sua participação na qualificação de meu projeto. Obrigada por aceitar compor a banca de avaliação e compartilhar comigo mais este momento.

Gostaria de agradecer ao professor Renato Athias por ter gentilmente aceito o convite para participar da minha banca de avaliação.

Também agradeço às professoras Salete Cavalcanti e Marion Quadros pelas contribuições a minha pesquisa.

Sou profundamente grata a professora Mércia Batista por ter aceito participar de minha banca de avaliação. Ela que faz parte de minha formação desde a graduação, a quem sou grata por toda atenção, dedicação e paciência. Obrigada pelos ensinamentos e inspiração.

Agradeço a professora Raquel Mombelli por aceitar compor minha banca avaliadora, ler meu texto e partilhar comigo esse momento. Também agradeço a professora Andrea Zarzar por aceitar o convite em compor minha banca de avaliação.

À CAPES, através do Programa de Bolsas de Demanda Social, pelo apoio financeiro que sem dúvidas ajudou na realização desta pesquisa de campo, bem como de minha manutenção em Recife.

Quem conhece as paragens onde habita sabe que nada se repete e que erra todo aquele que prevê em demasia. Por isso Argemiro se colocou junto do homem que levava pelo cabresto a mula madrinha de toda aquela grande tropa e foi conhecendo o que mostravam os caminhos e as passagens para o Japiau. Viu que toda coisa existente muda de aparência, quando muda quem a vê. A capineira parece um trabalho, para quem vai cercar as reses alheias para confinar. A quem não tem patrão, a capineira se assemelha a um campo livre, como o trabalho de quem busca o de comer de cada dia. E assim as plantas e os bichos de asas e as ravinas e tudo mais que se apresenta. Alguns montes se desenterram do descampado e, como alteram seu tamanho conforme a hora do dia e trocam de cor segundo a luz, acredita-se que neles se vê o chão respirar. A terra arfa de forma lenta, para quem anda nela como os homens, as tanajuras e as centopeias. Outras coisas surgem e viventes são criados em todos os instantes, bem como existência até agora passada.(RIBEIRO, 2012 [1979], p. 72)

RESUMO

A partir da observação de aspectos da “micropolítica da vida cotidiana” (Bailey, 1971) na *comunidade* quilombola da Pitombeira, localizada no sertão paraibano, o presente texto analisa o modo pelo qual as configurações familiares e a articulação política do grupo se relacionam com os processos históricos e as lutas identitárias por eles compartilhados. Apoiando-me em uma abordagem processualista (Barth, 1969), tomei como referência para a minha reflexão, as situações ordinárias e extraordinárias ali presenciadas e vividas junto ao grupo, destacando diferentes momentos de *chegada de pessoas de fora* e seus processos de aproximação ou distanciamento, marcados por elementos de ordem temporal e pela demarcação de fronteiras estabelecidas, ora pelo pertencimento as *famílias de raízes*, ora pelo pertencimento ao grupo étnico. E que dão visibilidade a um contexto de profundas superposições, cuja compreensão torna possível melhor entender os processos que perpassam a rotina diária do grupo. O material empírico possibilitou destacar que, os pertencimentos familiares são importantes princípios de mapeamento e de organização social daquele grupo. Nesse sentido, a análise aqui apresentada atribuiu destaque às dinâmicas familiares evidenciando atores que, trilhando por arenas diversas (no mundo religioso, político, associativo ou mesmo familiar), representam para o grupo relevantes contribuições para sua constituição e manutenção. Para tanto, destacou-se o modo pelo qual as interações vão se constituindo e as dinâmicas da vida familiar vão pautando a organização e articulação social e política do grupo, permeados por um conjunto de repertórios morais, marcados pelas reputações e conflitos entre as famílias que ali residem. Contemplando diferentes níveis da vida social daquelas famílias, foi possível destacar a complexa e imbricada relação existente entre apropriação territorial, laços de parentesco e construção de padrões de pertencimentos que são marcados por afetividade, moralidade e agenciamento político; sinalizando assim, questões importantes para pensarmos os elementos envolvidos nos desdobramentos dos processos de reconhecimento da identidade étnica dos moradores da Pitombeira.

Palavras-chave: Pitombeira. Micropolítica. Famílias. Reputações. Moralidades.

ABSTRACT

From the observation of aspects of the “micro-politics of everyday life” (Bailey, 1971) on the quilombola community of Pitombeira, located in outback (*sertão*) of the state of Paraíba, this text analyzes the general way in which family configurations and political articulations are related with historical processes and identity struggles shared by the group. Based in a processual approach (Barth, 1969), I analyze the ordinary and extraordinary situations witnessed and lived, highlighting different moments of *arrivals of outsiders* and its processes of approaching and detachment, its elements of temporal order and the demarcation of established boundaries; established sometimes by the belonging in the *root families*, other times by an ethnic belonging that gives visibility to a context of deep superpositions, which makes possible a perception of the processes pervading the daily routine of the community. The empirical data highlight that a feeling of family belonging is an important principle of mapping and of social organization in Pitombeira. Thus, the study presented here illuminates the family dynamics showing actors that, through various arenas (religious, political, associative, or even familial fields), represent relevant contributions to the constitution and maintenance of the group. Therefore, interactions are constituted and dynamics of family life guide the social and political organization of the group, permeated by a set of moral repertoires, marked by the reputations and conflicts between the families that reside there. Considering the different levels of social life of these families, it was possible to make evident the complex and intertwined relationship existing between territorial appropriation, kinship ties and the construction of patterns of belonging. They are marked by affectivity, morality and political agency; thus signaling important issues to reflect about the elements involved in the development of their recognition process of ethnic identity among Pitombeira's residents.

Keywords: Pitombeira. Micro-politics. Families. Reputations. Moralities.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 –	Mapa das microrregiões do Estado da Paraíba	21
Mapa 2 –	Mapa com a localização dos municípios de Santa Luzia e Várzea	22
Mapa 3 –	Mapa com a localização das comunidades rurais da Pitombeira e do Talhado	55
Mapa 4 –	Mapa com a sinalização de bairros de Santa Luzia, com destaque para os fluxos migratórios dos moradores da Pitombeira e do Talhado	66
Figura 1 –	Croqui com a organização territorial da Pitombeira	67
Fotografia 1 –	Residências na Pitombeira	72
Fotografia 2 –	Residência entre as mais antigas da Pitombeira	73
Fotografia 3 –	Residência entre as mais recentes e Sede da Associação Comunitária da Pitombeira	73
Fotografia 4 –	Residência da Pitombeira, construída pela FUNASA	74
Fotografia 5 –	Fogão improvisado no quintal de uma residência	74
Fotografia 6 –	Parte interna de uma cozinha de taipa	75
Fotografia 7 –	Parte externa de uma cozinha de taipa	75
Diagrama 1 –	Casamentos com <i>peessoas de fora</i>	92
Diagrama 2 –	Parte da genealogia de algumas famílias que demonstram a união entre primos	94
Diagrama 3 –	Casamento entre primos cruzados	96
Figura 2 –	Distribuição espacial da Escola Municipal Hermínio Silvano da Silva	113
Fotografia 8 –	Estrutura montada na frente da escola para a festividade do dia Nacional da Consciência Negra no ano de 2014	120
Fotografia 9 –	Lembranças produzidas pela Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres, entregues na festividade do dia Nacional da Consciência Negra no ano de 2014	121
Fotografia 10 –	O Presidente da Associação, abrindo as atividades na festividade do dia Nacional da Consciência Negra no ano de 2014	121

Fotografia 11 –	Banda Sandra Maria de Araújo, do município de Várzea, na festividade do dia Nacional da Consciência Negra no ano de 2014	122
Fotografia 12 –	Jovens da comunidade em coreografia da música “Nossa cor”, na festividade do dia Nacional da Consciência Negra no ano de 2014	122
Fotografia 13 –	Desfile com produtos produzidos por artesões da comunidade, na festividade do dia Nacional da Consciência Negra no ano de 2014	123
Fotografia 14 –	Roda de capoeira na festividade do dia Nacional da Consciência Negra no ano de 2014	124
Fotografia 15 –	Banda Cabaçal de Nossa Senhora do Rosário, na festividade do dia Nacional da Consciência Negra no ano de 2014	125
Fotografia 16 –	Interpretação do grupo “Quebrando preconceitos”, na festividade do dia Nacional da Consciência Negra no ano de 2014	125
Fotografia 17 –	Interpretação do grupo “Quebrando preconceitos”, na festividade do dia Nacional da Consciência Negra no ano de 2014	126
Fotografia 18 –	Apresentação das crianças da Escola Hermínio Silvano da Silva, na festividade do dia Nacional da Consciência Negra no ano de 2014	126
Fotografia 19 –	Homenagem a Manoel de Bia, na festividade do dia Nacional da Consciência Negra no ano de 2014	127
Fotografia 20 –	Jovem dançando a música “Sorriso negro”, na festividade do dia Nacional da Consciência Negra no ano de 2014	127
Gráfico 1 –	Redes de relacionamentos de Camila, com ênfase no grau de conectividade entre ela e algumas instâncias de representação	132
Gráfico 2 –	Redes de relacionamentos de Gaspar, com ênfase no grau de conectividade entre ele e algumas instâncias de representação	135

Fotografia 21 –	Primeiras instruções do curso de capacitação em segurança alimentar	139
Fotografia 22 –	Curso de capacitação em segurança alimentar, realizado na Pitombeira	140
Fotografia 23 –	Curso de capacitação em segurança alimentar, realizado na Pitombeira	140
Fotografia 24 –	Etiquetagem dos produtos produzidos no curso de capacitação em segurança alimentar, realizado na Pitombeira	141
Fotografia 25 –	Mesa de exposição com a produção do curso de capacitação em segurança alimentar, realizado na Pitombeira	141
Quadro 1 –	Quadro com a localização e datas dos encaminhamentos dos processos das comunidades negras quilombolas da Paraíba	161
Gráfico 3 –	Redes de parentesco dos atores envolvidos diretamente na eleição para a escolha da diretoria da Associação	184
Fotografia 26 –	Protesto pelo fechamento do Lixão na Rodovia Estadual Anísio Marinho / PB 233	194
Fotografia 27 –	Protesto que tinha por objetivo o fechamento do Lixão na Rodovia Estadual Anísio Marinho / PB 233	195
Fotografia 28 –	Momento em que a imprensa local chegou para ouvir os moradores da Pitombeira	195
Fotografia 29 –	Entrada do Lixão com a fumaça ainda visível	196
Diagrama 4 –	Parte da genealogia da Família Rosa e Albuquerque	239
Diagrama 5 –	Parte da genealogia da Família Alcântara	240
Diagrama 6 –	Parte da genealogia da Família Reges	241
Diagrama 7 –	Parte da genealogia da Família Germando	242

LISTA DE SIGLAS

AACADE	Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afrodescendentes
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
AVC	Acidente Vascular Cerebral
CCDRU	Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CECNEQ/PB	Coordenação Estadual das Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba
CF	Constituição Federal
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
DEM	Partido Democratas
D.O.U.	Diário Oficial da União
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMEPA	Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária
FCP	Fundação Cultural Palmares
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FNS	Fundo Nacional de Saúde
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
GCNZP	Grupo de Consciência Negra Zumbi dos Palmares
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERPA	Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEB	Movimento de Educação de Base
MPF	Ministério Público Federal

NEAB-Í/UEPB	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Estadual da Paraíba
ONG	Organização Não Governamental
ParqTecPB	Fundação Parque Tecnológico da Paraíba
PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular
PB	Paraíba
PDS	Partido Democrático Social
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PROPAC	Programa de Promoção de Ação Comunitária da Diocese de Patos
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSF	Programa De Saúde da Família
RN	Rio Grande do Norte
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SENAR/PB	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Paraíba
SEMDH	Secretaria de Estado da Mulher e as Diversidade Humana
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SP	São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
SUDEMA	Superintendência de Administração do Meio Ambiente
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	Vale do Sabugi - Aspectos históricos de sua ocupação	20
1.2	Pensando o fazer etnográfico	25
1.3	Trilhando a escrita do texto	43
2	DIMENSÕES DA CONSTRUÇÃO SOCIAL NA PITOMBEIRA	52
2.1	Conhecendo o lugar através das múltiplas narrativas em torno de sua formação	54
2.2	A Pitombeira e sua organização social	64
2.3	As famílias na Pitombeira: Mapeamento Social e Territórios do Parentesco	81
2.3.1	<i>As Famílias com/de Raízes</i>	81
2.3.2	Mapeando redes e compreendendo relações	87
2.3.2.1	<i>O caso de Gaspar</i>	100
2.3.2.2	<i>O caso de Dália</i>	103
2.3.2.3	<i>O caso das irmãs Marta e Dalila</i>	105
3	DISPUTAS INTERNAS E RELAÇÕES DE PRESTÍGIO	110
3.1	Percepções da conflitividade cotidiana - A escola como palco de disputas	111
3.1.1	Celebrando o 20 de novembro em 2014 – Dia Nacional da Consciência Negra em homenagem ao herói Zumbi dos Palmares	116
3.1.2	Fazendo doces e observando tramas	138
3.2	Reputação e Respeito: sentidos e dispositivos morais – o caso dos meninos Hyghor e Leonardo	148
4	REPRESENTAÇÃO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA: OLHARES EM TORNO DOS MECANISMOS DE MEDIAÇÃO DE LIDERANÇAS	156
4.1	Reconhecimento quilombola e articulações externas	157
4.2	Sobre o “sentido” da representação: desdobramentos da escolha de uma liderança	169
4.3	Acompanhando disputas: Um olhar sobre processos eleitorais internos e externos e seus desdobramentos	176

5	CHEGANDO E SE ESTABELECENDO: DISTINTAS LÓGICAS DE INTERAÇÃO NA PITOMBEIRA	199
5.1	Redes, laços e estigma	201
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	217
	REFERÊNCIAS	225
	ANEXO A – LETRAS DE MÚSICAS	235
	ANEXO B – DIAGRAMAS	239



1 INTRODUÇÃO

O presente texto nos levará a uma análise de alguns processos históricos que têm sido vividos por uma *comunidade* de negros e negras que demandou pelo seu reconhecimento coletivo enquanto quilombola. Tal demanda se iniciou no ano de 2004, resultando na emissão da certidão de auto reconhecimento da identidade quilombola, pela Fundação Cultural Palmares, no ano de 2005.

Por vezes, irei me referir ao grupo utilizando a categoria *comunidade*, a mesma será aqui, quando em destaque, incorporada enquanto uma categoria nativa. É utilizando a expressão *comunidade* que o grupo se refere a si para denominar a existência de uma forma de associação estreita que interliga aquelas pessoas por laços pessoalizados de parentesco, amizade, vizinhança, solidariedade e pelo compartilhamento de códigos morais. Embora esta terminologia seja incorporada pelo grupo no seu cotidiano, o uso da mesma não implica dizer que chegando lá encontremos um grupo homogêneo, como sugere Simmel (1983).

Com isso, esclareço que não há aqui uma aproximação com a ideia proposta pelos “estudos de comunidade”, mesmo reconhecendo a sua importância para a produção intelectual nas ciências sociais no Brasil, especialmente entre as décadas de 40 e 60, faz-se necessário sinalizar para as limitações de sua abordagem, como salienta Woortmann (1972, p. 134) ao refletir sobre o caráter culturalista dos estudos de comunidade “Não é simplesmente a partir dos dados da realidade empírica – limite dos estudos de comunidade – que se alcança a explicação dos sistemas sociais. Somente a partir de conceitos da realidade abstrata é possível entender sistemas como totalidades concretas”¹.

Assim, pautando-me em uma análise em escala microssocial, tomo como estratégia de análise as interações entre indivíduos e suas famílias, para refletir sobre o modo pelo qual as configurações familiares e a articulação política da *comunidade quilombola* de Pitombeira se relacionam com os processos históricos e as lutas identitárias vividas por essas famílias.

Entretanto, antes mesmo de focar nos aspectos que remetem aos processos e dinâmicas relacionadas à vida social da Pitombeira, considero importante apresentar algumas informações sobre a região na qual essa coletividade se encontra situada, por considerar que tais dados permitem uma compreensão mais clara da gramática vivida e compartilhada naquele lugar. Além de apresentar mais informações sobre

¹ Para mais detalhes sobre a questão ver: Woortmann (1972); Oliveira e Maio (2011); entre outros.

algumas das dinâmicas cotidianas vividas pelos membros dessa *comunidade*, gostaria de destacar minha aproximação com aquela coletividade, o modo pelo qual se estabeleceu minha relação de pesquisa, sinalizando os caminhos trilhados junto ao grupo e que resultaram na análise aqui presente.

1.1 Vale do Sabugi - Aspectos históricos de sua ocupação

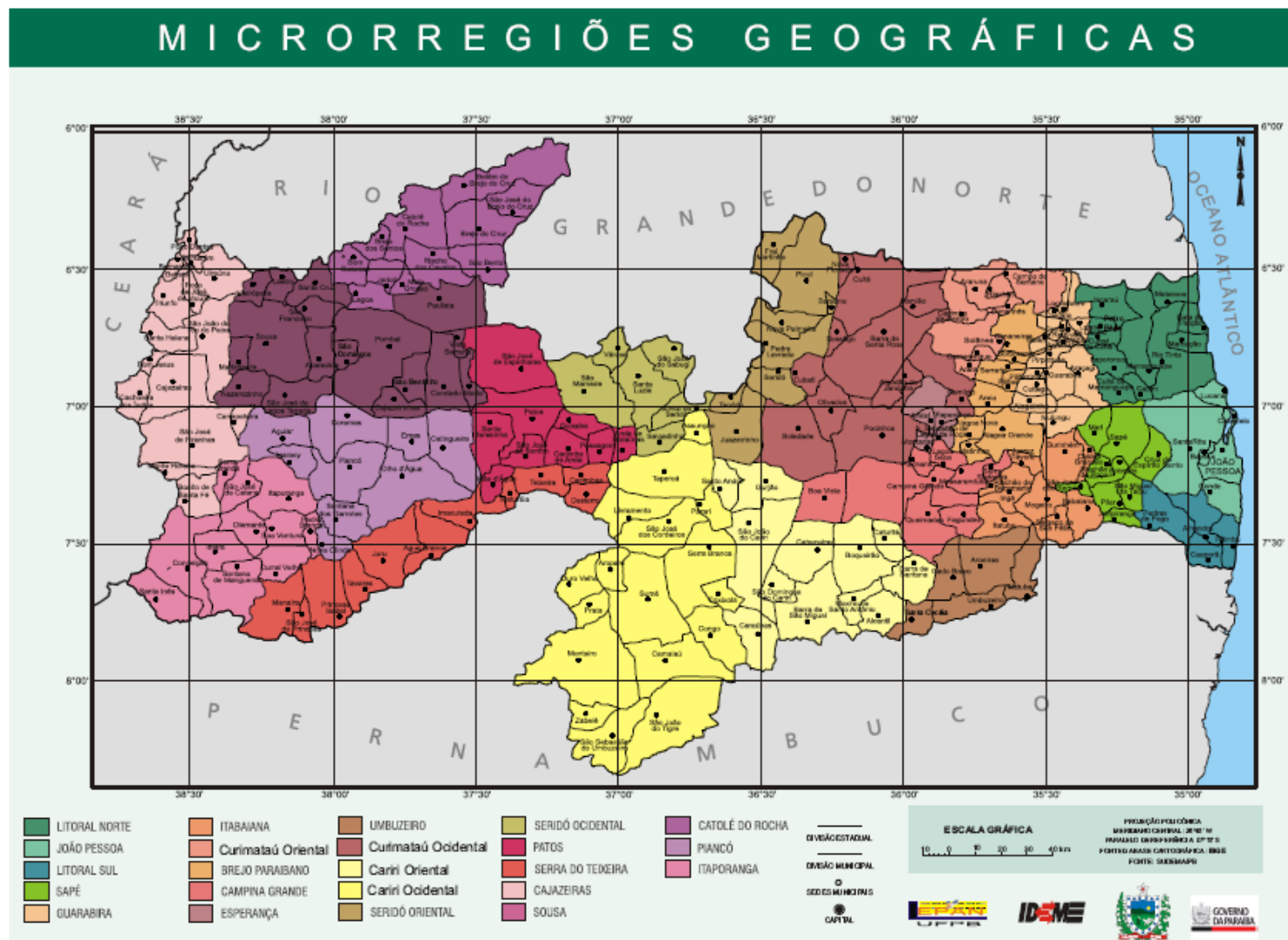
O município de Várzea, onde se localiza a *comunidade quilombola* de Pitombeira, encontra-se situado na Microrregião do Seridó Ocidental Paraibano, anteriormente denominada Depressão do Alto Piranhas. Essa região é localmente conhecida como Vale do Sabugi e abrange os seguintes municípios: Junco do Seridó, Santa Luzia, São Mamede, São José do Sabugi e Várzea.

Para chegarmos ao município de Várzea, percorremos 263 km saindo da capital do estado, João Pessoa, até a cidade de Santa Luzia através da Rodovia Transamazônica – BR 230. Chegando à Santa Luzia, é preciso prosseguir viagem, agora acessando a PB 233 – Rodovia Estadual Anísio Marinho, e após 14 km, chegamos ao município de Várzea.

Antes de sua emancipação política, Várzea pertencia territorialmente ao município de Santa Luzia, sendo que os distritos que neste período faziam parte de Santa Luzia foram emancipados e hoje constituem o já mencionado Vale do Sabugi².

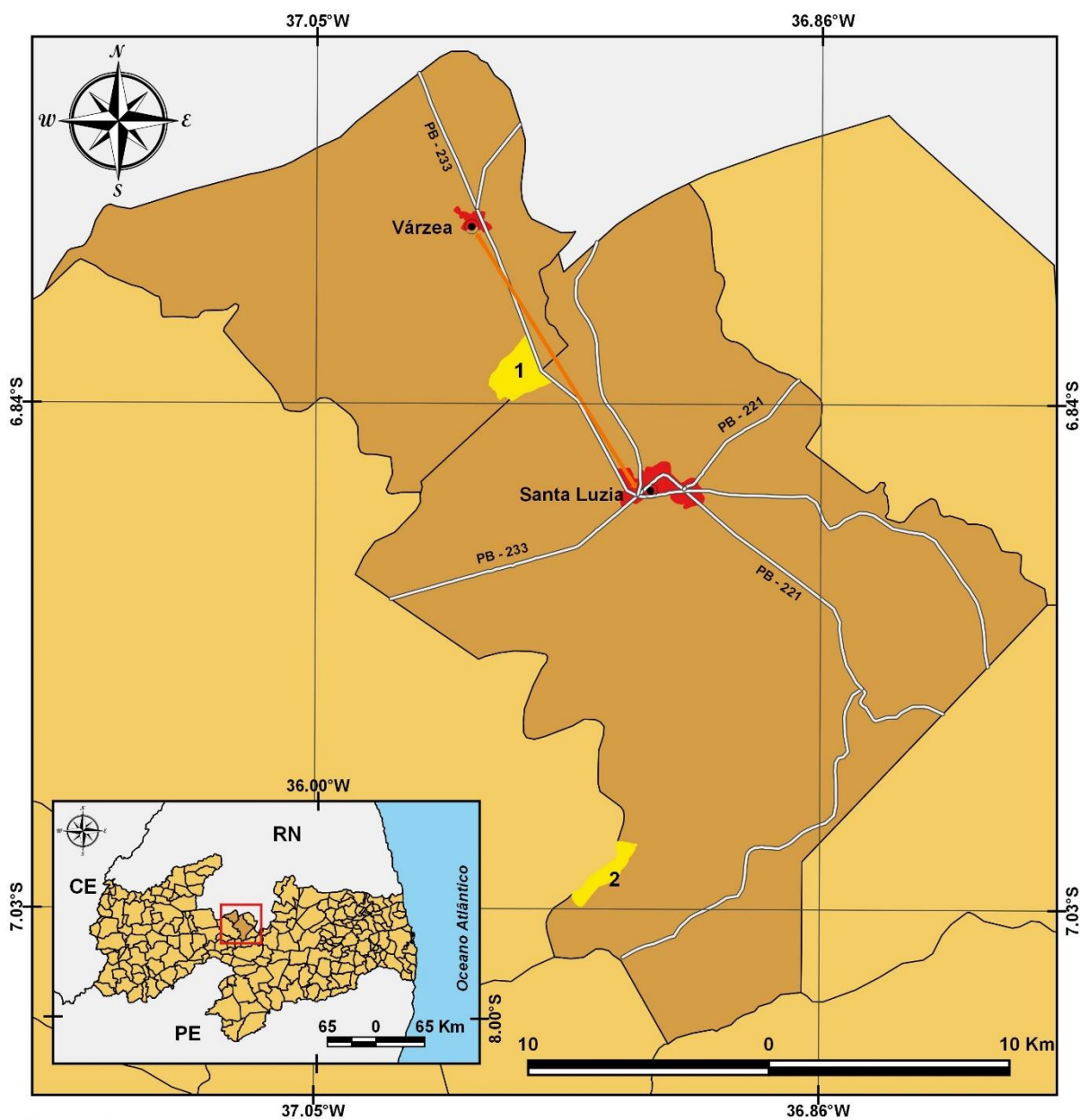
² Acredito que para entender um pouco a respeito da história da Pitombeira e mesmo do município de Várzea, faz-se necessário mencionar tal relação, uma vez que durante a pesquisa foram localizadas mais informações referentes à história de ocupação do município de Santa Luzia do que a respeito da ocupação de Várzea propriamente

Mapa 01 – Mapa das Microrregiões do Estado da Paraíba



Fonte: <http://ideme.pb.gov.br/servicos/mapas-tematicos/microrregioes-1.pdf/view>

Mapa 02 – Localização dos municípios de Santa Luzia e Várzea



Legenda

Convenções Cartográficas

- Sedes Municipais
- Malha Rodoviária
- Área Urbana ou Edificada

Limites

- Comunidades Rurais
- Municípios da Área de Estudo
- Estado da Paraíba
- Brasil

Comunidades Rurais

- 1 - Pitombeira
- 2 - Talhado

Distância entre Várzea e Santa Luzia

— 13,93 Km

Sistema de Coordenadas Projetadas
Datum: SIRGAS2000
Base Vetorial: IBGE (2015)/INCRA (2015)



Fonte: IBGE. Elaboração de Thiago Cavalcante L. Silva

Nas referências bibliográficas³ que tratam da história de Santa Luzia, a ocupação inicial da região do sertão paraibano é considerada como sendo fortemente marcada pelo predomínio do latifúndio e pela criação de gado, sendo a agricultura apontada como atividade utilizada para o provimento da subsistência do pequeno agricultor⁴.

Nessa bibliografia, outro recurso que marcou o crescimento do sertão paraibano foi o cultivo do algodão. De acordo com Joffily (1892, p.115/116), “as propriedades rurais chegaram a rivalizar com os engenhos de açúcar, não somente pelo número de escravos que chegaram a possuir, e pelas construções, como pelos vantajosos lucros que dava o exercício da indústria”. Ao nos debruçarmos sobre essa bibliografia “oficial” da história de ocupação da Paraíba, é possível observar a forte marca da produção da cana de açúcar na região do brejo e do cultivo do algodão no sertão.

No entanto, de acordo com Moreira (1989, p. 45), a região do Seridó Ocidental Paraibano

distingue-se por se constituir numa área tradicionalmente consagrada à produção mineral. Todavia aqui, é a Shelita e o Caulim que apresentam uma maior concentração e um maior peso econômico. O caulim é explorado em garimpos do município de Junco do Seridó, de onde advém toda a produção estadual. A exploração da shelita foi muito desenvolvida durante a segunda Guerra Mundial. Hoje são inúmeros os garimpos existentes na área.

A autora salienta que tais recursos constituíram uma alternativa de trabalho nos períodos de seca, especialmente para os pequenos proprietários e produtores rurais sem terras, quando a estiagem prolongada não possibilitava o desenvolvimento da produção agrícola. É através destes dados que Moreira sustenta o caráter sazonal da atividade mineradora na região, destacando a forte presença da agricultura (especialmente da produção de milho, feijão e algodão mocó) e da criação de gado.

Ao apresentar tais dados, minha intenção não é aprofundar elementos históricos em torno da ocupação da região do Vale do Sabugi, mas destacar elementos em torno dessa ocupação que nos permite pensar alguns processos vividos contemporaneamente pelos moradores da região.

³ Para mais detalhes ver: O Município de Santa Luzia e sua Evolução (1939); Mobral (1984); Araújo (1996); Medeiros (2007).

⁴ Para mais detalhes ver: Joffily (1892); Moreira (1989); Galiza (1979); entre outros.

Com base nas conversas que estabeleci com moradores da Pitombeira, é possível destacar a existência de grandes propriedades, no passado. O que me leva a sugerir que existiu naquele lugar a figura de um patrão branco, e consequentemente foram estabelecidas relações de subordinação entre morador e fazendeiro. Estas relações não se deram apenas naquela localidade, acontecendo de algumas das famílias, que não possuíam suas terras, trabalharem em outras propriedades da região.

Pelo que pude constatar, na Pitombeira, esta situação se passou com famílias que, nos dias de hoje, possuem suas próprias terras, algumas delas adquiridas através de trabalhos prestados para fazendeiros. Em uma conversa com seu Álvaro, morador da Pitombeira, que faleceu durante a realização dessa pesquisa, ele sinalizou que existia na região uma família “que gostava muito dos negros”, tratava-se da família Nóbrega. Nas recordações de seu Álvaro⁵, Seráfico Nóbrega foi um dos responsáveis pela “contratação de muitos negros da região”, especialmente na Ramadinha⁶, localidade próxima à Pitombeira.

Outro elemento que merece destaque, quando se trata da reflexão em torno da ocupação da região, é a organização política local, marcada pela política oligárquica, bastante comum na Paraíba, como destacou Lewin (1993 [1987]). Ali a presença do poder da família Bento de Moraes é bastante expressiva, sendo interessante destacar a existência de uma propriedade de posse do ex-senador do estado, Efraim Moraes⁷, nos limites com as terras da Pitombeira.

⁵ Considerando as situações que são postas neste texto, bem como a não autorização de uso de alguns nomes, por parte de moradores da Pitombeira, utilizarei aqui nomes fictícios ao me referir as pessoas que contribuíram com essa pesquisa, visando assim garantir a demanda por alguns deles apresentada.

⁶ Essa região é destacada, na bibliografia local, como o lugar de morada de um ex-escravo responsável pela realização da Festa de Nossa Senhora do Rosário, comemorada desde 1871 na cidade de Santa Luzia.

⁷ Ingressou na carreira política filiando-se em 1981 ao Partido Democrático Social (PDS). Em janeiro de 1983 ocupou uma cadeira na Assembleia Legislativa do seu estado da Paraíba, assumindo seu segundo mandato em 1987. Em tal período havia se desligado do PDS e se filiado ao, na época, recém-criado Partido da Frente Liberal (PFL, que em 2007 mudou de nome tornando-se o “Partido Democratas” - DEM). Em 1991 foi eleito deputado federal pelo estado da Paraíba, cargo que ocupou por três mandatos, até 2003, quando assumiu uma cadeira no Senado representando o citado estado. Sua atuação enquanto senador durou até 2011, quando foi derrotado nas eleições de 2010. Um dos seus filhos atualmente ocupa o cargo de deputado federal pelo estado da Paraíba, estando no seu terceiro mandato (2007-2011, 2011-2015 e 2015-2019). Cf. ARAÚJO, Giana; CARNEIRO, Alan. Efraim de Araújo Moraes. Verbete biográfico atualizado por BEZERRA, Demian. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/efraim-de-araujo-morais>>. Acesso realizado em 10 de dezembro de 2017.

A “herança” política de Efraim Moraes foi deixada por seu pai, Inácio Bento de Moraes, que foi prefeito de Santa Luzia em 1946, e de 1959 a 1963, também foi prefeito de São Mamede de 1955 a 1959, ocupando ainda a vaga na Assembleia Legislativa do estado da Paraíba de 1967 a 1975.

Conhecido por ter essa região como seu “curral eleitoral”, Efraim Moraes foi derrotado na disputa pelo Senado Federal, em 2010, mantendo seu filho no cargo de deputado federal desde 2006, e sua influência nos pleitos municipais do Vale do Sabugi, embora o candidato de seu partido (Democratas) tenha sido derrotado no último pleito municipal da mais importante cidade do Vale do Sabugi, o que levou a uma quebra de 36 anos da hegemonia do comando dos Bento de Moraes no município de Santa Luzia.

Tais elementos da política local são importantes por considerar a sua relevância nas reflexões que serão apresentadas posteriormente, quando sinalizo os efeitos dos “tempos da política⁸” na micropolítica da vida cotidiana da *comunidade quilombola* de Pitombeira. Mas antes, alguns esclarecimentos de cunho metodológico também são fundamentais para os desdobramentos posteriores deste trabalho.

1.2 Pensando o fazer etnográfico

Evidentemente, as questões envolvidas no processo de construção da etnografia têm sido cada vez mais discutidas ou rediscutidas no âmbito da Antropologia. Tem-se problematizado a relação do pesquisador com o objeto, a questão da “autoridade etnográfica”, a “intersubjetividade”, a “presença do autor”, entre outras questões⁹. Neste cenário, não só são postos em reflexão os elementos envolvidos no processo de escrita do texto etnográfico, mas também é colocada em destaque a ausência de tais elementos nos textos considerados clássicos na Antropologia.

⁸ Utilizo a expressão a partir do proposto por Palmeira e Heredia (1995) que, em pesquisas junto a camponeses no Pernambuco e colonos no Rio Grande do Sul, observaram o uso dessa expressão para fazer referência, grosso modo, ao período eleitoral. Os autores destacam as categorias nativas “política”, “tempo da política” sinalizando sua importância para os grupos pesquisados, uma vez que ao associar a política a um “tempo” tais grupos demonstram a relevância da experiência desse período nas suas vidas.

⁹ Para mais detalhes ver: Clifford (1998); Clifford; Marcus (1991 [1986]); Caldeira (1988); entre outros.

O modelo clássico de elaboração etnográfica inaugurado por Bronislaw Malinowski “chamado por ele de ‘observação participante’ como único modo de conhecimento em profundidade da alteridade cultural que poderia escapar do etnocentrismo” (LACERDA, 2001, p. 3), corresponde a uma pesquisa intensiva, de longa duração, na qual o etnólogo vive com os “nativos” a fim de realizar uma observação detalhada dos fatos do cotidiano e da cultura deste povo, para assim entender como vivem estes últimos. Neste modelo, o entendimento do outro está vinculado à ideia da diferença. A partir desta perspectiva, os lugares ocupados tanto pelo pesquisador, quanto pelo pesquisado, estão bem definidos.

Ainda na perspectiva de alguns outros autores clássicos, a pesquisa etnográfica seria definida por uma longa permanência em campo, em contato direto e cotidiano com a população pesquisada, momento no qual o etnógrafo registrava todas as informações por ele observadas do cotidiano dos “nativos” em seu diário de campo (BIZERRIL, 2004, p.153).

No entanto, desde Malinowski até os dias atuais, muito tem sido discutido sobre o fazer etnográfico, enfatizando os elementos envolvidos tanto na prática do trabalho de campo como também na sua passagem ao texto escrito.

Ao refletir sobre as mudanças no modo pelo qual o trabalho antropológico tem sido produzido, Caldeira nos apresenta algumas ponderações sobre o “papel do autor no texto etnográfico”. De acordo com a autora, a crítica elaborada nos Estados Unidos com relação ao modelo etnográfico analisa que o modo pelo qual os antropólogos têm aparecido em seus textos, desde Malinowski até os anos 1980, é excessivo. A presença do antropólogo em seus textos apagava as vozes, as interpretações, os enunciados daqueles sobre quem se falava. O “outro” só existia pela voz do antropólogo que esteve lá. Não se questionava sobre o processo de inserção do antropólogo no campo, no texto, nem mesmo o contexto no qual o mesmo escrevia. Não se problematizava o fato de que, o conhecimento antropológico se produz através de um “processo de comunicação” marcado por relações de poder e desigualdade (CALDEIRA, 1988, p. 134-135).

Assim, considerando as especificidades que são próprias ao objeto de estudo das ciências sociais, faz-se necessária uma constante reflexão acerca de quais os mecanismos capazes de conceder ao pesquisador os resultados por ele alcançados, principalmente no que tange a compreensão e construção de modelos explicativos.

Deste modo, ao “olhar” para as relações subjetivas presentes na pesquisa etnográfica, e ponderando que o material etnográfico é resultado do momento no qual se encontra o grupo social estudado e a atividade do pesquisador, que vivencia um momento específico de sua trajetória acadêmica e pessoal, para fins do presente trabalho, pretendo apresentar como se realizou a pesquisa, bem como o modo pelo qual interagi e me relacionei com a *comunidade quilombola* da Pitombeira.

Inicialmente, se faz necessário ressaltar que essa coletividade, a partir de uma mobilização junto ao Movimento Negro do estado da Paraíba, pleiteou o seu reconhecimento enquanto comunidade remanescente de quilombo junto a Fundação Cultural Palmares (FCP), tendo recebido sua Certidão de Auto Reconhecimento no ano de 2005.

O reconhecimento da identidade quilombola dos que fazem a Pitombeira os diferencia das demais comunidades rurais do município, no sentido em que atribui a este lugar e a seus moradores uma nova forma de representação e articulação política.

Tal reconhecimento, como aponta Arruti (1997), transforma estes grupos em novos sujeitos políticos, detentores de direitos específicos garantidos pelo Estado. Segundo o referido autor, o uso da noção de remanescentes implica para o grupo que o assume “a possibilidade de ocupar um novo lugar na relação com seus vizinhos, na política local, diante dos órgãos e políticas governamentais, no imaginário nacional e, finalmente, no seu próprio imaginário” (ARRUTI, *ibid*, p. 22).

É importante destacar que, no estado da Paraíba, a emergência pela demanda de reconhecimentos de comunidades quilombolas intensificou-se no ano de 2005, momento no qual os moradores da Pitombeira são reconhecidos pela FCP. Dentre as 39 comunidades certificadas, naquele estado, os anos com maior frequência de certificação foram 2005 e 2006. É também por volta de 2005 que inicio meus estudos voltados para as chamadas comunidades remanescentes de quilombos.

Ainda em outubro de 2004, enquanto aluna do curso de graduação em Ciências Sociais, estabeleci um primeiro contato com a comunidade quilombola de Serra do Talhado¹⁰, localizada na zona rural da cidade de Santa Luzia (PB). Na ocasião, estive presente na entrega da Certidão de Auto Reconhecimento deste grupo.

¹⁰ Naquela ocasião, foi realizada uma grande festa para a entrega da certidão de reconhecimento da identidade quilombola da Serra do Talhado. A entrega aconteceu dentro da programação da festa de

Foi por “morar”¹¹ em São Mamede, cidade vizinha à Santa Luzia, que tomei conhecimento da entrega da Certidão de Auto Reconhecimento à comunidade quilombola de Serra do Talhado, e acabei decidindo ir à Santa Luzia acompanhar tal festa, bem como a entrega da Certidão.

Este primeiro contato possibilitou meu retorno, em anos posteriores, ao Talhado e às casas das famílias que migraram do Talhado para a cidade de Santa Luzia e se estabeleceram em dois bairros periféricos do município, os bairros São José e Monte de São Sebastião. Através deste contato, desenvolvi a pesquisa para a elaboração do trabalho de conclusão de curso¹².

Na região do Vale do Sabugi, existem atualmente três comunidades remanescentes de quilombos reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, quais sejam: Quilombo de Pitombeira, Quilombo de Serra do Talhado e Quilombo Urbano de Serra do Talhado. Assim, depois de voltar muitas vezes para Santa Luzia e realizar a minha pesquisa para escrita do trabalho de final de curso, em 2009 retornei à região, à época, pensando na viabilidade de realização de minha pesquisa para a elaboração da dissertação de mestrado. Nesse momento, eu e mais outros dois colegas¹³ pretendíamos realizar nossas pesquisas na região.

Nossa Senhora do Rosário, comemorada na cidade de Santa Luzia. Além dos moradores do Talhado, estiveram presentes membros de outras comunidades quilombolas e Irmandades de negros de várias partes do país. Ainda não conhecia as pessoas do Talhado, deste modo, este foi um momento de primeira aproximação e observação.

¹¹ Coloco a expressão entre aspas, pois embora estivesse residindo em Campina Grande para realizar meu curso de graduação, àquela época não me sentia morando em Campina Grande, pois em todos os fins de semana, durante o início do curso, regressava para a casa dos meus pais que até hoje residem em São Mamede.

¹² Para mais detalhes ver: SOUZA, Jordânia de A. A construção da identidade quilombola no bairro São José – Santa Luzia/PB. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande, 2008.

¹³ Dentre estes colegas, uma iniciou suas pesquisas com comunidades quilombolas vinculada a equipes contratadas através de uma parceria entre o INCRA e o ParqTecPB (UFCG). Momento no qual três professores da UFCG selecionaram alguns alunos para compor suas equipes e realizarem os Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação de três *comunidades* indicadas pelo INCRA. Naquela ocasião foram elaborados os RTID's das *comunidades* de Pedra D'Água, Grilo e Matão. Da participação desta colega na equipe resultou a produção de seu trabalho de fim de curso, indo a mesma desenvolver sua pesquisa para o mestrado em Santa Luzia. Apenas para citar os trabalhos desses colegas: *Talhando um Grupo Étnico: o processo de recomposição identitária nas comunidades quilombolas de Serra do Talhado* (Luiz Rivadávia Prestes Almeida – Dissertação de Mestrado defendida em 2010); *Grilo: um exercício antropológico sobre o processo de emergência de uma comunidade quilombola na Paraíba* (Eulália Bezerra Araújo – Monografia de final de curso, defendida em 2008); *Tornando-se Quilombola no Monte São Sebastião (Santa Luzia-PB): etnografando as discussões sobre origem e a questão dos direitos no idioma do parentesco* (Eulália Bezerra Araújo – Dissertação de Mestrado defendida em 2011). Além de tais trabalhos poderia citar o livro organizado por Emília P. de Godoi e Marilda A. MENEZES, intitulado: **“Uma terra para se viver: assentados, colonos e quilombolas”**, que foi resultado de um projeto de intercâmbio entre o Programa de Pós-

Esse foi o meu primeiro contato com a Pitombeira, embora já tivesse ouvido falar daquela *comunidade*, nas oportunidades em que acompanhei a festividade em homenagem à Nossa Senhora do Rosário, realizada em Santa Luzia, ainda não tinha tido a oportunidade de visitá-la. Na minha primeira ida à Pitombeira, no final do ano de 2009, estava acompanhada pelos colegas Luiz Almeida e Eulália Araújo. Na ocasião tivemos uma breve conversa com o presidente da Associação da Pitombeira e algumas mulheres que se encontravam na sede da Associação, aguardando a chegada da professora que iria ministrar, para elas, um curso de artesanato. Marcamos uma data para retornar em um dia de reunião da Associação, momento no qual poderíamos conversar com um maior número de moradores daquela localidade e indagá-los acerca da possibilidade de que uma pesquisa fosse realizada entre eles naquele momento.

Havia, aqui, uma preocupação em apresentar de forma clara os interesses da pesquisa, o que nos remete ao exposto por Oliveira (2009, p. 03), quando problematiza algumas questões com relação aos debates instaurados a partir do desconforto de alguns antropólogos diante a

suspeita de que a dimensão política assumida pelo trabalho dos antropólogos estaria afetando negativamente o seu rendimento enquanto pesquisadores, afastando-os de forma inevitável de um foco mais científico e acadêmico.

O autor destaca que, nos dias atuais, não importa a estes grupos a troca de pequenos favores, os mesmos estão interessados em saber sobre os múltiplos usos que podem ser feitos com os dados da pesquisa, como estão sendo elaboradas nossas análises, em como essas nossas interpretações podem afetar suas vidas, seus direitos e até mesmo as representações de si mesmo.

Naquela viagem ao sertão paraibano, também fizemos uma visita ao Monte de São Sebastião, um bairro da cidade de Santa Luzia para onde também migraram moradores do Talhado. Na ocasião, Luiz Almeida já se encontrava realizando sua pesquisa com os moradores do Talhado rural e com as famílias do Talhado que migraram e se estabeleceram no bairro São José e Eulália Araújo estava iniciando

Graduação em Ciências Sociais da UFCG e o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, chamado “Políticas públicas, reconversões produtivas e recomposições identitárias no nordeste brasileiro: um olhar a partir do mundo rural e de suas conexões com o urbano”. Tal livro foi publicado em 2013, e possui quatro capítulos produzidos a partir de pesquisas realizadas junto à *comunidades quilombolas* do estado da Paraíba.

sua pesquisa junto aos moradores do Monte São Sebastião. Nos primeiros contatos fizemos visitas coletivas (fomos nós três a todas as localidades), depois cada um seguiu seu caminho e deu continuidade às suas pesquisas de forma individual, embora sempre mantivéssemos diálogo nas oportunidades que encontrávamos, haja visto a atuação em uma mesma região.

No meu retorno à Pitombeira, fui muito bem acolhida durante a reunião que compareci para apresentar minha proposta de pesquisa¹⁴, bem como me apresentar. Na ocasião me indicaram uma lista de nomes de pessoas com quem eu deveria conversar sobre a história daquele lugar e sinalizaram a existência de uma pesquisa que acabava de ser desenvolvida lá por uma pesquisadora da cidade de Várzea, demonstrando terem conhecimento dos trâmites de uma pesquisa como a que eu estava pretendendo ali realizar.

Minha pesquisa para a elaboração da dissertação de mestrado acabou se direcionando ao acompanhamento de algumas demandas provenientes do processo de reconhecimento que a *comunidade* de Pitombeira havia vivenciado, tendo uma situação social, observada na região, tomado um espaço importante da reflexão, me refiro a etnografia da festa de Nossa Senhora do Rosário¹⁵ realizada no município de Santa Luzia.

Quando da elaboração do projeto para desenvolver a pesquisa, agora no âmbito do doutorado, meu interesse inicial se voltou para análise da atuação de atores e entidades de mediação (ONGs, o Estado – neste caso aqui representado pelos funcionários da FCP, Ministério Público Federal e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, bem como antropólogos) junto às comunidades quilombolas no estado da Paraíba, no que tange a aplicação dos direitos adquiridos por tais grupos. Tal interesse resultou de minhas observações das dinâmicas associativas da *comunidade* de Pitombeira e da atuação destes agentes.

¹⁴ Naquela ocasião a pesquisa objetivava analisar os processos de demanda pelo reconhecimento da identidade quilombola na região do Vale do Sabugi, no meu caso, especialmente acompanhar a situação vivida pelos moradores da Pitombeira.

¹⁵ Trata-se de uma festa que é realizada na cidade de Santa Luzia desde 1871. Embora esta seja uma festa de negros, aqueles que fazem parte do Talhado e residem em Santa Luzia, não participam de tal festa. Estive pela primeira vez observando essa festa em 2004, quando da entrega da Certidão de Auto Reconhecimento à comunidade quilombola do Talhado. Depois de meus retornos à cidade, em momentos de realização desta festa, tanto percebi que sua dimensão é diferente daquela realizada em 2004, quanto que dentre as pessoas que fazem parte da mesma, alguns são provenientes da Pitombeira.

Na Paraíba, a atuação de organizações não governamentais junto as comunidades quilombolas é bastante presente, sendo marcante a atuação da AACADE (Associação de Apoio às Comunidades Afrodescendentes), da CECNEQ (Coordenação Estadual das Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba) e do PROPAC (Programa de Promoção de Ação Comunitária da Diocese de Patos). De acordo com Araújo e Batista (2010, p. 06) os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pela AACADE têm como objetivo conscientizar às comunidades de suas especificidades. Nas palavras das autoras, “podemos dizer que a AACADE se atribui a tarefa de construir junto às comunidades quilombolas uma agenda reivindicatória de seus direitos”.

Tal entidade¹⁶ está formalmente comprometida com o desenvolvimento e organização das comunidades quilombolas, considerando sua atuação fundamental para o acesso de tais grupos às políticas públicas do Estado, bem como ao encaminhamento da solicitação do auto reconhecimento e abertura do processo de titulação das terras junto ao INCRA.

A atuação da CECNEQ tem se estabelecido em parceria com a AACADE. Tais entidades têm acompanhado e, por vezes, mediado a reivindicação de elaboração dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) das comunidades quilombolas da Paraíba junto ao INCRA. O PROPAC, por sua vez, trata-se de um Programa vinculado à Igreja Católica, pertencente à Diocese de Patos (situada na Mesorregião do sertão paraibano), cujas ações visam o fortalecimento da organização comunitária, a garantia de direitos através do acesso a políticas públicas e a melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais do semiárido. Uma das ênfases da atuação de tal programa é “a articulação de comunidades negras e quilombolas do Médio Sertão”¹⁷.

Estes atores têm elaborado, o que poderia chamar aqui de, uma agenda quilombola estadual, que visa a discussão e encaminhamento das demandas coletivas das comunidades quilombolas, o que tem gerado encontros com órgãos como o INCRA, MPF e Secretarias diversas do estado da Paraíba. Tais dinâmicas se apresentam como desafios para pensarmos o cenário que tem sido instaurado no

¹⁶ Para mais detalhes ver: <http://quilombosdaparaiba.blogspot.com.br/2012/04/acao-da-aacade-e-da-cecneq.html>. Acesso realizado em 28 de novembro de 2017.

¹⁷ Para mais detalhes: <http://www.asdppb.org/p/propac.html>. Acesso realizado em 28 de novembro de 2017.

estado, porém, acabei abandonando a minha proposta inicial de pesquisar a atuação e mediação desses atores junto às comunidades quilombolas. Isso porque, embora reconheça a importância da realização de uma pesquisa que problematize tal atuação, é importante destacar a partir de minha reinserção no campo, alguns outros aspectos acabaram por se mostrar tão relevantes quanto o primeiro, com destaque para o fato de ainda pouco explorados, se considerarmos o contexto da Pitombeira. Mas, é preciso situar melhor o processo de alteração quanto ao foco da pesquisa.

Por ter meus pais residindo na cidade de São Mamede, situada bem próxima ao município de Várzea, fui à Pitombeira, especialmente nos primeiros momentos acompanhada por meu pai. Geralmente, meu pai me levava cedo e me pegava ao entardecer. Nesse momento, uma estratégia para a condução da pesquisa foi seguir os nomes indicados durante a reunião que participei com os membros da Associação de moradores da Pitombeira e buscar realizar entrevistas com tais pessoas. É interessante destacar que a maior parte das pessoas indicadas eram dos moradores mais velhos da *comunidade*.

Nas minhas primeiras incursões para realização das entrevistas, tive a oportunidade de me hospedar na casa de dona Nadir, irmã do antigo presidente da Associação, Lorenzo. Dona Nadir contribuiu por anos nas atividades associativas, morando sozinha na propriedade da família Alcântara. Depois da saída de seu irmão para a cidade, em virtude de um Acidente Vascular Cerebral (AVC), seu sobrinho Armando, naquele momento presidente da Associação, era quem *dormia*¹⁸ com ela e intermediou a minha acolhida em sua casa.

Em outros momentos não mais encontrei dona Nadir, que tinha sido submetida a um transplante de retina, e se encontrava em tratamento na cidade de Recife. Foi quando mais uma vez, Armando me colocou em contato com dona Ada para a realização de uma entrevista. Depois de me receber, juntamente com Armando, em sua casa, me oferecer seu almoço e conversar um pouco comigo, dona Ada me chamou em sua cozinha e me passou o número do telefone de seu filho, dizendo que quando eu soubesse quando retornaria à Pitombeira a informasse e que eu poderia ficar em sua casa, se tornando assim minha anfitriã, até o fim da pesquisa. Já havia

¹⁸ Utilizo a expressão *dormia*, posto que Armando não residia com Dona Nadir, ele apenas se dirigia à sua casa no período da noite para fazer companhia a mesma e cuidando para que ela não dormisse sozinha.

conhecido seu filho, Lucca, em outro momento quando estive na Pitombeira na casa de sua prima Marta, momento no qual fui hospedada por dona Nadir.

Guardei o telefone de Lucca e, quando de meu retorno, liguei para dona Ada, como ela havia me orientado, informando de minha ida e confirmando a sua disponibilidade em me receber. Viúva, dona Ada mora com seu filho, Lucca, numa casa de quatro cômodos, bem próxima à casa de sua outra filha, Adara, que é professora na escola municipal situada na Pitombeira. Antes de minha chegada, dona Ada providenciou uma porta para o quarto de seu filho¹⁹, onde eu me instalaria e teria privacidade, me ofertando já aqui um dos elementos de seu quadro moral, o cuidado com minha honra.

Dona Ada, que viveu por anos a condição de moradora em propriedades rurais da região, morou um período em um sítio de São Mamede, e naquele município construiu redes de relacionamentos. Meus pais não a conheciam, nem ela os conhecia, mas o fato de ser alguém de um lugar tão próximo e que, em certa medida, chegava ali pelas mãos do pai, levou muitos moradores da Pitombeira a realizarem uma leitura de mim com base nas relações de parentesco.

Foi assim, que aos poucos fui me tornando “a menina” de dona Ada, e sendo tratada por ela como uma “filha”. Ao longo desses anos de idas e vindas à Pitombeira, ela chegou a receber a minha família em sua casa, quando da ocasião de realização de uma novena no mês de maio (para a qual meu pai foi convidado por seu Álvaro, o senhor que promoveu a novena). Na ocasião, dona Ada ofertou aos meus pais um jantar em sua casa, abrindo assim sua casa também a minha família.

Ao tornar-me “a menina de dona Ada”, devo reconhecer que tive privilégios em alguns contatos dentro da Pitombeira, especialmente nos momentos iniciais da pesquisa, sendo levada por seu filho, sua filha ou mesmo seu genro em algumas residências, situação que foi se alterando a partir do momento em que comecei a mapear o lugar e tornar-me conhecida por muitos que ali residiam. Não posso dizer que esse acolhimento me rendeu o fechamento de qualquer espaço, mas não tenho a ingenuidade de que o mesmo não tenha definido o modo pelo qual alguns relacionamentos foram comigo estabelecidos.

¹⁹ Durante minha estada na casa de dona Ada, seu filho Lucca passava a dormir na sala, em uma rede.

Nesse sentido, me aproximando do vivido por Ana Claudia Marques (2002), em sua pesquisa no Pernambuco, quando a autora assume que ao posicionar-se claramente próxima a um determinado grupo, certamente estaria fechando algumas portas. Devo salientar que as análises que aqui apresento, estão apoiadas em impressões que fui construindo a respeito das situações que pude observar na Pitombeira, através das aproximações que ao longo da pesquisa estabeleci, com a finalidade de considerar, nos termos sugeridos por Werneck (2014), as mesmas como “unidades analíticas”.

A permanência na casa de dona Ada e a minha adoção por parte de sua família, na maior parte das situações de pesquisa, me levou a ser vista como alguém por ela acolhida e, conseqüentemente, como sua aliada, me colocando em suspeição por parte daqueles que não possuem boas relações com ela.

Durante a pesquisa para o doutorado e, em virtude da minha dinâmica de trabalho em Alagoas²⁰, acabei frequentando a Pitombeira em algumas ocasiões estratégicas, acompanhando algumas festividades na *comunidade*, indo algumas vezes para auxiliá-los na condução de algumas atividades, à exemplo das festividades realizadas na escola, outras vezes acompanhando as dinâmicas marcadas pelas influências externas, quando da época do pleito eleitoral do município, por exemplo.

Em virtude de frequentar há algum tempo a *comunidade*, muitas vezes era indagada sobre quantos trabalhos pretendia desenvolver, embora, sempre em um tom de brincadeira, nunca de cobranças. Dália, uma das moradoras da *comunidade*, sempre brincava dizendo que “eu queria morar lá e ser *quilombola*”. As indagações quanto aos tempos de minha pesquisa se davam também porque, além de mim, outros pesquisadores estiveram por lá e ao finalizarem suas pesquisas não mais retornaram. Embora justificasse que o caráter de minhas análises se diferenciavam de outras pesquisas lá realizadas para mapear plantas, para analisar os traços rituais da festa do Rosário, ou mesmo da pesquisa antropológica desenvolvida para o INCRA, inquietava-os o fato de que poucas vezes fiz entrevistas, mas muitas vezes me fazia presente acompanhando situações e interagindo com eles.

²⁰ Durante o início do meu doutoramento (2013) trabalhava como professora substituta na Universidade Federal de Alagoas. Em 2015 fui aprovada em um concurso público para a referida Universidade e me tornei professora efetiva do curso de Ciências Sociais, do Instituto de Ciências Sociais, lotada no setor de Ciência Política, no qual tenho ocupado uma vaga voltada para a atuação junto ao curso de licenciatura, em disciplinas que têm por ênfase a discussão em torno do ensino de ciências sociais na educação básica.

É importante destacar que tive dificuldade em acessar os jovens da Pitombeira, estabelecendo com estes, contato em algumas situações pontuais, mas bastante precário, tendo acessado com mais facilidade os adultos, idosos e crianças. Esta foi uma dificuldade que possivelmente foi proveniente do fato de que escolhi não frequentar alguns espaços, como os bares localizados na *comunidade*, considerando o consumo de bebidas e alguns atritos existentes nesses espaços, os quais tomei conhecimento, inclusive a partir da avaliação da conduta de outra pesquisadora que por lá passou.

Do mesmo modo que estava ali para observar o cotidiano daquelas pessoas e suas redes de relações, as minhas atitudes e meu comportamento eram por eles observadas. Como alguém que veio de tão próximo, por eu ter nascido em São Mamede e lá vivido por anos, a minha presença também foi lida por minhas relações de parentesco, conforme mencionado anteriormente, sendo por vezes indagada a respeito de minha família, bem como, de alguma forma, localizada nas redes de parentesco de alguns dos moradores da Pitombeira. Em virtude de minha origem, vinda de uma família camponesa, também percebia, que em algumas pessoas, a minha presença enquanto estudante da Universidade instaurava a percepção de que esse também poderia ser um lugar para os seus filhos.

Nas minhas idas à Pitombeira, a escola Hermínio Silvano da Silva e a Associação foram locais privilegiados de observações de eventos de caráter mais coletivo. Ao longo destes anos de contato com o grupo, pude acompanhar muitas atividades por eles desenvolvidas, bem como desfrutar da vivência das relações cotidianas.

Embora tenha realizado algumas entrevistas, foi na observação do cotidiano; fosse nas visitas a algumas famílias, nas idas à escola, participando das reuniões da Associação, bem como dos encontros em datas comemorativas, que pude ir percebendo os conflitos existentes entre aqueles que fazem a Pitombeira, seja na organização dos eventos, nos ensaios, e até mesmo durante a realização dos eventos/comemorações. Ao acompanhar os dramas vivenciados pela *comunidade*, fui percebendo as clivagens existentes dentro do grupo, e notando a existência de elementos da dinâmica cotidiana que reverberam nas decisões de caráter coletivo. Foi nesses momentos que fui percebendo o destaque de alguns valores na construção

das reputações familiares, demarcando assim uma dinâmica de hierarquização entre aquelas famílias que fazem à Pitombeira.

Devo sinalizar que meu trabalho de campo na Pitombeira se pautou muito fortemente na observação participante. Das poucas entrevistas que realizei, muitas delas visaram compreender os laços de parentesco tendo como ênfase as genealogias de algumas famílias, e outras tratando de questões mais específicas sobre o cotidiano daquela população e de sua vida comunitária. Não por acaso, a maior parte de minha escrita estará pautada nas minhas observações de alguns eventos que acompanhei com os moradores da Pitombeira.

Assim, ao longo desses quase oito anos de idas e vindas àquele lugar, fui sendo familiarizada com algumas dinâmicas, sendo apresentada a muitas questões, e considero ter sido esse processo de acompanhar o cotidiano daquela *comunidade*, que me afastou de minha proposta de pesquisa inicial para o doutorado, me levando a buscar analisar o modo pelo qual a gramática das relações sociais, mediada pelas configurações familiares e políticas do grupo, se relacionam com os processos históricos vividos pelo mesmo, destacando aqui a articulação entre as lutas compartilhadas por eles na afirmação da identidade quilombola.

Outro fator que contribuiu para o meu distanciamento da proposta inicial de pesquisa, foi a dificuldade que tive de acessar e acompanhar a agenda quilombola no estado, posto que trabalhando em Maceió (Alagoas), cursando disciplinas em Recife (Pernambuco), nem sempre conseguia me fazer presente nas atividades realizadas na Paraíba (especialmente na Pitombeira), o que em certa medida dificultava meu acesso.

Além disso, tive a possibilidade de acompanhar, indiretamente, a dinâmica estabelecida para a elaboração do RTID da Pitombeira. O que também me impulsionou a pesquisa nessa nova direção.

Quando da finalização de minha pesquisa para elaboração da dissertação de mestrado, tomei conhecimento que a *comunidade* da Pitombeira teria seu RTID elaborado em virtude de algumas tensões que estavam sendo instauradas com a venda de terras a pessoas “*estranhas*” ao lugar.

Se tomarmos como referência os fatores que levaram a maioria das comunidades quilombolas da Paraíba a reivindicarem o reconhecimento de sua identidade étnica, será possível observar que a disputa territorial marcada por um

conflito latente não foi o elemento impulsionador de tal reivindicação. O que não significa dizer que a demanda territorial não estivesse envolvida no pleito daqueles que buscaram o reconhecimento, ou mesmo que a questão territorial fosse desconsiderada por tais coletividades.

No caso da Pitombeira, com a venda de pequenas porções de terra e a alocação do Lixão de Santa Luzia nas imediações daquela localidade, a demanda pela titulação da terra tornou-se crescente por parte dos membros da Associação de moradores, sendo o trabalho de campo para a confecção do Relatório antropológico iniciado no ano de 2012, momento em que já havia fechado minha pesquisa para o mestrado.

Enquanto pesquisadora, antes mesmo da equipe que realizaria o relatório antropológico chegar a Pitombeira, tomei a decisão de não aproximar minha pesquisa daquela que se iniciaria visando a elaboração do RTID, viabilizada pelo INCRA, que tem como propósito final a demarcação do território da *comunidade quilombola*, não por desconsiderar a importância do pleito daquelas pessoas, mas por ter clareza dos limites de minha ação dentro desse contexto.

Naquele momento, em virtude de não acompanhar a rotina da pesquisa que estava sendo iniciada para a elaboração do RTID, decidi que as questões referentes à terra só iriam fazer parte de minhas conversas com aquelas pessoas, quando as mesmas as propusessem²¹. Por vezes considerei a minha decisão complexa. Não é que não quisesse me posicionar, tenho consciência que a minha escolha era mais do que posicionada, mas também não queria que a minha pesquisa se confundisse com aquela que estava sendo iniciada pela equipe contratada para a elaboração do Relatório.

Embora em nenhum momento de minha trajetória acadêmica tenha feito parte de uma equipe que elaborou relatórios antropológicos junto às comunidades quilombolas, tive colegas que o fizeram. Como compartilhávamos o interesse pelas reflexões sobre comunidades quilombolas sempre estávamos dialogando, o que nos possibilitou acompanhar as experiências uns dos outros, assim como as dinâmicas

²¹ Minha condição de mulher e jovem me permitiu acessar alguns atores, assim como alguns espaços e situações, ao mesmo tempo em que dificultou o meu acesso a outros interlocutores e eventos. Considerando que os antropólogos envolvidos na elaboração do RTID da Pitombeira eram homens e entraram na *comunidade* através de uma outra chave, bem como pelas mãos de outros interlocutores, penso que os mesmos tiveram oportunidade de acessos que também implicaram em fechamentos.

postas em tais cenários de pesquisa. É claro que tenho consciência que as situações de pesquisa são diferentes, mas havia um elemento que pareciam percorrer as situações vividas pelos colegas, as dificuldades deflagradas a partir da demarcação do território.

Àquela época me pareceu que os objetivos da elaboração do Relatório e os seus desdobramentos são muito claros para aqueles que estão no INCRA e até mesmo envolvidos com tais dinâmicas, seja no mundo da teoria e/ou mesmo da prática (me refiro aqui ao universo acadêmico e das Instituições que desenvolvem atividades junto a tais grupos), mas, por vezes, não me pareceu ser tão claros para todos aqueles que residiam e/ou faziam parte da Pitombeira. Assim, tomei a decisão de não aproximar a minha pesquisa daquela realizada para viabilizar a elaboração do RTID.

Na Pitombeira, nem todos os moradores acompanham as pautas da Associação, mesmo aqueles que são sócios. Pelo que pude observar, a maior parte de seus moradores possuem suas pequenas porções de terra, destes a maioria herdou de seus parentes²².

Embora não tenha acompanhado o encaminhamento da demanda pela demarcação do território do grupo, acompanhei as dinâmicas que vinham sendo vivenciadas por aqueles que ali residem em um momento que antecedeu tal demanda. E é em virtude de ter acompanhado tais dinâmicas que pude observar, em meus retornos depois daquela pesquisa, os impasses que a questão territorial gerou entre eles.

Uma das dificuldades é posta pela emissão dos títulos em nome da Associação de moradores da *comunidade*. O que gerou certo desconforto por parte de alguns, em geral motivado por questões que remetem as relações cotidianas do grupo. Em uma parte deste trabalho irei analisar o modo pelo qual as disputas pelos cargos da Associação de moradores daquela *comunidade* são perpassadas pelas disputas político-partidárias locais. Potencializando conflitos cotidianos compartilhados pelo grupo, ou mesmo impulsionando o estabelecimento de novas tensões.

Assim sendo, temos a conformação da seguinte situação: uma coletividade que possui suas divergências e seus desentendimentos, comuns àqueles que

²² Considerando a ênfase desta pesquisa, não busquei informações sobre a posse ou não do registro de tais terras.

possuem relações “*aproximadas*”, onde cada família extensa possui suas terras e fazem nelas e com elas o que decidem entre si (desde que não afetem a gramática das interações sociais previstas no grupo – um dos limites aqui postos pode ser visualizado coma venda a pessoas “*estrangeiras*”), passarem a ter, a partir da titulação, uma situação na qual suas terras estariam em nome da Associação. O leitor pode se perguntar se as terras deixam de pertencer ao grupo, em função da titulação vinculada a Associação? Não, elas passam a pertencer ao grupo, eu responderia. Mas, ainda seria possível se indagar sobre o poder da diretoria da Associação, que sabemos não é supremo, mas que pode ser usado de maneiras diversas.

Tive a oportunidade de participar de várias reuniões da Associação, tanto aquelas que só contavam com a participação dos moradores da Pitombeira, quanto em reuniões realizadas por *pessoas de fora* (vinculadas a alguma secretaria do município de Várzea, do estado da Paraíba, ou mesmo alguma ONG) que contavam também com a participação de pessoas que não residiam naquela localidade. Nesses momentos, pude observar que algumas pessoas que já foram membros da diretoria não mais participavam das reuniões. Ouvi de alguns moradores sobre seus descontentamentos com as gestões e de seus afastamentos das reuniões.

A partir de tais observações, algumas questões se colocaram para mim: Como as demandas coletivas estavam sendo operadas naquela *comunidade quilombola*? Quais dessas demandas produziam consensos e dissensos dentro do grupo? Como o reconhecimento quilombola estava sendo vivido por eles? Quais os efeitos da nova agenda de interlocução posta com o reconhecimentos quilombola para as dinâmicas internas do grupo? Quão distantes estão os “projetos governamentais” das práticas dos grupos que os mesmos visam atender/atingir? Será que pensarmos em “comunidades remanescentes de quilombos” e no direito previsto pelo art. 68, que garante o título de terras a estas coletividades de forma tão genérica, dá conta das realidades vividas por tais comunidades?

Ao me deparar com situações tão diversas dentro da *comunidade quilombola* de Pitombeira, comecei a pensar sobre os processos sociais e históricos que aquela coletividade tem vivenciado depois de seu reconhecimento enquanto remanescente de quilombo. Suas lutas e as dinâmicas de poder instaurados por esse novo arranjo de relações internas e externas. Foram tais inquietações que me levaram a propor aqui uma análise com foco nas micro relações.

Com base nos momentos que acompanhei junto aos moradores da Pitombeira, acredito que poderia dizer que a questão territorial, enquanto elemento que gera problematizações, passa a fazer parte das discussões do grupo quando algumas parcelas de terras são vendidas a pessoas “*de fora*”, sendo nesse momento que o INCRA é acionado para realizar o RTID daquela *comunidade*, o que teria intensificado a discussão em torno da questão territorial.

Como mencionei anteriormente, meu primeiro contato com a Pitombeira se deu quatro anos depois de seu reconhecimento e certificação pela Fundação Cultural Palmares. Um período que considero curto para o amadurecimento das questões permeadas pelo reconhecimento, considerando todas as experiências que estavam sendo vividas pelo grupo e o enfraquecimento das trocas de informações que vinham sendo realizadas através do presidente da Associação que foi acometido por um problema de saúde.

Pude acompanhar, junto aos moradores da Pitombeira, de modo um pouco mais intenso, junto àqueles que compartilham as dinâmicas associativas, alguns dos efeitos do reconhecimento daquela *comunidade* enquanto *quilombola*. Nesse processo, me chamava atenção, além das expectativas geradas pelo reconhecimento da identidade quilombola no grupo, expectativas que, obviamente, não se restringem a esse grupo, também o modo pelo qual as dinâmicas familiares e os arranjos internos iam dando contornos aos encaminhamentos das demandas coletivas.

Foi ao observar tais processos que pude perceber o modo pelo qual as questões familiares iam se colocando no escopo de lutas compartilhadas por aquela coletividade e como as mesmas iam permeando e sendo permeadas pelas articulações políticas do grupo, fosse nas reuniões para a realização de uma comemoração local, ou mesmo na escolha de uma representação para a *comunidade*. Em último caso, nos termos já colocados por Taylor (1991), me percebi envolvida pela necessidade por melhor compreender, ou mesmo reconstruir, a estrutura valorativa e moral subjacentes à dinâmica social do grupo e que servem de estímulo/justificação à ação dos indivíduos, considerando o papel das redes familiares e políticas, que acabam por contribuir para a conformação da gramática social. Mais do que simplesmente incorporar as contribuições que remetem a “hermenêutica social tayloriana”, me aproximo aqui, embora em escala microsocial e não generalista, daquela que foi a principal preocupação de Jessé de Souza (2012, p. 83) que, ao tratar

da “modernidade periférica”, chama a atenção para a necessidade de, diante de contextos de distribuição desigual de bens e recursos escassos, é preciso explicar como se processa a existência de consensos que justificam tais desigualdades, seus princípios fundamentais, bem como, de que forma o mesmo adquire “materialidade na vida cotidiana e concreta de todos [...] enquanto signos sociais visíveis para todos”. Estou falando aqui de um contexto hierarquizado que estabelece aspectos próprios de rearticulação das lutas políticas, e que não se restringe unicamente aos aspectos instrumentais da disputa por poder ou mesmo prestígio. Em último caso, assim como no trabalho do autor, busco construir uma reflexão que se fundamenta em uma teorização que tem como base fundamental, a percepção da prática social, e não de uma representação da mesma, que se pauta no estreitamento das relações entre moralidade e poder.

Nesse sentido, considero que estes fatores me levaram ao formato do presente texto e tomarei como referência de análise, alguns desses momentos presenciados durante a pesquisa, que serão aqui abordados enquanto situações sociais²³ importantes para compreender as dinâmicas coletivas dos moradores da Pitombeira. Tais situações tornaram visíveis, e em certa medida compreensíveis, os conteúdos que não eram tratados diretamente, aquilo que não era dito nas conversas cotidianas, me possibilitando entender um pouco a mecânica das relações nas quais esses atores sociais estão envolvidos.

Apresento tais questões para salientar a necessidade de que se compreenda que, quando da realização de suas pesquisas, o antropólogo se vê diante de determinadas situações nas quais ele é chamado a pensar os condicionantes e percursos de sua atuação. Na medida em que, em muitos casos, pensar a realização do trabalho antropológico, a partir da representação que nos oferece Malinowski, não mais reflete uma realidade possível. Atualmente, o antropólogo precisa constantemente (re) pensar o lugar que ele, seus objetivos e o próprio fazer etnográfico ocupam, dados determinados contextos específicos.

²³ Em seu texto “Análise de uma situação social na Zululândia moderna”, Max Gluckman analisa as relações entre africanos e brancos do norte da Zululândia. No referido texto o autor esclarece que “uma situação social é o comportamento, em algumas ocasiões, de indivíduos como membros de uma comunidade, analisado e comparado com seu comportamento em outras ocasiões. Desta forma, a análise revela o sistema de relações subjacente entre a estrutura social da comunidade, as partes da estrutura social, o meio ambiente físico e a vida fisiológica dos membros da comunidade” (GLUCKMAN, 2010[1958], p. 238).

Considero importante ressaltar esse contexto da pesquisa, uma vez que o material levantando pelo trabalho de campo é resultado do momento no qual se encontra não só o grupo pesquisado, como também a pesquisadora. Bem como, pelo modo como a relação entre pesquisadora e pesquisados se estabelece.

Conforme salienta Malighetti,

Os dados antropológicos são complexos e articulados, “construções de construções”, interpretações de interpretações”, consistindo na textualização do que, segundo palavras de Sperber, o etnógrafo registrou, do que ele está à altura para compreender, do que seus interlocutores quiseram e souberam dizer, a partir do que tenham compreendido (MALIGHETTI, 2004, p. 112).

O resultado que se observa através da leitura do texto etnográfico da tese é fruto das interpretações que foram realizadas por mim a partir do que foi mencionado e silenciado pelo grupo pesquisado, do que foi permitido observar, bem como do que tive capacidade para perceber. Utilizando-me das reflexões de Grossi, pondero que não foi o acaso que me levou a seguir o caminho trilhado na Pitombeira, mas, como a autora sugere, “na verdade cada caminho reflete a forma individual e subjetiva do encontro de si mesmo a partir do encontro com o outro” (GROSSI, 1992, p.16).

Assim, como salienta Maia,

Ao analisar as realidades contemporâneas, os problemas que a antropologia pretende resolver impõem um constante repensar do seu papel político e social - de uma ciência voltada à crítica cultural - às formas pelas quais tem produzido e representado os significados da cultura (MAIA, 2000, p. 127)

Ao considerar a necessidade posta a antropologia de (re)pensar seu papel, a autora nos chama a refletir sobre o processo de construção de nossos trabalhos etnográficos, movimento que tem sido elaborado por muitos antropólogos.

Deste modo, é pensando o trabalho etnográfico como resultado de um conjunto de relações que se estabelecem em um contexto social particular, que apresento as reflexões a seguir, tendo como foco minha experiência com a pesquisa desenvolvida na Pitombeira, na tentativa de permitir ao leitor observar que a versão final desse trabalho é fruto das interpretações que foram realizadas por mim a partir do que foi mencionado e silenciado pelo grupo pesquisado.

1.3 Trilhando a escrita do texto

Conforme já sinalizado, o objetivo da presente análise é, tomando como referência as micro relações, refletir sobre o modo pelo qual as configurações familiares e a articulação política da *comunidade* da Pitombeira se relacionam com os processos históricos e as lutas identitárias vividas por esses indivíduos a partir do reconhecimento quilombola.

A pesquisa realizada na Pitombeira me possibilitou observar que o reconhecimento da identidade quilombola daquele grupo é um importante dispositivo na construção de uma luta coletiva e na busca pela garantia de direitos, tornando-se um elemento relevante para a construção de um vocabulário de mobilizações políticas do grupo. Porém, embora reconheça a importância desta categoria no contexto pesquisado, faz-se necessário sinalizar que o modo como esse repertório discursivo se manifesta está ligado a gramáticas locais, sendo incorporado e apropriado pelos atores de modo plural.

A possibilidade de observação das interações estabelecidas entre aquelas pessoas, em contextos específicos, me permitiu pensar as relações sociais para além das expressões identitárias/étnicas. Assim, a minha preocupação foi direcionada para a compreensão sobre as diferentes maneiras de ser dos agentes, dos poderes envolvidos nas interações e das modalidades de dependência, sinalizando a importância de pensar em distintos regimes de envolvimento²⁴.

Chego a esta proposta a partir da observação do modo pelo qual a estrutura moral e a conflitividade permeiam as dinâmicas de interação estabelecidas naquela *comunidade* e informa como o grupo constrói sua vida e suas demandas coletivas.

Assim, apoiando-me em autores como Boissevain ([1974]2010), Barnes ([1969]2010), Bott ([1971]1976), penso que para fins de tal reflexão é importante lançar mão da etnografia das redes de relações como uma estratégia de análise, visando problematizar que, embora a questão identitária seja importante para a categorização de tais comunidades enquanto quilombolas, também é relevante problematizarmos outros aspectos da formação comunitária de tais grupos, aspectos

²⁴ De acordo com Mota (2012, p. 132) a noção de regime de envolvimento “permite pensar as relações sociais para além das expressões identitárias ou étnicas, pois a preocupação se dirige para a compreensão sobre as diferentes maneiras de ser do agente, dos poderes e das modalidades de dependência”.

estes presentes nas micro relações sociais vivenciadas por tais coletividades. Conforme já destacado por Mura e Silva (2011, p. 115), a partir de seus estudos com “populações ditas tradicionais”, a identidade étnica, embora seja um dos elementos importantes da formação comunitária, a mesma não representa o único aspecto que devemos analisar, ou mesmo considerar esta como “a base da articulação social”.

O material empírico me permitiu considerar que a articulação social e política dos moradores da Pitombeira ocorre especialmente a partir das dinâmicas familiares, estando as articulações políticas do grupo vinculadas ao papel desempenhado por determinadas famílias locais. Assim, a ênfase recairá sobre os aspectos do que acredito poder chamar aqui de uma “micropolítica da vida cotidiana”²⁵, baseada no modo pelo qual as interações vão se constituindo e as dinâmicas da vida familiar vão pautando a organização e articulação social e política do grupo, permeados por um conjunto de repertórios morais.

Nestes termos, o foco da análise não estará exclusivamente na construção da identidade étnica, mas nas experiências que permitem compreender como esta coletividade se organiza social e politicamente, destacando as redes de relações acionadas pelo grupo na dinâmica cotidiana, que não podemos desconsiderar é permeada pela afirmação da diferença e pelo reconhecimento enquanto *comunidade quilombola*.

A particularidade que o trabalho visa apresentar é o destaque atribuído às dinâmicas familiares com o intuito de analisar suas implicações na organização e articulação social e política do grupo, o que não significa negar a importância da identidade étnica para a sua formação comunitária, mas chamar atenção para o fato de que considerando a identidade étnica como processual e situacional, a mesma pode, em diferentes situações e níveis, não ser o elemento mobilizador da articulação coletiva.

Ao estabelecer uma dinâmica de pesquisa que me colocou “dentro das residências”²⁶ na *comunidade* da Pitombeira, e em virtude do acompanhamento de algumas situações²⁷, pude observar conflitos, o que tornou este também um elemento norteador dessa análise, a qual tomará os conflitos como formas de interação na

²⁵ Aqui apoio-me no proposto por Bailey (1971) quando salienta que as dinâmicas micropolíticas da vida cotidiana giram em torno das reputações.

²⁶ Compartilhando a dinâmica cotidiana.

²⁷ Abordarei tais questões mais detidamente adiante, especialmente nos capítulos 2 e 3.

dinâmica social, que, ao mesmo tempo em que gera distanciamentos, possibilita aproximações. Assim, ao abordar algumas dinâmicas de conflitividade vivenciadas na Pitombeira, objetivo analisar como as relações familiares vão se organizando e se reorganizando²⁸ a partir dos conflitos e a partir dos marcos estabelecidos por certos repertórios morais.

Ao direcionar minha atenção para uma abordagem da micropolítica da vida cotidiana dessa *comunidade* quilombola, a ênfase na conflitividade cotidiana e na reputação serão elementos chaves de minha análise. Assim, o modo pelo qual as famílias são ali classificadas, o que significa ter um *bom nome*, as *fofocas*, as divergências, os insultos e a importância que os mesmos ganham em determinados contextos, desempenharão um lugar central na reflexão proposta.

A noção de conflito aqui é pensada como elemento que faz parte das interações sociais. Como sugere Simmel (1983, p. 122), se toda interação entre os homens é uma sociação, o conflito deve ser considerado uma sociação. Para Simmel, o conflito está destinado a resolver dualismos divergentes, sendo “um modo de conseguir algum tipo de unidade, ainda que através da aniquilação de uma das partes conflitantes”.

Considero, assim, que a noção de conflito, do modo como proposto por Simmel, é um importante elemento para a análise das interações sociais dessa *comunidade*. De acordo com este autor, “admite-se que o conflito produza ou modifique grupos de interesse, uniões, organizações” (1983, p. 122). O conflito é visto, nesta perspectiva, como uma forma de interação na convivência em sociedade, que existe nas mais variadas relações entre os indivíduos.

Seguindo a abordagem proposta por Simmel, ao salientar as relações conflitivas observadas durante a pesquisa de campo, não objetivo sinalizá-las como algo externo, mas como elementos que possibilitam a composição de arranjos que geram aproximações e distanciamentos nas interações daquela *comunidade*, enfatizando a importância de pensarmos a contextualidade desses arranjos.

O conflito aqui será abordado como uma consequência da convivência entre os atores sociais, ou seja, como um elemento presente nas dinâmicas de interação daquela *comunidade*, não como algo peculiar a este grupo, mas como um artifício que

²⁸ Aqui me aproximo do proposto por Comerford (2003), em sua pesquisa na Zona da Mata Mineira, quando considera o conflito enquanto um elemento fundamental para explicar o caráter mais ou menos corporado das famílias. Importante para problematizar o que o autor chama de processos de familiarização e hierarquização das famílias no córrego.

nos permite compreender alguns arranjos elaborados no cotidiano e que muito nos informa sobre os repertórios morais que servem de fundamentação para ação dos membros daquelas famílias. Como propõe Werneck (2012, p. 35-36),

ele [o conflito] se dá quando determinada regra reconhecida como obrigatória por pelo menos um dos envolvidos for burlada em determinada situação por pelo menos um dos outros. Isso põe esses personagens nos dois polos de um regime moral.

Neste sentido, a moral aqui ganha destaque ao ser entendida como um conjunto de formas que possibilitam ações e situações da/na vida social, percebida não como aparato que limita as ações indesejadas, mas como ferramenta de interação, como uma linguagem, uma gramática que na medida em que é compartilhada e conhecida por um grupo possibilita o mapeamento da reputação. Tal dimensão é importante na medida em que, o direcionamento do olhar para a questão moral, permite perceber como os atores individuais e coletivos, de maneira concreta e, quase que diariamente, (re) configuram princípios avaliativos, bem como a compreensão de seus sentidos e efeitos em termos da produção da vida social (OLIVEIRA; WERNECK, 2014). Principalmente, ao considerarmos os modos e práticas de engajamento moral, seus fundamentos, repercussões, dilemas e tensões implicadas na sua constituição a partir dos cenários em que atuam, ao exemplo da política e da vida cotidiana. Apoiando-me também no proposto por Bailey (1971), quando salienta que a reputação de um homem não se trata simplesmente de uma qualidade que ele possui, mas sim das opiniões que outras pessoas têm sobre ele, torna-se possível considerar a importância da reputação nas dinâmicas de interação. Para o autor, a reputação é um dos fatores que controlam a maneira como as pessoas agem e interagem, ter uma reputação implica em fazer parte de algo, fazer parte de uma comunidade, mesmo que essa reputação não seja positiva. Bailey utiliza a expressão “comunidade moral” para se referir àqueles que estão preparados para fazer juízos morais uns sobre os outros dentro de um grupo. Nesse sentido, não é qualquer pessoa que pode elaborar juízos morais, elas precisam ser reconhecidas como “capazes” de fazê-lo, como parte de uma interação que as coloca em uma chave de permissão de tal avaliação. Em último caso, pessoas expressam descontentamento ou reprovação em relação a outras, na medida em que ambas

estejam, até então, desempenhando/realizando uma ação conjunta (WERNECK, 2014).

Esta reputação, que ganha destaque na pesquisa aqui empreendida, não se trata de uma reputação do indivíduo, embora tome como referência ações que são individuais, mas de uma reputação assumida por um grupo de pessoas que compartilham relações de parentesco e que em último caso, estão inseridos em um dado contexto. Ganha destaque na pesquisa o modo pelo qual se propagam as reputações familiares e como os indivíduos passam a ser lidos a partir de tais chaves, sendo muitas vezes suas ações avaliadas a partir da conduta de seus parentes. Não se trata de propor uma generalização, mas de observar em que momentos e sobre que pessoas tais avaliações são elaboradas e propagadas.

Chegamos assim a outra categoria importante para esta análise, a família. As análises sobre família são bastante complexas e densas, não sendo uma de minhas pretensões, dar conta das discussões que permeiam tal categoria conceitual, porém a mesma ganha destaque em minha análise enquanto uma unidade de avaliação, enquanto um elemento de classificação e hierarquização social e moral dentro do grupo.

Ao nos remetermos aos estudos que analisam as famílias que vivem em espaços rurais, Almeida (1986) destaca que os estudos sobre o meio rural que tratam de “famílias camponesas”, realizados nas áreas da Antropologia e Sociologia, nas décadas de 1970 e 1980, podem ser alocados basicamente em dois focos analíticos que correspondem, respectivamente, as questões econômicas e as questões extra econômicas. Os primeiros têm como foco a lógica econômica da família, “estudam como a unidade familiar se reproduz no ciclo anual, combinando trabalho, recursos naturais e conhecimento tradicional para atender ao consumo familiar e para repor os insumos necessários ao reinício do processo” (ALMEIDA, 1986, p. 67), estando os estudos com ênfase nas questões extra econômicas preocupados com a reprodução da unidade familiar no ciclo geracional, ou seja, em analisar como as famílias se perpetuam via nascimento, casamento, morte e herança.

Para o autor, a maioria desses estudos não define o significado dos termos utilizados (como economia familiar, produção familiar ou família como unidade econômica). Assim, Almeida (op. cit.) elabora uma definição, para fins analíticos, que separa a família do grupo doméstico. Nestes termos, para o autor, o grupo doméstico

é composto por pessoas que compartilham uma casa e uma cozinha e que trabalham conjuntamente e a família é tomada como algo intrínseco, isto é, um determinado conjunto de parentes, tipicamente formado por uma família nuclear (um casal e seus filhos), além de outros tipos de família definidos também intrinsecamente.

Considerando estar diante de definições flexíveis, capazes de explicar distintas realidades e situações sociais e culturais diversas, Almeida cita duas noções comumente usadas pelos estudiosos brasileiros para explicar o funcionamento e a reprodução das famílias residentes em áreas rurais, quais sejam: a racionalidade familiar (embasada nas obras de Chayanov) e o parentesco.

Utilizando-se da separação sinalizada por Almeida entre família e grupo doméstico, Carneiro (1998) chama atenção para a família como agente integrador das relações sociais no interior das unidades de produção agrícola. No entanto, a autora destaca que a família é um espaço de produção e de reprodução de valores cujos significados ultrapassam a lógica do parentesco e a racionalidade econômica.

Neste sentido,

a família não deve ser entendida tão somente como um grupo estruturado segundo as condições históricas e culturais que o cercam. É necessário também considerar o conjunto de valores que orientam e dão sentido às práticas sociais no interior da família já que ela agrega indivíduos através de uma rede de relações que inclui, como toda relação social, uma parte ideal, de pensamento, ou, se quisermos de representação (CARNEIRO, 1998, p. 65-66).

A autora sinaliza a importância de analisarmos a família enquanto uma unidade social e não apenas como unidade de produção, salientando que a complexidade do processo de transformação do mundo rural brasileiro poderá ser melhor entendida quando as análises estiverem voltadas às relações entre os agentes sociais envolvidas na dinâmica de reprodução social. Isto significa incorporar uma gama complexa das relações que definem e redefinem a família.

Na pesquisa realizada na Pitombeira, a família demonstrou ser uma importante unidade de organização social e política para o grupo, passando a ocupar um lugar chave na análise das dinâmicas de organização daquela *comunidade*, enquanto um elemento de classificação e hierarquização social e moral dentro do grupo.

Aqui, a família é vista enquanto um grupo social que envolve uma rede de parentesco. Na Pitombeira, família pode ser considerada como uma rede de

parentesco que envolve um conjunto de obrigações e códigos de lealdades. Nesse sentido, *ser parente*, ter o mesmo *sangue*, embora sejam importantes marcadores na definição de família naquela *comunidade*, não se confundem com esta última.

Se em um primeiro momento de contato com a Pitombeira, a máxima “aqui todo mundo é parente” é recorrente, o mesmo não se aplica a ideia de que “ali existe uma grande família”. A medida em que fui construindo as genealogias de algumas famílias e localizando as aproximações das relações de parentesco por consanguinidade ou afinidade, também fui observando um sistema de atitudes que delimitavam o modo como determinados parentes eram tratados, aqueles que eram silenciados ou mesmo esquecidos.

Assim, embora, entre os moradores da Pitombeira, parente seja alguém com quem se possui uma relação, a mesma não o torna membro da família, e mesmo que em alguns momentos tais termos possam ser acionados como análogos, nem sempre um se traduz pelo outro. Neste sentido, a família ali pode ser considerada enquanto um grupo social que envolve uma rede de parentesco, cujos membros possuem relações muito próximas, e estas relações implicam em uma dinâmica de solidariedade (WOORTMANN, 1990).

Entre os moradores da Pitombeira, o termo parente é utilizado de forma mais geral e abrange um número maior de pessoas. Demarcando, assim, relações e agrupando aqueles que são parentes. Já o termo família é um termo mais complexo, posto que seu sentido varia de acordo com o contexto no qual é utilizado. O mesmo pode ser usado para se referir à família nuclear (pai, mãe e filhos); família extensa (unidades domésticas compostas por três ou quatro gerações, que vivem próximas e têm os avós e/ou os bisavós como principais referências simbólicas da organização das atividades cotidianas); ou ainda ao nome da família (aqueles indivíduos que carregam o mesmo sobrenome). Embora ambíguo o uso do termo família, especialmente quando se referindo aos dois primeiros sentidos, apresenta um caráter mais íntimo, mais próximo. Nas palavras de Núbia, uma das moradoras da Pitombeira, “Família é com quem podemos contar, depois veem os parentes!”. Demonstrando assim uma diferenciação entre aqueles que são considerados como parentes e aqueles vistos como membros da família, justificando inclusive o porquê de, entre eles, alguns se distanciarem de algumas famílias afirmando que “nem todo mundo aqui é minha família!”.

Tal expressão me levou a observar melhor os critérios de classificação das relações de parentesco na Pitombeira e buscar entender que consanguíneos não são reconhecidos como membros da família e em que situações as relações de parentesco são legitimadas e/ou deslegitimadas. Tais observações me possibilitaram acompanhar alguns aspectos da conflitividade cotidiana que permeia e é permeada pelas dinâmicas familiares.

Aqui a proposta de Montero, Arruti e Pompa (2012, p. 25) de abordagem do que eles chamam de “antropologia do político”, também parece fecunda para minha análise. Como sugerem tais autores a abordagem que eles estão propondo visa compreender, “a partir da interação dos agentes em suas redes familiares, sociais e institucionais, os mecanismos de produção de consensos em torno dos modos de representação e apresentação das diferenças”. Neste sentido, ao observar alguns conflitos, percebi na construção situacional das diferenças, a importância da respeitabilidade e das reputações dentro daquele grupo, sendo instada a analisar o modo pelo qual as regras ou repertórios morais regulam ali as ações dos indivíduos.

Tais elementos permearam a minha análise que está estruturada da seguinte forma:

No primeiro capítulo da tese, busco apresentar questões em torno do modo pelo qual a(s) história(s) de origem do grupo é (são) narrada(s), enfatizando aspectos da dimensão territorial da Pitombeira. Nesse capítulo destaco como as reputações familiares, são acionadas no mapeamento das pessoas que fazem aquela *comunidade*, assim como, o modo pelo qual as redes de relações familiares vão se constituindo e se consolidando. A partir de algumas situações que pude vivenciar/observar junto aos moradores da Pitombeira, abordo a maneira como as relações são percebidas/vividas na interação cotidiana, destacando a importância da respeitabilidade e da reputação enquanto dispositivos morais naquela coletividade.

Já no segundo capítulo, apoiada na noção de conflito de Simmel (1983), e destacando que as competições, os conflitos e discordâncias fazem parte das dinâmicas da vida em sociedade, destaco alguns desentendimentos observados do cotidiano da Pitombeira, uma vez que através deles pude compreender melhor algumas articulações e distanciamentos entre as famílias que ali residem.

No terceiro capítulo, por sua vez, desenvolvo algumas reflexões em torno da vida associativa daquela coletividade. A partir da etnografia de uma eleição, destaco

como tem se propagado as disputas por poder dentro da *comunidade*. Através da observação de tais fenômenos pude mais uma vez identificar a constituição de arranjos familiares dentro da *comunidade* e seus efeitos para a vida associativa.

Por fim, no quarto capítulo, ao analisar alguns dos processos de *chegadas* de pessoas *de fora* naquela *comunidade*, destaco a maneira como são identificados os diversos momentos de entradas, aqui categorizados como correspondendo a três processos distintos, que marcam o modo pelo qual as relações de afinidade entre “nós” e “os outros” vão ali sendo pautadas e a demarcação das fronteiras destes grupos sendo elaboradas e influenciadas por elementos de ordem temporal.



2 DIMENSÕES DA CONSTRUÇÃO SOCIAL NA PITOMBEIRA

Neste capítulo serão abordados alguns aspectos da ocupação do território²⁹ da Pitombeira, bem como as narrativas em torno da ocupação daquele Sítio³⁰. Ao apresentar algumas das dinâmicas da organização social da Pitombeira, além de possibilitar ao leitor a construção de um olhar sobre a região, também será possível observar o modo pelo qual aquelas famílias elaboram alguns dos seus repertórios morais³¹ através das lógicas de solidariedade e troca entre parentes e vizinhos observadas a partir das dinâmicas cotidianas.

Tais dinâmicas ganharam destaque nesta análise porque me permitiram problematizar a existência de distintos regimes de envolvimento naquela *comunidade*. Assim, através da observação das dinâmicas cotidianas, foi possível refletir sobre a importância das configurações familiares na Pitombeira, o que me levou a atentar para a elaboração de seus repertórios morais.

Desse modo, também destacarei como as reputações familiares são acionadas no mapeamento das pessoas que fazem a Pitombeira, assim como, o modo pelo qual as redes de relações familiares vão se constituindo e se consolidando. A partir de algumas situações que pude vivenciar/observar junto aos moradores da Pitombeira, abordo a maneira como as relações são percebidas/vividas na interação cotidiana, destacando a importância da respeitabilidade e da reputação enquanto dispositivos morais naquela *comunidade*.

²⁹ A noção de território é bastante complexa posto que apresenta muitas facetas. Sem objetivar me aprofundar nessa discussão, gostaria de destacar aqui o exposto por Correia de Andrade (1995) quando salienta que o conceito de território “não deve ser confundido com o de espaço”, estando tal noção “ligada à ideia de domínio ou de gestão de determinada área”.

³⁰ Utilizo a expressão a partir das elaborações de Woortmann que salienta que o termo sítio possui três significados, aqui utilizaremos o termo no seu sentido mais amplo designando “uma comunidade de parentesco, um espaço onde se reproduzem socialmente várias famílias de parentes, descendentes de um ancestral fundador comum” (1990, p. 30). Especialmente no caso de Pitombeira, se não temos apenas um fundador comum reconhecido, temos a busca de seus membros por se reconhecerem ligados aos fundadores que legitimam enquanto formadores das famílias tradicionais do lugar, numa chave de mobilização identitária.

³¹ A opção pela utilização do termo “repertório moral” em detrimento de “código moral” se aproxima do proposto por Noel (2014, p. 124-125), quando o autor lançando mão de uma abordagem que “finca suas raízes na tradição processualista da antropologia social britânica do século XX” nos chama atenção para a necessidade de atentarmos para as dimensões processuais da vida social, bem como a agência dos indivíduos, numa relação de afinidade com a teoria da prática (ORTNER, 2007), afastando-se de uma proposta que se aproxima da execução de um código preestabelecido.

2.1 Conhecendo o lugar através das múltiplas narrativas em torno de sua formação

Embora, as incursões de pesquisas desenvolvidas na Pitombeira sejam em número inferior àquelas realizadas junto aos moradores do Talhado, esta localidade é bastante mencionada nos trabalhos que têm como foco o Talhado. Nestes trabalhos, sempre é aludido o modo diferenciado pelo qual são vistos os negros da Pitombeira em detrimento aos do Talhado. Conforme salienta Cavalcanti (1975),

Nas proximidades da sede do Município há um local denominado “Pitombeira”, cujos elementos (de cor negra) fazem distinção entre eles e os negros do Talhado: “Todo mundo é da mesma família; Nunca fui ao Talhado de visita ou de passeio. São meus parentes, mas são uns negros metidos a valente. Eu não gosto disso, gosto de amizade”. (CAVALCANTI, 1975, p. 22)

A pesquisa realizada na *comunidade* da Pitombeira fez com que eu percebesse que, embora na cidade de Santa Luzia (lócus de observação da maior parte dos trabalhos elaborados com relação ao Talhado, inclusive o mencionado trabalho de Cavalcanti) estes sejam vistos de modo mais *respeitoso* que os do Talhado, estes últimos vistos como *valentes*, em Várzea o olhar dirigido aos negros da Pitombeira é, na maioria das vezes, carregado de preconceito.

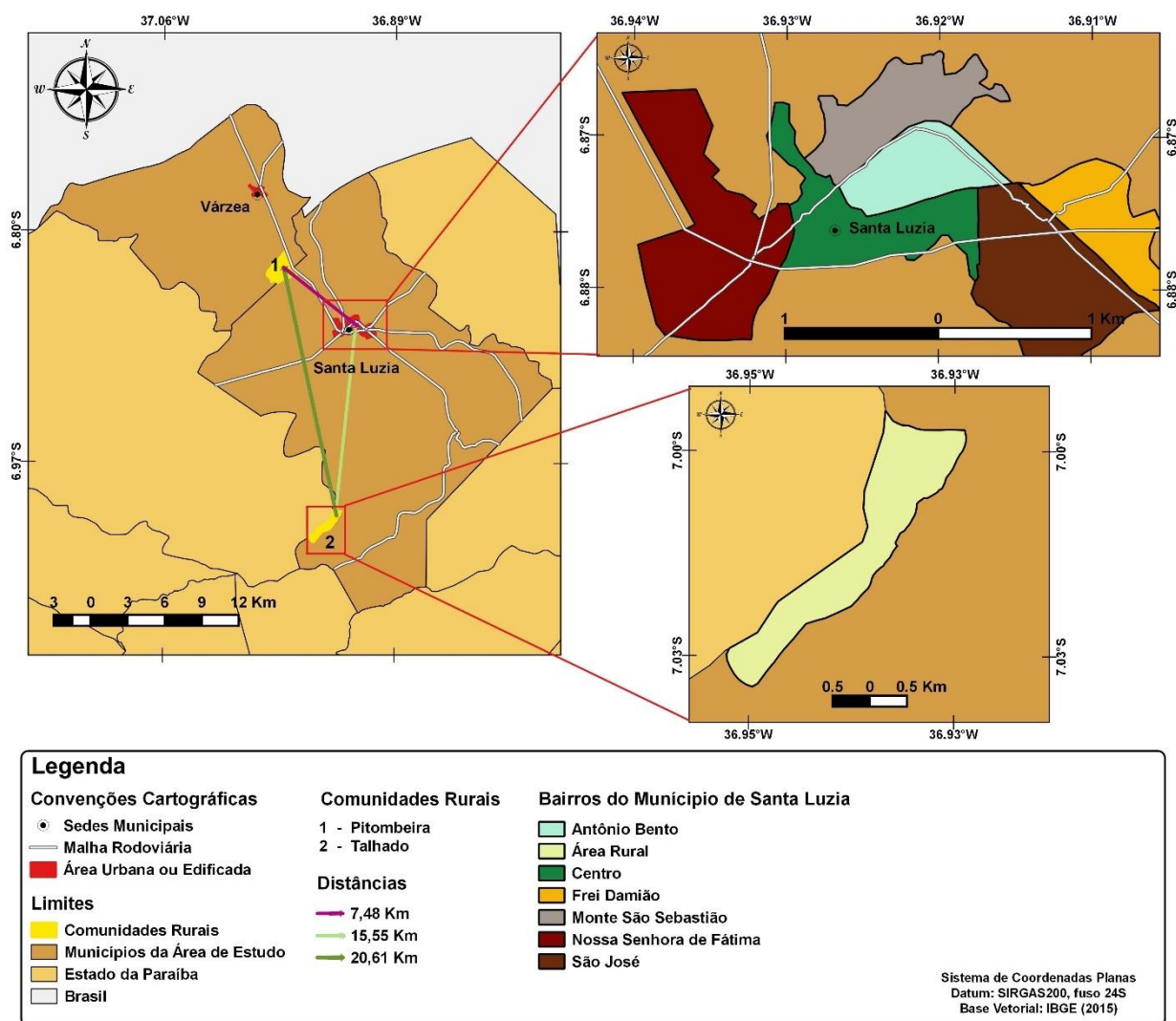
Menciono aqui o modo diferenciado pelo qual os dois grupos são ou foram tratados em Santa Luzia, pois embora durante a pesquisa não tenha percebido fortes fluxos familiares entre eles³², nos dias atuais, uma das histórias contadas a respeito da origem da Pitombeira e do Talhado os liga a uma narrativa de origem, embora esta seja uma narrativa mais utilizada entre os moradores do Talhado, sendo pouco mencionada na Pitombeira.

De acordo com esta história, José Bento Carneiro, primeiro morador do Talhado, antes de se instalar naquelas terras, teria passado pela Pitombeira. Entre os

³² Embora alguns dos moradores de mais idade do grupo reconheçam a existência de uma ligação de parentesco entre estes dois grupos, considerando algumas pessoas do Talhado como parentes da “*rama velha*”. A partir das conversas estabelecidas durante a realização desta pesquisa pude observar que existe atualmente na Pitombeira apenas um casamento que uniu uma jovem da Pitombeira e um rapaz cuja família tem *raízes* no Talhado. Para além deste caso, existe um senhor que tem suas origens no Talhado, lá nasceu e viveu durante muitos anos e que migrando para a cidade de Santa Luzia e residindo no Monte São Sebastião, nos dias atuais, possui uma propriedade na Pitombeira, a qual ele visita com certa frequência (é lá onde ele planta, cria etc.).

moradores do Talhado, este processo migratório é retratado quando os mais velhos vão falar a respeito da origem daquele lugar.

Mapa 03 – Localização das comunidades rurais da Pitombeira e do Talhado.



Fonte: IBGE. Elaboração de Thiago Cavalcante L. Silva.

Na Pitombeira, a história é contada de modo diverso e, embora seja mencionada a ida de um morador daquela localidade para o Talhado, existem algumas distinções no discurso. Dentre os moradores mais velhos da Pitombeira, alguns, quando questionados a respeito da possível ligação dos grupos, mencionaram que tinham informações de que os fundadores do Talhado, antes de lá se instalarem, tinham passado pelas terras da Pitombeira. Embora sinalizem esta relação, quando

questionados sobre a mesma, tal discurso é bastante vago entre os que fazem a Pitombeira.

Na narrativa do guardião da memória da Pitombeira³³, a existência de Zé Bento não é mencionada. De acordo com seu Giovanni os primeiros a chegarem nas terras onde hoje se localiza a Pitombeira foram quatro *cativos*: Severino, Inácio Felix, Gonçalo Fogo e Simplício.

Ao apresentar as informações concedidas por seu Giovanni, faz-se importante considerar alguns elementos; este senhor foi, desde o primeiro momento de contato com o grupo, apontado como aquele que contava a história do lugar, e mesmo nas conversas com outras pessoas na Pitombeira, quando buscava entender um pouco da história de ocupação daquele espaço, seu Giovanni era mencionado e indicado como o conhecedor da “história passada” da Pitombeira. Além dele, foram indicadas duas senhoras (dona Nadir e dona Esmeralda, ambas tinham mais de 90 anos), para falar da história do lugar.

Ecléa Bosi, ao escrever a respeito da pesquisa em memória social, salienta que a memória é um trabalho sobre o tempo, sobre aquele tempo vivido “conotado pela cultura e pelo indivíduo”, devendo se considerar ainda que o tempo não flui de modo uniforme para todos os indivíduos. De acordo com a autora, “o conjunto das lembranças é também uma construção social do grupo em que a pessoa vive e onde coexistem elementos da escolha e rejeição em relação ao que será lembrado.” (BOSI, 2003, p.54)

Considerando o exposto pela autora, convém apresentar algumas informações a respeito daquele que, na Pitombeira, era considerado o guardião da memória.

Nascido na Pitombeira em 1913, seu Giovanni Albuquerque casou-se com dona Aurora Rosa, que também nascera naquela região. Juntos tiveram nove filhos e viveram momentos de muita dificuldade, principalmente porque este senhor perdeu a visão ainda jovem, entre os anos de 1958 e 1959, fato que levou seus filhos mais velhos a se iniciarem no mundo do trabalho muito cedo. No período da pesquisa, este senhor era auxiliado por uma de suas filhas para contar a história de ocupação da Pitombeira. Essa filha, Camila, rascunhou em forma de texto a história que ele contara em outros momentos, tendo sido essa a narrativa que embasou o encaminhamento

³³ Essa entrevista foi realizada com seu Giovanni nos meus primeiros contatos na Pitombeira, em 2009, naquele momento ele estava com 96 anos, falecendo no ano de 2010.

do processo de demanda pelo reconhecimento do grupo enquanto quilombola a Fundação Cultural Palmares.

Giovanni: Pitombeira foi gravado. A história da Pitombeira era quatro irmãos. Severino, Inácio Félix, Gonçalo e Simplício. Vieram esses homens, eles eram estrangeiros, agora vieram esses homens esse quatro, irmãos posso dizer. Se encostaram aqui na Pitombeira, que não existia nem gente, é como estou lhe dizendo. Chegaram fizeram cada um, um ranchinho de palha e ali ficaram e foram vivendo. Agora era um pouco difícil a vivência da Pitombeira, muito difícil. Porque. Coitados eles para viverem, comiam, viviam de frutas de pau, do mato. Aí foram indo, e foram indo, e foram indo, e foram indo e foi aumentando a produção de gente. Foram indo, e foram indo, e foram indo, eles viviam no mato, mas a vida era difícil, mas eles eram espertos, não eram mortos, foram... continuaram. Até que chegou o ponto [pausa] a Pitombeira... De gravar o nome de Pitombeira. Mas, como foi? A Pitombeira gravou um nome da Pitombeira por quê? Meu pai do céu!!!

Camila: Painho foi porque acharam um pé de Pitomba, não foi?

Giovanni: Foi gravado o nome de Pitombeira por causa de uma árvore. Agora depois que cresceu aumentou muito a gravação da Pitombeira, mas não tinha nome, mais quando foi um certo dia eles saíram os quatro, Severino, os quatro. Aí andando bem ali, se fosse possível eu ia lá mostrar onde era. Aí chegaram e acharam um pé de árvore, chamado Pitomba, aí gravaram o nome de Pitombeira. E hoje continua, Pitombeira é gravado dali. Eu não vou lá porque não posso, não enxergo, não vejo. Senão eu ia mostrar eu ia mostrar onde era, o pé gravado o nome de Pitombeira.

Camila: Painho, Severino trabalhava com o que?

Giovanni: Severino era sapateiro, era meu bisavô, tratavô, bisavô. Simplício era, Severino era sapateiro, Simplício era, mais olha que bobagem!

Camila: Severino era carpinteiro, não era painho? Aí, Inácio Felix fazia louça, não era?

Giovanni: Inácio Felix era louceiro.

Camila: E Gonçalo era curtidor de couro não era?

Giovanni: Era, era. Cada um que...

Camila: Aí dessas famílias foram organizando-se mais a mais, não era?

Giovanni: Era.

Camila: Aí dos Gonçalves originou-se a família das Rosas³⁴, que somos nós. Não é?

Giovanni: É. Rosas era Gonçalo.

Camila: E de Simplício, a família dos Alcântara?

Giovanni: Simplício, dos Alcântara.

Aurora: Dos Alcântara mesmo.

Camila: Os Severinos originou-se a família dos Albuquerque não foi?

Giovanni: Dos Severinos, da minha família. Cada um tinha sua arte.

Camila: Era curtidor de couro, louceiro e carpinteiro.

Giovanni: Carpinteiro. Carpinteiro hoje é a família dos Alcântara... A história da Pitombeira sei que nasceu aqui. Severino bem aqui, Inácio Félix bem lá do outro lado, Simplício acolá naqueles... Simplício, Inácio Felix os Almeida, que hoje se fala nos Almeida; os Simplício fala nos Alcântara, a conversa é os Alcântara; o Gonçalo fala-se nas Rosas e os Severinos nessa...

Camila: Somos nós não é painho.

Giovanni: Sim.

³⁴ Tais nomes de famílias são fictícios.

Com base neste discurso, seriam destes *irmãos* que descendem as famílias que formam a Pitombeira. Segundo seu Giovanni, este nome foi atribuído àquele lugar por terem estes *cativos* encontrado um grande pé de pitomba naquela região, que acabou sendo marco territorial, e sendo desta planta *gravado* o nome pelo qual o lugar é conhecido até os dias atuais.

São muitas as reflexões já elaboradas a respeito das relações entre memória e história³⁵. De acordo com Nora (1993 [1984]), memória e história não são sinônimas, na verdade o autor considera que tudo opõe uma à outra. Para este autor,

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. (NORA, 1993 [1984], p. 09).

Para Nora a memória é, pois, aquilo que fica do passado, “o que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar” (Ibid, p.15). O autor salienta que a memória deixou de existir porque passou a ser reivindicada pelo discurso histórico, o que temos hoje são “lugares de memória”, que são, segundo o autor, lugares nos três sentidos do termo: “material, simbólico e funcional”.

Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o extremo de uma significação simbólica, é, ao mesmo tempo, um corte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada de lembrança. Os três aspectos coexistem sempre. (NORA, 1993 [1984], p.21-22).

³⁵ Poderíamos citar aqui Nora (1993), Maurice Halbwachs (2013[1950]), Michael Pollak (1989), etc.

De acordo com Nora, um lugar de memória pode ser um monumento, um museu, um personagem, um documento; mas para que o sejam estes precisam possuir “vontade de memória”, ou seja, devem ter em sua origem uma intenção memorialista. Sem esta “vontade de memória” os lugares tornam-se lugares de história.

Antes mesmo de apresentar as informações referentes à ocupação da Pitombeira, seria relevante ressaltar algumas considerações de Ecléa Bosi (2003), quando a mesma salienta que a lembrança é o que sobrevive do passado, é como o projetamos no presente. Deste modo, segundo a autora, permanece aquilo que possui significado.

A história de ocupação da Pitombeira foi por tantas vezes narrada por seu Giovanni, que uma de suas filhas transcreveu alguns elementos, atribuindo a estes um importante significado, podendo aqui tal narrativa ser chamada de um “lugar de memória” no sentido proposto por Nora (op. cit.). É através daquela narrativa, que as famílias mais importantes da Pitombeira são demarcadas, ressaltam-se as linhagens que estão ali presentes desde *sua origem*, sendo a mesma sempre destacada, especialmente nos momentos de celebração coletiva do grupo. Neste sentido, posso destacar que tal narrativa adquiriu um caráter que ultrapassa seu aspecto material, sendo nela agregado um valor simbólico e funcional para aquela *comunidade*.

De acordo com seu Giovanni, de Severino surgiu a família dos Albuquerque e dos Freire (sua família e de um dos seus genros, seu Otávio); de Simplício originou-se a família dos Alcântara dos dias atuais (desta linhagem são destacados seu Lorenzo e dona Nadir); de Gonçalo descende a família das Rosas (a linhagem de dona Aurora, esposa de seu Giovanni) e de Inácio Felix vem a família dos Almeida (a linhagem de Humberto, pai de Gumericino).

Segundo seu Giovanni, teriam sido estes *cativos*, com suas respectivas esposas³⁶, que não aparecem com seus nomes de modo claro na narrativa, os responsáveis pela fundação daquele grupo, sendo cada casal responsável pela geração de uma família, dado que implica na existência de, no mínimo, quatro famílias compartilhando aquele território.

³⁶ No trabalho de Almeida há a indicação de nomes para estas mulheres, mas, na conversa com Seu Giovanni, ele não mais lembrou tais nomes. Segundo a autora, os casais seriam: Severino e Conceição, Inácio Félix e Izabel, Simplício e Belarmina e Gonçalo Fogo e Marcionila (ALMEIDA, 2009, p. 26)

Quando do encaminhamento da solicitação do reconhecimento da identidade quilombola à Fundação Cultural Palmares, foi através da linhagem de Simplício que a história do grupo foi narrada. No documento, produzido através de entrevistas realizadas com moradores da Pitombeira, não constam informações relativas ao fato de aqueles moradores se pensaram enquanto uma grande família, como acontece entre os que fazem o Talhado, que se pensam enquanto formando uma grande família descendente de Zé Bento.

A narrativa acerca da origem da Pitombeira não é unívoca, comportando variações, o que é comum se considerarmos, como sugere Nora (1993[1984]), que a memória é marcada pela dialética entre o esquecimento e a lembrança. Além dessa versão narrada por seu Giovanni e compartilhada por muitos moradores da Pitombeira, que se pensam através destas quatro linhagens, há uma outra sobre a origem do grupo.

Segundo um antigo presidente da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da cidade de Santa Luzia, a origem do grupo seria narrada de uma forma diferenciada. De acordo com ele, teria sido um membro da família Nóbrega³⁷ que havia doado aquelas terras para um negro chamado Mateus, sendo que este mesmo Mateus fora o idealizador da Festa do Rosário.

Paulo: ...Manoel Maximiano da Nóbrega e dona Mariinha que era sua irmã, ela foi para São Domingos e Manoel Maximiano para a Ramadinha [Refere-se a um sítio da região] e lá criaram dois, se lembra desse tempo que vendia escravo né? Aí veio um navio de escravo lá de Portugal e espalhou-se nessas regiões e eles compraram um bocado de escravos, nesses escravos vinha o escravo que era lá de Portugal, mais meninote com seus dez anos e uma menina da mesma idade, Manoel Maximiano ficou com o menino e dona Mariinha ficou com a menina, criaram eles. Quando se puseram rapaz e moça eles fizeram o casamento, um se chamava Mateus e a outra era Genoveva aí casaram, depois desse casamento ele doou a Pitombeira, aquelas terras da Pitombeira ele entregou tudo para Mateus, deu a Mateus aquela terra da Pitombeira. Mateus ficou por lá, aí quando foi um dia Mateus chegou na Ramadinha aí falou: Olhe, disse: Senhor eu vim aqui pedir uma coisa. Ele perguntou: o que era Mateus? - ele disse: para nós formar uma festa do Rosário como nós tinha lá na nossa terra formar aqui em Santa Luzia, aí ele disse tá muito bem, reúna os morenos vamos treinar, mandar fazer as caixas, mandar fazer o pífe e vamos começar a Festa do Rosário³⁸.

³⁷ Um dos moradores da Pitombeira mencionou, em uma conversa, a influência da família Nóbrega na região e disse ser esta “à família que mais **contratou** os serviços dos negros, principalmente na região da Ramadinha” (outro Sítio próximo). Grifo a expressão contratou para chamar a atenção para o modo pelo qual a relação é apresentado por meu interlocutor.

³⁸ Conheci este senhor quando realizei uma pequena incursão sobre a Festa do Rosário para elaboração de um trabalho da graduação. Durante a realização desta pesquisa tomei conhecimento de que o mesmo veio a óbito.

Com base neste depoimento, pode-se observar uma versão da história do lugar que destaca a ligação existente entre a Pitombeira e a Festa de Nossa Senhora do Rosário, realizada na cidade de Santa Luzia desde 1871. Em seu texto a respeito da comunidade do Talhado, Nóbrega (2007) menciona alguns elementos referentes à origem da Pitombeira, se utilizando de informações coletadas em um texto elaborado por Mário Ferreira de Medeiros a respeito do lugar. No fragmento usado por Nóbrega, Medeiros sugere que

Pelos idos de 1860/70, Mateus Velho, que ao que se sabe foi seu primeiro habitante, tendo sido alforriado pelo capitão Neco da Ramadinha, recebeu uma doação de terras nas sobras da Data de Moicó com o Sítio Tamanduá, da data de Santa Luzia. Casou com Genoveva, também escrava liberta e veio se fixar nas terras que lhe foram doadas, tendo daí nascido à comunidade. Logo Mateus Velho foi seguido por outros escravos como Inácio Félix, Severino, Simplício e Gonçalo Fogo. (MEDEIROS, 2002 apud NÓBREGA, 2007, p. 129).

Nóbrega ainda acrescenta que no texto escrito por Medeiros há um equívoco, pois, de acordo com sua pesquisa nos arquivos dos cartórios e Igreja locais, o nome da esposa de Mateus era Justina e não Genoveva, como sugeriu Medeiros, sendo a mesma escrava do capitão Francisco Álvares da Nóbrega. Assim, o autor sugere que Mateus, escravo de Manoel Maximiano da Nóbrega (também conhecido por Neco da Ramadinha) e Justina acolheram depois Inácio Félix, Severino, Simplício e Gonçalo Fogo, chegando depois outro negro chamado Izidro.

Na narrativa de seu Giovanni, a única informação a respeito de Mateus se refere à existência de um córrego na localidade chamado *Córrego do Matheus*. Segundo seu Giovanni este nome foi atribuído ao *córrego* por ser Mateus o dono da terra na qual o mesmo está localizado, mas ele não me apresentou maiores detalhes acerca de tal informação.

Embora durante a pesquisa não tenha me debruçado sobre fontes documentais que remetessem a estes dados, apresento tais informações para demonstrar como a origem da Pitombeira é narrada de maneiras diversas³⁹.

³⁹ É importante ressaltar a minha tentativa de acessar os acervos dos cartórios e Igreja. Com relação aos primeiros tive muita dificuldade posto que os funcionários dos mesmos chamaram a atenção para o fato de que tais dados já foram analisados por pesquisadores da cidade que já escreveram sobre e indicaram seus nomes para que eu pudesse conversar com tais pessoas. Com relação à Igreja, tive a oportunidade de passar uma tarde na secretaria da Igreja onde acessei o Livro de Batismo de Ingênuos

É importante destacar que entre os moradores da Pitombeira, há pouca referência em relação a Mateus ou mesmo a Zé Bento. Porém, entre as mais variadas formas como a história a respeito desta origem é contada, um elemento é recorrente, a ancestralidade negra, seja a partir de Mateus ou dos *irmãos* (Severino, Simplício, Inácio Felix e Gonçalo Fogo). E foi com base nesta ancestralidade que, em 2004, alguns representantes do grupo encaminharam à FCP uma solicitação para que tal órgão expedisse uma certidão que reconhecesse a Pitombeira enquanto uma *comunidade* remanescente de quilombo, certidão esta que, como já sinalizado, foi publicada no Diário Oficial da União em 28 de junho de 2005.

A partir dessa mobilização, em torno da reivindicação, para si, de uma nova identidade, a de quilombola, este reconhecimento acaba por ter uma repercussão e efeitos tanto para dentro quanto para fora do grupo, colocando aquelas famílias em uma nova arena política.

A nomeação deste grupo enquanto quilombola, atribui aos moradores da Pitombeira, o reconhecimento de uma identidade quilombola, bem como a aplicação do direito previsto no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias⁴⁰. Mas, é conveniente ressaltar que, o reconhecimento de tal grupo enquanto diferente é anterior a tal nomeação; são negros e negras que residindo no Sítio, vivem uma situação estigmatizada perante os que residem na cidade, assim como se comparados com outros que residem em diferentes Sítios da região.

Apenas para apresentar algumas das ocasiões que vivenciei e que permitem a observação deste estigma, em momentos em que fui para a Pitombeira de moto-táxi, quando descia na cidade de Santa Luzia, ouvi relatos de surpresa de alguns deles com o lugar, um deles inclusive me questionou o que eu pretendia fazer lá e ao final da corrida declarou que imaginava aquele lugar de modo perigoso e pouco habitado, imagem que, penso, pode ter sido difundida na região em virtude de ali residirem basicamente pessoas negras.

(1872-1888), mas em virtude de reformas na Igreja acabei não voltando a tais dados, considerando também que este não era o foco da presente pesquisa. Esta situação também permite a observação das potenciais dificuldades que uma mulher pode encontrar, ao buscar desenvolver uma pesquisa na região que vise acessar determinados documentos/papéis.

⁴⁰ Consta no Art. 68 do ADCT/CF 1988: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos”.

Tais relatos possibilitaram a observação do modo pelo qual aquela *comunidade* é vista por quem é *de fora*. Nas conversas com alguns dos moradores da Pitombeira, pude observar que as situações de preconceito narradas se passaram na maior parte dos casos em Várzea, município ao qual eles pertencem territorialmente. A partir de tais diálogos percebi que as pessoas que fazem àquela *comunidade* são vistas e/ou apontadas como diferentes em Várzea, sendo a cor da pele um elemento de considerável relevância neste tratamento diferenciado.

Em algumas das ocasiões em que estive em Várzea, ao ser interpelada sobre o que fazia na Pitombeira e porque ficava naquele Sítio, inclusive pernoitando, percebi na curiosidade das pessoas o modo pelo qual a relação com aquela *comunidade* é elaborada por alguns moradores daquela cidade, numa chave de distanciamento. Em uma ocasião específica, uma interlocutora mencionou que “os *negros da Pitombeira* não gostam de Várzea”, ao ouvi-la, logo perguntei por que ela achava que aquilo acontecia? Questionamento que a deixou reflexiva e, depois de uns instantes, ela ponderou não saber porque, nem desde quando isso se dava, sinalizando apenas que “quando alguém de lá falece não se enterra em Várzea”, preferindo a família fazê-lo em Santa Luzia.

Naquela ocasião e pensando o lugar que a referida interlocutora ocupava, na cidade, um cargo em um setor da gestão municipal, quis suscitar alguns questionamentos e continuei perguntando a ela se, em algum momento, já tinha parado para pensar o que poderia gerar as ressalvas e inquietações dos moradores da Pitombeira ao se dirigirem à Várzea, questão a qual ela respondeu dizendo que, de fato, eles/elas eram pouco aceitos em Várzea e exemplificou com a vitória de um campeonato de futebol pelo time da Pitombeira que não foi aceita pelos jogadores de Várzea, algo considerado um absurdo. Ao final de seu comentário, ela complementou dizendo que era uma “via de mão dupla”, defendendo que os olhares enviesados que eles recebiam em Várzea se davam pela pouca valorização que aqueles da Pitombeira atribuíam ao lugar.

A mesma se referia ao fato de que existe entre os moradores da Pitombeira um fluxo mais intenso com relação ao município de Santa Luzia, sendo nesse município que eles adquirem seus artigos de primeira necessidade (é lá onde eles fazem suas feiras), bem como mantêm uma estreita relação no que se refere aos desdobramentos

de suas dinâmicas econômicas, sociais e culturais, fortemente marcadas pelo fluxo de deslocamento a este município.

Esta conversa me permitiu, ainda, perceber que fronteiras são estabelecidas entre aqueles que fazem parte da Pitombeira e aqueles que não, sendo difícil para a minha interlocutora externalizar que um dos efeitos desse distanciamento e classificação está relacionado a cor da pele.

Para além desses aspectos relacionados à identidade coletiva do grupo, a presente pesquisa, daí sua principal contribuição, me permitiu considerar que, independente da adesão à identidade quilombola solicitada pelos moradores da Pitombeira, as famílias que fazem aquela *comunidade* compartilham padrões de comportamento que servem de parâmetro para o direcionamento cotidiano das ações. Utilizando-me aqui de um termo trabalhado por Woortmann (1990), falo aqui de uma ética que lhes é própria. Obviamente, sem deixar de considerar que, o reconhecimento da identidade étnica daquela *comunidade*, marca uma nova fase de organização política do grupo, que passa a se articular com outras entidades e organizações que estão para além do escopo municipal ou local. Esta nova dinâmica tem impacto no modo pelo qual as configurações e relações familiares vão se reagregando e se desagregando a partir das lutas compartilhadas na afirmação da identidade, mas também a partir das pautadas em torno das disputas por poder e prestígio, internamente ao próprio grupo, como veremos ao longo deste texto.

2.2 A Pitombeira e sua Organização Social

Localizada na zona rural do município de Várzea, a *comunidade* da Pitombeira se distancia 7,3 km do perímetro urbano daquele município. O acesso à Pitombeira, como mencionei anteriormente, se dá através da PB-233 (Rodovia Estadual Anísio Marinho) que liga os municípios de Santa Luzia e Várzea.

Através da referida rodovia é possível chegar a duas pequenas estradas de terra que dão acesso a tal Sítio. Como já sinalizado, ali se encontra uma *comunidade* de famílias residentes na zona rural que, reconhecida enquanto quilombola, acabou

fazendo com que muitos de seus habitantes incorporassem o discurso comunitário⁴¹, o que não significa dizer que chegando lá encontremos um grupo homogêneo, pois, como sugere Simmel (1983, p. 124), “um grupo absolutamente centrípeto e harmonioso, uma ‘união’ pura (*Vereinigung*) não só é empiricamente irreal, como não poderia mostrar um processo de vida real”.

A chegada à Pitombeira não apresenta dificuldades, trata-se de uma localidade que, diferente da Serra do Talhado⁴², possui acesso fácil tanto aos municípios já mencionados, quanto a outros polos como a cidade de Patos. Logo, pensando-os enquanto um “antigo quilombo”, do ponto de vista da historiografia, pode-se considerar que o isolamento ou mesmo a dificuldade de acesso não é uma característica distintiva desse grupo.

Vindo de Santa Luzia, são percorridos aproximadamente 6 km até chegar a primeira entrada de estrada de terra que dá acesso à Pitombeira. Ao adentrar nesse trecho, logo é possível se deparar com a existência das primeiras residências. Essa primeira estrada dá acesso também a outras duas localidades bastante procuradas na região, são elas: o Assentamento da Viola e a Fazenda Quixaba⁴³. Seguindo pela esquerda, temos o destino que leva ao referido assentamento, passando por algumas residências da Pitombeira, e, seguindo pela direita, é possível acessar a parte mais

⁴¹ Como salientou um moradora da Pitombeira em uma conversa: “Aqui antes chamava de Sítio Pitombeira, depois que virou quilombola começou a chamar *comunidade*”.

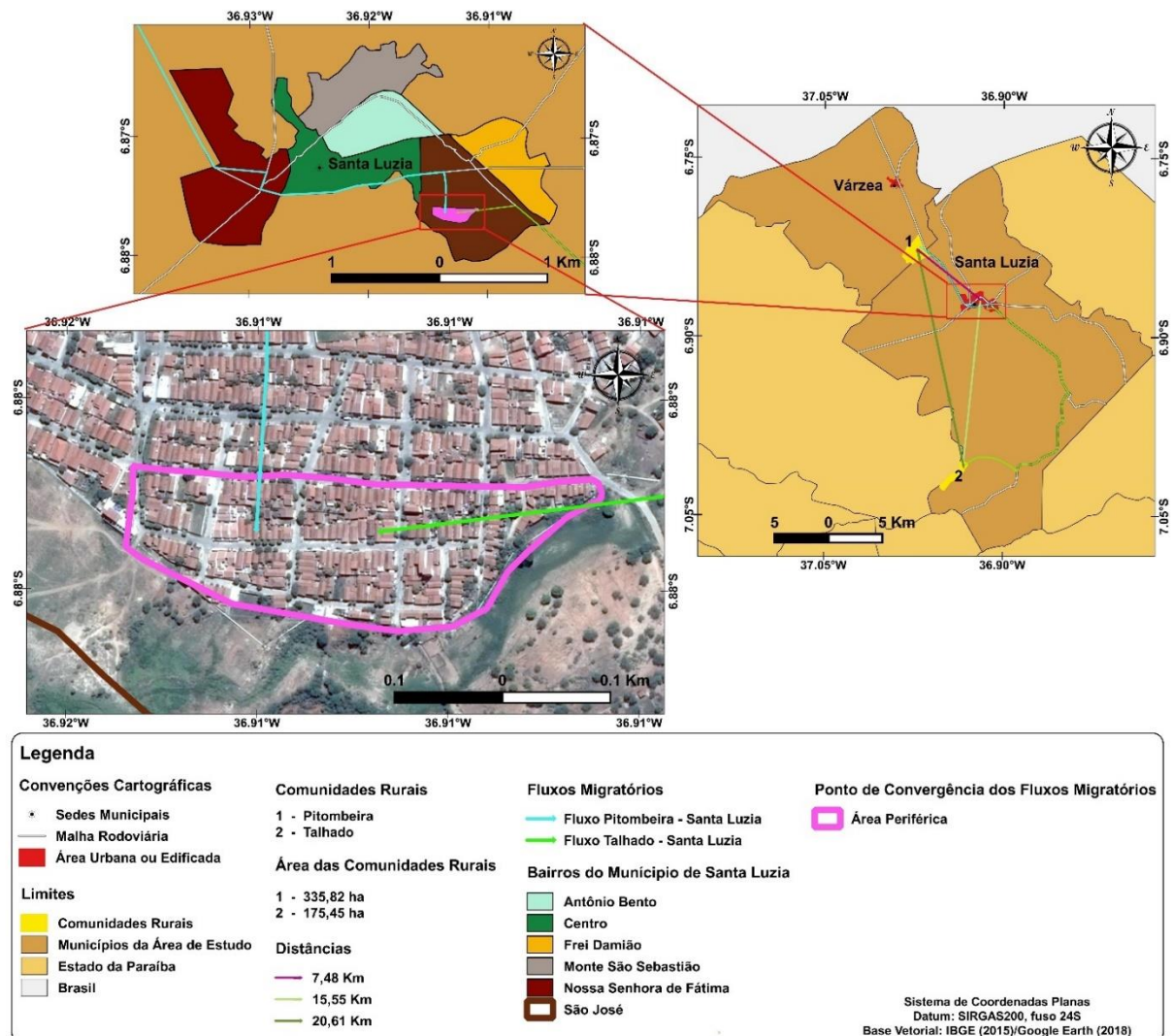
⁴² A Serra do Talhado fica localizada em um ambiente de difícil acesso, distante aproximadamente 26 km do perímetro urbano do município de Santa Luzia, além desta distância as estradas que dão acesso a este lugar são bastante íngremes. É neste ambiente onde se encontra o Quilombo de Serra do Talhado. Para mais detalhes a respeito do Talhado ver: Cavalcanti (1975), Santos (1998), Nóbrega (2007), Almeida (2010), entre outros.

⁴³ Tal propriedade pertence ao ex-senador do estado da Paraíba, Efraim Moraes. O mesmo possui ainda forte autoridade política na região do Sabugi. Efraim Moraes é natural da cidade de Santa Luzia, e sua família está ligada ao mundo público da região há algum tempo, como mencionei anteriormente. É nesta propriedade localizada na região da Quixaba, onde este político se reúne com os amigos e políticos do Vale do Sabugi e demais adjacências, quando se encontra na redondeza. É importante ressaltar aqui que alguns habitantes da Pitombeira foram, e outros ainda são, funcionários e/ou moradores de tal propriedade e que em algumas das falas de membros do grupo a relação com a família de tal político (aqui nos referimos a relação estabelecida antes mesmo de ser ele o homem público, quando era o seu pai que possuía uma carreira política) é retratada de modo bastante “próximo”. Em uma conversa com um senhor daquela *comunidade* lembro-me de ele mencionar o fato de que aprendeu a escrever seu nome com um dos primos do ex-senador, demonstrando assim certo trânsito entre algumas pessoas da Pitombeira e a residência de tais políticos. Tal episódio que no argumento de tal senhor é tratado como generosidade, estava relacionado ao fato de que o mesmo o fez para que aquele senhor pudesse assinar seu nome e comprovar que não sendo analfabeto poderia votar. Assim, o episódio que é retratado como generoso demonstra a relação de subordinação vivenciada naquele lugar.

povoada da Pitombeira. Caso continuemos em frente por esta mesma estrada, chegamos à Fazenda Quixaba.

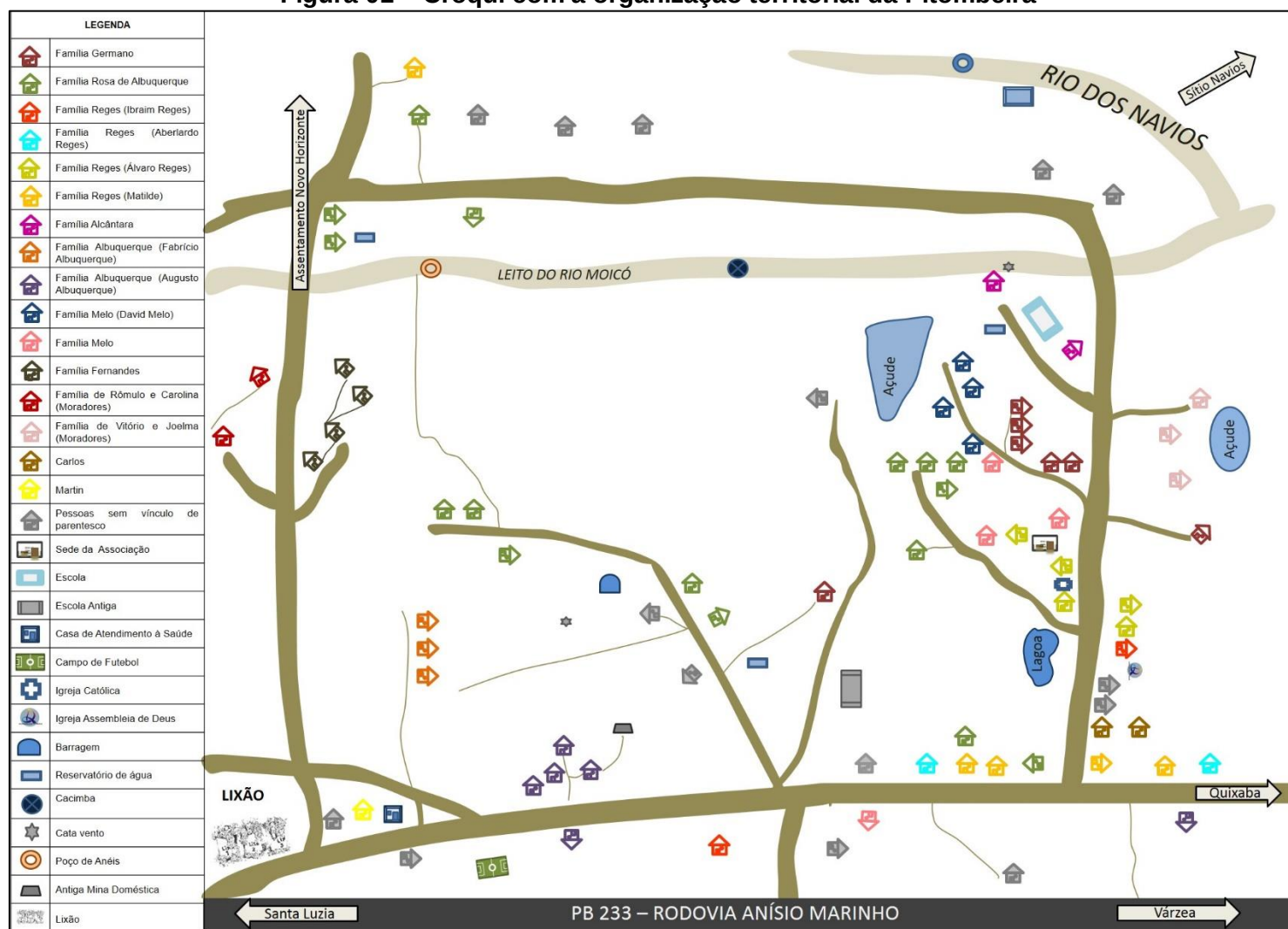
Se acessarmos este Sítio através da segunda entrada, vindo de Santa Luzia (posto que vindo no sentido Várzea/Santa Luzia esta seria a primeira entrada), demoramos um pouco mais para encontrar a primeira casa, mas, quando a visualizamos, tomamos a estrada da direita e estamos no mesmo ponto que mencionei anteriormente que, tanto dá acesso à Pitombeira quanto à Fazenda Quixaba.

Mapa 04 – Mapa com a sinalização de bairros de Santa Luzia, com destaque para os fluxos migratórios dos moradores da Pitombeira e do Talhado.



Fonte: IBGE. Elaboração de Thiago Cavalcante L. Silva.

Figura 01 – Croqui com a organização territorial da Pitombeira



Elaboração Jordânia Souza e Júlio Gaudencio

Conforme é possível observar no croqui acima, ao acessarmos a estrada que dá acesso à Quixaba, temos um conglomerado de casas, todas muito próximas. Na apresentação do croqui, as casas estão sinalizadas por cores, cada cor correspondendo a uma família extensa daquela *comunidade*. As residências que estão sinalizadas em cinza são aquelas que pertencem a pessoas que não são reconhecidas como quilombolas, não são reconhecidas como *da Pitombeira*, ou seja, que embora residindo naquela localidade não estabeleceram vínculos de parentesco com as famílias que ali residem⁴⁴.

Na Pitombeira, a maior parte das famílias possui o seu *pedaço de terra*. Grande parte herdou dos pais, que, em alguns casos, adquiriram suas terras através da compra⁴⁵ ou da herança. No que se refere às regras residenciais, as mesmas variam de acordo com a situação financeira dos cônjuges ou mesmo com a disponibilidade de terras dos pais destes, sendo comum aqueles que não nasceram na Pitombeira passarem a residir nas terras de herança do seu cônjuge.

Assim, é muito frequente que, com o casamento de um filho, os pais cedam um *pedaço de terra*⁴⁶, para que o (a) filho (a) construa a sua casa para morada. Deste modo, as casas são construídas nas porções de terras que pertencem à família e, em virtude da proximidade entre algumas, posso destacar que essas terras de propriedade daquelas famílias são bem pequenas.

A partir da observação da ocupação daquele território, é possível verificar que os filhos, quando saem de casa para construir as suas próprias, o fazem nas

⁴⁴ No croqui, também foram sinalizadas as residências da Família Fernandes, Família de Rômulo (Morador), Família de Vítório (Morador), Carlos e Martin. Estes foram sinalizados por não serem categorizados como pessoas que não possuem nenhum vínculo de parentesco com a *comunidade*, embora também não sejam reconhecidos como pertencentes às *famílias de raízes* dali, alguns destes têm *netos (netas) quilombolas* ou mesmo *filhos (filhas) quilombolas* (e em alguns casos mesmo que suas relações conjugais tenham se dissolvido permaneceram na Pitombeira, à exemplo dos casos de Martin e do filho de Carlos).

⁴⁵ Durante a pesquisa, embora pretendesse, não realizei investigações em cartórios. Logo, não posso inferir como se encontram os documentos com relação à aquisição destas terras, se as mesmas estão em nome dos atuais proprietários ou ainda no dos antigos donos. Como mencionei antes, até tentei realizar esse esforço de pesquisa, mas algumas dificuldades foram postas, assim como foi indicado o nome de um historiador da cidade de Santa Luzia que teria todas as informações de que precisaria, mesmo que nem eu mesma soubesse de que informações precisaria. Assim, é importante destacar que alguns pesquisadores da região fizeram um árduo trabalho nos cartórios e na Igreja Católica de Santa Luzia em busca de dados sobre as *comunidades* do Talhado e Pitombeira, inclusive uma parente dos que vivem na Pitombeira que objetiva escrever um livro abordando a genealogia da sua família. Tal esforço resultou em uma dissertação de mestrado sobre a comunidade do Talhado e um trabalho de final de curso sobre a *comunidade* da Pitombeira (Ver NÓBREGA, 2007 e ALMEIDA, 2009).

⁴⁶ Esse *pedaço de terra* corresponde a área necessária para a construção da casa para morada.

imediações da casa dos pais, estabelecendo assim, um trânsito permanente entre os espaços da casa dos pais e a suas, tanto que, estes últimos, por vezes, realizam refeições nas casas dos primeiros. Bem como, também acontecendo de algumas vezes a mãe fazer comida e levar para o (a) filho (a), ou mesmo o inverso. Tais hábitos nos remete a padrões de solidariedade em torno da comida na Pitombeira. Ou seja, o que se come é partilhado dentro da família.

Durante a pesquisa, essa partilha era observada todos os dias. Por vezes, acompanhei dona Ada indo à casa de sua filha, Adara, deixar alguma comida que ela tinha feito, fosse algo que seus netos gostassem, sua filha ou seu genro. Também pude observar muitas vezes a retribuição de Adara. Dona Ada, como alguns outros moradores da Pitombeira, mantem em sua residência a prática de cozinhar em um fogão à lenha. Muitas vezes quando acordei, o seu fogão já estava aceso. Em sua casa nunca falta uma boa conversa na cozinha regada a chá, café e biscoitos. Suas garrafas estão sempre cheias à espera de algum vizinho que por lá transite, algo que é bem conhecido por aqueles (as) que frequentam a sua residência, e que a torna uma pessoa *barriga cheia*⁴⁷ na linguagem local.

A distância entre as residências de Adara e dona Ada é pequena, ficando entre as duas a casa de Lucca, filho mais velho de dona Ada. Esta última casa foi construída na derradeira etapa de construções de casas através de um projeto via Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Mas, mesmo com sua casa, Lucca mora com dona Ada, embora algumas vezes saia para trabalhar fora (morou um tempo em Campina Grande, onde trabalhou na construção civil por um tempo). A distribuição das casas de dona Ada, Adara e Lucca demonstram essa proximidade entre as residências de algumas famílias na Pitombeira e as redes de solidariedade que são ali visualizadas.

Ao observarmos o croqui, é possível notar tais aproximações. A partir da sinalização das residências por cores, também se pode visualizar que em poucos casos há uma distribuição das casas dos filhos em um espaço maior, um desses casos é vivido pela família das Rosas, que se trata de um dos poucos matrimônios entre pessoas da Pitombeira⁴⁸, o que, em certa medida, pode ter auxiliado na soma das

⁴⁷ Barriga cheia seria alguém que tem a mesa farta, que não passa por necessidades em sua casa, principalmente no que tange a alimentação.

⁴⁸ Me refiro aqui ao casamento de dona Aurora e seu Giovanni, logo estou tratando de um contexto geracional específico.

terras herdadas por dona Aurora e seu Giovanni, além do fato de dona Aurora ter sido filha única, o que pode ter gerado impactos com relação a herança de suas terras.

Segundo uma das filhas de dona Aurora, o mesmo se dá porque sua mãe pouco se desfez de suas terras, o que não aconteceu com todos da *comunidade*, especialmente depois do reconhecimento quilombola, quando se observou a intensificação das vendas de terras por parte de algumas famílias dali.

Dália: Aí pronto, aí depois, principalmente quando foi reconhecido, aí foi que começou a correr gente morar aqui. Vim gente, vim gente, vim gente... Antes de Edivânia veio um pessoal morar aqui, morou um pessoal de Santa Luzia, não sei se você ouviu, que tinha... era Janaína e Jaqueline. Jaqueline baixa bem pretinha, bem gorda! Ela comprou esse sítio, ela veio, menina isso foi do dia para a noite. Jaqueline veio comprou esse sítio, ela trabalha bem, ela trouxe muita coisa... Aí depois ela foi vendo que, sabe? Foi mais por interesse, aí depois ela foi vendo que, não era como ela pensava, aí vendeu à Edivânia.

Pesquisadora: Você acha que era interesse em quê?

Dália: Eu acho que era pensando em ter alguma coisa, não é!? Dos quilombolas, eu acho. Porque aí viu que não... Aí foi embora. Daí vendeu para Edivânia. Aí pronto, quando foi surgindo cada um que... vou comprar um pedaço, vou para a Pitombeira, vou para a Pitombeira, a Pitombeira. Acharam que nós íamos enriquecer do dia para a noite. A maioria desse povo *de fora* que veio *de fora* era mais interesse. Era! Como esse senhor aqui [apontando para a diagonal esquerda de sua casa] que comprou esse pedaço de terra, construiu essa casa, logo no começo era aquela coisa e tal e tal. Aí ele viu... nós fomos para uma reunião. Quando nós chegamos nessa reunião aí foi ele disse, quando ele chegou, mas deu vontade de eu rir mulher! Quando ele chegou, ele sentou-se (eu peguei até carona com ele). Aí sentou-se e disse: Mas negra, parece que foi veia. Aí disse (colocou até as mãos na cabeça), aí disse: Olhe vai chegar tanto dinheiro para nós, que você não queira nem saber. Aí eu olhei assim, me deu vontade de eu rir, não sabe! Aí eu disse: é mesmo Ulisses vai chegar, agora não trabalhe não para você vê!? Aí ele ficou por ali ficou, ficou... Aí olhe para você ver! Eles viram que não era como estavam pensando aí pronto, essa casa aí vive fechada, só fez fazer, vive fechada. Mas, no estantezinho, aí no outro dia da reunião, a reunião foi como hoje, aí no outro dia ele chegou aqui com uma mulher, atrás de saber se mãe não queria vender esse pedaço de terra aqui [apontando para a lateral direita de sua casa] Aí eu disse: Olhe, eu acho que ela não quer não, vender não. Porque... Aí mãe estava em negócio de fazer um pedacinho ali sabe? Porque não sabe, era para ajeitar o negócio do poço. Eu disse olhe: Mãe não quer vender não, porque a gente se criou assim, toda vida pai dizia que não tinha terra para vender e nós, cada um que tenha essa mesma proposta, que não vende, e Bernardo sempre teve isso, que se tiver que vender que venda a um daqui, que venda a um daqui para não trazer *gente lá fora para aqui*, para depois não dar problema. Aí todo mundo hoje, muita gente que quer ser quilombola, depois que surgiu isso de quilombola todo mundo quer ser [...] Aí pronto, por isso que eu digo que depois que surgiu esse negócio, aí manifestou de gente atrás de vim comprar *pedaço de terra* até hoje. Porque sabe o que! Que tem esses projetos, que chegam esses benefícios que tenham chegado ou que estejam para chegar, aí o povo bate em cima. Aí o povo daqui são besta e vende, o que acontece é isso.

O trecho da fala de Dália permite a observação da ênfase com que ela trata a lógica estabelecida por sua família no que tange a questão das terras por eles ocupadas. Viúva, dona Aurora é mãe de oito filhos (dos quais sete estão vivos, visto que uma de suas filhas faleceu), e se orgulha que todos os seus filhos possuem suas casas na Pitombeira, sendo observada também em suas terras, a construção de residências para seus netos. Mesmo com esta distribuição de casas mais distanciadas, como no caso em questão, é possível observar a presença de uma residência ao lado da de dona Aurora, trata-se da casa de sua filha Mariana.

É pouco comum idosos residirem sozinhos na Pitombeira, sendo recorrente o apoio dos filhos seja com a construção de uma residência próxima a dos pais, seja no envio de um (a) neto (a), ou sobrinho (a) para dormir com os mesmos.

Embora existam casos em que, mesmo depois de casados, o jovem casal viva na residência dos pais, assim que conseguem uma oportunidade de adquirir o necessário para a construção de sua própria casa, os mesmos o fazem, sendo pouco recorrente a moradia da família extensa em uma única unidade doméstica naquela comunidade.

O cuidado com a construção de, ao menos, uma residência nas imediações da casa dos pais, além de nos informar sobre a escassez de terra naquela comunidade, nos remete ao significado de se ter um (a) filho (a) por perto: o reconhecimento entre os (as) filhos (as) do valor dos pais e de sua autoridade. Aqueles que outrora cuidaram, merecem cuidado na velhice, situação que informa sobre um dos elementos que compõem o repertório moral naquela comunidade, o respeito aos mais velhos.

Ainda ao observarmos o croqui é possível notar que, entre as *famílias de raízes*⁴⁹ da Pitombeira, não há sequer um caso em que essa proximidade na construção da residência, de pelo menos um (a) filho (a), não seja visualizada, quando isso não acontece é porque ou um dos filhos ainda reside com os pais (como era o caso de dona Marcela de Ibraim Reges), ou os pais não mais residem na Pitombeira, é o exemplo de dona Antônia, que com a morte de seu marido, Abelardo, passou a

⁴⁹ Expressão que ouvi algumas vezes entre os moradores da Pitombeira para remeter àqueles que são reconhecidos como quilombolas, como pertencentes ao lugar. A ideia de *criar raízes* é bastante forte entre eles, por vezes a expressão *criaram raízes aqui* é utilizada para associar àqueles que embora não façam parte das *famílias de raízes* da Pitombeira, estabeleceram vínculos com estas através do parentesco, através do nascimento de descendentes. Certa vez ouvi de uma senhora que ela se considerava da Pitombeira, pois mesmo tendo vindo *de fora*, alguns de seus filhos e netos tinham ali nascido, alguns destes últimos frutos de alianças de seus filhos com pessoas dali, o que a tornava *avó quilombola*.

residir com o filho Gaspar, indo depois para São Paulo morar com sua filha Giulia que é solteira.

Embora não seja possível sinalizar através do croqui, quanto a estrutura das residências, naquele Sítio é comum a construção de pequenas moradias, algumas com apenas um cômodo, onde vivem um casal ou se vive sozinho, e outras com três ou mais cômodos. Ali, a maior parte das casas foi construída através de programas governamentais, via FUNASA⁵⁰. Nos dias atuais existem 83 unidades domésticas⁵¹, dentre as quais 20 encontram-se fechadas.

Fotografia 01 – Residências na Pitombeira.



Foto de Jordânia de A. Souza

⁵⁰ O objetivo de tais construções era substituir as casas de taipa por alvenaria, evitando a proliferação do barbeiro, *que transmite a doença* de chagas. Durante a realização desta pesquisa pude acompanhar uma etapa de construção de nove casas, ficando apenas uma casa de taipa na Pitombeira naquele momento. A estrutura dessas casas é basicamente a seguinte: Um pequeno terraço, sala, quarto (o número variando de acordo com o número de pessoas da casa, estes por sua vez variam entre um e três quartos), uma pequena cozinha e banheiro, as mais antigas possuem banheiros externos (que foram construídos posteriormente a construção da casa) e as que foram construídas nos últimos anos já possuem banheiros dentro das casas.

⁵¹ Sempre foi difícil contabilizar e fechar esse número, pois todas as vezes que retornava à Pitombeira uma nova casa estava em construção. É muito provável que hoje esse número esteja desatualizado, posto que o mesmo remete ao levantamento feito no mês de outubro de 2017.

Fotografia 02 – Residência entre as mais antigas na Pitombeira.



Foto de Jordânia de A. Souza

Fotografia 03 – Residência entre as mais recentes e Sede da Associação Comunitária da Pitombeira.



Foto de Jordânia de A. Souza

Fotografia 04 – Residência da Pitombeira, construída pela FUNASA.



Foto de Jordânia de A. Souza

Fotografia 05 – Fogão improvisado no quintal de uma residência.



Foto de Vera L. de Almeida.

Fotografia 06 – Parte interna de uma cozinha de taipa.



Foto de Jordânia de Araújo Souza

Fotografia 07 – Parte externa de uma cozinha de taipa



Foto de Jordânia de Araújo Souza

As casas construídas pela FUNASA possuem cômodos pequenos e, em função de muitas mulheres cozinhareem em fogões à lenha, é comum serem vistas cozinhas na parte externa das casas, feitas de taipa ou mesmo de alvenaria. No caso destas últimas, elas são construídas como complemento à casa. Nas casas em que não existe um fogão à lenha, algumas mulheres improvisam cozinhando em pequenos fogareiros postos próximos à porta da cozinha, existindo também aquelas que fazem toda a comida da família em fogões à gás, geralmente as mais jovens.

Outra característica destas casas refere-se ao lugar onde são lavadas as roupas, geralmente em um espaço *improvisado* no lado de fora. Algumas casas possuem pias, outras não. Nestas últimas, as mulheres geralmente lavam as roupas em bacias, ou mesmo em uma espécie de *giral*⁵² improvisado. Na casa de dona Ada, existia uma pia assentada em baixo de um pé de juazeiro, mas próximo a esta pia há uma pedra bem expansiva (estas pedras grandes são conhecidas no universo popular como *lajeiro*) que é bastante utilizada por ela para lavar as suas roupas (ela coloca água em uma bacia e lava as roupas neste *lajeiro*, que também é utilizado para colocar as roupas para *quarar*⁵³). Há também algumas mulheres que utilizam o sangradouro de açudes próximos para lavar suas roupas, quando estes possuem água, bem como aquelas que possuem em suas residências uma máquina de lavar roupas.

Em termos populacionais, a Pitombeira é um dos Sítios mais povoados do município de Várzea. Durante o período da pesquisa, tais números variaram⁵⁴, embora não tenham se alterado tão expressivamente, variando entre 157 e 198⁵⁵ habitantes, entre homens, mulheres e crianças, o que apresenta uma média em torno de 2,3 pessoas por unidade doméstica, ou 3,1 se considerarmos apenas as unidades domiciliares habitadas.

⁵² Trata-se de uma palavra de origem popular que se refere a um lugar improvisado, por vezes construído com estacas que servem de base e sustenta um pedaço de madeira na qual são lavadas roupas, panelas, pratos, etc. Algumas vezes esta estrutura fica embaixo de uma árvore ou mesmo de uma cobertura improvisada, denominada *latada* que pode ser por vezes encontrada em residências populares.

⁵³ No contexto da pesquisa a expressão *colocar a roupa para quarar* significa colocar a roupa já ensaboadada exposta ao sol (para corar), com o intuito de facilitar o processo de lavagem e enxágue das roupas lavadas a mão, considerando a escassez de água e o processo de limpeza e branqueamento das roupas.

⁵⁴ As dificuldades econômicas enfrentadas na região geram um fluxo de saídas e retornos que dificultaram o mapeamento dos moradores da Pitombeira.

⁵⁵ 198 foi o número observado, quando de meu último levantamento, realizado em outubro de 2017.

Dentro da *comunidade* da Pitombeira, existem algumas famílias que não detêm a posse das terras que ocupam, estas vivem a condição de moradores. Este também é o caso de pessoas que venderam suas terras na Pitombeira e passaram a residir em outras propriedades próximas, na condição de moradores. Alguns destes últimos estabelecem, nas fazendas onde residem, relações de trabalho.

Como destaca Garcia Junior (1983), a condição de morador é marcada por uma relação de subordinação, diferentemente dos rendeiros e meeiros, o morador “é exclusivamente da propriedade”, os primeiros vão à propriedade para desempenhar seus trabalhos quando desejam, já o morador está sempre a disposição do patrão, fator que atinge a todo o grupo doméstico e que marca a relação de sujeição.

Entre aqueles que se encontram, nos dias atuais, em terras que fazem parte da Pitombeira, os únicos que vivem a condição de morador não são nascidos naquele Sítio. Existem duas famílias que vivem nesta condição. Em um dos casos, o casal já trabalhava para o patrão em uma propriedade em outro município, vindo tomar conta das terras que o fazendeiro adquiriu na Pitombeira. No caso desta família, foi ali que nasceram alguns de seus filhos, embora outros já tenham vindo com o referido casal, quando de sua chegada à Pitombeira.

No outro caso, a moradora atual, dona Carolina, é filha do antigo morador da propriedade, seu Raul. Ela chegou ali ainda criança (com aproximadamente dois anos). Com o seu casamento, ela e seu esposo (que é nascido no Sítio Santo Antônio, pertencente ao município de Santa Luzia) passaram a tomar conta das terras que outrora seu pai cuidara. Foi lá que nasceram todos os seus filhos, embora apenas um deles tenha permanecido morando com os pais na referida propriedade. Este, por sua vez, casou com uma mulher de uma das *famílias de raízes* da Pitombeira.

Dona Carolina teve duas de suas irmãs casando-se com homens da Pitombeira e ali construído suas famílias, criando assim *raízes* naquela *comunidade*. Durante a pesquisa, percebi que este não se trata de um caso isolado, pois outros homens casaram com mulheres *de fora*, sendo também comum vermos casos de irmãs que vieram *de fora*⁵⁶ e se casaram com pessoas dali. Algumas dessas famílias que vieram *de fora* chegaram ali para trabalhar na extração de minérios na região, na Mina da

⁵⁶ Foram mencionados casos de mulheres que vieram de Picuí, Santa Luzia (PB), São João do Sabugi (PB), Equador (RN), São José do Sabugi (PB), Alagoa Grande (PB) e São Paulo (SP). Abordarei essa questão mais detidamente à frente.

Quixaba, ou para tomar conta de propriedades de terras e viver ali à condição de morador⁵⁷.

Nos dias atuais, são poucos os casos de descendentes da Pitombeira vivendo a condição de morador, tal situação já foi por muitos vivenciada, observando-se casos de pessoas que saíram do Sítio para trabalhar e garantir a compra do que hoje são suas terras. Este é o caso de minha anfitriã, Dona Ada, que trabalhou por alguns anos em *casas de família*, em João Pessoa ou mesmo no Rio Grande do Norte, deixando inclusive seu filho, Lucca, aos cuidados de sua mãe para adquirir o dinheiro que garantisse a compra de suas terras e a possibilidade de seu retorno.

Retomando aos casos das duas famílias que vivem ali ainda na condição de moradores, é importante destacar que mesmo vivendo nesta condição, atualmente, essas famílias possuem uma relação com o patrão bastante peculiar. Considero que a proximidade na relação foi adquirida em função do tempo em que estas famílias residem nas respectivas terras (que não são do mesmo proprietário)⁵⁸, bem como em virtude do fato de que se trata de uma região castigada pela seca, tendo estas terras um uso mais intenso para a criação de animais, o que não tem tornado viável o pagamento pelos cuidados com as propriedades.

Em um dos casos, a família toma conta da terra e cria os seus próprios animais, eles não recebem mais nenhuma diária do patrão (auxílio financeiro para os cuidados com a propriedade). Nas conversas com esta família, percebi o interesse que eles têm em adquirir as terras nas quais residem, caso aconteça de o proprietário colocá-las à venda. Com a demanda da *comunidade* por essas terras não tenho clareza de como ficará a situação dessa família⁵⁹.

No outro caso, embora alguns dos (as) filhos (as) do casal tenham nascido naquela propriedade, existe para com eles uma relação diferenciada. Isso porque, embora eles fossem vistos como pertencentes ao grupo, quando pensados em relação aos *de fora* daquele território, pois é ali que eles residem, não percebi uma incorporação deles tão forte quanto da família mencionada anteriormente. Durante a pesquisa, houve momentos em que todos os (as) filhos (as) desse casal residiam na

⁵⁷ Retornarei a esta questão mais à frente.

⁵⁸ Tais terras são reivindicadas, junto com outras, pela *comunidade* no processo aberto junto ao INCRA/PB que resultará na titulação coletiva de suas terras.

⁵⁹ Ao final da pesquisa soube que eles compraram uma propriedade próxima a que eles residem, que também foi demandada pela *comunidade* no RTID.

propriedade, tendo sido construídas duas pequenas casas para dois dos filhos que edificaram as suas famílias. Mas, aproximando-se do encerramento dessa pesquisa, alguns saíram para outros Sítios onde foram viver a condição de moradores.

Uma das filhas saiu em virtude de uma relação matrimonial e com ela levou seu filho e um irmão para auxiliá-los nas dinâmicas da nova propriedade onde foram *morar*. Outra filha também saiu em virtude das relações de aliança; inicialmente foi viver em outro Sítio e depois mudou-se para a cidade de Várzea, onde trabalha nos dias atuais.

A diferença no tratamento e incorporação destas duas famílias pode estar vinculada às lógicas de relacionamentos estabelecidas entre estas e as demais famílias da Pitombeira. Dona Carolina, embora não tenha casado com alguém dali, teve duas de suas irmãs casadas com homens de famílias tradicionais da Pitombeira o que permitiu à mesma uma forte aproximação através das relações de afinidade e compadrio. Outro fator que considero ser relevante, tem a ver com o fato de que o matrimônio do filho de dona Carolina nunca foi dissolvido, o que não se observa com relação à Layla, filha do outro casal de morador – seu Vitório e dona Joelma, que não mais é casada com um dos membros de uma das *famílias de raízes* da Pitombeira.

Além das situações narradas anteriormente, muitas das pessoas da Pitombeira migraram para a zona urbana dos municípios vizinhos, estas por sua vez estão em um número maior em Santa Luzia, lá residindo com mais frequência nos bairros do Monte São Sebastião, na Vila Frei Damião e no bairro Nossa Senhora de Fátima⁶⁰; embora alguns também tenham se deslocado para o município de Várzea, como é o caso de Layla, mencionado acima.

Apesar de as cidades vizinhas serem as mais procuradas, muitas pessoas da Pitombeira migraram em definitivo para outras partes do país, seguindo destinos os mais diversos, desde São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará etc. Segundo me comentaram, encontram-se também um número significativo de pessoas, oriundas da Pitombeira, residindo em João Pessoa, muitos dos quais saíram em busca de trabalho, tendo na construção civil o seu maior campo de aproveitamento

⁶⁰ Todos três são bairros populares da cidade de Santa Luzia. A noção de bairro popular implica em uma unidade mínima de urbanização dentro da cidade onde se estabelecem redes de interdependência e códigos de pertença e moralidades historicamente situados. Trata-se de uma categoria utilizada para designar bairros de moradia de classe média baixa e pobre de uma cidade, geralmente com estrutura precária. Para mais detalhes ver Koury e Barbosa (2016).

profissional e muitas vezes residindo nos mesmos bairros da periferia daquele município.

Entre os habitantes da Pitombeira, existem alguns que possuem residências na área urbana, especialmente no município de Santa Luzia, casas essas que servem de apoio e aporte em situações de necessidade de seus proprietários ou mesmo de algum parente.

No período em que estive em campo, pude observar a manutenção do vínculo entre os residentes da Pitombeira e seus parentes ou conhecidos que migraram em definitivo para as cidades de Santa Luzia e Várzea. Tal contato pode ser visualizado especialmente em momentos festivos, seja na ida dos que estão na Pitombeira às respectivas cidades, seja na vinda dos que, morando na cidade, participam das festividades e encontros vividos naquele Sítio.

Durante a pesquisa, algumas porções de terras foram vendidas na Pitombeira, algumas delas a pessoas que vindas *de fora* possuem vínculos de parentesco com alguma das famílias dali, e outras a pessoas que não possuem qualquer vínculo com àquelas famílias. Destes últimos, a maior parte não construiu casas para residirem nelas, mas apenas para passarem finais de semana, uma vez que residem e trabalham na cidade, seja em Santa Luzia ou em Várzea, embora existam alguns poucos casos de famílias que ao adquirirem as terras passaram a se estabelecer por ali. A presença de *peessoas estranhas* ao grupo (Cf. entrevista transcrita na página 69) causou alguns desconfortos, tanto com as pessoas que venderam as terras⁶¹, quanto com as que compraram, sendo estes um dos motivos que levou a demanda pela urgência na elaboração do RTID daquela *comunidade*.

Conforme visualizado no croqui, é possível notar a existência de um aglomerado maior de casas em um dos lados daquela *comunidade*. Foi nesse lado que fiquei hospedada todas as vezes em que estive na Pitombeira, o que me possibilitou acompanhar o modo pelo qual eles mapeiam o trânsito de pessoas na localidade. Por isso, foi possível notar que de algumas dessas casas se visualiza quem entra e quem sai dali, tratando-se de um setor de bastante fluxo.

O modo pelo qual o território da Pitombeira é ocupado nos possibilita observar a constituição de redes de solidariedade entre as famílias que ali residem. Os fluxos

⁶¹ Abordarei também esta questão, mais detidamente no último capítulo.

de pessoas entre algumas residências também nos informa sobre como se estabelecem tais redes, sendo bastante comum o trânsito entre as casas dos pais e filhos/netos e entre irmãos. Nos momentos em que conversei com algumas pessoas, buscando informações sobre quais as residências que elas costumavam frequentar, sempre foi recorrente a indicação de casas de parentes próximos, seguidas pelas dos vizinhos, algo que pude confirmar por meio de minhas observações.

Essas visitas a parentes ou vizinhos acontecem com mais frequência nos horários da tarde e da noite, sendo mais recorrentes nos finais de semana, especialmente nos domingos. São momentos em que se busca saber como estão passando as pessoas, bem como situações em que eles se atualizam dos últimos acontecimentos locais, sendo espaços potenciais para se falar dos dissabores do cotidiano, e também para *fofocar*, conforme veremos mais à frente.

2.3 As famílias na Pitombeira: Mapeamento Social e Territórios do Parentesco

2.3.1 As Famílias com/de Raízes

O discurso da importância familiar, foi muitas vezes ouvido durante a pesquisa, desde em situações em que se demarcavam aproximações ou distanciamentos em circunstâncias cotidianas, até mesmo quando a *comunidade* se encontrava em uma ocasião festiva e a importância de algumas famílias para a manutenção daquele lugar foi sinalizada.

As chamadas *famílias de raízes* são aquelas que permitem ser acessadas, na memória de pessoas do grupo, através do estabelecimento de uma relação com as famílias que fundaram àquela *comunidade*, sendo destacadas as seguintes famílias: As Rosas, os Albuquerque, os Freire, os Alcântara e os Reges⁶².

Nesse destaque é possível observar um processo de hierarquização entre as famílias, posto que há no mesmo uma busca pelo reconhecimento da contribuição de cada uma dessas famílias para a formação da *comunidade*. Tal processo não tem

⁶² Em algumas situações, os Melo e os Germano eram mencionados. Os primeiros como parte da família das Rosas e os Germano como parte dos Alcântara.

relação com questões de caráter econômico, mas com a capacidade que essas famílias possuem de interação e articulação interna e externa e de construção de alianças.

Destas família-nome⁶³, as Rosas têm hoje sua maior representação através de dona Aurora, a matriarca da referida família, com 92 anos. Única filha de Cícera Rosa e Alfredo (ele era de Jardim de Piranhas, localizado no Rio Grande do Norte)⁶⁴, dona Aurora nasceu na Pitombeira. A partir da linhagem de sua mãe, ela recorda das tias Cassandra, Natália, Paulina e Jasmine, todas mulheres, as quais eram conhecidas como as *Rosas*, como destacado pela própria dona Aurora.

Casou-se com seu Giovanni Albuquerque, casamento que, de acordo com ela, não agradou o seu pai, Alfredo. Por isso, seu Alfredo *saiu de casa* diante da manutenção da decisão de dona Aurora em casar com seu Giovanni, fato que o levou a nunca mais voltar para a Pitombeira.

Dos oito filhos de dona Aurora e seu Giovanni, uma faleceu por complicações no parto, deixando seus filhos pequenos aos cuidados desse casal. Os demais possuem suas casas na Pitombeira, mantendo-se na região com seus filhos e netos, à exceção de dona Acácia que residiu muito tempo em João Pessoa, onde se estabeleceu com seus filhos. Os filhos de Dona Acácia não residem na Pitombeira, ela, por sua vez, vem muitas vezes na *comunidade* onde possui uma casa, especialmente em períodos de inverno, quando vem na companhia de seu esposo plantar seu roçado nas terras da família. Em virtude do estabelecimento de dona Acácia fora da Pitombeira, sempre foi difícil para alguns de seus irmãos recuperarem os nomes de seus filhos, posto que há entre eles uma relação de maior distanciamento em virtude destes residirem em João Pessoa (Conforme será possível observar no diagrama da família Rosa de Albuquerque, anexo a este texto).

Artesã, especialista na produção de peças em palha de carnaúba, dona Aurora está sempre presente nas atividades da *comunidade*, comportamento que se estende aos seus filhos. A família das Rosas é uma das mais atuantes da Pitombeira, especialmente se considerarmos as dinâmicas associativas, tendo seus filhos,

⁶³ Utilizarei este termo para me referir àqueles indivíduos que carregam o mesmo sobrenome.

⁶⁴ Em entrevista com Dona Aurora, a mesma disse não ser filha biológica de seu Alfredo, tendo sido ele quem assumiu sua paternidade.

Bernardo e Camila, ocupado cargos na diretoria da Associação Comunitária da Pitombeira durante muitos anos.

Conhecidas na *comunidade* como as Rosas, as filhas de dona Aurora são mulheres bastante atuantes e autônomas, postura que incomoda algumas pessoas. Por vezes, fui aconselhada a tomar cuidado com elas, sendo as Rosas consideradas *mulheres perigosas*. Consideradas como *pouco confiáveis*, algumas passíveis de “fazer trabalho contra as pessoas”⁶⁵, são mulheres que possuem um *comportamento atirado*, que *ameaçam*⁶⁶. Essa fama é um diálogo social, como sugere Marques (2002, p.104), uma imagem criada pelo outro e voltada para o outro, a partir dos estímulos fornecidos pelo seu portador. Marques (op. cit.) chama atenção para a importância das famas nas intrigas, posto que, nas intrigas, os passos a serem dados muitas vezes são refletidos em função das ações do adversário, sejam essas ações passadas ou futuras.

Conforme sugere Stolke (2006, p. 26), “os modos de classificação e identificação social que estruturam uma sociedade determinam também a forma pela qual sua reprodução social é organizada”. Entre os moradores da Pitombeira, a vigilância do comportamento das mulheres não é realizada apenas pelos homens, mas muito mais pelas próprias mulheres. Nessa vigilância, o perigo e o cuidado atribuído às Rosas é recorrente, por muitas vezes ouvi a expressão: “Aquela é Rosa!”, “Cuidado, aquilo é Rosa!”. Fiquei instigada para entender como essa fama se cristalizou, bem como porque ela não se estende ao único filho de dona Aurora, seu Bernardo⁶⁷. É possível que o fato da existência de muitas mulheres nessa família que tenham sido levadas a sobreviver naquele lugar, algumas vezes de forma mais autônoma (aqui podemos lembrar o abandono de Cícera Rosa, com o casamento de sua única filha), tenha gerado posturas de enfrentamento por parte dessas mulheres, que passaram a incomodar outras mulheres e homens da *comunidade*. Ainda se pode

⁶⁵ Numa referência a *feitiços* e *macumbas*. Em nenhum momento ouvi referência a tais mulheres realizarem tais trabalhos, mas que elas conhecem pessoas que fazem e são passíveis de procurar tais pessoas.

⁶⁶ Ouvi casos em que algumas mulheres da família tinham se envolvido em relacionamentos com homens casados da *comunidade*, o que resultou em quebras de alianças e relacionamentos entre algumas pessoas na Pitombeira. Tal conduta pode ser um dos elementos que norteiam essa fama atribuída a estas mulheres.

⁶⁷ Embora não seja a pretensão deste trabalho, gostaria de sinalizar o potencial para a elaboração de uma reflexão que remeta à construção das reputações atrelada a uma perspectiva dos estudos de gênero.

destacar aqui o fato de que sendo seu Bernardo único filho homem, ele passou a cumprir um papel significativo dentro da família tendo em vista as condições de saúde do pai, que mesmo presente não teve condições de se manter provedor do lar.

Da família dos Albuquerque, poderia destacar aqui seu Giovanni, aquele que mencionei ser considerado o guardião da memória do grupo. Como já destacado ainda no início deste trabalho, nascido na Pitombeira, ainda jovem seu Giovanni perdeu a visão em decorrência de seu trabalho com mineração na região, deixando-o impossibilitado de trabalhar para garantir o sustento de sua família, o que levou seus filhos mais velhos, ainda muito jovens, a se iniciarem no mundo do trabalho.

Casado com dona Aurora, seu Giovanni sempre era mencionado quando eu questionava qualquer pessoa da *comunidade* sobre a história de ocupação daquele lugar. A ele foi atribuída a tarefa de apresentar a história da Pitombeira àqueles que procurassem tais informações naquela *comunidade*, atribuição que vem sendo ocupada por alguns de seus filhos, especialmente seu Bernardo e Camila. Sempre bem humorado, seu Giovanni guardou em sua memória momentos que considerava marcantes para aquela coletividade, narrando-os sempre ao lado de dona Aurora e que foram sendo registrados por seus filhos. Outros elementos narrativos acabaram sendo incorporados por seus filhos que assumiram a responsabilidade de transmissão das histórias depois do falecimento de seu Giovanni.

Dos Freire gostaria de mencionar a figura de seu Otávio⁶⁸. Nascido em 1942, o mesmo foi casado com uma das filhas de seu Giovanni e dona Aurora, dona Melinda, com quem teve nove filhos.

Membro da Irmandade do Rosário, seu Otávio participou da festa do Rosário enquanto esteve vivo, estimulando seus filhos a acompanhá-lo nessa devoção. Seu Otávio ocupou o cargo de juiz perpétuo do Reisado de Nossa Senhora do Rosário até a sua morte, sendo uma referência na *comunidade* quando se tratava de abordar a festa do Rosário, ritual que tinha muito prazer em prestigiar, guardando consigo suas medalhas de honra ao mérito, por sua participação no Reisado, e apresentando-as sempre que falava da festa do Rosário.

Católico, devoto de Nossa Senhora do Rosário, em outubro, mês de realização da festa em homenagem de tal santa, seu Otávio ia com toda a família para sua casa

⁶⁸ Seu Otávio faleceu no período de realização dessa pesquisa.

em Santa Luzia, onde acompanhavam todos os momentos rituais de tal festividade, tendo a maior parte de seus filhos ocupado cargos no reisado do ano. Orgulhava-se em ofertar, em sua casa, comida para os membros da Banda Cabaçal e Reisados durante a festa, além de disponibilizar sua propriedade no sítio, como marco para a saída do Tope do Juiz⁶⁹, um dos momentos importantes da festa do Rosário.

Dos Alcântara, poderia destacar aqui a atuação de seu Lorenzo e dona Nadir, posto que esses foram aqueles com quem interagi mais detidamente, mesmo que no caso de seu Lorenzo tal interação tenha se estabelecido mais indiretamente, considerando o seu quadro de saúde quando da realização dessa pesquisa.

Seu Lorenzo e dona Nadir são dois, dos oito filhos do casal Ariel e Jorge Alcântara. Seu Lorenzo foi lembrado sempre por sua atuação à frente da presidência da Associação Comunitária. Casado com Alice (que veio *de fora* com seus pais e irmãos), teve cinco filhos, dos quais um deles ainda reside na Pitombeira. Seu Lorenzo faleceu durante a pesquisa, deixando sua irmã, Nadir, morando na propriedade da família. Solteira, dona Nadir dedicou-se sempre aos cuidados dos filhos do irmão. Estes, por sua vez, a auxiliaram depois da morte de seu Lorenzo, tendo inclusive um de seus filhos, Saulo, passado a residir com a tia na propriedade da família.

Saulo tem buscado seguir os passos do pai nas atividades associativas da *comunidade*, sendo hoje o vice-presidente da Associação. Ele foi o único dos filhos que seguiu os passos políticos do pai, tornando-se atual presidente da Associação, em função do afastamento de Gaspar. Três dos seus quatro irmãos residem em Santa Luzia, com sua mãe e o outro irmão de Saulo mora em Várzea.

Foi esta família que doou o terreno para a construção da escola municipal naquela *comunidade* que carrega o nome da família através do pai de seu Lorenzo e dona Nadir. Dona Nadir também faleceu durante essa pesquisa. Sempre saudosa pela partida de seu irmão, ela destacava a dedicação do mesmo à *comunidade*, sua luta na busca pelo reconhecimento do grupo, associando algumas vezes o seu precoce adoecimento em virtude dos seus esforços na busca por melhorias para aquelas famílias.

⁶⁹ Este trata-se de um dos momentos rituais da Festa do Rosário, ao qual as pessoas se dirigem à cavalo e fazem um cortejo desde uma propriedade na zona rural (a cada ano um novo sítio pode ser cedido para receber os brincantes) até à cidade de Santa Luzia. Trata-se de um momento marcado pela distribuição de comida e bebida para os participantes. Para mais detalhes ver Souza (2011), Nóbrega (2007), Nóbrega et al. (2007).

Dos Reges, poderia destacar aqui a figura de seu Álvaro. Filho de Amâncio Reges e dona Anita, foi ele quem ficou residindo na casa da família após a morte dos pais. Trata-se de uma das mais antigas residências da Pitombeira. Era nessa casa, enquanto seu Álvaro viveu, que eram celebradas as novenas do mês de maio⁷⁰, tradição que era vivida pela família desde sua avó, Conceição. Com a morte de seu Álvaro, as novenas do mês de Maio deixaram de ser celebradas em sua casa e passaram a acontecer em outras residências da *comunidade* de forma itinerante⁷¹.

Foi seu Álvaro quem doou o terreno para a construção da Igreja Católica da *comunidade*, bem como para a construção da Sede da Associação Comunitária. Era nessa propriedade, quando o pai se deu Álvaro era vivo, seu Amâncio Reges, que aconteciam os forrós da Pitombeira, sendo uma residência bastante frequentada pelos políticos locais, o que colocava essa família numa lógica de aproximação com os políticos da região.

A casa de seu Álvaro é um exemplo de residência que marcava as dinâmicas de sociabilidade naquela *comunidade*. Enquanto ele viveu, as pessoas iam muito a sua casa. Durante a noite, a sua sala sempre estava cheia, as pessoas iam para assistir TV, *jogar conversa fora*, especialmente os jovens da *comunidade*. Tratava-se de um ponto de encontros para a maioria das pessoas que residiam na Pitombeira. Não à toa, seu Álvaro é lembrado como alguém que foi bastante acolhedor e receptivo aos que se dirigiam à sua casa, chamada por alguns jovens como *a praça da Pitombeira*. Seu pai também foi bastante mencionado nas conversas que estabeleci na Pitombeira, no período em que muitos dos meus interlocutores eram jovens, era ele que se responsabilizava por todos (as) e os levava para trabalhar nas serras da região, apanhando algodão.

Um dos filhos de seu Álvaro, Armando, foi presidente da Associação Comunitária e candidato a vereador, não logrando êxito no pleito. Além de Armando, Kelly, filha de Álvaro e Sofia (irmã de Alice que casou com Lorenzo), também tem uma presente atuação nas atividades da Associação ocupando o cargo de tesoureira nos dias atuais.

⁷⁰ Ainda acompanhei algumas novenas do mês maio na Pitombeira quando seu Álvaro era vivo. As novenas celebradas na Pitombeira conservavam, na época, algumas ladainhas em latim.

⁷¹ Alguns de seus filhos são evangélicos e com a morte de seu Álvaro passaram a ocupar um papel de autoridade na casa, levando as celebrações do mês de Maio a uma interrupção, sendo as mesmas retomadas em outras residências a partir da atuação de Dália, dona Nadir, dona Edivânia etc. Nos dias atuais a capela da Pitombeira já foi construída e é lá onde são celebradas as novenas de maio.

É dos Reges também, o antigo presidente da Associação. Gaspar é filho de seu Abelardo e dona Antônia. Além de Gaspar outra pessoa que poderíamos destacar nessa família é Isis, funcionária da escola e filha de dona Matilde, irmã de seu Álvaro e de seu Abelardo.

A apresentação de algumas informações sobre essas *famílias de raízes* da Pitombeira se justifica, pois nos ajudará a entender algumas situações apresentadas ao longo desse texto. Será possível notar que se tratam de famílias que, cada uma ao seu modo, se dedicaram na consolidação de atividades coletivas no grupo, algumas contribuindo nas atividades religiosas, associativas, políticas etc. Deste modo, compreender um pouco destas trajetórias nos auxilia na análise de algumas situações, bem como para melhor compreender a rede de relações familiares e de vizinhança daquele lugar.

2.3.2 Mapeando redes e compreendendo relações

Habitados a receber agentes do governo (extensionistas da EMATER⁷², técnicos do INCRA, funcionários da Prefeitura, do estado etc.), há, entre os moradores da Pitombeira, uma dinâmica bastante calorosa para recepcionar visitantes. Atenciosos e prestativos, eles se preocupam em *receber bem* e atender às demandas dos visitantes. Essa inclusive, é uma questão que ouvi muitas vezes sendo destacada em reuniões da Associação, especialmente por àqueles que fazem parte das dinâmicas de organização das atividades da Associação há mais tempo, o que me permite sinalizar para um cuidado com o modo pelo qual a imagem da *comunidade* é construída e propagada e que carrega um caráter geracional.

Desde os meus primeiros contatos com as pessoas que residem na Pitombeira, uma das questões que mais me chamou a atenção foi a indicação dos nomes das pessoas com as quais eu devia conversar/entrevistar, sendo naquele momento indicadas as pessoas de mais idade, por serem consideradas aquelas que possuem mais informações sobre a história do grupo. Outro fator relevante, foi a necessidade por me localizar nas relações de parentesco daqueles que ali residem. A curiosidade em saber o que eu fazia na região, de onde eu vinha e o que demandava deles, mostra

⁷² Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba.

como eles controlam o acesso e a passagem das pessoas que para lá se dirigem, trata-se de um importante modo de controle da circulação de pessoas. Como destacou Comerford (2003, p. 34) em seu estudo na Zona da Mata Mineira, ao focar os processos de familiarização e hierarquização das famílias, o mapeamento das redes de relações torna-se um “saber obrigatório e naturalizado entre os moradores desses pequenos municípios, absolutamente essencial para a navegação cotidiana no emaranhado de relações”.

As relações de parentesco desempenham, naquela *comunidade*⁷³, um importante papel na vida cotidiana. Desde cedo as redes de relações da família são apresentadas para as crianças, que são estimuladas a reconhecê-las, aprendendo a quem se deve demonstrar respeito (através do pedido da bênção a criança é estimulada a reconhecer seus familiares), assim como a se afastar daqueles com quem não deve haver interação, ou a mesma é limitada em virtude de algum conflito passado. É através desse conhecimento das redes de relações, que a socialização é estabelecida, tratando-se de um importante elemento no mapeamento, tanto para a manutenção ou criação de vínculos, quanto no distanciamento e criação de limites. Cuidados que precisam ser observados visando evitar conflitos.

Além do mapeamento das famílias que fazem a Pitombeira, o mapeamento em torno de quem passa a frequentar a *comunidade*, tanto permite perceber uma forma de proteção entre eles (mapeando-se quem passa pelo lugar, o que objetiva ali) quanto uma forma de aproximação com os que chegam, e esta busca por aproximação pode se dar através do parentesco, tentando-se situar quem chega, ou mesmo quem passa, através dessas relações. O que, em certa medida, também nos informa sobre o perfil de pessoas que frequentam com mais intensidade o lugar, que são parentes ou amigos daqueles que ali residem.

É relevante observar como esse controle vai se naturalizando de modo que eles passam a conhecer/identificar o barulho dos veículos dos moradores do próprio Sítio e dos veículos que vão a região com certa assiduidade (a exemplo do carro pipa que leva água uma vez por semana para abastecer alguns reservatórios de onde as famílias retiram suas carroças de água), dos carros de moradores de outros Sítios da

⁷³ Essa não é uma peculiaridade desse lugar, a importância do parentesco nas dinâmicas cotidianas pode ser observada em outras pesquisas realizadas no nordeste, apenas para exemplificar temos os trabalhos de Woortmann (1995) e Marques (2002), entre tantos outros.

região, de membros da EMATER. Assim como vão identificando outros veículos e até conjecturando sobre seus percursos e suas finalidades nas redondezas.

Não são só os veículos automotores que são observados, a passagem de pessoas a pé, de bicicleta, à cavalo também é notada e registrada. É bem verdade que, a maior frequência dessas pessoas que passam a pé é de residentes da própria Pitombeira. E quando elas passam nas proximidades das casas é comum todos (todas) se cumprimentarem.

O mapeamento de quem passa, bem como de quem se encontra e onde se encontra, também pode ser observado para além dos limites territoriais do próprio Sítio, ou seja, na cidade, ou em outros sítios da região. Isso porque as dinâmicas econômicas, sociais e culturais dos moradores da Pitombeira são também vivenciadas fortemente nos municípios de Santa Luzia e Várzea. São nesses municípios que eles se encontram quando vão ao banco, aos supermercados para fazerem a feira, à farmácia, etc. sendo muitas vezes, apenas nessas ocasiões em que ocorrem os encontros, especialmente para os mais idosos, que pouco saem de suas casas.

Esse controle da circulação das pessoas, seja nas estradas, nas residências (quando um veículo para em uma casa, logo se observa quem será, o que será que está fazendo naquela casa etc.), ou mesmo na cidade, não incorre apenas às pessoas que não são do lugar, aos *estranhos*, os *de fora*. Tal controle também é direcionado às ações dos moradores da *comunidade* e isso é observado no modo pelo qual as informações sobre as mais variadas situações circulam (sejam elas sobre visitas, festas, traições, brigas, romances, separações etc.).

É bem verdade que tais narrativas podem, em alguns momentos, acabar sendo classificadas, por eles, como fofocas, ganhando assim, um caráter muitas vezes negativo. Momentos nos quais alguns episódios são utilizados para alimentar intrigas ou mesmo atritos já existentes.

De acordo com um dos moradores da Pitombeira, “se o dinheiro é a catraca que faz girar o mundo, na Pitombeira o que faz é a *fofoca*”. Com isso, destaco a importância de tais narrativas para o cotidiano do grupo. Ao observar a importância das *fofocas*, me aproximo do uso do termo proposto por Oliveira (2014, p. 252), quando o autor utiliza a categoria *fofoca* como “uma narrativa na qual se informa ao interlocutor sobre o comportamento visto como ‘desviante’ de outro agente, ausente à interação na qual este ‘informe’ ocorre”.

Durante um tempo, tive dificuldades em acessar esse universo narrativo, lembro-me que, por vezes, nas minhas andanças matutinas já existiam conversas circulando entre os moradores da Pitombeira, algumas delas transcorridas durante a noite, outras na madrugada.

Inicialmente, minha maior dificuldade em acompanhar tais narrativas deu-se em virtude da utilização de apelidos para referirem-se às pessoas envolvidas nas situações, especialmente quando as mesmas se tratavam de “blame gossips”, ou seja, se tratavam de “fofocas depreciativas”, que abordavam situações que mancharam a reputação de algum morador.

Aqui considero a *fofoca*, como sugere Elias (2000[1994]), não como um fenômeno independente, posto que a mesma depende de outros elementos. Utilizando-me do proposto por Elias, saliento o seu papel enquanto mecanismo de controle social daquela coletividade.

Por se tratar de um grupo pequeno, existe ali um fluxo de informações constante que é transmitido nas interações face a face. Se um carro passa na estrada, algumas vezes as pessoas param o que estão fazendo, para observar quem pode ser ou mesmo qual poderá ser o destino.

Há, na Pitombeira, espaços privilegiados para a observação dos acontecimentos cotidianos, seja por sua localização, como é o caso da residência de seu Álvaro, que fica posicionada em um lugar que permite a visibilidade de algumas das estradas e que desde longa data se trata de uma das casas que cotidianamente conta com a presença e visita de muitos dos moradores daquela localidade, seja por se tratar de espaços que agregam as pessoas, como os bares, por exemplo.

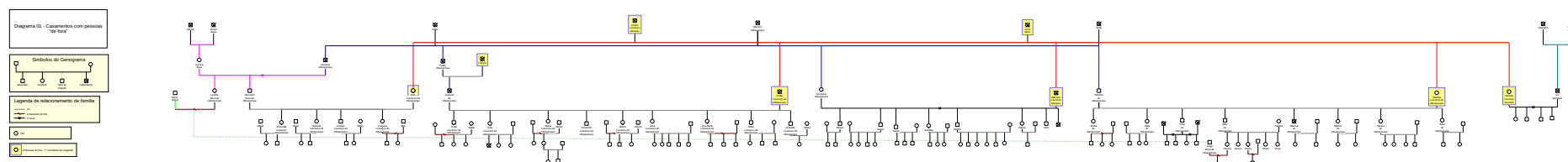
Há uma observação constante do que se passa e por onde se passa, poderia dizer que há um controle do fluxo de pessoas constante ali, existindo inclusive pessoas que por terem grande mobilidade deixam por onde passam algumas informações. A medida em que voltava à Pitombeira, fui observando cada vez mais, que, ali, através das *fofocas*, muito somos informados sobre as reputações das pessoas.

Ainda conforme destaca Elias, a *fofoca* depende de normas e crenças coletivas, assim como das relações comunitárias (ELIAS, 2000 [1994], p.121), com isso é possível destacar que não são de todos que se falam, e mais, que existem fofocas de conotações variadas. Algumas que acabam por comprometer reputações e outras que

acabam por fortalecer as mesmas. Assim, é compreensível o uso dos apelidos e minha dificuldade em entender tais comentários.

Para além do trânsito de pessoas e às dinâmicas que remetem ao cenário das redes de relacionamento, o casamento com pessoas *de fora* é muito comum na Pitombeira, embora não tenha observado a existência de regras fixas de casamento, nem tão pouco residenciais, esta segunda variando a partir de situações econômicas dos cônjuges. Há poucos casos de casamentos entre pessoas que descendem das famílias que fazem a Pitombeira, sendo mais recorrente a aliança com pessoas externas ao grupo, como podemos observar no diagrama de parentesco abaixo.

Diagrama 01 – Casamentos com *peessoas de fora*



* Imagem ilustrativa. Ver diagrama na versão impressa.

Neste caso, especificamente a família de Arlindo Lourenço Marques e Anna Maria é proveniente do Rio Grande do Norte. Quando chegaram à Pitombeira, alguns dos (das) filhos (as) ainda eram pequenos. Os mesmos vieram em busca de emprego na região, foi quando um dos filhos mais velhos da família, Maurício⁷⁴, casou com uma moradora da Pitombeira e lá se estabeleceu nas terras do sogro, Marconi Albuquerque.

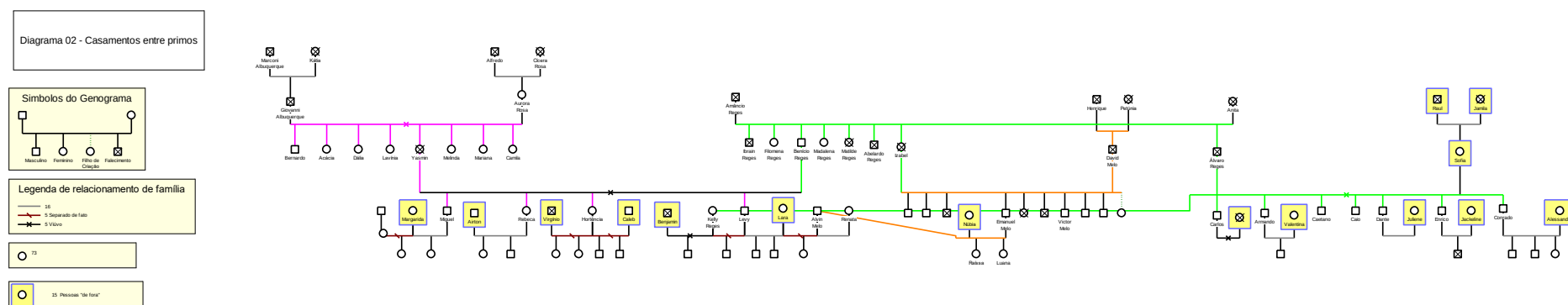
Com o falecimento de dona Anna Maria, seu filho Maurício trouxe seu pai e irmãos para morar na Pitombeira e entre idas e vindas, alguns dos irmãos por lá permaneceram. Cinco dos quatorze filhos da família Lourenço Marques casaram com pessoas da Pitombeira. Destes, uma filha casou com um homem da família Germano e outros três (duas irmãs e um irmão) casaram com três irmãos da família Albuquerque, e uma das outras filhas casou-se com um sobrinho destes. Este último é o caso de dona Ruth e seu Bernardo, cuja aliança está representada no diagrama 1. Como o casal, todos os seus filhos também casaram com pessoas *de fora* da comunidade.

A narrativa de chegada e instalação da família Lourenço Marques nos remete ao advento da mineração na região que permitiu a migração de muitas famílias para os arredores da Pitombeira, algumas inclusive se instalando naquelas terras, fator que acabou permitindo que algumas famílias se instalassem naquele Sítio e constituísse ali *suas raízes*, conforme já sinalizado no início deste capítulo.

Para visualizar as alianças entre parentes naquele Sítio, ilustro algumas relações com o diagrama abaixo.

⁷⁴ De acordo com dona Ruth, seu irmão Maurício trabalhava para a Camargo Correia.

Diagrama 02 – Parte da genealogia de algumas famílias que demonstram a união entre primos.



* Imagem ilustrativa. Ver diagrama na versão impressa.

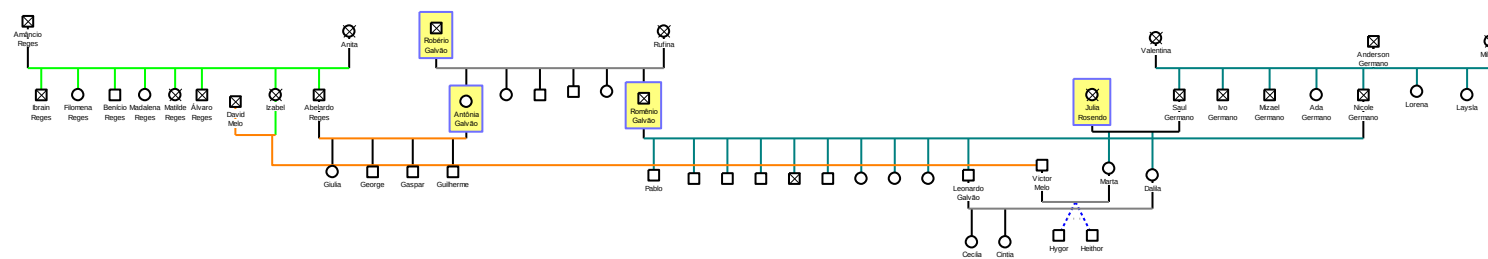
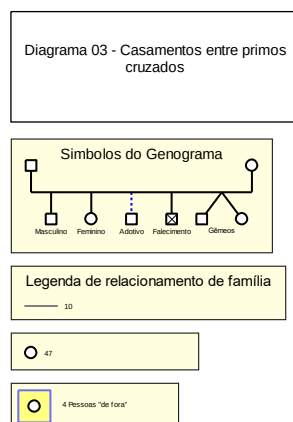
O referido diagrama apresenta alianças tanto entre parentes, no caso da quarta geração, o matrimônio entre Kelly e Levy, quanto com pessoas nascidas na própria Pitombeira, no caso da segunda geração o casamento entre David Melo e Izabel Reges, Giovanni Albuquerque e Aurora Rosa, assim como a união entre Benício Reges e Yasmin Rosa, bem como arranjos matrimoniais com pessoas *de fora* do grupo, à exemplo da união entre Emanuel e Núbia, Álvaro e Sofia, assim como os novos arranjos matrimoniais de Levy e Lara e de Kelly e Benjamin.

Conforme é possível observar nestes dois diagramas, os casamentos com pessoas externas ao grupo, há muito se faz presente na construção das alianças na Pitombeira, o que não descarta os casamentos para dentro, embora estes últimos, sejam menos recorrentes. Se considerar apenas aqueles que vivem hoje na Pitombeira, temos mais casos de casamentos com pessoas *de fora*, tanto de homens quanto de mulheres, do que arranjos matrimoniais com pessoas das chamadas *famílias de raízes* da Pitombeira.

No período da pesquisa pude, observar a existência de apenas sete casamentos entre pessoas da própria *comunidade*⁷⁵. Destes relacionamentos ilustrarei no diagrama 3, o caso de duas irmãs, Marta e Dalila, uma delas casada com um primo cruzado.

⁷⁵ Dos casamentos de mulheres da Pitombeira com homens da mesma *comunidade* pude verificar que destes 7 casos, 3 acabaram se divorciando, 2 são viúvas e 2 mantem-se em seus respectivos relacionamentos. As demais alianças matrimoniais são todas com pessoas *de fora* do grupo, destes o número de homens casados para *fora* corresponde a 19 casos, e com relação aos matrimônios de mulheres com homens *de fora*, o número levantado foi de 18 casos. Esses números só levam em consideração as pessoas que residiam na Pitombeira no momento de finalização desta pesquisa, tendo por referência outubro de 2017. Destes, 1 homem e 2 mulheres são viúvos, 2 homens do grupo tinham falecido e 4 casais haviam se divorciado (2 casos de mulheres da *comunidade* e 2 casos de homens)

Diagrama 03 – Casamento entre primos cruzados.



* Imagem ilustrativa. Ver diagrama na versão impressa.

A entrada de novos parentes na Pitombeira, através das relações de afinidade (via casamento), são visualizadas tanto no universo masculino quanto no feminino. Tais afins, embora não descendam das *famílias tradicionais*⁷⁶ da Pitombeira, com o matrimônio, criam ali suas *raízes* e passam a ser mapeados pela família a qual passam a pertencer, podendo compartilhar assim de sua reputação. A reputação familiar é um elemento bastante relevante entre os moradores da Pitombeira⁷⁷.

Nos estudos sobre comunidades rurais, as relações de parentesco são objeto de forte observação, sendo recorrente a apresentação de situações nas quais é comum a afirmação de que “Aqui todo mundo é parente!”, seja este parentesco proveniente de relações de descendência ou mesmo de relações de afinidade, mesmo que muitos autores destaquem que em situações de conflitos e desprestígio tal afirmação possa ser negada.

Conforme salienta Woortmann (1977), a principal contribuição da Antropologia para os estudos da família, está situada na discussão sobre as relações de parentesco. Porém, faz-se necessário destacar, como salienta Sarti (1992, p. 70), que o parentesco não deve ser pensado como sinônimo de família, para a autora

O parentesco e a família tratam dos fatos básicos da vida: nascimento, acasalamento e morte. Mas a família é um grupo social concreto e o parentesco é uma abstração, é uma estrutura formal. Isto quer dizer que o estudo do parentesco e o estudo da família são coisas diferentes: o estudo da família é o estudo daquele grupo social concreto e o estudo do parentesco é o estudo dessa estrutura formal, abstratamente constituída, que permeia esse grupo social concreto, mas que vai além dele.

A família passou, ao longo da pesquisa, a ocupar um lugar chave na análise das dinâmicas de organização da Pitombeira. Vista enquanto um grupo social que envolve uma rede de parentesco, a família na Pitombeira pode ser considerada como um elemento de classificação e uma unidade de avaliação que demarca hierarquizações sociais e morais no grupo.

Tais classificações resultam na construção de *famas*⁷⁸ (reputações) que são atribuídas às famílias e produzem um processo de diferenciação destas dentro do

⁷⁶ Por vezes notei a utilização deste termo para referendar a relação de constituição dessas famílias com aquele lugar.

⁷⁷ Aqui é possível fazer uma aproximação com o trabalho de Comerford (2003), quando o autor ao utilizar a noção de política de reputação de Bailey redireciona a ênfase da análise para a família e não para o indivíduo como o fez Bailey.

⁷⁸ Fama seria uma referência nativa para se referir às reputações dos indivíduos.

grupo. Conforme salienta Bailey (1971), a reputação de alguém é um aspecto que se destaca nas relações marcadas pela proximidade. Trata-se de um conhecimento sobre a existência de cada indivíduo que é compartilhado. Deste modo, tal conhecimento é um saber naturalizado em algumas modalidades de interação social. Conforme destaca o autor,

A vida cotidiana é vivida nas pequenas comunidades, onde todos conhecem todos os outros, ou, se eles realmente não sabem algo sobre uma determinada pessoa, eles conhecem quem será capaz de falar sobre ele. Trata-se de uma relação "cara a cara" ou - como disse um antropólogo indiano cético - de sociedades 'de costas'. Isso não significa que todos estão constantemente na presença de todos os outros: só que há um fundo de conhecimento comum sobre todos os membros da comunidade, e que não é muito difícil para qualquer um na comunidade ter acesso a ele. Este fundo, na verdade, é composto de reputações. A reputação de um homem não é uma qualidade que ele possui, mas sim as opiniões que outras pessoas têm sobre ele. E aqui importa quem são essas outras pessoas. Minha reputação é um dos fatores que controlam o modo pelo qual eu posso interagir com outras pessoas e manipulá-las para alcançar algum objetivo que tenha em vista. Portanto, somente as opiniões daqueles com quem eu interajo frequentemente são importantes para mim. Se as pessoas do outro lado do mundo aprendem por meio de um jornal o quão bom eu sou (ou o quão desonesto), isso não é preocupante, ao menos que eu entre em contato com essas pessoas. A importância da reputação de alguém diminui à medida que a intensidade da interação também diminui. Somente na frente daqueles com quem eu interajo frequentemente devo tomar cuidado para gerir a impressão que eles elaboram sobre mim.⁷⁹ (BAILEY, *ibid*, p. 4).

Em sintonia com o exposto por Bailey, considero que a reputação é um elemento importante da convivência naquela *comunidade*. A mesma pode ser acionada em diversas situações, ganhando relevo no mapeamento das relações familiares, marcando aproximações ou distanciamentos na configuração das famílias.

Entre os moradores da Pitombeira, embora parente seja alguém que é da família, e que, em alguns momentos, os termos possam ser acionados como

⁷⁹ [Everyday life is lived in small communities, where everyone knows about everyone else, or, if they do not actually know about a particular other person, they know who will be able to talk about him. These are 'face-to-face' or - as a cynical Indian anthropologist has put it - 'back-to-back' societies. These phrases do not mean that everyone is constantly in everyone else's presence: only that there is a fund of common knowledge about all the members of the community, and that it is not too difficult for anyone in the community to have access to it. This fund, in fact, is made up of reputations. A man's reputation is not a quality that he possesses, but rather the opinions which other people have about him. It matters who these other people are. My reputation is one of the factors which control the ways I can interact with other people and manipulate them to gain whatever ends I have in view. Therefore only the opinions of those with whom I am likely to interact are important to me. If people on the other side of the world learn from a newspaper what a fine fellow I am (or what a cad), this is of no concern unless I come into contact with those people. The importance of one's reputation diminishes as the intensity of interaction also diminishes. Only in front of those with whom I interact frequently must I take care to manage the impression which they gain of me]. Texto no original.

análogos, nem sempre um se traduz pelo outro. Neste sentido, se família ali pode ser considerada enquanto um grupo social que envolve uma rede de parentesco, esta rede implica em uma dinâmica de solidariedade que não abrange todos os laços de parentesco.

Entre os moradores da Pitombeira, o termo parente é utilizado de forma mais geral e abrange um número maior de pessoas. Demarcando, assim, relações e agrupando aqueles que são consanguíneos. Já o termo família, é um termo mais complexo, posto que seu sentido varia de acordo com o contexto no qual é utilizado. O mesmo pode ser usado para se referir à família nuclear (pai, mãe e filhos); à família extensa (unidades domésticas compostas por três ou quatro gerações, que vivem próximas e têm os avós e/ou os bisavós como principais referências simbólicas da organização das atividades cotidianas); ou ainda, ao nome da família (aqueles indivíduos que carregam o mesmo sobrenome). Embora ambíguo, o uso do termo família, especialmente quando se referindo aos dois primeiros sentidos, apresenta um caráter mais íntimo, mais próximo. Nas palavras de Núbia, uma das moradoras da Pitombeira “Família é com quem podemos contar, depois vêm os parentes!”. Assim, é possível perceber uma diferenciação entre aqueles que são considerados como parentes e aqueles vistos como membros da família, justificando inclusive o porquê de, entre eles, alguns se distanciarem de determinados parentes afirmando que “nem todo mundo aqui é minha família!”.

Tal expressão me levou a observar melhor os critérios de classificação das relações de parentesco na Pitombeira e buscar entender que consanguíneos não eram reconhecidos como membros da família e em que situações as relações de parentesco são legitimadas e/ou deslegitimadas. Tais observações me possibilitaram acompanhar alguns aspectos da conflitividade cotidiana que permeia e é permeada pelas dinâmicas familiares.

Certas situações, associadas a desentendimentos ou conflitos dentro das famílias podem gerar um período de distanciamento entre seus membros, levando a um processo de esquecimento ou desconsideração destes, redefinindo mesmo que temporariamente os limites das famílias.

Considerando a importância dessa conflitividade nos arranjos familiares, abordarei, a partir desse momento algumas situações nas quais os laços de familiarização se materializam de maneira mais evidente entre os moradores da Pitombeira, bem como os momentos nos quais, observei arranjos marcados pelo

distanciamento na identificação de laços de parentesco, decorrentes de desentendimentos.

2.3.2.1 O caso de Gaspar

Gaspar é membro da família Reges. Viveu sua infância e adolescência na Pitombeira, migrando aos 22 anos para São Paulo em busca de trabalho nos anos 1990, onde morou um tempo na casa de sua irmã. Sua saída foi motivada pela busca de emprego em São Paulo, nesses processos de migração, era comum as jovens ficarem *esperando* seus namorados retornarem para casar. No caso em questão, como em tantos outros similares, Gaspar se envolveu com uma outra pessoa em São Paulo com quem constitui família. A jovem que tinha ficado a sua espera era de uma das *famílias de raízes* da Pitombeira e nesse processo também se casou com um rapaz *de fora da comunidade*, residindo lá desde então.

Em São Paulo, Gaspar trabalhou em grandes indústrias e constitui sua família, retornando à Santa Luzia no ano de 2001. Com seu retorno, Gaspar passou um mês na Pitombeira e depois se instalou, com sua família, na cidade de Santa Luzia, ficando em um processo de constantes visitas à Pitombeira a partir de 2002, quando comprou ali um sítio no qual sua mãe foi morar. Anos depois se desfez de sua propriedade na Pitombeira, adquirindo outra porção de terras onde não havia uma casa para morada. Em 2012, ele voltou para a Pitombeira com a pretensão de construir uma casa e ficou instalado com sua família na casa de sua prima, Hortência⁸⁰, que na ocasião não estava residindo na Pitombeira.

No seu retorno à Pitombeira, Gaspar passou a participar das atividades da Associação, tornando-se sócio no ano de sua chegada em 2001. Desde então, uma vez que vinha acompanhando as dinâmicas da Associação, em 2014, ele dispôs seu nome para concorrer ao pleito para a eleição de novos membros da Diretoria. De acordo com ele, motivado pela “necessidade de lutar”

Pesquisadora: Quando foi que você decidiu se candidatar a Presidente da Associação, o que foi que lhe incentivou, lhe motivou?

Gaspar: Rapaz. O que motivou ... foi eu vendo as coisas dentro da nossa *comunidade quilombola*, que nós podíamos assim, mudar de vida. Eu sei que não era fácil e não era difícil, mas eu sempre falava, nós conversávamos, às vezes o

⁸⁰ Hortência saiu da Pitombeira com seus filhos em virtude de uma tragédia que envolveu seu companheiro, à época, e que resultou na morte de outro morador da Pitombeira.

peçoal falava, Gaspar rapaz a gente precisa de um Presidente, aqui dentro de nossa *comunidade*, que lute.

No momento em que Gaspar foi candidato, a presidente da Associação⁸¹ era funcionária contratada da prefeitura municipal e, na leitura de muitos dos que moram naquela *comunidade*, ao ocupar tal cargo, não sendo funcionária efetiva, a mesma estava em uma condição de subordinação, ficando de *rabo preso* e “sem poder cobrar os direitos deles”. É nesse sentindo que Gaspar salienta a necessidade de eles terem um representante que lute, que corra atrás dos direitos que lhes cabem, que são deles por direito⁸².

Ao decidir disputar a diretoria da Associação, Gaspar colocou em cheque não só a sua avaliação do gerenciamento da Associação por parte de Camila, mas gerou impasses que passaram a ser vividos por sua família.

Conforme destaquei anteriormente, ao retornar à Pitombeira, se instalando ali definitivamente em 2012, a família de Gaspar foi acolhida e agregada às dinâmicas familiares, especialmente do companheiro de sua enteada que é seu primo, indo residir na casa de Hortência, quando estava sem casa para *morar* naquele Sítio. Porém, a sua decisão de disputar tal pleito acabou lhe trazendo impactos nas relações familiares, uma vez que disputou o cargo com Miguel, irmão de Hortência, que também é genro e primo de Gaspar.

Com a vitória de Gaspar, e dos demais membros de sua chapa⁸³, nas eleições para Diretoria da Associação no ano de 2014, a sua família passou a viver alguns dilemas dentro da Pitombeira. Primeiro, tiveram que procurar uma casa para *morar*, posto que foram *convidados a sair* da casa onde estavam. Em menos de um ano sua família acabou se mudando, no mínimo, por três vezes. Ao serem chamados a se retirarem da casa de Hortência, eles foram *morar* temporariamente em uma casa de um parente de Saulo, casa a qual, este último, utilizava como criadouro de codornas. Ficaram nessa casa até que fizeram uma permuta entre a casa que eles possuíam na cidade de Santa Luzia e uma casa na Pitombeira, sendo esse negócio desfeito com o

⁸¹ Única mulher que já foi presidente daquela Associação. Os presidentes anteriores foram todos homens, existindo mulheres ocupando outros cargos como os de fiscais, secretárias, tesoureiras etc.

⁸² No terceiro capítulo, abordarei mais detidamente alguns elementos envolvidos na eleição para a escolha dos membros da Diretoria da Associação daquela *comunidade quilombola*

⁸³ Conjunto de candidatos aos cargos da diretoria da Associação (Presidente/a, Vice-presidente/a, Secretario/a, Tesoureiro/a).

tempo levando-os a morar na casa de um de seus primos que, sendo solteiro, vendeu suas terras para a família de Gaspar ⁸⁴.

Em menos de dois anos Gaspar passou de primo acolhido a rival, alguém que se colocou em oposição, contrário a decisões que estavam até então sendo tomadas e partilhadas. A decisão em lançar uma campanha de oposição que, segundo Gaspar, se deu em virtude do não compartilhamento do “modelo de luta” proposto por Camila e pelos que a apoiavam, gerou impactos e conflitos para a família de Gaspar.

Ao saírem vitoriosos, os membros da diretoria fizeram alianças e geraram expectativas dentro do grupo. Algumas pessoas passaram a frequentar mais assiduamente as reuniões, outras deixaram de fazê-lo, este foi o caso da família de Camila. Assim, se algumas relações foram estabelecidas e solidificadas com a vitória de Gaspar, outras foram rompidas.

O exemplo do que a família de Gaspar passou, nos permite observar como essas dinâmicas de relações são processuais e como determinados episódios e ações impactam no estabelecimento de redes ou em suas rupturas.

Considero que uma disputa foi instaurada com os resultados desta eleição. E mesmo as funções da diretoria da Associação não possuindo nenhum reconhecimento econômico, o prestígio em torno de tais funções, especialmente da função de presidente da Associação, possui ali um forte apelo.

Como nos apresenta Elias (1993), o prestígio tem um papel fundamental nas dinâmicas de interação social, sendo de acordo com o autor, talvez o mais desejado bem simbólico que alguém pode aspirar dentro das redes de relações de interação.

De acordo com Elias, dentro das dinâmicas de interação, a posição e o prestígio social que um agente ocupa na sua rede de relações dependem da imagem que o mesmo possui junto aos demais. Neste sentido, é relevante destacar, mais uma vez, a importância das reputações naquela *comunidade*, posto que é através delas que se consegue manter a autoridade.

O caso evidenciado pela disputa e vitória de Gaspar nos coloca diante do não reconhecimento ou mesmo do não compartilhamento do modo pelo qual Camila estava gerenciando as dinâmicas associativas. Mesmo sendo membro de uma das maiores famílias da Pitombeira (a família Rosa de Albuquerque) e das mais presentes

⁸⁴ Ao final da pesquisa tomei conhecimento que Gaspar e sua família voltaram para São Paulo, depois de sua família ter vivido alguns constrangimentos em decorrência da eleição para a escolha do prefeito e vereadores no último pleito municipal.

na Associação, até aquele momento, Camila não conquistou o reconhecimento que desejava pela sua atuação. Assim, se sua gestão buscou aproximar-se das ações desenvolvidas no âmbito da gestão municipal, a mesma parece não ter agradado a um conjunto de moradores da Pitombeira naquele momento.

2.3.2.2 O caso de Dália

Dália é uma das filhas de dona Aurora e seu Giovanni. Conheceu seu marido quando estudava em Santa Luzia, com quem casou e teve três filhos, dos quais dois faleceram após o nascimento. Depois de um de seus partos, quando ainda estava no hospital, ela soube que uma mulher havia tido gêmeas e estava pretendendo *doar* uma de suas filhas, posto que não teria condições de *criar* as duas crianças. Ao saber de tal situação, Dália conversou com seu marido e resolveram adotar essa criança⁸⁵. Artesã, mãe de Izadora e Renato, ela sempre esteve presente nas atividades da Associação, fazendo cursos, acompanhando reuniões ordinárias, representando o grupo em reuniões fora da *comunidade*.

Tive a oportunidade de conhecê-la em minha primeira ida à Pitombeira, momento no qual ela deixou claro que estava sempre alerta e de olho aberto visando garantir e fiscalizar os direitos da *comunidade*. Por vezes, demonstrou seu descontentamento em reuniões, com relação aos encaminhamentos das demandas do grupo junto aos poderes públicos locais.

Mesmo sendo irmã de Camila e tia de Miguel, Dália não apoiou a candidatura de Miguel na disputa ao cargo de presidente da Associação, declarando seu apoio a Gaspar e sua chapa, (a qual sua filha disputava o cargo de tesoureira). Tal decisão gerou impactos nas dinâmicas familiares de Dália, que passou por um período de hostilidade por parte de alguns parentes, por não ter apoiado a sua irmã e sobrinho, chegando inclusive a ter seu roçado *tomado* de volta por uma de suas irmãs, temporariamente⁸⁶.

Ao escolher apoiar a sua filha, em detrimento de sua irmã e sobrinho, Dália fez uma escolha que lhe custou o afastamento temporário de alguns membros de sua

⁸⁵ Além de Dália outro caso que tomei conhecimento de adoção foi o caso de Marta que *cria* dois meninos, Hyghor e Heithor que são gêmeos.

⁸⁶ Embora todos os filhos de dona Aurora tenham seu *pedaço de terras* onde construíram suas casas, a propriedade da mesma ainda está sob o controle da matriarca.

rede de familiares. De postura bastante combativa, não demorou muito tempo e Dália acabou rompendo com os membros da *nova diretoria* e se reaproximando dos seus parentes, especialmente de sua irmã e mãe.

Quando seu sobrinho, Miguel, se lançou candidato a vereador no pleito municipal de 2016, Dália foi uma de suas maiores apoiadoras rompendo nesse momento com Gaspar e Fernanda, chegando a *intrigar-se* deles e deixar de frequentar sua casa. Quando tive oportunidade de entrevistá-la, passados esses acontecimentos (eleição para a escolha da diretoria da Associação, eleição para a escolha dos representantes municipais), a indaguei sobre sua participação nas atividades da Associação, questão a qual a mesma respondeu sinalizando o seu afastamento.

Pesquisadora: Você tem frequentado as reuniões hoje?

Dália: Mulher é muito difícil eu ir.

Pesquisadora: Por que você não tem ido?

Dália: Mulher, porque as vezes dá preguiça (risos). Eu ia muito, mais aí a gente vai se afastando, sabe mulher! A gente vai vendo as coisas erradas, e aí a gente vai se afastando [...] Porque a gente vai vendo as coisas, a gente vai vendo aquele povo que vai chegando *de fora*, muitas vezes aquele povo que vai chegando *de fora* tem mais vez do que os próprios que *moram aqui!* Entendeu?

Pesquisadora: Quando você fala nesse *peessoal de fora*, você se refere ao pessoal que tem comprado terras e vindo morar aqui?

Dália: Sim, sim! Esse povo que vai *chegando* para *morar*, entendeu? [...] A gente se desgosta das coisas. Gaspar é um presidente muito, é uma pessoa muito... ele pode ser muito bom, mas no mesmo instante ele, para ser um presidente de uma associação ele não está com nada, não! Ele não está com nada! Ele foi muito sujo, fez muita sujeira sabe, aqui na *comunidade*. Para ele ser um presidente, ele não era para ter feito. Sabe!? Porque um presidente, Jordânia, ele é *para todos*, e ele fez muita bagaceira aqui dentro. E não adianta nem a pessoa dizer, não sabe!? Mas, ele foi muito baixo, baixo mesmo, aí a gente vai se afastando, sabe! Vai se afastando. Aí pronto deixei, eu digo assim: Ah, eu não dependo mais de Associação, era muito bom, mas...

Pesquisadora: Eu pergunto porque você era bem engajada. Na comemoração dos 25 anos você estava bem atuante.

Dália: Era mulher, estava mulher, mas aí a gente vai se *tocando*, vai se *tocando*, vai sentindo, pessoas ali, olhe. Ali mesmo eu era *enfrentante* da festa, mas eles só me conheciam quando era para fazer uma festa, você acredita? Às vezes eu tinha vontade de ir uma reunião, um encontro lá *fora*. Porque a gente vai indo, e ia vendo, e ia aprendendo mais, não era? A trabalhar, como fazer, até mesmo como fazer uma festa, um negócio, e a gente vai aprendendo, mas eles não me viam nisso. Eles só me viam quando era para trabalhar, para correr para fazer festa, e aquilo outro. No tempo de Lorenzo, oxê! Lorenzo quando dizia assim: Nega tem uma reunião em tal canto. Ele vinha aqui, as vezes Lorenzo chegava como hoje, a reunião era como amanhã, ou como depois, ele vinha como hoje. Oxê nós se mandava. Eu dizia: Vamos Lorenzo! Nós fomos muitas vezes para João Pessoa para esses encontros para essas coisas.

O afastamento de Dália das atividades da Associação e sua reaproximação de alguns membros de sua família, permite a observação da estreita relação entre as dinâmicas familiares e as atividades associativas naquela *comunidade*. Se algo acontece de modo que determinada família seja exposta de forma negativa, uma possível resposta pode ser o afastamento de seus membros das dinâmicas associativas. No caso do afastamento da família de Dália, o impacto é sentido fortemente porque boa parte dos sócios participantes das reuniões eram dessa família.

Em sua fala, apresentada acima, também é possível observar o quanto o não reconhecimento de seu trabalho impactou no seu afastamento. Ser reconhecida apenas nas situações de necessidade, “para o trabalho”, não foi suficiente para a sua manutenção no apoio a Gaspar. Além disso, destaco o quanto “sair para representar a *comunidade*”, aprender, circular em outras arenas tem impacto na construção do prestígio naquela *comunidade*. Essas ocasiões permitem que tais agentes ampliem suas redes, o que pode gerar uma “moeda” importante na constituição de dinâmicas de autoridade no grupo.

2.3.2.3 O caso das irmãs Marta e Dalila

Filhas de Saul Germano e Júlia Rosendo⁸⁷, as irmãs Marta e Dalila são sobrinhas de dona Ada, a minha anfitriã. A fama de seu pai é a de um homem muito trabalhador, que deixou as suas filhas com uma relativa herança fruto do *suor do seu trabalho*.

Antes de sua morte precoce, em um acidente, Saul havia adquirido algumas porções de terras na Pitombeira, bem como algumas cabeças de gado. Casadas, ambas com pessoas da Pitombeira, Marta que é professora da escola local já morava em uma das casas do seu pai na Pitombeira e Dalila residia em Santa Luzia. Com a morte de Saul, Dalila acabou *voltando* para a Pitombeira para auxiliar a sua irmã nos cuidados com os animais e aos poucos foram se desfazendo dos mesmos em virtude das dificuldades provenientes da seca no local.

⁸⁷ Ambos já faleceram. Quando Júlia faleceu, Marta e Dalila eram pequenas, tendo uma relação muito próxima com Saul, dona Ada o auxiliou na criação de suas sobrinhas. Ainda hoje ela cuida de suas sobrinhas, apoiando-as sempre que elas precisam. Como por vezes ela falou ela as “apoiará em quanto vida tiver”.

Além de venderem os animais, as irmãs também se desfizeram de algumas parcelas de terras herdadas de seu pai. Tais vendas provocaram constrangimentos e alguns conflitos dentro da *comunidade*, posto que não foram transações realizadas com pessoas *de dentro* da Pitombeira e algumas delas foram feitas depois do reconhecimento quilombola do grupo.

Em parte do período da pesquisa, ambas eram professoras na escola da *comunidade*, mas apenas Marta era efetiva. Depois de algumas mudanças na escola, Dalila passou a trabalhar à noite, com estudantes na modalidade jovens e adultos. A condição de contratada é bastante frágil, e em virtude do número reduzido de alunos sempre havia uma ameaça a não formação da turma, o que a levava a ter que convencer as pessoas a se matricularem, o que apresentava para a mesma um desgaste⁸⁸. Além disso, em função dos conflitos gerados com a venda de algumas parcelas de terra, Dalila acabou *saindo* da Pitombeira e indo *morar* em Natal, meses depois sendo levada a retornar à Pitombeira por não ter conseguido um emprego na nova cidade de morada. Só que no seu retorno, a vaga que ocupava na escola já havia sido preenchida.

As dinâmicas cotidianas de Marta e Dalila passaram, em certo momento, a ser mediadas pelas cobranças em virtude da venda das terras. Elas passaram a ser apontadas como responsáveis pela entrada de *pessoas estranhas* ao grupo, situações que causaram incômodos levando-as a deixarem suas casas na Pitombeira e se instalarem em Santa Luzia em casas de aluguel⁸⁹. Nesse período, a presidente da Associação era Camila, logo tais cobranças foram atribuídas especialmente às Rosas, mulheres com quem Dalila já tinha certa indisposição, em virtude de desentendimentos familiares no passado.

⁸⁸ Durante a pesquisa a modalidade de ensino para jovens e adultos deixou de ser ofertada na escola. A professora que era responsável foi ensinar na cidade de Várzea por um tempo, ocupando hoje o cargo de auxiliar de serviços na escola da Pitombeira, no turno matutino. Os cargos ocupados por contratados passam por uma lógica de relações de dependência e subordinação estabelecidas com os governantes municipais. Os mesmos representam uma posição de prestígio para aqueles que os ocupam, posto que são estes os escolhidos em um universo relativamente razoável de pessoas. Abordarei um pouco mais essas questões no capítulo seguinte.

⁸⁹ Para além da venda das terras, se somou no caso de Marta, alguns conflitos que envolviam seus filhos, que sempre foram estigmatizados na Pitombeira. No capítulo seguinte abordarei uma situação específica que envolve um destes conflitos. É importante destacar que os filhos gêmeos de Marta foram por ela adotados, embora nunca tenha observado uma diferença no tratamento deles por parte dos familiares, acompanhei comentários sobre o comportamento dos mesmos e a sinalização de que eles eram muito *complicados*. Esse é um dos poucos casos de adoção naquela *comunidade*, sendo mais recorrente o compartilhamento de cuidados com filhos de parentes (há casos em que a tia ajuda nos cuidados de sobrinhos seja de forma definitiva, ou mesmo por algum período, também observei a criação de netos por parte de avós).

A situação posta com a venda das terras coloca essas mulheres em quadros morais distintos. De um lado há entre as Rosas uma valorização pela terra que a família possui e o compartilhamento da ideia de que ao se desfazerem de suas terras, em uma situação de necessidade, a venda deve ser viabilizada com alguém que já tenha uma relação com a própria *comunidade*. Do outro, às irmãs Germano que não ponderaram, com a venda das terras, os impactos de permitir a entrada de pessoas que não tenham vínculos com o lugar, logo a probabilidade do que essas pessoas poderiam fazer com as terras. Assim, se na avaliação de algumas Rosas a venda de terras a estranhos repercute de forma negativa na conduta das duas irmãs citadas, para estas, a propriedade das terras lhes garantiam o direito de fazer com as mesmas o que bem considerassem.

A intensificação da venda de terras e da *chegada de pessoas estranhas* ao grupo foi um dos fatores apontados por Camila para a intensificação da demanda pela elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da Pitombeira e da busca pela titulação das terras em nome da Associação.

Essas situações permitem a observação de processos nos quais as alianças vão se tecendo, se desmanchando e se retecendo dentro da Pitombeira, e porque não dizer, que são situações nas quais os conflitos são postos e desempenham um papel fundamental no processo através do qual a família ganha sentido no plano discursivo, e contribui com elementos para o mapeamento social do lugar.

É bem verdade que, de um modo geral, as dinâmicas associativas são bastantes complexas naquela *comunidade*, posto que, inevitavelmente, são permeadas por questões de ordens familiares. Dos três casos destacados, todos têm direta ou indiretamente uma relação com as atividades da Associação, seja através das disputas instauradas com uma eleição para a escolha de um representante para a Associação, ou através do gerenciamento das ações coletivas e da avaliação das ações individuais, como no caso da venda das terras e seus impactos para o grupo.

Algumas vezes essas disputas, que são marcadas por situações de conflitos e intrigas, geram processos de circulação (*saídas e retornos* do Sítio). Por vezes, pode acontecer a saída de alguém, em virtude de problemas envolvendo conjugalidade,

questões em torno de algum conflito entre crianças e adultos etc. Também acontece de as *saídas* serem motivadas pela procura de emprego, ou mesmo melhores condições de vida.

No período em que estive realizando a pesquisa, acompanhei *saídas* e *retornos* de pessoas por motivos diversos. Algumas delas para atender a uma situação de bem estar pessoal ou familiar, quando em resposta a algum conflito, à exemplo do problema com uma venda de terras mencionado anteriormente; outras que talvez tenham objetivado a manutenção da paz para um grupo maior de pessoas, como quando do assassinato de um rapaz da *comunidade*, que pelo que se conta a respeito, aconteceu em virtude de um relacionamento extraconjugal⁹⁰.

Aqui, a noção de reputação de Bailey (1971) parece adequada para pensar a trama em que as famílias estão envolvidas. A ênfase nas reputações das famílias possibilita a observação das divisões, alianças, conflitos internos e externos que vão inclusive redefinindo os próprios limites das famílias, que não são fixos, mas situacionais, como é possível observar através do caso de Dália.

É através das reputações que ali se consegue manter a autoridade, o status. Assim sendo, a posição que cada família ocupa vai depender da imagem que a mesma construiu dentro da *comunidade* e do modo pelo qual tal imagem foi reelaborada pelos seus vizinhos, importando aqui a elaboração de juízos de valor dentro do grupo, como salienta Bailey (1971, p. 4) “a reputação de um homem não é uma qualidade que ele possui, mas sim as opiniões que outras pessoas elaboram sobre ele”⁹¹.

Aqui também parece útil a noção de “comunidade moral” elaborada por Bailey (ibid, p.7). De acordo com o autor,

Os antropólogos usam a expressão ‘comunidade moral’ para se referir àqueles que são aptos (preparados) a fazer julgamentos morais sobre um outro. O homem imoral não é menos parte de sua comunidade do que o é o homem moral (isto é, bom), pois ele é julgado pelos mesmos padrões morais. Ele é tratado como um ser humano, com padrões humanos de falibilidade. Errar é ser humano. Ter uma reputação permite que alguém seja membro de uma comunidade, mesmo se a reputação for ruim⁹².

⁹⁰ No caso específico dessa situação, a mesma permite a observação de outros elementos que dizem respeito às dinâmicas de relacionamentos com pessoas *de fora*, que ali chegaram em momentos diversos. Tais elementos serão abordados no último capítulo dessa tese.

⁹¹ [a man’s reputation is not a quality that he possesses, but rather the opinions which other people have about him]. Texto no original.

⁹² [Anthropologists use the phrase ‘moral community’ to refer to those who are prepared to make moral judgements about one another. The immoral man is no less a part of his community than is the moral

Em uma “comunidade moral” os indivíduos compartilham a mesma visão de vida/mundo, querem os mesmos tipos de coisas. Porém, o compartilhamento de códigos e valores não implica na atribuição de uma boa reputação a todos os membros da “comunidade”. O autor salienta que a qualidade de membro de uma “comunidade moral” não depende de se ter uma boa reputação, mas somente de ter uma reputação, ou seja, ser reconhecido como alguém capaz de elaborar juízos morais dentro do grupo, destacando assim a existência de clivagens dentro da “comunidade”.

Bailey também ressalta, que as relações entre os atores sociais que se reconhecem como pertencentes a um grupo são fortemente marcadas pela competitividade e diferenciação. Neste sentido, as dinâmicas marcadas por tais rivalidades ganham um importante papel na construção das unidades sociais, como poderemos verificar nos próximos capítulos.

(i. e. good) man, for he is being judged by the same moral standards. He is treated as a human being, with human standards of fallibility. To err is to be human. To have a reputation allows one to be a member of a community, even if the reputation is bad.] Texto original.



3 DISPUTAS INTERNAS E RELAÇÕES DE PRESTÍGIO

Desde meu primeiro contato com a Pitombeira, ficou visível o relevante papel que a escola desempenha ali, não só enquanto uma instituição, como também enquanto um lugar no qual se retraçam os caminhos cotidianos que são vividos e sustentados pelos moradores da Pitombeira.

Durante a pesquisa, a escola da Pitombeira foi um ambiente que me possibilitou a observação de tramas interacionais em que os atores assumiram papéis diversos, papéis estes, que se transformaram a partir de contextos diferenciados. Lá acompanhei desde simples conversas, cursos, até reuniões, onde os posicionamentos de alguns moradores eram demarcados.

Neste capítulo, algumas situações observadas no ambiente escolar serão abordadas. É importante esclarecer que não se trata de uma análise do modo pelo qual a escola tem sido produzida na e por aquela *comunidade*, enfatizando os sentidos e significados atribuídos à escola⁹³, mas dos usos daquele ambiente como um importante espaço de interação dentro da Pitombeira e que refletem a materialidade das dinâmicas relacionais, incluindo aqui os conflitos. Além de situações que foram observadas na escola, também serão abordados nesse capítulo, dada a relação intrínseca existente entre tais aspectos, acontecimentos acompanhados no cotidiano e que demonstram a importância da reputação na elaboração do quadro moral dos moradores da Pitombeira, com ênfase especialmente nas mulheres.

3.1 Percepções da conflitividade cotidiana - A escola como palco de disputas

A escola Municipal Hermínio Silvano da Silva, situada na Pitombeira, ocupa um importante papel nas dinâmicas cotidianas daquela *comunidade*, tal ambiente não se restringe a ser um espaço apenas de formação e construção de conhecimentos, indo além de tais pressupostos, tratando-se de um significativo espaço de interação para os moradores da Pitombeira, através da qual é possível fazer um mapeamento de algumas relações familiares e, porque não dizer, de alguns conflitos e disputas do grupo.

⁹³ Não desconsiderando a importância de uma análise que tome a educação escolar como referência, mas no escopo do presente texto não haverá como dar conta dessa reflexão.

Durante o período final dessa pesquisa, a Escola Municipal Hermínio Silvano da Silva funcionava em apenas um turno, com atividades direcionadas às crianças da formação inicial até o 5º ano. Quando concluem esta fase do Ensino Fundamental, a maioria dos estudantes dão continuidade aos estudos, até a conclusão do Ensino Médio, em Várzea, no período da tarde ou da noite. O transporte dos estudantes é feito sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Várzea.

No que tange ao desenvolvimento das atividades escolares naquele Sítio, também observei que algumas famílias encaminham seus filhos para estudarem na cidade de Santa Luzia, indo um transporte público daquele município, também no período da manhã, buscar e deixar essas crianças. Percebi que tal ação não se restringe a um ou outro caso e que a mesma possui motivações variadas, que vão desde a busca por amenizar conflitos na escola, até a manutenção dos estudos em Santa Luzia depois de um período de curta migração e moradia da família naquele município.

Conforme sinalizado anteriormente, uma vez que é comum pessoas da Pitombeira passarem a residir na cidade de Santa Luzia, e, embora destas, algumas permaneçam com suas moradas definitivas naquela cidade, outras retornam para as suas residências na Pitombeira e nesses processos, existem aquelas que optam por manter seus filhos nas escolas de Santa Luzia para não mudarem de escola no meio do ano letivo.

A escola Hermínio Silvano da Silva tem uma estrutura física pequena, não conseguindo atender uma grande demanda de estudantes, mas trata-se do maior prédio público daquela *comunidade*, logo o lugar que mais concentra as atividades coletivas do grupo.

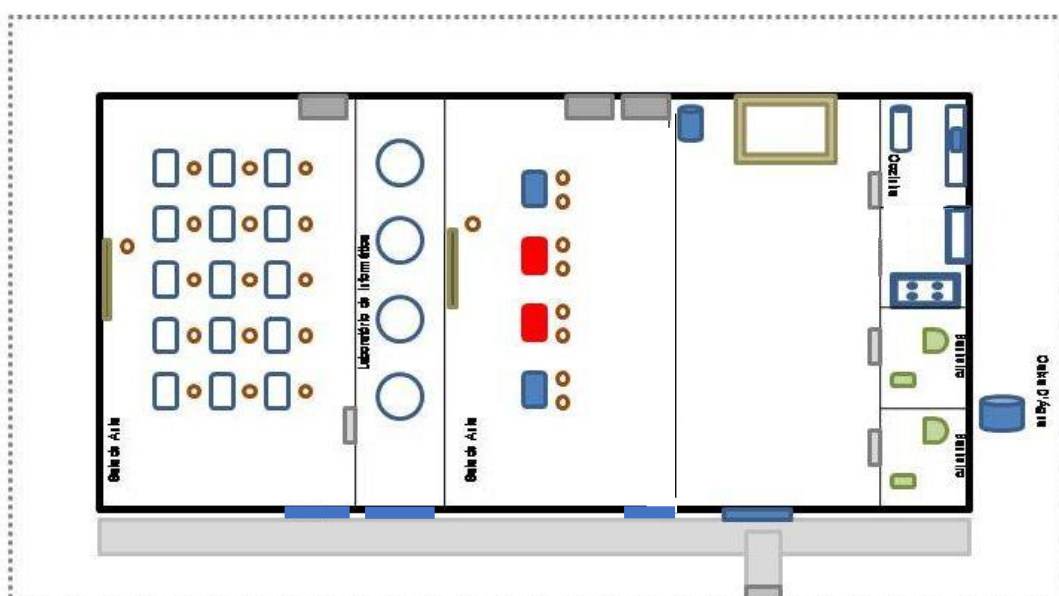
Ao entrar pelo primeiro portão da escola, temos um espaço vazio que corresponde a um muro do prédio, por onde as pessoas podem circular. Passando por este muro, temos outro portão maior que dá acesso a um cômodo no qual fica uma mesa, onde geralmente é servida a merenda escolar (uma pequena sala).

Através do ambiente onde é servida a merenda, temos acesso à entrada para os dois banheiros, e a cozinha; ficando as duas salas de aula uma ao lado da outra, acessadas através do primeiro portão. Uma das salas de aula foi reduzida para a construção de um espaço destinado ao laboratório de informática, que fica separado desta por um portão, e que antes era acessado apenas através da entrada naquela sala, situação que se alterou com uma reforma realizada no ano de 2016, resultando

na abertura de um portão que permite o acesso ao laboratório sem a necessidade de adentrar na sala de aula.

Tal reforma se deu em virtude de uma política de acessibilidade na qual um dos banheiros teve suas portas alargadas e rampas foram construídas, garantindo maior mobilidade para pessoas com deficiência.

Figura 02. Distribuição espacial da Escola Municipal Hermínio Silvano da Silva.



Elaboração de Jordânia Souza

Por se tratar de um importante lugar de sociabilidade naquela *comunidade*, a escola foi um ambiente que me permitiu visualizar algumas relações internas e externas daqueles atores sociais, considerando que aquele é o espaço onde são realizadas a maior parte das comemorações da Pitombeira.

Tive a oportunidade de acompanhar a dinâmica da escola desde a observação de dias corriqueiros, apenas com a realização de atividades de aulas, até mesmo momentos de reuniões e preparação de algumas atividades comemorativas, momentos nos quais são visualizadas maior interação com outras pessoas da *comunidade*, além de indivíduos externos ao grupo.

Desse modo, foi na escola onde interagi tanto com pessoas da Pitombeira quanto com aquelas vinculadas à administração municipal, ou mesmo membros de órgãos da administração estadual, à exemplo de agentes da EMATER. Nesses momentos de interação, pude observar a recorrente presença de algumas lideranças

políticas, membros de instâncias governamentais que têm desenvolvido trabalhos de forma mais “acompanhada” com aquela *comunidade*, e tive acesso a algumas das redes de interação ali estabelecidas.

Assim, além do acompanhamento cotidiano das dinâmicas de algumas residências, à escola foi um ambiente através do qual pude me aproximar ainda mais daqueles indivíduos. Foi nos momentos de preparação e elaboração de atividades festivas vividas na escola, que pude observar algumas clivagens existentes naquela *comunidade*, clivagens estas que perpassam por dinâmicas internas e, porque não dizer, familiares.

Inicialmente, no momento da organização e execução de algumas festividades, observei que não havia cooperação entre algumas das funcionárias, assim, o trabalho desenvolvido nestas comemorações era realizado de modo que, geralmente, as pessoas envolvidas eram basicamente as mesmas. Em nenhuma das atividades que acompanhei, pude observar a presença das auxiliares de serviço e da merendeira auxiliando as professoras, geralmente quem ajudava as professoras eram algumas jovens da *comunidade*, que ornamentavam as salas e preparavam as coreografias, ou mesmo algumas mães de alunos.

Com o tempo, entendi que essa ausência de cooperação tem relação com desentendimentos entre as funcionárias. Algumas não se *falam*, se *evitam*, se tiverem opção de escolher, não trabalham no mesmo turno. Por ser este, um espaço onde os funcionários compartilham relações de parentesco, por vezes esses desentendimentos podem tomar uma proporção que potencializa sua extensão para outras pessoas da família.

Em conversa com uma das funcionárias, sobre as dinâmicas de trabalho na escola (passado um momento de mudança dos funcionários, em virtude da aposentadoria de uma servidora e do deslocamento da função de outros após as eleições de 2016), a mesma sinalizou que “agora as coisas estão melhores”, “antes eu ficava muito sozinha... elas [se referindo as colegas de trabalho] não tiravam o expediente todo na escola”. Com a chegada das novas funcionárias, as mesmas passaram a permanecer na escola durante todo o expediente, o que permitia o auxílio

no *controle* das crianças em momentos como o intervalo, bem como em outras atribuições da escola⁹⁴.

É importante destacar que estão na escola os cargos⁹⁵ que mais atraem às pessoas daquela *comunidade*, visto que são os mesmos, que garantem maior estabilidade financeira no local, excetuando-se aqui os casos das aposentadorias. São os funcionários da escola, especialmente os que são concursados, àqueles que possuem maior estabilidade econômica no local, o que faz com que tais cargos sejam almejados, logo, disputados, especialmente aqueles que são ocupados por servidores temporários. Fatores que geram situações de *pressões* e *barganhas*, especialmente em períodos eleitorais.

Os servidores contratados ou temporários, se desejarem manter seus empregos, devem *apoiar* e se *mobilizar* em prol da campanha eleitoral do gestor municipal ou de quem ele *apoia*⁹⁶, do contrário, o mesmo será substituído por outro que o faça. De certo modo, tais situações não se restringem aos funcionários temporários, os efetivos que se *desviarem* poderão sofrer sanções sendo transferidos de seus postos para outros Sítios, ou mesmo indo exercer outras funções, visto que, há casos de pessoas concursadas para ocupar alguns cargos que exercem outras atribuições de maior prestígio, não exercendo as funções para as quais foram aprovados em concurso, e isso deixa essas pessoas em *situação de dependência*.

No período da pesquisa, todos os funcionários da escola eram da Pitombeira, embora já tenham existido momentos em que, alguns funcionários eram oriundos de outras localidades. Com exceção de um funcionário que é responsável por *colocar água* na escola, as demais funcionárias são mulheres. Trabalham na escola duas

⁹⁴ Aqui é importante destacar que no Brasil, a maior parcela dos recursos advindos para os municípios está vinculada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e ao Fundo Nacional de Saúde.

⁹⁵ Ao final da pesquisa estavam lotadas na referida escola, duas professoras, uma merendeira, três auxiliares de serviços gerais (destes um cargo era ocupado por um rapaz que era responsável por *colocar água* na escola – a escola não possui água encanada, assim, a atividade de *colocar água* corresponde a coleta de água no reservatório que é semanalmente preenchido pelo carro-pipa e seu deslocamento para os reservatórios da escola). Destes seis cargos, três são funcionárias efetivas e os outros três ocupam cargos temporários.

⁹⁶ No pleito para eleições estaduais e federais tais *pressões* também são visualizadas, mesmo que de maneira menos intensa. As *fiscalizações* e *perseguições* no período dos pleitos municipais se dão até mesmo nas relações de vizinhança. Quando estive na Pitombeira durante o período de um pleito eleitoral para a escolha do prefeito e vereadores me chamou a atenção o trânsito de pessoas na Pitombeira, especialmente à noite. Carros e motos se perseguiam para inviabilizar a compra de votos, e embora existissem pessoas *de fora* nesses grupos de *fiscais*, existiam muitos moradores da própria *comunidade* se fiscalizando em todos os momentos do dia, especialmente no período da madrugada. Algumas destas questões serão abordadas no capítulo seguinte.

primas, na função de professoras (da família dos Germano), no setor de serviços gerais, dois primos e a esposa de um primo destes (todos da família das Rosas), e uma merendeira (da família Reges).

Como mencionei anteriormente, por se tratar de um espaço que garante o acesso a empregos públicos, ocupar certas funções na escola, carrega um certo prestígio, o que gera, gerou e pode gerar um quadro de disputas⁹⁷.

Há quase uma mútua *fiscalização* das ações daqueles funcionários, e o período eleitoral é aquele de maior tensão dessas ações. Essa *fiscalização* permite a criação de um quadro de controle das ações dos indivíduos, que pode ser acionado para se *proteger* ou para *ameaçar*. Esses também são momentos potenciais para se acionar o prestígio que se construiu junto à lideranças políticas do município, que pode ser verificado na contratação de novos funcionários.

Neste sentido, a escola acabou tornando-se um importante lugar de observação das tensões existentes naquela *comunidade*, não só entre os indivíduos que ali atuam profissionalmente, mas também de outras pessoas que frequentam aquele ambiente nas mais variadas situações, permitindo a elaboração do mapeamento das redes de relações dos moradores da Pitombeira, conforme será possível identificar na apresentação de alguns eventos, como os apresentados abaixo.

3.1.1 Celebrando o 20 de novembro em 2014 – Dia Nacional da Consciência Negra em homenagem ao herói Zumbi dos Palmares

Por que dentre tantos eventos observados eu selecionei este para tratar nesse momento? Julgo que muitas das comemorações que acompanhei possibilitaram a observação da interação entre as pessoas da Pitombeira e pessoas *de fora*. Tanto as que *moram* ali, mas não são reconhecidas como pertencentes ao grupo, quanto àquelas que não *moram* ali e que estabelecem algum tipo de relacionamento com tais

⁹⁷ Durante parte do período da pesquisa existiu outro cargo na escola, tratava-se de um cargo de professora na modalidade de ensino voltada para a Educação de Jovens e Adultos, o referido cargo não existe mais, posto que com o reduzido número de estudantes os mesmos foram direcionados para uma escola urbana do município. Com as mudanças de gestores no município de Várzea, no último pleito, foi possível observar a troca de algumas pessoas nesses cargos temporários da escola e a criação de pelo menos mais dois cargos para a atuação no posto de saúde da *comunidade*, que funciona uma vez por mês quando o médico do Programa de Saúde da Família (PSF) vai para a Pitombeira realizar atendimentos.

indivíduos. Porém, em tal evento pude observar o efeito processual de alguns desentendimentos no grupo.

Naquele ano, a comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra deu visibilidade a desentendimentos internos da *comunidade*, que considero terem efeitos ainda da mudança de gestão da Associação e das lógicas distintas de atuação entre Camila (antiga presidente) e Gaspar (novo presidente eleito naquele ano – 2014). Desentendimentos que foram visualizados desde o momento da elaboração da proposta de programação da comemoração, sendo observados os esforços de definição da programação tanto por parte de Gaspar, através da Associação, quanto de Camila, através da Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres⁹⁸, órgão que se encontra atrelado à Secretaria de Assistência Social⁹⁹ do município de Várzea, junto ao qual Camila tem atuado. O que acabou gerando, a elaboração de duas propostas iniciais para uma única festividade e entraves provenientes das distintas lógicas de organização da festa por parte de cada uma das duas lideranças¹⁰⁰. Uma delas sinalizando a importância de atividades que fossem desenvolvidas por pessoas da própria *comunidade*, ou por pessoas que estivessem desenvolvendo alguma atividade diretamente vinculada à *comunidade* (à exemplo do grupo de capoeira, da Banda Cabaçal), a outra chamando a atenção para a necessidade de reconhecimento da atuação municipal nas atividades da *comunidade* (poderia aqui destacar a apresentação da Fanfarra de Várzea, a apresentação da Escola Sandoval, ou mesmo do Assentamento).

Geralmente, a comemoração da consciência negra, naquela *comunidade*, é elaborada em parceria com as atividades escolares. Nos anos em que estive na Pitombeira, os representantes da Associação realizaram as atividades alusivas ao 20 de novembro nas imediações da escola, uma vez que a sede da Associação é pequena, não comportando às pessoas que geralmente frequentam tais festividades.

⁹⁸ Tal coordenadoria foi criada em 21 de março de 2012 no município de Várzea. Sua atual gerente assumiu o cargo em 2014. Essas coordenadorias são resultados de ações do governo do estado da Paraíba que, com a criação da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), que tem por objetivo executar políticas públicas para mulheres, LGBTs, comunidades tradicionais e a população negra, buscou estimular a articulação entre os municípios e a SEMDH.

⁹⁹ Na gestão municipal atual, tal secretaria tornou-se a Secretaria de Trabalho e Assistência Social.

¹⁰⁰ De acordo com Barnard (2003 [1948], p. 83) a liderança refere-se à qualidade do comportamento de indivíduos, por meio do qual os mesmos guiam pessoas ou suas atividades em um esforço organizado. Neste sentido, a liderança implica a existência de uma relação de influência entre duas ou mais pessoas, tratando-se assim de um papel desempenhado por um indivíduo, cuja influência é fundamental no que diz respeito à ação coletiva. É nesse sentido que estou abordando tal categoria.

Apesar de, na escola, também ser necessária a montagem de uma estrutura externa para garantir a execução das atividades, a mesma possui aportes que não são encontrados no prédio da sede da Associação, à exemplo da cozinha e do acesso mais facilitado à água.

Nos dias que antecedem a data de comemoração do dia da consciência negra, geralmente as professoras trabalham o histórico desta data com os estudantes e elaboram uma coreografia a ser apresentada na festa. Naquele ano, para além das coreografias apresentadas pelos estudantes da escola, algumas ex-alunas que hoje estudam na cidade de Várzea se reuniram e montaram um grupo de dança que, articuladas com a diretoria da Associação, também organizaram algumas coreografias.

Nesta festividade, tem-se aberto espaço para alguns moradores da *comunidade* falarem, especialmente representantes das famílias mais antigas (as *famílias de raízes*), assim como para a realização de desfiles com peças em artesanato produzidas por pessoas que moram na Pitombeira.

Esse destaque, com relação às linhagens, é bastante interessante, pois há ali uma valorização dessa apresentação das genealogias das famílias que fazem à Pitombeira, destacando sempre a representação de um membro dessas famílias e deixando clara a ligação das mesmas com cada um dos fundadores daquela *comunidade quilombola*, numa chave de reconhecimento do papel de cada uma dessas famílias para a manutenção do grupo.

Pude acompanhar tal preocupação em pelo menos dois outros eventos. Uma vez na comemoração dos 25 anos de criação da Associação, em 02 agosto de 2014, e outra vez na comemoração do dia nacional da consciência negra em 22 de novembro de 2015. Além de em outras reuniões ordinárias¹⁰¹ promovidas pela Associação, o que demonstra o quão essa narrativa tem sido valorizada por algumas lideranças, especialmente nos espaços de interação com pessoas *de fora*.

Mas, votando à comemoração do dia da consciência negra. Naquele ano (2014), a comemoração teve sua programação divulgada na sexta-feira (21/11) na Rádio FM da cidade de Santa Luzia, juntamente com a programação das atividades alusivas à data naquela cidade, momento no qual o presidente da Associação fez o convite para todos que se interessassem em participar da atividade. Na ocasião, fui

¹⁰¹ Especialmente àquelas que contavam com a participação de agentes externos ao grupo. Em uma chave que remete a necessidade de apresentação da história do lugar aos estrangeiros.

convidada por Gaspar para acompanhá-lo, juntamente com Marta (uma das professoras da escola local)¹⁰², até a rádio.

Prevista para ter início às 08h:00min, a festividade acabou começando com um pouco de atraso e foi marcada pela realização de uma atividade de abertura, na modalidade de uma mesa, com representantes da *comunidade*, a coordenadora das Políticas Públicas das Mulheres, do município de Várzea, bem como por um professor representando a ONG “Café Cultura”, da cidade de Santa Luzia, e por mim na qualidade de pesquisadora¹⁰³.

Enquanto as falas de boas-vindas de alguns dos presentes na mesa eram proferidas, outros representantes do poder público local foram chegando. Destes, fizeram-se presentes alguns vereadores, os secretários municipais da educação, de finanças e de cultura, a primeira dama, que também era secretária de Assistência Social do município, e à medida que iam chegando, estes também iam sendo incorporados à mesa. Apenas depois da fala do secretário de educação e da primeira dama é que foram iniciadas as apresentações programadas para a festividade, o que gerou um considerável atraso na programação.

Essa primeira atividade já causou certos descontentamentos, posto que, para Gaspar, esta mesa deveria ter sido formada apenas por *moradores da comunidade*, uma vez que, para ele, aquele era um dia que deveria ser comemorado pelo grupo, nas palavras dele: “é um dia nosso!”; é um dia marcado para que eles pudessem “ser ouvidos e não continuarem ouvindo”. A mesa com as autoridades foi mantida, sendo justificada por Camila, a sua importância como parte da “etiqueta desses eventos”, e como forma de reconhecimento do trabalho destes agentes na *comunidade*, ressaltando a autoridade que eles possuem no município e o auxílio que sempre têm prestado a *comunidade*.

¹⁰² Tal situação me permite sinalizar o modo pelo qual foi sendo estabelecida minha relação com Gaspar, depois do episódio da eleição que será abordado no próximo capítulo. Aos poucos ele foi me incorporando com aliada de seu trabalho, alguém com quem ele poderia contar. Em um dos primeiros momentos que Gaspar teve que falar em público, lembro-me de sua preocupação com o que falar e quando o mesmo conversou comigo sobre a importância de falar sobre a história e trajetória de Zumbi, pedindo minha opinião. Como não completou a educação formal, ele tem em sua esposa um aporte para tais ocasiões. Como a mesma é paulista e em algumas situações não se encontrava na *comunidade* por ter viajado para visitar seus parentes, Gaspar foi constituindo uma rede de relações que o auxiliasse nessas ausências, assim acabei, também, por fornecer um aporte para tais ocasiões.

¹⁰³ Nesse momento, também foi convidada a compor a mesa, minha colega Eulália Bezerra Araújo que estava presente naquele momento, mas como a mesma estava fazendo o registro fotográfico do evento para a Diretoria, acabou não participando da atividade como componente da mesa de abertura.

Após a mesa de abertura, os integrantes da fanfarra “Banda Sandra Maria de Araújo”, da Escola Sandoval Rubens de Figueiredo do município de Várzea, se apresentaram. Em seguida, um grupo de jovens (ex-alunas da escola) da Pitombeira coreografou a música de Leo Santana, intitulada “Nossa Cor (Aqui só tem negão)”¹⁰⁴.

Dando continuidade às atividades, foi realizada uma dramatização de um fragmento do livro “Pretinho, meu boneco querido”, de Maria Cristina Furtado, por estudantes da Escola Municipal Sandoval Rubens de Figueiredo (da sede municipal de Várzea). A dramatização foi seguida pelo desfile com artesanatos produzidos na comunidade, momento em que foram homenageados alguns artesões da comunidade, quais sejam: Dona Aurora, seu Natanael, dona Matilde, Elizeu, Jaime, Dália, Théo Albuquerque e Dona Edivânia. Neste momento, meninas da Pitombeira desfilaram com algumas peças produzidas por estes artesões. Tratava-se de bolsas e chapéus de palha, panos em crochê e panos pintados à mão.

Fotografia 08 – Estrutura montada na frente da escola para a festividade do dia Nacional da Consciência Negra no ano de 2014¹⁰⁵.



Foto de Jordânia de Araújo Souza

¹⁰⁴ Vê letras de músicas nos anexos dessa tese.

¹⁰⁵ As imagens contendo pessoas serão apresentadas de forma desfocada por trazerem crianças e eu não ter acessado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de seus responsáveis.

Fotografia 09 – Lembranças produzidas pela Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres, entregues na festividade do dia Nacional da Consciência Negra no ano de 2014.



Foto de Eulália Bezerra Araújo

Fotografia 10 – O Presidente da Associação, abrindo as atividades na festividade do dia Nacional da Consciência Negra no ano de 2014.



Foto de Eulália Bezerra Araújo

Fotografia 11 – Banda Sandra Maria de Araújo, do município de Várzea, na festividade do dia Nacional da Consciência Negra no ano de 2014



Foto de Jordânia de Araújo Souza

Fotografia 12 – Jovens da comunidade em coreografia da música “Nossa cor”, na festividade do dia Nacional da Consciência Negra no ano de 2014.



Foto de Jordânia de Araújo Souza

Fotografia 13 – Desfile com produtos produzidos por artesões da comunidade, na festividade do dia Nacional da Consciência Negra no ano de 2014.



Foto de Eulália Bezerra Araújo

Após o desfile, o grupo de capoeira “Cordão de Ouro”, de Santa Luzia, realizou uma roda de capoeira, seguida por mais uma dramatização, desta vez com a participação do grupo “Quebrando Preconceitos”, um grupo de adultos da *comunidade* que dramatizou a música *Disparada*, de Geraldo Vandré e Theó de Barros. Camila, a antiga presidente da Associação, juntamente com alguns de seus sobrinhos, irmãs e uma cantora¹⁰⁶, eram os integrantes de tal grupo.

Na sequência, foi feita a apresentação de uma coreografia da música “O poder do pretinho” de Thiaguinho, realizada por duas meninas do Assentamento São Vicente e Novo Horizonte, um assentamento que fica nas proximidades da Pitombeira, de onde vieram outras jovens para disputar um jogo de futebol que aconteceu também na tarde daquele dia.

¹⁰⁶ O esposo da mesma possui uma propriedade na Pitombeira – eles têm um trio de forró e são muito conhecidos pelas festas que realizam na região

Seguindo as atividades, aqui já estávamos quase no final da manhã, quando foi realizada uma apresentação da Banda Cabaçal do Rosário¹⁰⁷, que acompanha a Festa de Nossa Senhora do Rosário, realizada na cidade de Santa Luzia, e a qual, alguns moradores da Pitombeira frequentam ou já frequentaram. Encerrada a apresentação da Banda Cabaçal, e somente após a expressão de descontentamento de algumas mães, foi a vez das crianças da escola da Pitombeira se apresentarem.

Fotografia 14 – Roda de capoeira na festividade do dia Nacional da Consciência Negra no ano de 2014.



Foto de Eulália Bezerra de Araújo.

¹⁰⁷ A Banda Cabaçal é um grupo composto por pífeiros e caixeiros. O pífano e as caixas são os principais instrumentos desse grupo, que contam também com a presença de lanceiros, que tratam-se de dançantes portadores de lanças que fazem coreografias com as mesmas. Trata-se de uma banda que tem importante participação na festividade em homenagem à Nossa Senhora do Rosário.

Fotografia 15 – Banda Cabaçal de Nossa Senhora do Rosário, na festividade do dia Nacional da Consciência Negra no ano de 2014.



Foto de Jordânia de Araújo Souza.

Fotografia 16 – Interpretação do grupo “Quebrando preconceitos”, na festividade do dia Nacional da Consciência Negra no ano de 2014.



Foto de Jordânia de Araújo Souza

Fotografia 17 – Interpretação do grupo “Quebrando preconceitos”, na festividade do dia Nacional da Consciência Negra no ano de 2014.



Foto de Jordânia de Araújo Souza

Fotografia 18 – Apresentação das crianças da Escola Hermínio Silvano da Silva, na festividade do dia Nacional da Consciência Negra no ano de 2014



Foto de Jordânia de Araújo Souza

Fotografia 19 – Homenagem a Manoel de Bia, na festividade do dia Nacional da Consciência Negra no ano de 2014



Foto de Jordânia de Araújo Souza

Fotografia 20 – Jovem dançando a música “Sorriso negro”, na festividade do dia Nacional da Consciência Negra no ano de 2014.



Foto de Jordânia de Araújo Souza

O elemento que mais causou o descontentamento com relação à apresentação das crianças da escola, foi o horário da apresentação, que aconteceu muito tarde, em um horário de bastante sol e com temperatura elevada para as crianças.

Em virtude do duplo planejamento para a festa, em alguns momentos foram instauradas disputas para se estabelecer a ordem das apresentações, o que acabou gerando um deslocamento da apresentação das crianças. De acordo com uma das mães, “era um desrespeito deixar as crianças se apresentarem tão tarde, enquanto alguns adultos estavam brigando e fazendo questão de se apresentarem logo cedo”. Depois do desabafo da mãe, as professoras decidiram que as crianças deviam se apresentar na sala de aula, posto que na tenda estava muito quente e não era mais oportuno para as crianças, sob risco, segundo algumas mães, de adoecimento das mesmas.

Assim, algumas pessoas, especialmente as mães e os pais das crianças, se dirigiram para uma das salas de aula da escola de onde acompanharam a apresentação das crianças. O espaço apertado dificultou o acompanhamento da coreografia da música Zumbi, cantada por Ellen Oléria.

Após a apresentação das crianças, ainda aconteceu uma homenagem a Manoel de Bia, poeta popular e cantador de Coco de Roda, natural da cidade de Santa Luzia que, em 2009, tinha recebido o título de Mestre das Artes da Cultura Paraibana. O mesmo, fazia parte dos festejos locais daqueles municípios, e faleceu naquele mês aos 95 anos. Feita a homenagem a Manoel de Bia, quando alguns dos moradores da Pitombeira fizeram uma roda de coco e dançaram ao som do poeta, foi a vez da apresentação de uma das meninas da Pitombeira, Débora, que dançou a música “Sorriso negro” do grupo musical Fundo de quintal.

Com esta atividade foram encerradas as apresentações do turno da manhã e servida uma feijoada¹⁰⁸ para todos os participantes da festividade. Naquele dia, ainda aconteceu, à tarde, um jogo de futebol feminino entre as meninas da Pitombeira e as meninas do Assentamento Novo Horizonte (Viola).

¹⁰⁸ Para realizar a feijoada eles contaram com o apoio da Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana, bem como do apoio de moradores da *comunidade* e de outras pessoas que apoiaram o evento contribuindo para a sua realização.

A diretoria da Associação ainda promoveu uma reunião com alguns professores e membros da ONG Café Cultura¹⁰⁹, mediada pela figura de seu Bernardo (morador da Pitombeira) que aspirava pela atuação de tal ONG na escola da Pitombeira. Tal reunião foi um movimento inicial para se avaliar a possibilidade de desenvolver um curso de iniciação musical com as crianças e jovens da Pitombeira, respondendo a demanda apresentada por seu Bernardo junto à tal Organização.

Nos últimos anos, a comemoração do dia da consciência negra tem se fortalecido junto às comunidades quilombolas na Paraíba. É provável que tal difusão tenha se dado pela oficialização da celebração desta data através da lei nº 12.519 de novembro de 2011, que institui o dia nacional de Zumbi e da consciência negra.

Trata-se de um momento no qual as pessoas têm se reunido e comemorado uma data que marcou a história da população negra brasileira, um momento que, no caso da Pitombeira, tem sido abordado dentro da sala de aula de forma pedagógica, mostrando aos estudantes os elementos envolvidos na comemoração desta data, destacando desde as lutas enfrentadas pelos negros e negras no Brasil, até as suas conquistas, e que tem se propagado através de apresentações para os demais moradores da *comunidade*, compartilhando-se discussões, apresentações e trabalhos realizados pelos estudantes.

Essa passou a ser uma data marcada no calendário de comemorações da Pitombeira, para a qual há uma organização em torno de uma proposta de programação. As pessoas que frequentam essa atividade são, geralmente, as mesmas que participam das demais comemorações vividas ali, não sendo a mesma uma comemoração que agrega um público interno diferenciado.

Com base nas minhas observações de campo, a frequência de determinadas pessoas nos eventos organizados e elaborados pela escola ou mesmo pela Associação é um elemento importante para a reflexão, posto que algumas pessoas daquele Sítio quase nunca são vistas em tais celebrações.

A frequência de algumas pessoas em tais atividades e as ausências de outras, permite a observação de quem são as famílias que participam ativamente das arenas decisórias naquela *comunidade*, bem como analisar qual o impacto da não

¹⁰⁹ O Café Cultura é uma Organização Não Governamental com sede no município de Santa Luzia e que ali tem desenvolvido algumas atividades de cunho educacional e social, com forte ênfase nas artes (na musicalidade).

participação por parte de outras famílias nos encaminhamentos dados pela coletividade.

Ao fazer um apanhado dos eventos e atividades que acompanhei, um elemento que se destaca é a ausência de determinados moradores nas festividades que são ali desenvolvidas. Ao indagar algumas dessas pessoas sobre sua não participação, cheguei a ouvir de algumas que elas não frequentam a escola, ou mesmo as festividades que lá acontecem, em virtude da certeza da presença de algumas outras pessoas, buscando assim evitar o contato. O que dá sinais de um repertório de comportamento no qual se observa com quem se compartilha o espaço, sendo a escola um ambiente potencial para a presença de algumas pessoas.

É bem verdade que a presença nessas atividades não se restringe à existência de filhos ou netos matriculados na escola. A partir de minhas observações, posso sugerir que a participação de algumas pessoas até é motivada por tal elemento, mas o que me chamou atenção é a recorrente presença de apenas alguns núcleos familiares. Algumas famílias estão sempre presentes nas atividades desenvolvidas na escola, em contrapartida outras nunca se fazem presentes. Há aqui uma constância na presença de membros da família das Rosas, dos Albuquerque, dos Alcântara, dos Freire e dos Melo. A presença de membros dessas famílias é sempre observada e sinalizada pelas professoras que valorizam tais participações, ao mesmo tempo em que se entristecem com algumas ausências.

Além da constante presença de alguns moradores da *comunidade*, também foi possível observar a constante presença de representantes políticos locais, além da agregação de pessoas *de fora*, à exemplo de membros de outras comunidades quilombolas da região, grupos de capoeira, a Banda Cabaçal de Nossa Senhora do Rosário, pesquisadores etc. Como aconteceu nesse ano de 2014 não apenas nesse evento.

A consolidação da celebração do Dia Nacional da Consciência Negra não é uma particularidade deste grupo, posto que há um movimento de fortalecimento da discussão em torno da temática da identidade negra nacionalmente, sendo possível observar a criação de uma agenda comemorativa a nível nacional que inclui tal data. No estado da Paraíba muitas comunidades quilombolas têm comemorado o dia 20, dado que pode ser acompanhado seja através da realização de outras pesquisas, seja

observando as postagens nas redes sociais com as imagens que marcam tais comemorações, especialmente na página dos Quilombos da Paraíba¹¹⁰.

Ao apresentar os dados observados nessa festividade, meu objetivo foi mostrar como os moradores da Pitombeira passaram a comemorar tal data de modo a incorporar a presença de pessoas de outras comunidades da região, assim como representantes políticos, interlocutores das cidades vizinhas, pesquisadores etc. Trata-se de um momento em que eles são vistos também, e que têm a possibilidade de terem sua história sendo apresentada, seja através de trabalhos realizados pelas escolas do município, ou mesmo pelas informações que passam a circular em virtude de tal comemoração.

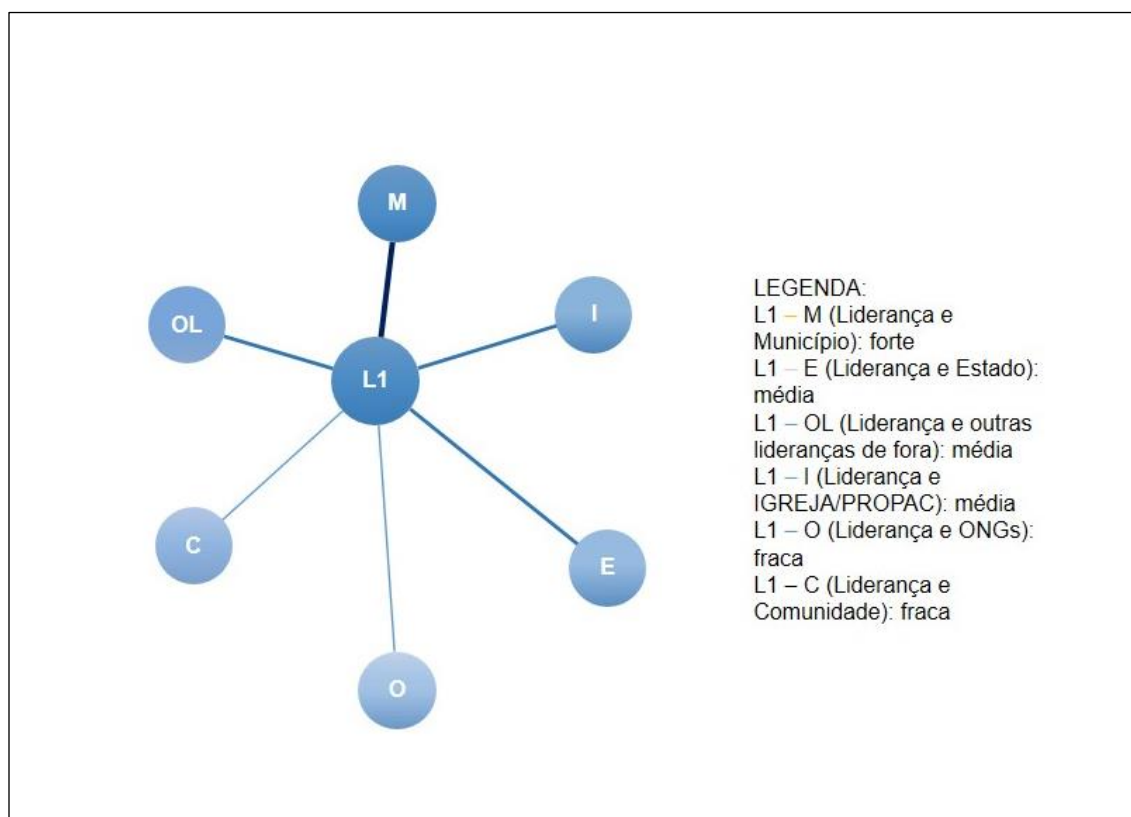
Naquele ano, mais do que uma preocupação em serem vistos, se instaurou um cenário de disputas para garantir o que seria apresentado e em que ordem tais apresentações aconteceriam, desvelando uma relação de disputa por poder, busca por legitimidade e reconhecimento, por parte de algumas lideranças que estavam ou estiveram à frente da diretoria da Associação.

A comemoração do dia da consciência negra, realizada em 2014, permite a observação da potencialização de situações contextuais e processuais na dinâmica associativa e comunitária, possibilitando avaliar como algumas parcerias são estabelecidas e como redes de solidariedade vão sendo construídas, bem como fragilizadas, tanto de modo interno quanto de modo externo.

Ao centrar minha abordagem de modo mais detido nas ações de Camila e de Gaspar, não tenho a intenção de considerar que as propostas dos dois não eram compartilhadas por outras pessoas, mas enfatizar na figura dessas duas lideranças da *comunidade* o modo pelo qual cada uma, a seu modo, foi desenhando sua trajetória de atuação *para dentro* e *para fora* do grupo e os efeitos do estabelecimento de redes por parte destes atores para a coletividade.

¹¹⁰ <http://quilombosdaparaiba.blogspot.com.br/2017/11/comunidades-quilombolas-festejam-o-dia.html>. Acesso realizado em 10 de fevereiro de 2018.

Gráfico 01 – Redes de relacionamentos de Camila, com ênfase no grau de conectividade entre ela e algumas instâncias de representação¹¹¹.



O fato de Camila ocupar um cargo na Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres¹¹² a coloca em uma dinâmica de relações diretas com a administração municipal, tornando seu relacionamento mais próximo com essa entidade. Tive a oportunidade de acompanhá-la na referida Secretaria e no momento de um diálogo com uma outra funcionária, ela destacou que o fato de ser quilombola era um fator

¹¹¹ Para a elaboração deste gráfico de redes de relacionamentos, tomei como referência de análise a articulação com gestores em busca de recursos para a *comunidade*, bem como o respaldo das ações de cada liderança de modo interno. Assim, a entidade Município está sendo pensada a partir das relações com agentes políticos dos diversos setores municipais; o Estado está aqui representado pelas secretarias que atuam diretamente no contato com as políticas para as *comunidades quilombolas*; Outras Lideranças remetem a outros representantes de comunidades quilombolas, de assentamentos, associações rurais; Igreja, aqui remete ao trabalho que vem sendo desenvolvido pela Igreja Católica através do PROPAC, ou mesmo das Igrejas Protestantes junto à tais comunidades; as ONGs, nesse caso estão sendo consideradas basicamente a AACADE e a CECNEQ entidades que têm desenvolvido no âmbito do estado da Paraíba atividades voltadas para as populações negras e assentamentos; e a relação com a *comunidade*, se refere a rede de relacionamentos estabelecida entre a liderança e toda a *comunidade quilombola* de Pitombeira.

¹¹² A mesma foi contratada pelo prefeito do município. Como mencionei antes, tais coordenadorias foram criadas através de ações do governo do estado da Paraíba e, tendo como um dos eixos-chaves de sua atuação a execução de políticas públicas voltadas para as comunidades tradicionais, faz-se estratégico ter uma *quilombola* no quadro de funcionários.

representativo para ela ocupar aquela vaga, posto que a população negra é um dos alvos de atuação dessa coordenadoria.

No período que Camila era presidente da Associação a parceria entre tal coordenadoria e as atividades da Associação eram sempre constantes, sendo comum a presença de membros da Secretaria de Ação Social¹¹³ nos eventos promovidos pela Associação da *comunidade quilombola* de Pitombeira, havia uma atuação constante da Coordenadoria na *comunidade* com a frequente realização de reuniões com mulheres. Porém, diante dos resultados da eleição para escolha da nova diretoria, Camila se afastou das atividades da Associação, o que pode ter influenciado na situação observada quando da comemoração do dia da consciência negra. Antes, era ela que elaborava a programação das festividades da *comunidade* e para tanto contava com o apoio destas instituições.

Em contrapartida, a densidade do relacionamento entre Camila e a *comunidade*, bem como com algumas ONGs era fraca, o que pode ser observado no pouco apoio que a mesma agregava nas atividades dentro da Pitombeira.

Fernanda: Eu já estava dentro [da associação], né? Indiretamente, porque eu fui secretária, né? De Camila, dois anos. Fui secretária dela por dois anos, só que eu fui assim, eu não era ativa, meu papel era a Ata, fazer a Ata. Era só isso, eu não sabia fazer um ofício, não sabia não. Nunca aprendi, nem me ensinaram. Todo assim, trabalho da secretaria era feito por ela. Então eu não sabia de nada. Eu sentava ali na mesa, pegava a assinatura do povo e depois fazia a Ata, né? Redigia. Eu vim assim, aprender depois, né?

A partir da fala de Fernanda é possível observar a dinâmica de trabalho estabelecida na diretoria no momento final da gestão de Camila, que estava tendo uma atuação um pouco solitária, sendo auxiliada por alguns parentes nas atividades da Associação, estes por sua vez não foram aquelas pessoas que iniciaram com ela as atividades na diretoria, sendo eleitas pelos sócios.

Gaspar, que havia assumido a presidência da associação há sete meses, tinha estabelecido um compromisso com o grupo de buscar viabilizar acesso à políticas públicas para a *comunidade* em outras arenas, que não através do contato com os gestores municipais. Algo que ele criticava da gestão anterior.

Gaspar: Você vê que nós temos sete meses de Associação, graças a Deus nós estamos em dia, que o importante na *comunidade* é ela está em dia.

¹¹³ Nomenclatura da secretaria na gestão anterior do município de Várzea.

Pesquisadora: Está em dias significa o quê?

Gaspar: Está em dia com a Receita Federal,

Fernanda: Em dia com a Receita Federal.

Gaspar: Não é? Com a receita Federal, com o INSS que é muito importante. Porque quando vem o recurso, porque é uma empresa, uma sociedade. Se você tem CNPJ é uma empresa, se você não tem CNPJ e tiver atrasado com a Receita Federal, nunca o Governo Federal vai soltar algo pra essa *comunidade* ou então você ter crédito num banco, né? Porque você nunca vai ter, porque vão dizer que você tá com seu nome no SPC, deve na Receita Federal, e graças a Deus eu tenho uma equipe muito boa. Então é isso aí, né? Porque complica, viu! Não, se comunicar com autoridade! Mas tem umas pessoas com quem estou trabalhando, dentro da *comunidade* e as pessoas tão trabalhando ajudando a gente e nós estamos caminhando, estamos caminhando, né?

Em sua fala, ele estava chamando atenção para o fato de que os encargos com a Receita Federal, para atualização do CNPJ¹¹⁴ da Associação, estavam sendo, nas gestões anteriores, atribuição da prefeitura municipal, que algumas vezes não cumpria com tais pagamentos deixando à Associação com débitos. Em sua fala ele destaca a possibilidade de apoio de outras pessoas.

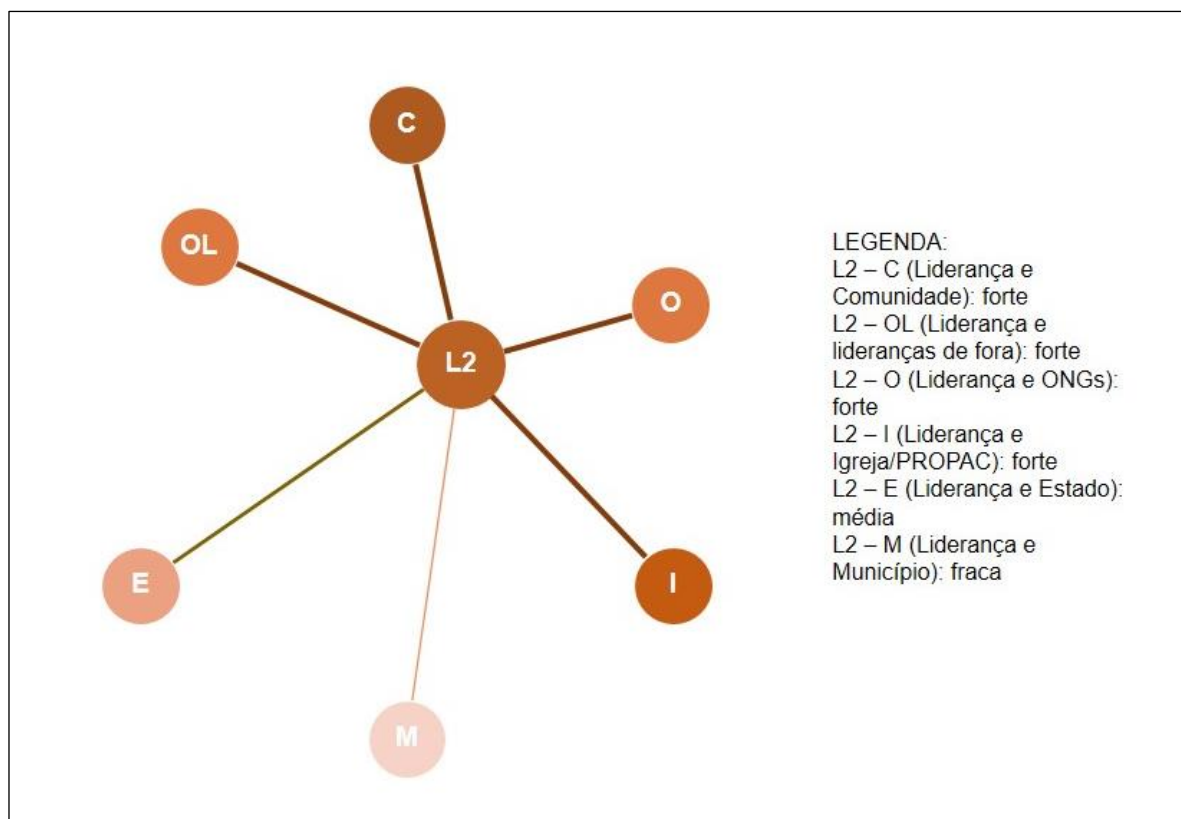
Sua atuação próxima aos pesquisadores envolvidos com o RTID o despertou para a possibilidade de acessar agentes em instâncias mais variadas, tanto que ao se observar o Gráfico 2, é possível notar a forte conexão com outras lideranças, ONGs, Igreja.

Após começar a frequentar reuniões em outros municípios e conhecer um pouco melhor a gramática posta com a dinâmica da Associação, através do contato com outras lideranças, representantes de ONGs, agentes do PROPAC, entre outros atores, Gaspar começou a estabelecer alianças cada vez mais próximas com tais atores, que possibilitaram sua navegação nesse universo.

Sua trajetória possibilita a observação de que a “constituição” de uma liderança envolve a aproximação com uma linguagem e uma agenda de relações e conhecimentos, o que demanda a criação de uma rede de solidariedade que ele buscou estabelecer conforme está posta no gráfico 2.

¹¹⁴ Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica.

Gráfico 02 – Redes de relacionamentos de Gaspar, com ênfase no grau de conectividade entre ele e algumas instâncias de representação.



Considerando o modo pelo qual se deu a mudança de gestão e com o afastamento de Camila das atividades da Associação, alguns desentendimentos podem ter sido potencializados. Nesse sentido, penso que o distanciamento entre as lideranças e os desentendimentos acumulados a partir do gerenciamento diferenciado das ações das mesmas, culminou em uma situação de conflito e disputas que pôde ser observada nas apresentações realizadas na comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra, naquele ano de 2014.

Foi assim que ao final, naquele ano, foram elaborados dois planejamentos para a festa, um pensado pelos membros da diretoria da Associação local e a outro pensado pela antiga presidente da Associação, Camila, junto com os membros da Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres.

Passados apenas sete meses da atuação da nova gestão da Associação e com um visível clima de insatisfação com os resultados, marcado pelo frágil diálogo entre os novos e antigos membros da diretoria, foi gerado um descompasso na elaboração da proposta de programação da celebração que resultou na apresentação de

diferentes programações para uma única festividade. O que gerou uma enxurrada de atividades propostas, instaurando cansaço, desentendimentos e discussões antes e durante a festividade.

Um dos primeiros impasses, como já fora destacado, se deu em virtude da nova gestão da diretoria buscar dar menos legitimidade aos representantes políticos locais. Para os membros da diretoria, aqueles que deveriam ser ouvidos em um dia no qual se comemora, nacionalmente, a consciência negra, deveriam ser os próprios negros. Em contrapartida, na programação da Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres do município, como era de costume, sinalizava-se a importância de ter representantes dos poderes executivo e legislativo locais, em uma mesa de abertura do evento, destacando ser um desrespeito não fazê-lo, gerando aqui um primeiro impasse entre as lógicas de atuação da nova e da antiga gestão da Associação.

Existe por parte da atual gestão da Associação, uma busca por diálogo e contato com a gestão municipal, mas marcado por um certo distanciamento, estes não têm restringido suas relações a tal instância, buscando a cooperação e a colaboração de outros agentes, visando o atendimento das necessidades da *comunidade*. O que se visualizou a partir da participação de Gaspar e Saulo nas mais variadas reuniões que aconteciam no âmbito das ações do governo do estado da Paraíba e que os dois tomavam conhecimento.

Aqui se observa uma questão interessante para a reflexão, que trata-se do intercruzamento entre as demandas apresentadas pela *comunidade* e as disputas políticas à nível municipal e estadual. Assim, ao buscar apoio e parceria de agentes que estão postos numa relação de hierarquia superior a municipal se busca quebrar uma lógica de dependência com uma instância local que pode surtir efeitos para o grupo, visto que a maior parte dos recursos provenientes de políticas públicas que chegam até essas comunidades passam também por esta instância.

Com isso não sugiro, também, que Camila não tenha mantido contato com outros agentes no período em que foi presidente da Associação, mas seus sucessores pontuaram que, por ela ser funcionária de uma secretaria municipal, logo ocupar um cargo de confiança, a mesma acabou tendo sua atuação travada, e inviabilizando apontar os problemas da gestão para com a *comunidade*, motivação esta que inclusive foi elemento forte para a vitória da atual gestão no último pleito da Associação, se tomar em consideração os comentários elaborados durante o pleito.

Com a ausência de um diálogo entre Camila – representando os que fazem a Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres do município de Várzea –, e Gaspar – representando a Diretoria da Associação –, a programação do dia da Consciência Negra acabou contando com a proposta de 20 atividades a serem realizadas em um só dia. Por alguns instantes, era possível se sentir em duas comemorações, uma pensada para a *comunidade* interna e outra para os visitantes, e notar claramente a busca pelo reconhecimento das ações ali desenvolvidas pelas duas gestões. Naquela ocasião, pude observar os efeitos agregadores e desagregadores dos conflitos cotidianos compartilhados naquela *comunidade* e como o prestígio e a busca por reconhecimento podem ser acessados no contexto daquele grupo.

A dificuldade em estabelecer um diálogo para organizar a referida festa e ao mesmo tempo, a necessidade de se colocar, de se permitir ser visto como agente importante na organização do evento, acredito, ter sido realçada pelos resultados das eleições¹¹⁵.

Aqui nos deparamos com uma situação que nos coloca diante de arenas distintas de conexão. Embora Camila tivesse perdido às eleições ao indicar o nome de seu sobrinho como sucessor e o mesmo não ter sido eleito, não se pode negar o espaço que ela conquistou no cenário político da cidade, especialmente na equipe de gestão do município, enquanto mulher e negra representando a *comunidade*, situação que envolve muito orgulho na relação que ela estabelece, especialmente, com sua família.

Mas, será que os moradores da Pitombeira se sentem representados por ela? Como a presença dela na Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres é vista pelos moradores da Pitombeira? Há aqui uma dicotomia: a atuação dela como presidente da Associação permitiu uma visibilidade externa e uma relação de prestígio para sua família, mas não garantiu a ela a conquista de autoridade dentro da *comunidade*, não conseguindo a mesma indicar um sucessor.

A atuação de Camila como presidente da Associação garantiu a mesma um reconhecimento de seu trabalho na relação com o poder público local, mas não parece ter surtido o mesmo impacto dentro da Pitombeira. Para muitos moradores daquela *comunidade*, ao “colocar o braço no ombro do prefeito” ela estava silenciando uma

¹¹⁵ Que abordarei no capítulo seguinte.

luta coletiva. Seria complicado ela cobrar recursos e propostas para a *comunidade* na condição de funcionária temporária da prefeitura. O que pode ter sido uma *moeda de barganha para fora* e para a sua família, surtiu um efeito negativo *para dentro*, ou seja, para a *comunidade*.

Tanto é que, um dos discursos do atual presidente da Associação, Gaspar, é o distanciamento da gestão local. Não é que ele não vá em busca de ações e cobre os direitos da *comunidade*, mas ele não quer o prefeito “colocando o braço no seu ombro”. Foi com base nesse discurso que ele enfatizou a propositura de uma nova equipe para a diretoria da Associação da Pitombeira.

Vencida a eleição, ele começou a estreitar os laços com outras comunidades quilombolas na Paraíba, participando sempre de reuniões dentro e fora do estado, numa tentativa de solidificar as ações dentro da *comunidade*, estabelecer parcerias e conhecer um pouco mais das discussões do Movimento Quilombola no estado e de sua agenda de pautas.

A comemoração do dia 20 de novembro vivida em um momento de transição de gestão da Associação evidenciou os desentendimentos provenientes de tal processo, fazendo emergir a busca pelo reconhecimento do trabalho desenvolvido na *comunidade* pelas duas lideranças citadas, permitindo a observação do modo pelo qual o respeito conquistado por cada uma ia sendo mobilizado nas dinâmicas de interação do grupo.

3.1.2 Fazendo doces e observando tramas

Outra situação que constitui um espaço importante de observação e de reflexão para os objetivos desta tese foi a oferta de um curso de fabricação de doces promovido pela Gestão Unificada INTERPA¹¹⁶/ EMEPA¹¹⁷/ EMATER. Este foi um dos momentos em que interagi com algumas mulheres em maior número e de forma mais coletiva. Participaram do curso de capacitação em segurança alimentar 18 mulheres, um número maior tinha se inscrito, mas em virtude da proximidade do pleito eleitoral (tendo o curso sido realizado semanas após as eleições municipais) e dos resultados

¹¹⁶ Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba.

¹¹⁷ Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária.

das eleições municipais, algumas acabaram desistindo do curso, o que levou outras mulheres a participarem. Explicarei melhor mais adiante tal contexto¹¹⁸.

Quando cheguei na escola para fazer uma visita ao local, as extensionistas da EMATER estavam organizando uma das salas de aula para a realização do curso que foi direcionado para a escola por uma questão de espaço. Elas trouxeram fogão, botijão de gás, algumas panelas, e todo o material que seria necessário para a produção dos doces e licores (frutas, açúcares, bebidas etc.)

Fotografia 21 – Primeiras instruções do curso de capacitação em segurança alimentar.



Foto de Jordânia de A. Souza.

¹¹⁸ Em decorrência de alguns desentendimentos provocados pela eleição municipal algumas relações foram rompidas e especialmente uma parte da família das Rosas passou a não acompanhar as atividades promovidas pela Associação. O trecho da fala de Dália, apresentado no capítulo anterior, sinaliza um pouco esta situação. Quando falo que apenas uma parte da família deixou de acompanhar as atividades é porque no próprio curso de doces duas das filhas de seu Bernardo se fizeram presente, o que evidencia que esta atitude não foi compartilhada por todos da família.

Fotografia 22 – Curso de capacitação em segurança alimentar, realizado na Pitombeira.



Foto de Jordânia de A. Souza

Fotografia 23 – Curso de capacitação em segurança alimentar, realizado na Pitombeira



Foto de Jordânia de A. Souza

Fotografia 24 – Etiquetagem dos produtos produzidos no curso de capacitação em segurança alimentar, realizado na Pitombeira.



Foto de Jordânia de A. Souza

Fotografia 25 – Mesa de exposição com a produção do curso de capacitação em segurança alimentar, realizado na Pitombeira



Foto de Jordânia de A. Souza

Inicialmente, não tinha o objetivo de participar do curso, mas observar um pouco quem iria ofertá-lo e como o mesmo estava sendo proposto. No final, acabei ficando com as “meninas” e fazendo o curso. Pensei que esta seria mais uma oportunidade de interagir com elas em um momento de aprendizagem e descontração. Assim, me apresentei como pesquisadora para as extensionistas, e elas me possibilitaram o acompanhamento do curso.

Já no início me inquietou o questionamento de Isís, funcionária da escola (ela é responsável por fazer a merenda)¹¹⁹, quando a mesma quis se certificar quem eram as pessoas que iriam fazer o curso para avaliar se ela ficaria ou não para fazê-lo. Um pouco antes de começar o curso, quando eu conversava com ela, ponderei que, como ela estava lá, esperando o horário de fechar a escola, deveria aproveitar e fazer o curso de doces, e a mesma me disse que não ia fazer o curso pois já sabia fazer doces.

Ao entrar na sala, ela deixou claro que estaria ali na condição de aluna e não de funcionária da escola e que não seria ela que ficaria lavando a louça, ou mesmo organizando as coisas por ser funcionária da escola, demarcando assim sua posição naquela situação e sua avaliação sobre as atividades que acontecem na escola.

Em todas as comemorações que acompanhei na escola, durante a pesquisa, nunca observei a presença de Isís, fosse na condição de moradora da *comunidade* ou mesmo de funcionária da escola. Talvez, fazer-se presente tenha levado a mesma a vivenciar condições de trabalho pouco distributivas, o que a estimulou a decidir não participar.

Isís é uma dos 12 filhos de dona Matilde (dos Reges) e seu Natanael (natural de São Mamede). Casou-se com um homem do Sítio Navios com quem teve quatro filhos. Em uma entrevista que realizei com ela, as dificuldades que enfrentou com o casamento me foram narradas. A decisão de separar levou Isís a viver situações bastante delicadas, “obrigando-a” a sair com os filhos para outros municípios em busca da viabilidade da sobrevivência de sua família. Em alguns momentos de *saídas* ela acabou tendo que deixar alguns de seus filhos aos cuidados de outras pessoas, fator ao qual a mesma pondera poder ter levado ao afastamento de seus filhos,

¹¹⁹ Naquela semana, por mais uma vez, os (as) alunos (alunas) estavam sem merenda. Durante a pesquisa observei a recorrência da falta de merenda na escola da Pitombeira, situação que já foi motivo de denúncias realizadas pelos pais dos alunos ao Ministério Público Federal.

sinalizando que até hoje um de seus filhos “não fala com ela”. Na conversa que tive com Isís ela ressaltou com tristeza que seus filhos nunca culparam o pai por tudo o que passaram, mas apenas a ela, o que a deixava sem aceitar tal tratamento.

Hoje, ela vive com uma neta que ela *cria*¹²⁰ em uma área que comprou a uma de suas filhas que reside na cidade de Várzea. Já suas duas outras filhas moram próximo a ela, ambas adquiriram seus pedaços de terra. A família extensa de Isís esteve envolvida em alguns desentendimentos com relação à venda de terras na *comunidade*. Com a morte de seu pai, o *pedaço de terra* em que ele morava foi vendido e, em virtude de conflitos familiares, um de seus irmãos chegou a queimar a casa que havia sido vendida. Depois não tive notícias dos encaminhamentos de tal situação.

O posicionamento de Isís, ao demarcar a sua condição como participante do curso de doces, causou certo desconforto, especialmente entre as extensionistas que pareciam não acompanhar as lógicas de relacionamentos daquela *comunidade*, mas não percebi nenhum estranhamento por parte das mulheres da Pitombeira que estavam fazendo o curso.

O curso de capacitação em segurança alimentar tinha o propósito de capacitar as pessoas daquela *comunidade* na produção de doces e constituir o que os extensionistas chamaram de “grupo de produção”. Para tanto, passamos dois dias produzindo doces e aprendendo o ponto de cocadas, doces, geleias, licores, bem como estratégias para viabilizar o lucro com a produção. Tudo o que fosse produzido ficaria com estes “grupos” como forma de gerar um “capital de giro” para garantir a próxima produção, informação que foi posta apenas no segundo dia do curso.

Quando se colocou em pauta que o que produzimos naqueles dois dias não iria conosco para casa, algumas mulheres começaram a “olhar um pouco atravessado” para as extensionistas, uma, inclusive, tirou seu avental e disse que ia para casa e que não ia mais perder tempo: “Ter passado dois dias fazendo doce e nem poder provar!”. As extensionistas ficaram um pouco desapontadas, a professora do curso disse textualmente que estava decepcionada com a atitude de algumas das

¹²⁰ Na Pitombeira, é comum tias ou avós criarem sobrinhos/netos. Por vezes estas são situações provisórias, em virtude de novos arranjos matrimoniais das/os filhas/os, sobrinhas/os, ou mesmo de alguma dificuldade financeira. Mas, no caso de Isís ela relatou que a filha iria *dar* a criança para outra família *criar*, e que ele entrevistou e pegou a sua neta e *cria* ela como uma filha.

“meninas”, posto que em todas as comunidades nas quais ela ofereceu o curso, era a primeira vez que não se pretendia criar nenhum “grupo de produção”.

A jovem que tirou o avental era uma das filhas de Isís, Sara, dona de um dos bares da *comunidade*, ela estava interessada em aprender a fazer os licores. Com a informação sobre a proposta do curso e a formação de grupos de produção, a mesma disse que não topava criar um grupo porque já sabia como as coisas funcionavam ali, posto que “quando eles estavam lá [se referindo aos extensionistas] tudo era lindo e ficava tudo certo” até que “quando eles virassem na estrada, começavam as *brigas*”, foi assim que ela justificou a sua decisão de não entrar em grupo algum e saiu da sala.

No momento em que Sara destacou sua posição, outra moradora da Pitombeira se posicionou discordando da mesma, e salientando que as coisas não eram bem como ela estava apontando e que não custava nada tentar. Era só criar grupos com pessoas com quem se tivesse afinidade.

Depois de algumas conversas entre elas, nas quais foram apontadas as necessidades para uma “justa produção”, uma vez que ali não existe uma cozinha comunitária ou algo do tipo e que estas questões deveriam ser consideradas no momento de dividir os lucros, um “grupo de produção” foi criado e boa parte da produção, feita durante o curso de dois dias, foi vendida ali mesmo, às próprias extensionistas.

Tal situação permite a visualização do modo pelo qual os atritos interpessoais ou mesmo interfamiliares influenciam as articulações do grupo, seja nas suas relações internas, seja nas relações com pessoas *de fora*. Que podem ser observados no questionamento de Isís sobre quem iria fazer aquele curso, numa tentativa de “mapear o território” para avaliar se valeria a pena ficar ou não no mesmo; ou mesmo nos comentários de algumas mulheres quando mencionavam a tranquilidade do curso, justificando que isso estava acontecendo porque outras mulheres não apareceram, e que estas mesmo tendo se inscrito no curso não deviam ter vindo fazê-lo porque se tratava de uma *conquista* da Associação, e que tais ausências eram uma “espécie de boicote as ações da atual gestão”.

Depois do curso finalizado, conversando com um dos funcionários da EMATER, o mesmo sinalizou as dificuldades que já enfrentou nos trabalhos realizados na Pitombeira. Em sua fala, ele enfatizou que os conflitos familiares são transferidos e incorporados nas decisões políticas e coletivas do grupo, gerando muitas vezes entraves e dificuldades ao seu trabalho. Aqui é possível observar que estamos

tratando de lógicas de atuações que não problematizam a necessidade de lidar com as especificidades de cada grupo, mesmo algumas das extensionistas não estabelecendo tanto contato com aquela *comunidade*, existia um funcionário que vinha desenvolvendo atividades mais cotidianas ali, e que sinalizava conhecer os efeitos das dinâmicas e desentendimentos familiares nas ações propostas pelo órgão ao qual fazia parte, logo devia ter conhecimento para mapear o tipo de curso ou atividade interessante a ser desenvolvida naquela *comunidade*.

Como sinalizei anteriormente, o curso aconteceu um pouco depois do pleito eleitoral municipal. Nessa eleição, dois moradores da Pitombeira se lançaram candidatos ao cargo de vereador, cada um por uma coligação partidária diferente. Foram candidatos, Miguel e Saulo ¹²¹. O primeiro, apoiava o candidato da gestão municipal, e o segundo, apoiava um antigo prefeito do município que rompeu seus laços partidários com tal grupo político.

Em 2016, no município de Várzea, que tem um quantitativo de 2.336 eleitores, se observou a disputa entre três candidatos ao cargo de prefeito. A terceira candidata, que foi vereadora no município, também rompeu com a gestão em curso e apresentou candidatura. O prefeito eleito tinha considerável adesão por parte dos moradores da Pitombeira, e foi apoiado diretamente por Miguel e parte de sua família (a família das Rosas). Quanto aos resultados da disputa ao cargo de vereador e destacando a participação de Miguel e Saulo, acabou que nenhum dos dois conseguiu vencer a eleição. No caso de Saulo, o mesmo ficou bem próximo da vitória, perdendo o pleito por um voto¹²².

Faço essa digressão em torno dos resultados do pleito municipal porque, considero que eles impactaram diretamente na não participação de algumas mulheres no curso. Como sinalizado por outras mulheres, posto que se “tratava de uma ação adquirida em parceria com a Associação” e em virtude do apoio explícito de Gaspar a candidatura de Saulo e de atritos vividos no “tempo da política”, algumas das mulheres se sentiram desestimuladas a participar do curso.

¹²¹ Considero que havia ainda *respingos* do resultado do pleito para a escolha dos membros da Diretoria da Associação. Embora reconheça que estas situações articulam lógicas distintas, pondero que em certa medida, a candidatura para o cargo de vereador poderia mostrar um poder, articulação e reconhecimento que se tivesse *fora da comunidade*, que não se conseguiu apresentar naquele dado momento (da eleição para a Associação), havia ali uma disputa por legitimidade. Tratarei essa questão mais detidamente no capítulo seguinte.

¹²² Ao final do pleito Miguel teve 46 votos e Saulo, 117 votos. Mas, foi o candidato a prefeito apoiado por Miguel que ganhou a disputa, o que deixou seus apoiadores em situação de vitória, mesmo que parcial.

Mesmo sem nenhum dos candidatos ao cargo de vereador da *comunidade* ter logrado êxito na campanha, o fato de o prefeito eleito ter sido apoiado por algumas pessoas, foi suficiente para se afluírem os desentendimentos e desavenças. No dia da eleição, depois da divulgação dos resultados um grupo de pessoas da *comunidade*, quando chegou da cidade, se dirigiu à porta da casa de Gaspar e começou a *insultá-lo* pela derrota. A situação tomou tamanha proporção que a polícia foi acionada. No dia seguinte, o que se comentava na Pitombeira era esta situação, que para uns soava como um desrespeito e para outros como uma atitude esperada em um momento no qual a política foi vivida tão intensamente, algo que se espera acontecer no “tempo da política”.

As comemorações duraram ainda alguns dias, as músicas da campanha foram colocadas em sons, fogos de artifício foram detonados ao longo dos dias, as pessoas se reuniam, comemoravam e bebiam. Estas situações desencadeadas no “tempo da política” permitem observar os efeitos de algumas situações específicas, nas quais algumas provocações podem instaurar momentos de descontrole.

Aqui é possível estabelecer uma aproximação com o exposto por Barnes (2010 [1969], p. 171-172), quando o autor salienta ser possível observar que,

é fácil perceber que processos similares aos encontrados no nível político nacional – como alianças, desafio e compromisso, testes de força e distribuição de recompensas – operam dentro da região, do distrito e da aldeia, bem como dentro dos clãs, companhias, igrejas e outros grupos não territoriais; mesmo dentro da família ocorrem processos um tanto similares. Nesse sentido, há algo que pode ser descrito, de maneira útil, como política, mesmo que não seja política nacional.

Assim, as relações e alianças estabelecidas, ou mesmo intensificadas, no “tempo da política” podem ser lidas como mecanismos através dos quais indivíduos ou mesmo famílias, considerando o contexto pesquisado, buscam mobilizar apoios para garantirem seus objetivos e fortalecerem suas relações de autoridade. Nesse sentido, as relações definidas no cotidiano se entrelaçam com as relações de prestígio que colocam tais dinâmicas na esfera macrossocial da política.

O *insulto* a Gaspar e sua família acabou gerando uma quebra na sua rede de relações. *Provocados*, eles precisavam se posicionar, posto que o *insulto* tomou um caráter público. E assim o fizeram, porém, recorrendo a instâncias *externas* e abrindo um processo contra alguns dos envolvidos, especialmente aqueles que foram identificados através de um áudio que foi gravado por Fernanda (esposa de Gaspar)

no qual os mesmos eram *xingados* e *desrespeitados*. Ao recorrer a polícia e, posteriormente, ao judiciário para resolver uma *questão interna*, logo uma questão de família¹²³, Gaspar e Fernanda quebraram com um padrão de comportamento e de moralidade esperado dentro da *comunidade*, que acabou produzindo impactos para eles. Ao final dessa pesquisa, tomei conhecimento que Gaspar e sua família saíram da Pitombeira e retornaram para São Paulo, onde se encontra parte de sua família e da família de sua companheira.

Na avaliação de alguns moradores da Pitombeira, Gaspar deveria ter se mantido ali e não cedido a *pressão* posta pela situação, “ele fez o que o povo queria!”. Embora reconhecessem que para a sua esposa seria difícil se manter na *comunidade*, posto que “[ela] não estava habituada a lidar com aquele tipo de situação”, sendo classificada como “muito educada para viver uma situação como aquela que fora instaurada”.

Os desentendimentos, frutos do “tempo da política”, refletem a violação de limites moralmente estabelecidos, o que pode gerar variações na intimidade local, potencializando um maior distanciamento ou aproximação entre os atores envolvidos. A situação observada no curso de doces permite a observação de tais variações. Pessoas assíduas nas atividades da Associação passaram a não mais frequentar tais atividades em virtude dos conflitos outrora instaurados e outras que quase nunca eram vistas passaram a frequentar tais atividades.

Além disso, a atitude de Sara de optar por não participar de nenhum “grupo de produção” e seu descontentamento com o modo pelo qual o curso foi gerenciado, permite a observação da existência de certa diversidade de lógicas de envolvimento em atividades de caráter coletivo, tendo em vista a extensão que toma os desentendimentos vividos na cotidianidade, sendo aqui possível observar o impacto que tais desentendimentos podem gerar nas demandas de caráter mais coletivo.

Os eventos aqui destacados permitem a observação de que, na Pitombeira, a escola, enquanto instituição, acaba por exercer várias funções. Nesse sentido, a escola local mostrou-se um espaço que transpõe seu papel de instituição de

¹²³ Me apoio aqui numa frase da própria Fernanda quando em uma ocasião em que me explicava outros *desentendimentos* vividos na *comunidade*, salientou que “quando as demandas são *internas* a lógica é da família, *para fora* é a lógica da *comunidade*!”

formação, abrangendo um importante papel enquanto espaço de socialização para muitos daquela *comunidade*.

A escola foi um ambiente onde comecei a observar a existência de formas variadas de competições e conflitos. Tais conflitos são marcados por diversas motivações, as mesmas vão desde disputas em torno de alianças políticas, desentendimentos familiares, intrigas de caráter conjugal, até o controle das amizades entre as crianças.

3.2 Reputação e Respeito: sentidos e dispositivos morais – o caso dos meninos Hyghor e Leonardo

Em uma tarde de agosto, eu estava mais uma vez de volta à Pitombeira. Naquele momento, acompanhada por uma colega pesquisadora que iria realizar algumas entrevistas com lideranças locais para a sua pesquisa de doutoramento¹²⁴ e que me pediu aporte para apresentá-la. Acabamos ficando, as duas, na casa de Dona Ada e, quando tomávamos o café da tarde, recebemos uma visita inesperada de uma moradora da Pitombeira.

Isís, chegou um pouco *alterada* e munida de uma corda nas mãos à procura de um sobrinho-neto de Dona Ada, o Hyghor, que à época encontrava-se com 13 anos.

Ofegante, a mesma relatou que Hyghor teria ido na casa de sua filha (Sara) e teria saído com seu neto, Leonardo, de bicicleta, para a cidade de Santa Luzia, mesmo depois de Sara ter *recomendado* que o mesmo não saísse de casa, uma vez que fazer tal trajeto é muito perigoso¹²⁵.

Sinalizando que Hyghor não era uma *boa companhia* para seu neto e que o mesmo teria que se afastar de Leonardo, Isís foi a casa de dona Ada a procura do menino e para *tomar satisfação* com a mesma, tendo em vista que, como a mãe de Hyghor estava, naquele momento, residindo na cidade de Santa Luzia, dona Ada era a parente mais próxima do menino na Pitombeira (sua tia-avó) e alguém que, na visão de Isís, poderia tomar alguma *providência*.

¹²⁴ Para mais detalhes ver a tese de Eulália Bezerra Araújo “Lideranças Quilombolas da Paraíba: lutamos, mas queremos vencer!” (2016).

¹²⁵ Trata-se de um trajeto por uma rodovia estadual asfaltada com um fluxo de transportes de carga relativamente intenso e sem acostamento, o que deixa os ciclistas numa situação bastante vulnerável.

Segundo Isís, seu neto iria *apanhar* de sua filha, Sara, por tê-la desobedecido em virtude da *influência* de Hyghor. O que para Isís seria injusto, por isso estava à procura de Hyghor para puni-lo, uma vez que sabia que sua mãe estava na cidade¹²⁶ e que o mesmo não seria de modo algum penalizado.

Surpresa com a situação, e buscando *manter o controle*, dona Ada informou para Isís que não sabia de Hyghor, mas que se ela achava que ele não era uma *boa companhia* para o seu neto, que sua filha, Sara, não o *acoitasse* em sua casa, posto que ela dá *abrigo* a ele, deixando-o *viver lá*, de tal modo que, estando na Pitombeira, o menino “não aparece na casa [dela] nem para comer”. Incisiva, dona Ada continuou pedindo que Isís lembrasse que seu neto, Leonardo, “não é *flor que se cheire*, que ele não era *santo*, e tinha *a quem puxar*”, afinal ela não podia esquecer qual era o “*sangue* que corria nas veias de seu neto”, sinalizando que ela se lembrasse quem era o pai do menino e que Leonardo tinha *a cara lisa*.

Destacando que ela estava ali tratando de dois meninos de idades aproximadas, e seria difícil que um pudesse influenciar o outro de modo a coibir as suas ações, Dona Ada começou a *colocar Isís no seu lugar*, lançando mão de suas respectivas reputações. Afinal, dona Ada e Isís sabiam muito bem de quem ambas estavam falando, da família do pai de Leonardo.

Ainda alterada, Isís saiu com destino a sua residência. Com sua saída, dona Ada ressaltou que “também sabe *cuidar dos seus!*” e que, “em respeito à nossa presença ela *se controlou*”. O olhar pulsante de dona Ada dava sinais de seu autocontrole naquele momento, ofendida com a atitude de Isís de vir à sua casa naquela condição, dona Ada logo pediu a sua filha para ligar para Marta, sua sobrinha e mãe de Hyghor para informá-la da situação.

Após a saída de Isís, a sua filha, Sara, ainda veio à casa de dona Ada em busca da mãe e de seu filho, Leonardo, ameaçando puni-lo em virtude da desobediência.

No dia seguinte, quando da chegada de Marta à Pitombeira, para trabalhar na escola, ela foi interceptada na estrada por Isís e suas filhas que cobraram dela alguma providência com relação ao comportamento de Hyghor.

¹²⁶ Naquela ocasião, Marta, a mãe de Hyghor estava residindo na cidade de Santa Luzia, embora possuísse uma casa na Pitombeira. A mesma saiu do Sítio em virtude de problemas enfrentados depois da venda de algumas porções de terras e por enfrentar problemas com seus filhos, apontados como meninos difíceis. É importante sinalizar que Marta é mãe adotiva de Hyghor e Heithor (dois meninos gêmeos). A mesma *cria esses meninos* desde que eram bebês, sendo este um dos poucos casos de adoção naquele Sítio, situação que nos permite ponderar um pouco a respeito das práticas (BOURDIEU, 2009 [1980]) de maternidade ali observadas.

Marta estava acompanhada por Murilo, genro de dona Ada, que fez questão de acompanhar Marta até a casa de Isis em um sinal de defesa e proteção a prima de sua esposa. Na ocasião da ida de Isis à casa de dona Ada, seu filho Lucca estava trabalhando na cidade de Campina Grande, o que em sua avaliação possibilitou a ida de Isis a sua casa, o que, em sua leitura, ela não teria cogitado fazê-lo com a presença dele na casa da mãe, situação avaliada por Lucca como bastante *desrespeitosa*, considerando a idade de sua mãe.

Esta situação possibilita a observação de alguns elementos que me levaram a refletir sobre os repertórios morais acionados nas dinâmicas cotidianas naquela *comunidade*. Uma questão que logo me chamou a atenção foi o modo pelo qual as ações dos indivíduos são ali mapeadas e a autoridade de quem fala é ressaltada, vista no modo pelo qual dona Ada chama a atenção de Isis para olhar para a origem de seu neto, para os vínculos de parentesco de Leonardo e salienta que ela não tem elementos para dizer que “seu neto é *santo!*”¹²⁷.

Ao chamar atenção para os laços de parentesco de Leonardo, dona Ada acionou elementos em torno da classificação e reputação de sua família, que não podia se considerar na condição de cobrar ou apontar qualquer relação de superioridade com relação a sua família.

Essa também é uma situação que salienta o modo pelo qual as mulheres resolvem os problemas domésticos. São elas que saem de suas casas e vão em busca de *tomar satisfação*, solucionar os problemas, brigar se preciso for. É bem verdade que, no caso em questão, apenas a mãe de Hyghor ainda vive com seu companheiro (embora seja com ela que o diálogo sobre questões referentes aos filhos são promovidos e não com o pai), as demais ou são viúvas (que é o caso de dona Ada) ou divorciadas (os casos de Isis e Sara).

Tal situação me remete ao proposto por Bailey, quando o autor salienta como as reputações são o pano de fundo da vida cotidiana de pequenas comunidades, nas quais todos se conhecem.

Bailey destaca que as reputações não se tratam apenas de uma qualidade que o indivíduo possui, mas, também, das opiniões que as outras pessoas elaboram sobre

¹²⁷ Aqui observamos uma situação de apresentação de um conjunto de desculpas e justificações por parte de minhas interlocutoras. Conforme salienta Werneck (2012, p. 62), a desculpa “coloca em cima da mesa as características de uma situação na qual uma ação decorreu sem que todos os envolvidos estejam satisfeitos, configurando, então, uma ação de, *digamos consequências indesejadas*”. Apoiando-se em Austin, Werneck sinaliza que a desculpa é “uma resposta a uma acusação”.

ele. A situação observada na Pitombeira, que destaquei, de busca por punição do neto de outra pessoa, nos permite perceber como dona Ada lança mão da reputação da família do neto de Isís para manipulá-la e nas palavras dela “colocá-la em seu lugar”, por tratar-se de uma pessoa que ela conhece intimamente, bem como seus laços familiares, além das redes de alianças de sua família.

A pesquisa mostrou que o universo feminino possui uma lógica operativa nesse grupo, embora os homens estejam muitas vezes presentes e à frente de tomadas de decisões, as vozes das mulheres são ouvidas e respeitadas, especialmente aquelas que adquiriram alguma autoridade em virtude de suas reputações, à exemplo de dona Ada, dona Aurora, Camila e dona Nadir. Em diversas ocasiões, inclusive, são as mulheres que podem ser demandadas.

Elas são participativas, articuladas, algumas se evitam e até brigam entre si. São elas as responsáveis pela vigilância das moralidades, sendo colocadas em suspeição aquelas que não compartilham de determinados padrões de comportamento, que estão diretamente ligados aos modelos do que se considera uma conduta respeitosa na relação coletiva, embora aqui existam clivagens nesses padrões que são caracterizadas por elementos de ordem geracional. Assim, mulheres que bebem, frequentam os bares, biroskas, têm relacionamentos extraconjugais, deixam seus filhos em casa e vão para festas, são vistas sob suspeição por parte de uma parcela de outras mulheres.

Essa vigilância, por vezes, pude perceber que também recaia sobre mim e sobre a minha conduta durante a realização da pesquisa. Quando iniciei o contato com o grupo, tinha um relacionamento e durante esse processo, meu status modificou-se de *mulher solteira* para *mulher casada* e uma das inquietações de muitas dessas mulheres era como eu deixava meu marido tanto tempo sozinho, uma vez que existem (na concepção delas) muitas atribuições das atividades domésticas que são da mulher. Sem falar que, por algumas vezes, fui interpelada por algumas mulheres do grupo que me questionavam se não me preocupava por passar muito tempo *fora de casa*, correndo assim os riscos de que meu companheiro pudesse encontrar outra mulher (ou ser encontrado/seduzido). Percebe-se, aqui, uma construção em torno do que se espera da conduta de uma *mulher casada*, bem como de um homem.

Tais questões me remetem à discussão apresentada por Peristiany (1998 [1965]), quando salienta que todas as sociedades possuem regras de conduta e que

a honra e a vergonha são valorizações sociais que fazem parte dos regulamentos sociais de todas as sociedades.

Pensadas enquanto valorizações sociais, o autor considera que honra e vergonha são universais, e que todas as sociedades possuiriam seus modelos de honra e vergonha. E embora variem de uma sociedade para a outra, para o autor, algumas sociedades se referem mais constantemente a estas formas de valorização social que outras.

Um elemento salientado por Peristiany, assim como retomado por alguns autores como Unni Wikan (2010), é a ideia de que a honra é, em muitos cenários, qualificada pelo gênero, pensando aqui a relação homem e mulher, bem como os papéis atribuídos a ambos.

Ao escrever sobre o sentimento de honra na sociedade Cabília, Bourdieu (1998 [1965]) nos mostra que através de um cuidadoso constructo social, os cabílios regem sua vida pela honra, sendo as relações políticas e econômicas vividas através das relações entre a honra e o prestígio.

Para Bourdieu, a honra é distinta para homens e mulheres: “o haram” (tabu) é a intimidade, a casa, o escondido, enfim o universo feminino; “o nif” (ponto de honra) é público, viril, de proteção, logo, tudo que remete ao universo masculino.

A mulher deve fidelidade ao marido; deve olhar bem pela casa; deve zelar pela boa educação de seus filhos. Mas deve, sobretudo, preservar o segredo da intimidade familiar; não deve nunca apoucar o seu marido ou fazer-lhe vergonha (mesmo com todas as razões e com todas as pessoas) nem na intimidade, nem diante de estranhos: seria obrigá-lo a repudiá-la. (...) Em suma, a mulher, sendo sempre <a filha de Fulano> ou a <esposa de Fulano> reduz a sua honra à honra do grupo agnático a que está ligada (...) O homem, pelo seu lado, deve antes de mais nada proteger e velar (*asthar*) o segredo da sua casa e da sua intimidade. (BOURDIEU, 1998 [1965], p.181).

São muitos os autores que ao elaborarem suas reflexões sobre honra salientam as diferenciações quanto à qualificação pelo gênero. Carlos Alberto Dória (1994), ao analisar o modelo mediterrâneo ou ibérico de honra, também ressalta o papel diferenciado da mulher no que concerne à honra. O autor destaca que, apesar de subordinada, a mulher é perigosa, pois pode atrair a desonra. Assim, haveria entre os homens o medo de ligarem-se às mulheres erradas e serem desonrados. Até mesmo um homem considerado honrado se não consegue conter suas mulheres nos limites do comportamento virtuoso, decai no reconhecimento social, pois é preciso considerar

que a reputação pública da mulher compõe parte da honra do homem responsável por ela.

Pensando as categorias de honra e vergonha, Wikan salienta que tanto na história ocidental quanto na não ocidental o habitual era que os homens tivessem honra, enquanto que as mulheres tivessem vergonha. De acordo com a autora, “os homens eram responsáveis pela honra da família e representavam-na no mundo como um todo. Entretanto, as mulheres, enquanto seres sexuais, eram uma ameaça em potencial” (WIKAN, 2010, p. 71). A autora complementa seu argumento informando que tanto na Europa, como no Oriente Médio e em várias regiões, “a honra dos homens dependia, em grande medida, do comportamento sexual das mulheres” (*Idem*).

Considerando que a honra implica em respeito, embora os dois conceitos não sejam sinônimos, pois como considera Wikan, você pode demonstrar respeito por uma pessoa, ou pode gozar de respeito em sua comunidade, mas a honra, ou você a possui ou não. Desse modo, Wikan sugere que:

Honra implica respeito, no sentido de *direito* ao respeito. A sociedade tem o dever de ser respeitosa sempre que as regras do código de honra forem mantidas. Se não forem, a pessoa é desonrada ou desacreditada. Pelo fato de a honra ser algo compartilhado, a coletividade à qual essa pessoa pertence será sugada junto à medida que ela afundar (WIKAN, 2010, p. 85).

A autora destaca ainda que, até o século XVIII, na história europeia, a honra se referia essencialmente ao valor que a pessoa tinha aos olhos dos outros, sendo neste cenário, o reconhecimento social mais importante do que a percepção de si mesmo. A situação apresentada, que tomava o comportamento de dois adolescentes como elemento direcionador da ação de algumas mulheres na Pitombeira, em que dona Ada lança mão de seu conhecimento sobre o histórico familiar de Leonardo para exigir o respeito a sua família, afinal “quem [Isís] pensava que era!”, serve de parâmetro para, à luz das situações vivenciadas durante a permanência junto ao grupo, melhor perceber a maneira como tais repertórios morais operam, a partir, inclusive, do esforço claramente empreendido por dona Ada em lançar mão do reconhecimento social possuído, frente ao desprestígio de membros da família de Leonardo.

Aqui também é possível destacar que o fato de Hyghor ser adotado não gerou um discurso em que ele é apontado como um *problema* sem que isso recaia sobre sua família adotiva, a acusação engloba todos, logo, chegando a sua família.

Ao definir como uma *mulher de respeito* deve se comportar, algumas regras normativas são criadas de modo a guiar a conduta das mulheres e permitir que as mesmas sejam avaliadas e julgadas. Assim aquelas que se dedicam aos cuidados da casa, dos filhos, vivem em suas casas sem fazer fofocas de casa em casa, respeitam e honram seus maridos (sem trai-los), auxiliam seus pais e reconhecem sua autoridade, são bem avaliadas dentro do grupo.

Conforme salienta Bailey (1970, p. 5), as regras normativas são guias muito gerais para a conduta, tendo o quadro moral o papel muito mais de limitar as ações dos indivíduos, do que prescrevê-las. Na interação cotidiana de uma pequena comunidade, a avaliação e o julgamento das ações do outro são mais recorrentes, assim, a elaboração de quadros morais exercem um papel de controle das ações dos indivíduos, o que não implica dizer que todos agem em conformidade com tais quadros, ou mesmo que todos almejem compartilhar um único tipo de reconhecimento de sua reputação.

O fato de terem suas reputações mal avaliadas, dentro do grupo, não me pareceu constranger algumas mulheres, que se vêem de forma bastante autônoma e pouco valorizando tais julgamentos. Mas, não se pode negar que o compartilhamento de determinadas reputações, por parte de algumas famílias, geram em torno das mulheres uma cobrança maior sobre seus comportamentos, limitando assim as possibilidades de suas ações.

Cada família que ali se encontra possui uma trajetória, trajetória esta que influencia na organização e aproximação de normas e valores de cada grupo doméstico, o que é possível identificar no apego de algumas destas famílias ao reconhecimento de sua *boa reputação*. É importante considerar que na elaboração deste quadro moral, observam-se moralidades diferenciadas o que gera conflitos inter e intrageracionais e inter e intrafamiliares.

Na Pitombeira, os pertencimentos familiares são princípios que organizam e permitem mapear os membros do grupo, associados aqui a reputações que tais famílias carregam. Tais mapeamentos não emergem apenas nas dinâmicas cotidianas, mas também em situações de interação com agentes externos, existindo entre eles, especialmente entre os mais velhos, uma representação dos laços familiares.

Ao abordar a dinâmica cotidiana dos moradores da Pitombeira, estou tratando da relação de pessoas que se conhecem, que sabem muito uns sobre os outros, que

se mapeiam a partir de suas reputações. Ao tratar de uma dinâmica tão íntima de uma pequena localidade rural, é possível destacar diferentes graus de intensidade dos laços de solidariedade e rivalidade. A permanência junto a eles em um espaço de tempo maior, entre as idas e vindas nestes últimos sete anos, me permitiu perceber que estas intensidades variam de acordo com as disputas cotidianas, alterando em alguma medida os arranjos das redes de solidariedade e de rivalidade. O que me permite salientar que tais redes variam em respostas a acontecimentos que ocorrem dentro das dinâmicas familiares, bem como fora delas no âmbito da *comunidade*.

Assim, se em determinado momento, ou mesmo na busca pelo encaminhamento de determinada *questão* eles podem compartilhar da mesma opinião, em outro momento isso pode não acontecer e as pessoas se colocarem em posições diferentes, organizados em pequenos agrupamentos coletivos que vão disputar recursos, sejam eles simbólicos ou políticos. É bem verdade que algumas pessoas flutuam menos nesse quadro, se posicionando quase sempre de forma oposta a outras em virtude de *intrigas* vividas no passado, que se perpetuam por longa data.



4 REPRESENTAÇÃO E ARTICULAÇÃO POLÍTICA: OLHARES EM TORNO DOS MECANISMOS DE MEDIAÇÃO DE LIDERANÇAS

Nesse capítulo, algumas dinâmicas da vida associativa serão abordadas. Inicialmente, apresentarei alguns elementos em torno do reconhecimento quilombola, de modo a permitir ao leitor a observação do cenário de tais processos no estado da Paraíba, com ênfase aqui nas dinâmicas de mediação na busca pela garantia de acesso aos direitos adquiridos por tais grupos e sinalizando como alguns destes atores têm atuado naquela *comunidade*, como plano de fundo que nos ajuda a melhor pensar as lógicas de articulação, agregação e, por vezes, distanciamento, entre os membros do grupo.

Em seguida, a partir da etnografia de uma eleição para a escolha dos novos membros da diretoria da associação comunitária da Pitombeira, destacarei como tem se propagado algumas disputas por poder, reconhecimento e prestígio dentro daquela *comunidade*. A partir da observação de tal situação, pude perceber os efeitos da constituição dos arranjos familiares, já tratados nos capítulos anteriores, agora sobre a dinâmica associativa do grupo, bem como o modo pelo qual a demarcação das fronteiras destes grupos iam sendo elaboradas e o modo pelo qual as mesmas iam sendo influenciadas por elementos de ordem temporal, gerando assim processos de reconfigurações. Neste sentido, a análise desta situação visa problematizar a dinamicidade dos padrões de interdependência entre aqueles atores de modo a chamar atenção para a importância de sua compreensão para a observação dos conflitos e disputas vividos naquela *comunidade* e seus desdobramentos nas pautas coletivas do grupo.

4.1 Reconhecimento quilombola e articulações externas

De acordo com os dados presentes no site da Fundação Cultural Palmares, a emissão das certidões de auto definição de comunidades quilombolas inicia-se no estado da Paraíba em 1998, momento no qual era responsabilidade da referida entidade o processo de identificação, certificação, delimitação, demarcação e titulações das terras das comunidades quilombolas no Brasil.

Apenas para situar o contexto, é apenas no ano de 2003, com o Decreto 4.887 de 20 de novembro que vem complementar o Artigo 68 do ADCT, que o INCRA passa a ser responsável pelos procedimentos administrativos para identificação,

reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

Assim é a partir deste momento que o INCRA passa a ser o órgão responsável pela elaboração dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação das comunidades quilombolas, bem como pela expedição do título e registro cadastral dos imóveis de tais comunidades. Antes da promulgação deste Decreto tais procedimentos eram atribuição do Ministério da Cultura, através da FCP.

Passados 29 anos da promulgação do art. 68 do ADCT/CF, temos acompanhado mudanças nesse cenário, algumas destas na busca pela viabilidade da garantia do direito de tais populações, sejam em forma da publicação de Decretos, Instruções Normativas ou Portarias, porém junto com tais ações também pode ser observada a morosidade de tais processos. Ao verificar os dados presentes no site da FCP, entidade responsável (a partir do Decreto 4887/2003¹²⁸) por expedir as certidões de auto definição das comunidades remanescentes de quilombos, é possível observar que entre os anos de 2004 e 2017¹²⁹ foram emitidas 2.533 certidões, certificando 3.018 comunidades quilombolas em todo o país¹³⁰.

Acessando os dados apresentados no site do INCRA, temos, até o ano de 2016, 1.556 processos administrativos abertos visando o reconhecimento de territórios quilombolas, destes 872 são da região nordeste, 143 da região sul, 279 do sudeste, 130 do norte e 112 da região centro-oeste. De tais processos observamos, entre os anos de 2005 e 2016, a publicação de 213 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID), 121 portarias publicadas que declaram os limites dos territórios, 82 decretos presidenciais que autorizam a desapropriação privada das terras e a emissão de 86 títulos de propriedade coletiva para tais grupos¹³¹.

¹²⁸ Antes da publicação de tal Decreto a Fundação Cultural Palmares através do decreto 3912/2001 era responsável pela identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação e registro imobiliário das terras ocupadas por tais comunidades. De acordo com dados presentes no site da FCP até o ano de 2003, 28 comunidades foram tituladas por tal órgão, considerando aqui o previsto no Decreto 3912/2001.

¹²⁹ São considerados os dados a partir de 2004 em virtude das mudanças postas com o Decreto 4887/2003. Acesso em 09 de dezembro de 2017. Ver: <http://www.palmares.gov.br/file/2017/10/quadro-geral-10-2017.pdf>

¹³⁰ No Brasil os únicos estados onde não foram certificadas nenhuma comunidade quilombola foram: Acre, Roraima e Distrito Federal.

¹³¹ Dados coletados no site do INCRA. Acesso em 09 de dezembro de 2017. http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas_quadrogeral.pdf

Especificamente no Estado da Paraíba, foram certificadas pela FCP trinta e nove comunidades quilombolas. Destas¹³², vinte e nove iniciaram o processo de regularização de seu território junto ao INCRA/PB e nove tiveram seus RTIDs publicados nos Diários Oficiais da União e do Estado, dentre as quais uma teve sua Portaria reconhecendo os limites do território publicada no D.O.U. e quatro tiveram o Decreto de Desapropriação publicado no D.O.U., encontrando-se no aguardo da imissão da posse de seus territórios pelo Governo Federal.

A comunidade quilombola de Pitombeira encontra-se entre as nove que já tiveram seus RTIDs publicados e aguardam os próximos encaminhamentos do processo que culminará com a garantia do acesso a propriedade coletiva da terra que ocupam. O RTID da Pitombeira foi elaborado no ano de 2013, porém, considerando o cenário político no qual nos encontramos no Brasil, não há muita clareza de como serão dados os encaminhamentos de tais demandas, tendo em vista que, com a mudança de governo do país, através do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, mudanças drásticas que afetam diretamente os processos de titulação das terras quilombolas foram expedidas, ainda no momento em que o governo de Michel Temer tinha caráter interino.

Em menos de um mês de governo interino, tivemos três mudanças: a primeira foi a extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário responsável, por meio do INCRA, pelos processos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos, competência esta que foi transferida, através da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, para o Ministério da Educação e Cultura, passando a ser atribuição do MEC a pauta quilombola do país; a segunda foi, após pressões de organizações sociais, a recriação do Ministério da Cultura, através da Medida Provisória nº 278, de 23 de maio de 2016, tendo como uma de suas competências “assistência e acompanhamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos”; e a terceira foi a publicação do Decreto nº 8.780, de 27 de maio de 2016 que transfere para a Casa Civil da Presidência da República a competência pela

¹³² Ver dados em blog sobre quilombos na Paraíba. Acesso em 10/12/2017. <http://quilombosdaparaiba.blogspot.com.br/p/mapas.html>

“delimitação das terras dos remanescentes das comunidades de quilombos e determinação de suas demarcações, a serem homologadas por decreto”.

Além dessas mudanças, a Casa Civil da Presidência da República emitiu orientações interrompendo as demarcações de terras das comunidades quilombolas, até que seja julgada a legalidade do Decreto 4887/2003 pelo Supremo Tribunal Federal¹³³.

De fato, não há como mensurar os impactos que tais mudanças terão nos encaminhamentos dos reconhecimentos das comunidades quilombolas no Brasil, bem como de que forma serão assegurados os direitos de tais populações, diante de tal conjuntura. O que é possível destacar ao analisar os dados organizados pela FCP, no que tange a emissão de Certidões de Auto definição das comunidades quilombolas no estado da Paraíba, é que, antes da promulgação do Decreto 4.887, apenas uma comunidade teve a emissão de sua Certidão de Auto reconhecimento¹³⁴, isso ainda no ano de 1998, quadro que se altera com a retomada dos reconhecimentos no ano de 2004, que se intensifica nos anos posteriores chegando a soma das 39 comunidades quilombolas certificadas nos dias atuais, como é possível visualizar no quadro abaixo.

¹³³ Tramitava no STF uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 3239/03), elaborada pelo antigo Partido da Frente Liberal (PFL – Atual Partido Democratas), que questiona a validade do Decreto Presidencial 4887 que definiu os ritos e critérios para a demarcação de terras quilombolas. Com um voto pela inconstitucionalidade de tal Decreto e outro pela improcedência da Ação. Mediante a divergência da votação, em 2015 o ministro Dias Toffoli pediu vista do processo, sendo retomado o julgamento em 09 de novembro de 2017, quando o mencionado ministro votou pela procedência parcial da ADI, o que levou a um novo pedido de vista dessa vez formulado pelo ministro Edson Fachin. Recentemente, no dia 08 de fevereiro de 2018, 8 (oito) ministros do STF votaram pela improcedência integral de tal ADI, tornando assim válido o Decreto 4887. Para mais detalhes sobre o voto do ministro Dias Toffoli, ver: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=361471&caixaBusca=N> Acesso realizado em 10/12/2017. Para mais detalhes sobre a votação do dia 08 de fevereiro ver: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=369187> Acesso realizado em 19 de fevereiro de 2018.

¹³⁴ Antes da publicação da Portaria da FCP nº98/2007 observávamos nas Certidões a expressão Auto reconhecimento agora a Certidão traz a expressão de Auto definição. É importante destacar que há aqui uma mudança de postura do estado em relação a tais reconhecimentos que torna ainda mais moroso o processo de garantia dos direitos de tais populações, o que torna-se possível perceber com a sinalização da demanda pela visita técnica da FCP a tais populações antes da emissão da Certidão. Tal mudança, soa em um primeiro momento como um movimento de desresponsabilização do Estado na “definição” de quem é ou não quilombola, atribuindo tal responsabilidade a tais populações.

Quadro 01 – Quadro com a localização e datas dos encaminhamentos dos processos das comunidades quilombolas da Paraíba¹³⁵

MUNICÍPIO	COMUNIDADE CERTIFICADA PELA FCP	DATA	ABERTURA DE PROCESSO NO INCRA	DATA DE EDITAL RTID NO DOU	DATA DA PUBLICAÇÃO DA PORTARIA NO DOU	DECRETO NO DOU	TÍTULO
Alagoa Grande	Caiana dos Crioulos	22/07/1998	2005	24 e 28/12/2015	-	-	-
Santa Luzia	Comunidade da Serra do Talhado	14/04/2004	2005	-	-	-	-
Gurinhém Mogeiro	Matão	28/09/2004	2005	12 e 13/11/2009	06/02/2013	06/12/2013	-
Areia	Engenho do Bonfim	11/01/2005	2004	08 e 09/10/2007	14/07/2008	23/11/2009	-
Ingá Serra Redonda	Pedra D'Água	18/04/2005	2005	14 e 15/09/2010	11/01/2012	06/12/2013	-
Várzea	Pitombeira	03/05/2005	2005	-	-	-	-
Conde	Mituaçu	03/06/2005	2007	-	-	-	-
Santa Luzia	Urbana de Serra do Talhado	16/06/2005	2007	03 e 04/12/2009	12/04/2011	-	-
Cajazeirinhas	Vinhas	20/12/2005	2007	-	-	-	-
Riachão do Bacamarte	Grilo	10/02/2006	2007	25 e 28/03/2011	05/02/2013	06/12/2013	
Catolé do Rocha	Lagoa Rasa	24/04/2006	2011	-	-	-	-
Conde	Ipiranga	24/04/2006	2007	-	-	-	-
São Bento	Contendas	24/04/2006	2007	-	-	-	-
Cajazeirinhas	Umburaninha	10/05/2006	2007	-	-	-	-
Coremas	Comunidade Negra de Barreiras	26/05/2006	2007	-	-	-	-
Coremas	Mãe D'Água	26/05/2006	2007	-	-	-	-
Coremas	Santa Tereza	26/05/2006	2007	-	-	-	-

¹³⁵ Dados coletados a partir de informações presentes no site do INCRA.

Acesso em 09/12/2017 http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas_quadrogeral.pdf

João Pessoa	Paratibe	12/06/2006	2007	26 e 31/12/2012	-	-	-
Conde	Gurugi	29/06/2006	2007	-	-	-	-
Serra Redonda	Sítio Matias	30/06/2006	2007	-	-	-	-
Catolé do Rocha	Curralinho	09/11/2006	2009	-	-	-	-
Catolé do Rocha	São Pedro dos Miguéis	09/11/2006	2014	-	-	-	-
São José de Princesa	Sítio Livramento	31/01/2007	-	-	-	-	-
Tavares	Domingos Ferreira	07/05/2007	2011	-	-	-	-
Cacimbas	Aracati Chã I e II	06/06/2007	-	-	-	-	-
Cacimbas	Serra Feia	06/06/2007	2011	-	-	-	-
Manaíra	Fonseca	06/06/2007	2011	-	-	-	-
Dona Inês	Cruz da Menina	12/03/2008	2011	-	-	-	-
Livramento	Areia de Verão	07/07/2008	-	-	-	-	-
Livramento	Vila Teimosa	07/07/2008	-	-	-	-	-
Livramento	Sussuarana	07/07/2008	-	-	-	-	-
Diamante	Barra de Oitis	10/06/2009	2009	-	-	-	-
Areia	Engenho Mundo Novo	21/08/2009	2009	14 e 15/04/2015	-	-	-
Diamante	Sítio Vaca Morta	18/09/2009	2009	31/12/2015 e 04/01/2016	-	-	-
Nova Palmeira	Serra do Abreu	24/07/2010	-	-	-	-	-
Pombal	Daniel	28/04/2011	-	-	-	-	-
Pombal	Rufinos do Sítio São João	28/04/2011	-	-	-	-	-
São Bento	Terra Nova	31/03/2015	-	-	-	-	-
São João do Tigre	Cacimba Nova	21/11/2017	-	-	-	-	-

Elaboração: Jordânia de Araújo Souza

Ao analisar o quadro acima, com alguns dados das etapas do processo de titulação dos territórios quilombolas na Paraíba, é possível observar que, até o presente momento, nenhuma comunidade recebeu ainda o título definitivo de posse da propriedade. Das quatro comunidades quilombolas que tiveram seus Decretos de Declaração de Interesse Social para fins de desapropriação, assinados pelo (a) Presidente (a) da República, publicados no D.O.U., duas delas encontram-se em uma situação de maior proximidade de tal garantia, posto que tiveram a Certidão de imissão de posse emitida pelo INCRA¹³⁶, são elas: a *comunidade* Senhor do Bonfim, localizada no município de Areia (data do Ato de Imissão - 14 de abril de 2011) a *comunidade* Grilo, situada no Riachão do Bacamarte (data do Ato de Imissão - 16 de março de 2016).

Também se pode observar, ao analisar o quadro anterior que, no que se refere ao encaminhamento dos RTIDs das comunidades quilombolas no estado da Paraíba, temos vinte e nove processos de regularização de território abertos junto ao INCRA, destes, quatorze RTIDs¹³⁷ encontram-se em elaboração e nove finalizados e publicados nos Diários Oficiais do Estado e da União.

Para a execução de tais RTIDs foi necessária a parceria do INCRA com a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), visando a participação de antropólogos na elaboração dos relatórios antropológicos. Especificamente no ano de 2008, o INCRA e a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba (PqTcPB) firmaram um contrato para agilizar o processo de regularização de três comunidades quilombolas no estado da Paraíba, neste processo foram encaminhadas as produções dos RTID's das comunidades quilombolas de Pedra D'Água, Matão e Grilo. Estes, por sua vez, foram elaborados por professores de Antropologia da Unidade de Acadêmica de Ciências Sociais da UFCG e suas respectivas equipes de alunos colaboradores¹³⁸. Depois dessa parceria, aconteceu a realização de um Pregão, a nível nacional, que

¹³⁶ Através dessa Certidão o INCRA emite em nome da comunidade um Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) que serve como título provisório. Tal título só poderá ser emitido pelo INCRA quando o processo de desapropriação das terras transitar em julgado, o que não ocorreu ainda em nenhum dos dois casos.

¹³⁷ Destes 14 ainda não foram publicados os RTIDs das comunidades de: Gurugi (situada no Conde), Ipiranga (situada no Conde), Fonseca (situada em Manaíra), Contendas (situada em São Bento) e Pitombeira (situada em Várzea).

¹³⁸ A realização destes RTID's foi coordenada e elaborada pelos professores: Dra. Mércia R. Rangel Batista, Dr. Rodrigo Grünwald e Dr. Rogério Zeferino. Parte deste trabalho contou com a coordenação administrativa do professor João Martinho Braga de Mendonça.

visava a contratação de empresas para a elaboração de tais relatórios, nesse processo foi observada a elaboração dos RTIDs de Pitombeira e Vaca Morta¹³⁹.

Ao analisar o cenário dos reconhecimentos de comunidades quilombolas no estado da Paraíba, um elemento que se destaca nos encaminhamentos dos processos, e não se trata de uma especificidade desse estado, mas de um procedimento que se visualiza em outros estados, é a atuação de instituições ligadas ao que aqui chamarei de Movimento Quilombola. Tal atuação tem se mostrado imprescindível na viabilização não só do reconhecimento de tais coletividades, mas também na garantia do acesso aos direitos de tais populações.

É possível observar a importância dessa articulação no texto de Arruti (2006), quando o autor apresenta um trecho da fala de Ivo Fonseca¹⁴⁰ em um Seminário da FCP, que foi publicada na Revista Palmares no ano 2000.

Então, é difícil encontrarmos uma comunidade que diga 'eu sou quilombola'. Só quando há auto reconhecimento, auto discussão com o movimento negro, quando há um trabalho de base – aí sim você vai encontrar. Mas numa comunidade que nunca foi visitada, que seja pouco acessível ou pouco conhecida, jamais vai dizer que lá é um quilombo [...] Eu digo que sou quilombola porque é resultado de um trabalho do movimento negro, com pesquisas e documentos. Conseguimos documentos desde 1792 e eles explica, para a gente que naquela época existiam quilombolas naquelas localidades. Vimos, então, que ali existiu um quilombo, porque eu não acredito que naquela época todos nós fôssemos do fazendeiro, alguém era revolucionário, então por isso eu sou quilombola. (Ivo Fonseca, 2000, p. 77-78, apud ARRUTI, 2006, p. 83).

O trecho da fala de Ivo Fonseca destaca a importância do trabalho do Movimento Negro nos processos de identificação das comunidades quilombolas, uma vez que muitas delas desconhecem seus direitos¹⁴¹. No estado da Paraíba, dentre as instituições que têm como foco de suas atuações às comunidades quilombolas, aquelas que têm se destacado são a AACADE (Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afrodescendentes) e a CECNEQ/PB (Coordenação

¹³⁹ É importante destacar que mesmo com tal contratação de empresas, as mesmas contataram professores de antropologia da UFCG para coordenar as equipes de elaboração destes relatórios antropológicos.

¹⁴⁰ Ivo Fonseca coordenou a Associação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão e a Coordenação Nacional das Comunidades Negras Quilombolas, chegando também a ser conselheiro do Conselho Nacional de Promoção de Igualdade Racial (vinculado à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR).

¹⁴¹ Ainda nesse capítulo abordarei algumas informações referentes aos encaminhamentos do processo de reconhecimento da *comunidade* de Pitombeira, destacando a atuação de tais entidades de mediação.

Estadual das Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba), a primeira inicia suas atividades em 1997, sendo oficializada juridicamente apenas em 2003. Inicialmente esta entidade prestava assessoria a comunidades rurais, de modo especial àqueles incluídos na categoria de “sem terra”, só depois estendendo suas ações para as chamadas “comunidades negras”, ou “afrodescendentes”¹⁴². A CECNEQ foi criada em 2004, numa tentativa de incorporação de representações das comunidades quilombolas do Estado, ainda que sob a mediação de membros da AACADE.

De acordo com informações de uma das representantes da AACADE, a atuação do Movimento Negro junto às comunidades quilombolas foi muito incipiente. Tal representante ressaltou a dificuldade que a AACADE teve em desenvolver os trabalhos com às comunidades em função da carência de voluntários, destacando uma ausência de articulação com o Movimento Negro

Representante da AACADE:... por exemplo, há em alguns lugares uma, há um trabalho muito estreito do Movimento Negro com as comunidades quilombolas, aqui o Movimento Negro foi muito mais urbano [...] não tem envolvimento enquanto em outros Estados tem o Movimento Quilombola que saiu de dentro e faz parte do Movimento Negro, parte do Movimento Negro, aqui eu digo com todas as letras não tem vinculação nenhuma nem ação nenhuma do Movimento Negro em comunidades Quilombolas até onde eu sei onde eu vou eu não vejo.¹⁴³

Em sua fala, a interlocutora destaca que no estado da Paraíba a atuação do Movimento Negro avançou mais nos espaços urbanos, não existindo um mapeamento das populações negras rurais. Neste sentido, o trabalho de identificação de tais comunidades na Paraíba foi realizado pela AACADE sendo ainda, nos dias de hoje, atuante a participação de alguns representantes desta Associação no contato com tais populações. Como nos indica Araújo e Batista (2008) o contato destes com as “comunidades negras” dá-se mais ou menos da seguinte forma:

Após fazer a localização das comunidades, a AACADE se disponibiliza em visitá-las e identificá-las enquanto comunidades rurais negras, nestas, eles se empenham em realizar reuniões com o intuito de conscientizá-las de sua especificidade e de sua situação desfavorecida. Esse trabalho muitas vezes culmina em um pedido, enviado a Fundação Cultural Palmares – FCP –, e de auto reconhecimento enquanto comunidade rural quilombola (ARAÚJO; BATISTA, 2008, p. 66)

¹⁴² Para mais detalhes ver: ARAÚJO; BATISTA, 2008.

¹⁴³ Tal entrevista foi realizada quando da elaboração do trabalho de fim de curso da colega Eulália Araújo, naquele momento estavam presentes ela, eu e nosso colega Luiz Almeida.

Conforme destacam as autoras, no trabalho desenvolvido por esta Associação também se observa o empenho em integrar as “comunidades negras”, o que acabou fazendo com que a mesma incentivasse a criação de uma entidade que representasse as “comunidades negras da Paraíba” de modo a mantê-las articuladas em busca de seus direitos. A CECNEQ foi criada em 2004 e, inicialmente, a mesma foi formada por membros da AACADE (enquanto entidade de apoio) e representantes das “comunidades negras e/ou quilombolas” da Paraíba, sendo que, com a localização de novas comunidades, passou a existir a incorporação de novos membros para que se tivesse uma representação de todas as regiões do Estado, desde o sertão ao litoral.

Ainda de acordo com Araújo e Batista, a CECNEQ foi criada

... com o desígnio de instituir uma articulação entre as comunidades negras e quilombolas da Paraíba, de modo a se ter uma entidade competente em discutir e encaminhar reivindicações aos poderes públicos nos níveis federal, estadual e municipal ... a CECNEQ/PB também consegue audiências com instituições como o INCRA, a FUNASA, a SEDES/JP e outros órgãos responsáveis em promover e implementar políticas públicas para as comunidades negras e quilombolas (ARAÚJO; BATISTA, 2008, p. 67).

Esta entidade adquiriu caráter jurídico apenas em 2008, conseguindo com isto mais autonomia para a elaboração e encaminhamento de seus projetos. Também é uma atribuição da CECNEQ a articulação entre às comunidades, às prefeituras e o INCRA no caso deste último, especificamente, são realizadas discussões para o encaminhamento da elaboração dos RTIDs dos territórios das comunidades quilombolas do Estado da Paraíba. Sendo considerada uma ordem que prioriza as situações nas quais às questões territoriais apresentam disputas (conflitos).

Outra Instituição que tem atuado junto a tais grupos, de modo mais presente na região do sertão paraibano, é o PROPAC. Embora exista há 25 anos atuando em projetos sociais, tal entidade passou, no ano de 2005, a atuar junto as “comunidades negras e quilombolas”. Tal Instituição tem uma relação com os trabalhos desenvolvidos pelo Movimento de Educação de Base (MEB), Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP) e Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), criada em 1981 pelo bispo diocesano Dom Expedito E. de Oliveira, a mesma tinha por objetivo

desenvolver ações no campo dos direitos humanos. Conforme Comerford¹⁴⁴ chama atenção em seus trabalhos, a atuação de tais entidades apresentam características importantes para a investigação uma vez que a atuação das mesmas possibilitam impactos para as dinâmicas cotidianas vivenciadas por tais grupos.

A atuação do PROPAC se assemelha com o modelo de ação da AACADE, porém, com uma articulação diferenciada. Tal instituição, atuante no sertão do estado, tem se aproximado das “comunidades negras” buscando auxiliá-los na luta pelo reconhecimento, informando sobre os processos de certificação e elaborando projetos visando o desenvolvimento social e econômico de tais populações, assim como a conscientização e posituação da identidade quilombola. No caso da Pitombeira sua atuação tem se estabelecido na viabilização de alguns projetos, à exemplo daquele que visa a construção de cisternas de placas para garantir o abastecimento de água para o consumo das famílias no período das chuvas¹⁴⁵. Em outras comunidades têm desenvolvido trabalhos voltados para a discussão sobre a educação do campo, protagonismo juvenil.

Embora na Paraíba órgãos como a AACADE, CECNEQ e PROPAC venham desenvolvendo “trabalhos de conscientização entre às comunidades negras do Estado”, essa pesquisa possibilitou perceber que a atuação de tais entidades se dá de forma diferenciada com às comunidades quilombolas, levando em consideração às especificidades e demandas de cada grupo, o que implica em uma maior e mais intensa relação em determinadas ocasiões e regiões. Por exemplo, quando do início do processo de auto definição, a atuação dessas instituições pode ser mais constante, tive a possibilidade de participar com eles de algumas reuniões com uma comunidade quilombola, localizada em Santa Luzia, que demanda pelo seu reconhecimento junto à FCP. Tais reuniões visam apresentar esclarecimentos quanto a questões de ordem jurídica e com o intuito de torná-los conscientes de que são sujeitos de direitos diferenciados.

Esta maior atuação no início dos processos pode ser justificada em função do reduzido número de representantes da AACADE em contraponto com a demanda

144 “Fazendo a Luta: sociabilidades, falas e rituais na construção de organizações camponesas” (1999) e “Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural” (2003).

145 Algumas famílias que só utilizam a água das cisternas para o consumo, por vezes conseguem chegar a outro inverno com água de chuva, tal situação varia de acordo com o número de pessoas na família, bem como das dificuldades outras de acesso a água na *comunidade*.

estadual. E, talvez, pela expectativa de que ao iniciar as discussões, se instaure uma dinâmica que conduza o grupo a uma ação mais efetiva e direta.

Tais mediadores consideram as dificuldades vivenciadas, tanto na instauração dos processos quanto após o reconhecimento, e têm buscado acompanhar às demandas das comunidades quilombolas do estado junto a órgãos como o INCRA e MPF. Destas entidades, a AACADE tem sido uma das mais atuantes na busca pela garantia dos direitos de tais populações, muitas vezes sendo acionada pelo INCRA quando da realização de reuniões para instaurar o processo de elaboração do RTID, numa relação de apoio e parceria.

A articulação dessas entidades com tais comunidades não se restringe ao momento de demanda pelo reconhecimento, ou mesmo nos encaminhamentos pela elaboração do RTID, sendo recorrente a presença de membros destas entidades nas comunidades quilombolas, pelos mais diferentes motivos. Levam informação sobre algumas políticas públicas, participam de atividades promovidas no âmbito das associações de tais comunidades e em alguns casos chegam a se aproximar das dinâmicas familiares dessas comunidades. Um exemplo dessa aproximação pode ser observado na presença de tais membros em festas de casamentos e batismos em algumas comunidades, especialmente naquelas em que os laços foram se consolidando e estreitando com seus membros e agentes das comunidades. Esse pareceu não ser o caso da Pitombeira, que possuiu uma articulação mais pontual com tais entidades, a mesma variando a partir da dinâmica de interação estabelecida com àqueles que estavam representando tal coletividade, mas nunca tão íntima.

Durante a atuação de Armando e Camila, como presidentes da Associação, foi possível observar a presença de alguns membros dessas entidades em algumas reuniões, bem como a ida de representantes da Pitombeira nas reuniões que aconteciam em João Pessoa; na gestão de Gaspar, observou-se uma tentativa de estreitar mais tais laços, verificada na constante demanda dele por esclarecimentos e contato com tais entidades, estas sendo acionadas para acompanhá-los em reuniões no município, à exemplo do caso da reunião com os prefeitos de Várzea e Santa Luzia para tratar da questão do lixão.

Na Pitombeira, pude acompanhar a atuação de pelo menos três lideranças diferentes que foram legitimadas também em processos diferentes¹⁴⁶ junto a

¹⁴⁶ Armando que assumiu a presidência da Associação com o afastamento de seu Lorenzo, em detrimento do adoecimento deste último; Camila que foi escolhida depois do encerramento da gestão

Associação de moradores, e com isso pude perceber como é mediada a relação junto a tais instituições e como as relações de tais lideranças *para dentro* e *para fora* do grupo influencia na apresentação ou não de demandas a tais instituições, dentro de um contexto mais amplo de reconhecimento e busca por direitos. Assim, no próximo tópico apresentarei alguns elementos que permitem pensar tais questões, tendo como dimensão importante, as disputas políticas internas ao grupo.

4.2 Sobre o “sentido” da representação: desdobramentos da escolha de uma liderança

Como destaca Simmel, as competições, os conflitos e as discordâncias fazem parte das dinâmicas da vida em sociedade. Algumas discordâncias vividas na Pitombeira ganharam destaque na escrita deste texto, pois, através delas, pude compreender melhor algumas redes de relações ali elaboradas. A partir da observação de tais fenômenos, fui me dando conta da constituição de grupos dentro da *comunidade*, bem como o modo pelo qual a demarcação das fronteiras destes grupos iam sendo elaboradas e reelaboradas a partir de questões diversas que surgissem nas atividades cotidianas ou extraordinárias.

Já é sabido que a *comunidade* da Pitombeira se auto reconhece e foi reconhecida enquanto remanescente de quilombo. Tal movimento os diferencia de outras comunidades rurais do município de Várzea, atribuindo a esta coletividade novas formas de identificação, representação e articulação política. Como salientam autores como Arruti (1997, 2006) e Almeida (2008), tal reconhecimento transforma esses grupos em novos sujeitos políticos, que além de possibilitá-los a ocupação de um novo lugar nas relações com vizinhos, na política local, diante de órgãos e políticas governamentais, transforma suas capacidades de mobilização política, bem como as lógicas de articulação intragrupo.

O reconhecimento da identidade quilombola coloca tais grupos em uma agenda de discussões e de luta pela garantia de seus direitos, permitindo-os a aproximação com instâncias de poder antes não acessíveis. Visando considerar algumas das mudanças na articulação política da *comunidade quilombola* da Pitombeira,

de Armando, a mesma atuou por longos anos como secretária da Associação antes de se tornar presidente; e Gaspar eleito no pleito de 2014, quando Camila se afastou da presidência da referida Associação.

destacando a atuação de algumas de suas lideranças políticas, farei uma pequena digressão para sinalizar alguns dos elementos envolvidos no processo de mobilização coletiva que culminou com o auto reconhecimento do grupo e sua certificação, na tentativa de perceber as repercussões desse processo quanto às dinâmicas de articulação e disputas no grupo, assim, como seu inverso.

Para analisar os momentos que antecederam a demanda pelo reconhecimento junto a FCP me apoiei em conversas e entrevistas realizadas com moradores da Pitombeira, com pessoas ligadas ao Movimento Negro de Santa Luzia, assim como nos livros de registros de Atas da Associação Comunitária da Pitombeira.

Com base nos registros da Associação, em maio de 2004 aconteceu na sede do Grupo Escolar Hermínio Silvano da Silva, uma reunião que congregou os moradores da *comunidade*, bem como agentes externos ao grupo. O objetivo de tal reunião foi discutir a questão da demanda pelo reconhecimento quilombola do grupo.

De acordo com a ata, o tema da reunião foi “quilombos da *comunidade* sítio Pitombeira”, acredito ter se estabelecido naquele momento o início as discussões mais direcionadas para o encaminhamento do reconhecimento quilombola daquele grupo, em uma chave mais coletiva, posto que através de conversas com seu Bernardo, tesoureiro da Associação naquela época, me parece que esta era uma questão que já vinha sendo tratada com algumas lideranças daquela *comunidade*.

Bernardo: Outras *comunidades* já eram reconhecidas, e nós começamos a andar. Começamos a conversar com alguém que tinha mais conhecimento do que nós, e através dessas pessoas nós conseguimos... quer dizer conversamos com o Talhado, o Talhado já tinha sido reconhecido primeiro que nós, e nós entramos em contato com pessoas de João Pessoa que trabalhavam com a Fundação Palmares, não é!? Até que chegamos onde chegamos, está reconhecida a *comunidade* como *quilombola*.

Na reunião que aconteceu na Pitombeira, em 2004, algumas pessoas que já conheciam os trâmites necessários para o encaminhamento do reconhecimento estiveram presentes: Terezinha Alves da Nóbrega (no momento ela era vereadora do município de Santa Luzia e militante do movimento negro – foi ela a responsável pelo requerimento de reconhecimento do Talhado Rural), Antônia Cristina da Silva¹⁴⁷

¹⁴⁷ Tal senhora, embora não resida na Pitombeira possui vínculo de parentesco com o grupo (é prima de seu Lorenzo, presidente da Associação nesse período). Pedagoga, Dona Antônia já residiu em outros municípios do estado da Paraíba, tendo trabalhado na gestão da educação no estado por um tempo, tornando-se uma pessoa bastante participativa. A referida senhora esteve em alguns eventos representando a Pitombeira, um dos quais pude acompanhar foi justamente o evento organizado pelo

(voluntária no projeto de reconhecimento da Pitombeira), Maria Helena dos Passos (voluntária nesse projeto também) e Irismar Batista de Lima (militante do movimento negro)¹⁴⁸. A partir do exposto por seu Bernardo, algumas redes começaram a ser estabelecidas visando um maior conhecimento sobre o processo para o reconhecimento da identidade quilombola da *comunidade* de Pitombeira. No registro dessa reunião temos a indicação de um movimento de articulação com pessoas de Santa Luzia que estiveram envolvidas com o reconhecimento quilombola do Talhado, que é destacado também por seu Bernardo.

Durante a realização desta pesquisa tomei conhecimento de que existiu, na cidade de Santa Luzia, um grupo de pessoas que se reuniam para discutir questões relativas aos problemas enfrentados pelos negros naquele município, trata-se do Grupo de Consciência Negra Zumbi dos Palmares (GCNZP), embora hoje esteja extinto, o mesmo foi fundado no ano de 1991.

De acordo com os registros do GCNZP, em abril de 1992, foi realizada uma reunião que teve por objetivo discutir a respeito da “realidade de vida do negro no município de Santa Luzia”, afirmando que “Santa Luzia acredita ser um resquício de quilombo. O Talhado e a Pitombeira são duas comunidades negras que trabalham a terra própria, e noventa e cinco por cento da população é negra”, ao destacar tais trechos é possível observar que os membros do GCNZP olhavam para estes dois grupos, pensando-os como sendo *resquício (s) de quilombo (s)*, desenvolvendo junto a tais comunidades um trabalho de mapeamento de suas demandas.

Assim, a partir do que ouvi de alguns moradores da Pitombeira, bem como de Santa Luzia, é possível sinalizar que a articulação para buscar o reconhecimento da identidade quilombola daquela *comunidade*, se fez através de diversas instâncias, sendo uma delas o Movimento Negro da Paraíba.

Após a reunião de 2004, localizei outro registro de uma reunião ocorrida em fevereiro de 2005, que contou com a presença de João Balula (representante do Movimento Negro da Paraíba), dona Antônia Cristina e autoridades do poder público

NEAB-Í da UEPB em 2007. Nesta mesma ocasião ela apresentou um trabalho intitulado: “A festa de nossa senhora do Rosário dos pretos em Santa Luzia – PB: uma marca cultural da *comunidade* Pitombeira” no Seminário Nacional de Estudos de História e Cultura Afro-Brasileiras promovido pela Universidade Estadual da Paraíba. Quando conversamos com Dona Antônia em outubro de 2009 ela informou que depois do levantamento de dados a respeito da genealogia de sua família para o encaminhamento do reconhecimento quilombola da Pitombeira, a mesma passou a organizar algumas informações que pretende posteriormente transformar em um livro a respeito de sua família.

¹⁴⁸ As informações apresentadas com relação à função de cada um destes palestrantes na reunião são baseadas naquelas presentes na Ata. Destas não conheci apenas Irismar Batista de Lima.

local (prefeito, vereadores, secretários). A referida reunião também teve como pauta de discussão, os encaminhamentos para o reconhecimento quilombola da Pitombeira.

A partir do exposto é possível perceber que na articulação para o encaminhamento do reconhecimento quilombola da Pitombeira, assim como também aconteceu no caso do Talhado¹⁴⁹, foi bastante atuante a participação de mediadores, o que não se trata de um fenômeno observado apenas no estado da Paraíba, ou mesmo que seja uma especificidade destas comunidades.

O reconhecimento da Pitombeira como *comunidade quilombola* foi publicado no D.O.U. no dia 28 de junho de 2005, embora conste na certidão a data de inclusão no cadastro da FCP de 12 de maio de 2005. Os moradores desta localidade receberam a sua Certidão em janeiro de 2006, quando da visita da Diretora de Proteção do Patrimônio Afro-brasileiro da FCP ao grupo, com o objetivo de entregar formalmente à Certidão. É importante destacar, pelo que pude observar no estado da Paraíba, que tais atos são bastante performativos. Não basta publicar no D.O.U. ou mandar entregar por qualquer portador. Esse ato deve ser feito numa cerimônia e com uma certa autoridade entregando.

Tal rito é possível ser observado através da leitura do livro de atas, no qual consta a referência a entrega da Certidão em um evento público e que contou com a presença de autoridades locais¹⁵⁰. Na ata que a Associação produziu e que consultei, se faz uma descrição de todos os momentos que compuseram tal evento. A enunciação da história, a apresentação de espetáculos, a presença de autoridades municipais e da FCP (federal) nos faz pensar que estamos diante de um ato que é enunciatório e também performativo. De algum modo, se está construindo junto a ideia de uma *comunidade* que se faz representar pela junção de elementos e práticas. Algo a ser mantido, ampliado e utilizado.

Outro elemento que também pôde ser observado no livro de atas, e que foi lembrado por muitos dos membros do grupo quando de nossas conversas sobre esse momento, foi à ausência do presidente da Associação naquela ocasião. Seu Lorenzo,

¹⁴⁹ Para mais detalhes ver Almeida 2010.

¹⁵⁰ Nesta ocasião, conforme consta em ata, se fizeram presentes autoridades do município de Várzea (vereadores, secretários, professores), bem como representantes de *comunidades* vizinhas, à exemplo do Assentamento da Viola, localidade vizinha na qual existe um fluxo de relações com a Pitombeira, acontecendo inclusive de alguns moradores deste assentamento frequentam esporadicamente as reuniões da Associação de Pitombeira e o mesmo acontecendo com lideranças de Pitombeira no mencionado Assentamento.

que desempenhou durante muito tempo a função de presidente da Associação não pôde comparecer em tal ocasião. Ele sofreu um Acidente Vascular Cerebral que impossibilitou a sua presença no momento da entrega da Certidão e nos desdobramentos do reconhecimento, tendo o mesmo sido substituído na função de presidente da Associação por seu vice, seu primo/sobrinho, Armando.

Ao mencionar a ausência de seu Lorenzo nesta ocasião, gostaria de ressaltar as dificuldades que tive em obter informações que remontassem a estes momentos de busca pelo reconhecimento e articulação com o Movimento Negro da Paraíba, uma vez que embora outros membros da diretoria da Associação estivessem atuando em tal processo, parece se tratar de uma atuação muito mais formal do que efetiva, sendo tal representante sempre lembrado por sua emblemática atuação. Mesmo seu Bernardo, que sempre esteve ao lado de seu Lorenzo na Associação, aborda com certa dificuldade os primeiros movimentos, posto que em virtude de sua dinâmica de trabalho nem sempre se fazia presente nas reuniões realizadas fora da *comunidade*, quando era seu Lorenzo quem representava a *comunidade*.

Quando se busca recuperar tais situações é expressiva a dificuldade de se informar quase tudo, parece que seu Lorenzo acabou não só direcionando muitas das discussões e encaminhamentos do reconhecimento, como sendo o maior porta-voz das situações até então vividas pela *comunidade*. É importante destacar que antes de seu afastamento, por motivo de doença, o mesmo só não ocupou o cargo da presidência de tal Associação apenas por dois anos (1996-1998)¹⁵¹.

A figura de seu Lorenzo é bastante emblemática, seu trabalho é lembrado pelos mais velhos como de muita mobilização em prol do grupo. Em alguma medida a ausência, tão sentida, é importante de ser registrada e refletida, pois o Movimento nesse caso específico é – ou era – devedor de alguns personagens. A relação entre uma agenda interna e uma política pública se faz a partir de mediadores. Logo, quando um mediador que retém a memória e os projetos é colhido por uma fatalidade, como é o caso de seu Lorenzo, sente-se muito afetivamente e em termos práticos, pois as relações se constituem em nexos personalizados e que não são facilmente substituíveis.

¹⁵¹ Lorenzo ocupou uma cadeira no Legislativo Municipal, sendo eleito para cargo de vereador entre os anos de 1973 a 1988 (nos pleitos de 1972 e 1976 pelo MDB – Movimento Democrático Brasileiro, em 1982 pelo PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro; nos anos de 1988, 1992, 1996 e 2000 Lorenzo foi candidato ao cargo de vereador, mas não obteve êxito nas referidas eleições.

É possível dizer que são apostas feitas por alguns de um grupo e por muitos de outros grupos. E quando o desdobramento não se faz como o planejado, podemos ter situações de grandes dificuldades. Assim, considerando ser este senhor um representante tanto nas atividades *internas* ao grupo quanto nas *externas*, viajando e buscando acessar informações que possibilitassem a garantia dos direitos daquela *comunidade*, faz-se importante registrar sua influência.

Seu Bernardo, em certa medida, acompanhou alguns trabalhos junto a seu Lorenzo, atuando como tesoureiro da Associação, desde sua fundação em 1989, afastando-se apenas por um período de dois anos (na gestão de 1996 a 1998) e depois por cinco meses (entre setembro de 2005 a fevereiro de 2006). Em virtude de seu trabalho na Mina Escola, que fica situada no município de Santa Luzia e está vinculada a Universidade Federal de Campina Grande¹⁵², em alguns momentos ele teve que se afastar das atividades da Associação¹⁵³.

É importante destacar que em nenhum momento de sua trajetória, seu Bernardo se ausentou da vida naquela *comunidade*, visitando sempre a sua mãe que reside ainda na Pitombeira e frequentando às atividades associativas ali organizadas. Trata-se de um indivíduo bastante respeitado pelos moradores da *comunidade*. Hoje, ele e a maior parte do seu núcleo familiar frequenta à Igreja Assembleia de Deus, tendo atribuindo ao território onde estão localizadas a sua casa e a de três de seus filhos o nome de *Vila Shalon*.

Quando deixou seu cargo na diretoria da Associação, seu Bernardo passou a ocupar uma vaga no Conselho Fiscal daquela Associação. E em uma das minhas muitas conversas com seu Bernardo, ao questionar como se deu o processo de reconhecimento do grupo, ele menciona o auxílio que eles obtiveram, no início dos trabalhos, através de agentes externos ao grupo¹⁵⁴.

Bernardo: Porque o seguinte, a gente sabia que sem o reconhecimento nós não íamos chegar a lugar nenhum, se a *comunidade* não fosse reconhecida

¹⁵² Nesta Mina Escola, os funcionários recebem estudantes que desenvolvem pesquisas com minérios (um exemplo são os alunos do curso de Engenharia de Minas da UFCG e de outras partes do país que desenvolvam pesquisas na região).

¹⁵³ Hoje, seu Bernardo encontra-se aposentado e retornou a sua morada na Pitombeira. Com o trabalho na Mina ele passou a residir em Santa Luzia, mas semanalmente visitava sua propriedade, na qual residia uma de suas filhas. Com a aposentadoria, além de voltar para a Pitombeira, dois de seus outros filhos construíram casas nas terras do pai e uma das filhas passou a residir novamente na *comunidade* junto com seu companheiro e filhos.

¹⁵⁴ Trata-se de uma classificação que foi formulada para se referir àquelas pessoas que não residem e nem mesmo possuem vínculo de parentesco com aqueles que fazem à Pitombeira.

como quilombo, nós só íamos permanecer aqui sem ter reconhecimento de nada não é!? A gente sabia, a gente tinha contato com a Fundação Palmares não é! Através de, de uma senhora lá em João Pessoa, não me lembro muito bem, não sei, não decoro muito bem o nome dela. E através dela a gente tinha o conhecimento que tinha que haver o reconhecimento de *quilombola*, de *quilombo*, de *comunidade de quilombo*, para poder a gente conseguir tudo o que nós conseguimos através da FUNASA e através da Fundação Palmares. Se não houvesse esse reconhecimento, a gente não podia, quer dizer... Não tinha nossos direitos que a gente tem hoje, nós não tínhamos.

De acordo com seu Bernardo, a demanda pelo reconhecimento na Pitombeira surge a partir da busca pela garantia de direitos. Em sua fala, além de ser destacada a mediação de entidades em tal processo é sinalizada a possibilidade de enfrentamento na busca por direitos legítimos às comunidades quilombolas.

Ao conversar com alguns moradores da Pitombeira sobre os processos que culminaram com a demanda pelo encaminhamento do reconhecimento da identidade quilombola do grupo, foi recorrente a alusão ao trabalho desenvolvido por seu Lorenzo, que lançou mão de seu capital social¹⁵⁵ acionando sua rede de relações tanto *internamente*, ao se aproximar de algumas famílias e contar com o apoio destas em tal pleito, especialmente da família das Rosas, quanto de modo *externo* ao buscar se aproximar de outras *comunidades* que viveram tal reivindicação, ou mesmo dos agentes que os auxiliaram, à exemplo de representantes do Movimento Negro de Santa Luzia, de representantes do poder legislativo daquele município, estabelecendo assim uma rede de solidariedade.

Mesmo sendo recorrente o reconhecimento do trabalho desenvolvido por seu Lorenzo e seu cuidado com a divulgação das informações “indo de casa em casa convocar para as reuniões”, no período em que ele era presidente da Associação também não eram todas as famílias da Pitombeira que frequentavam as reuniões¹⁵⁶, logo é possível sinalizar a existência de níveis diversos de relacionamentos e parcerias.

¹⁵⁵ Na presente análise, me utilizarei da conceituação de capital social de Bourdieu (2008 [1980], p. 67), para quem capital social é “o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável de relações* mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à *vinculação a um grupo*, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns [...], mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis.

¹⁵⁶ Tais dados foram levantadas tomando por base os registros das atas com as presenças nas reuniões da Associação;

4.3 Acompanhando disputas: Um olhar sobre processos eleitorais internos e externos e seus desdobramentos

As dinâmicas associativas da *comunidade quilombola* da Pitombeira tiveram espaço privilegiado em minhas observações. O acompanhamento de reuniões, comemorações etc. me possibilitou observar algumas das demandas coletivas do grupo, bem como os desdobramentos de seus encaminhamentos. Quando retornei a Pitombeira, em 2014, para retomar as dinâmicas da pesquisa naquela *comunidade*, tomei conhecimento da proximidade da eleição para a escolha da nova diretoria daquela Associação. Esse pleito tomou um espaço importante nesse texto por considerar que aquela eleição resultou em desdobramentos nas dinâmicas de ações cotidianos do grupo.

Poderia considerar que aquela situação, articulada a outros eventos, me permitiram, através de uma análise processual, compreender como um conjunto de ações e relações foram se formando de modo cumulativo e definindo o modo pelo qual os atores nelas envolvidos foram navegando e acionando seus repertórios morais.

Naquele momento, em minhas andanças pelas casas de pessoas da Pitombeira, buscando retomar meus contatos e minha pesquisa, ouvi comentários sobre a escolha de uma nova diretoria, esses comentários eram sempre vagos, embora eu percebesse o interesse de alguns em se candidatarem a tal pleito, sempre que um comentário se colocava quando de minha presença, algum membro da família se posicionava como contrariado com a intenção, ressaltando o desgaste que tal iniciativa geraria.

Como mencionei no capítulo anterior, naquele momento fiz uma visita rápida e acompanhava uma colega que estava fazendo pesquisa com lideranças em comunidades quilombolas. Em menos de um mês de minha passagem pela Pitombeira, fui contatada por duas lideranças da *comunidade* para participar do pleito eleitoral que estava para acontecer. Tal convite¹⁵⁷ nos colocava numa chave de interlocutores *externos* e *fiscais* da eleição. A partir daí, comecei a perceber que a referida eleição estava tomando maiores proporções do que o que acontecia comumente e agregando com isso um caráter de desconfiança entre os candidatos.

¹⁵⁷ Que se deu através de uma ligação telefônica e se estendeu também a esta colega.

Estava chegando ao fim a gestão da única mulher, até aquele momento, a presidir a referida Associação, que durante anos foi presidida por seu Lorenzo, uma liderança respeitada que, na maioria das avaliações dos moradores da Pitombeira, foi um grande representante para à *comunidade*, dedicando sua vida na busca pela garantia dos direitos coletivos.

De todos os presidentes da referida Associação que se lançaram candidatos ao cargo de vereador no município de Várzea/PB, e é importante ressaltar que até aquele momento havia existido quatro presidentes naquela Associação, apenas esse senhor conseguiu êxito em seu pleito. Os demais não chegaram a vitória, embora tenham ocupado cargos públicos.

No ano de 2014, era a primeira vez que estava acontecendo disputa para o cargo de presidente daquela Associação. Antes desse pleito o que acontecia na Pitombeira era a indicação de um nome e a aclamação do mesmo pelos presentes na reunião, tendo ocorrido apenas em um momento disputa para o cargo de tesoureiro da Associação, no ano de 2012, mas essa escolha se deu na própria reunião.

O convite para *auxiliar* na eleição foi feito a mim por duas pessoas da *comunidade*, cada uma estava compondo um dos grupos de candidatos. Depois de tal solicitação, acabei entrando em contato com minha amiga – Eulália Araújo¹⁵⁸ –, e sinalizando a importância de nos fazermos presentes no referido pleito. Essa situação nos permite refletir sobre a presença do antropólogo em campo e os usos de sua atuação por parte dos interlocutores.

Embora interaja há alguns anos com os moradores da Pitombeira, não conheço ou sou conhecida por todos da *comunidade*. É importante esclarecer que tal fato, se dá em virtude da constante mobilidade praticada por seus habitantes. Alguns moradores saem e deixam suas casas em busca de trabalho, outros retornam depois de anos trabalhando em São Paulo, João Pessoa; outros vendem pequenas porções de terras (especialmente aqueles que possuem terras para além do chão de morada, embora também aconteça de pessoas se desfazerem de seu chão de morada e passar a viver a condição de morador em propriedades da região, como mencionamos anteriormente).

¹⁵⁸ Nessa ocasião, além da minha colega Eulália Araújo, se juntou a nós outra colega Érika Catarina que realizava sua pesquisa sobre Cambindas Novas na cidade de Taperoá/PB e se disponibilizou a nos acompanhar, considerando os seus interesses de pesquisa na região.

Chegamos à Pitombeira na tarde do dia 05 de abril, um dia antes da eleição. Nosso intuito era acompanhar os preparativos e auxiliar no que fosse necessário para nossa atuação como *fiscais* da eleição. Ao notar o caráter extraordinário que a eleição tinha tomado, pensei em adotar algumas estratégias para exercer o papel que nos foi outorgado naquele momento. Assim, decidi que não deveríamos dormir na Pitombeira naquela noite, não porque tenha me sentido ameaçada, mas para evitar especulações.

Na tarde do dia 05 de abril, enquanto estávamos na Associação acompanhando a revisão, feita pela tesoureira, das fichas com os nomes dos associados aptos a votarem, quais sejam: aqueles que se encontrassem adimplentes com os pagamentos das mensalidades; também pudemos observar a limpeza e organização do espaço da sede para a realização da eleição no dia seguinte. Durante alguns momentos fiquei sozinha com alguns moradores da Pitombeira, minhas companheiras de pesquisa embora tivessem ido comigo acompanharam o início do processo de revisão da lista de votantes, mas acabaram indo à cidade de Santa Luzia, com o intuito de fazer uma cópia do relatório antropológico da *comunidade*, disponibilizado pela presidente da Associação. As mesmas consideraram que logo eu me juntaria a elas na cidade, posto que não havia demandas para nós, exceto atualizar os nomes dos votantes em ordem alfabética em uma lista que seria utilizada no dia seguinte.

Enquanto fazia a conferência junto com a tesoureira, uma das meninas que estavam na sede da Associação recebeu um telefonema que provocou uma alteração na sua postura e descontentamento com a situação. Ao desligar o telefone, a mesma sinalizou ter sido indagada sobre a atualização do pagamento das mensalidades de uma de suas irmãs e se de fato ela iria poder votar, questão a qual ela respondeu destacando ter emprestado a irmã um dinheiro de uma venda de um terreno seu e que ela iria sim votar na eleição do dia seguinte, tais jovens eram sobrinhas de Camila.

Em virtude da realização da eleição, a diretoria foi instada a estabelecer um prazo para a atualização dos pagamentos das contribuições dos associados. Embora muitos moradores da *comunidade* sejam membros daquela Associação, nem todos frequentam suas atividades e contribuem com o pagamento de suas mensalidades com assiduidade. O que se observa é a participação mais ativa de algumas pessoas e a escassa presença de outras, que, pelo que pude observar, tem uma relação direta com o fato de quem está gerenciando à Associação.

A permissão para a atualização dos débitos acabou fazendo circular algum dinheiro na Associação, muito pouco, considerando que o valor da mensalidade é de R\$: 2,00 (Dois reais), o que acabou causando também descontentamentos e desconfiança com relação ao montante de dinheiro que estava entrando no caixa em detrimento do que se falava que tinha sido pago.

No final da tarde, quando as meninas tinham feito e refeito a conferência das fichas dos associados, chegou um senhor reclamando que o nome de um dos candidatos estava errado nas *chapas*¹⁵⁹, estava trocado o nome de dois irmãos e que isso tinha sido feito porque elas estavam querendo confundir as pessoas.

A *chapa* a qual o referido senhor fazia menção, na realidade, se tratava de uma *cola*¹⁶⁰ feita para auxiliar os votantes, que não foi elaborada pelas meninas que ali estavam. A preocupação com a troca dos nomes me permite destacar que o modo pelo qual esses irmãos são lidos dentro daquela *comunidade* é diferente, nos remetendo mais uma vez ao texto de Bailey (1971), no qual o autor nos mostra como as reputações são o pano de fundo da vida cotidiana de pequenas comunidades, nas quais todos se conhecem.

Ao voltar sua atenção para a esfera da micropolítica, Bailey atribui em sua análise, ênfase na construção das reputações, salientando que as mesmas não se tratam de uma qualidade que o indivíduo possui, mas, sim, das opiniões que as outras pessoas elaboram sobre ele. Assim, podemos considerar que a construção das reputações está sujeita às divergências de opiniões e aos conflitos provenientes das relações pessoais, familiares e de vizinhança.

O incômodo causado pela suposta troca de nomes na *cola*, foi um entre tantos outros que observei naquela tarde e que destacou a importância da reputação dentro daquela *comunidade*, importando ali o reconhecimento de *ter um bom nome, ser respeitado*. Construções essas que resultam não apenas do modo pelo qual as pessoas dali agem, mas muito fortemente de como essas ações são pelos outros observadas, julgadas e reconhecidas.

Ainda na tarde que antecedeu a eleição, veio à tona outra situação que sinalizava a desconfiança e o controle das ações no ambiente da Associação. Quando estava me preparando para sair, as meninas começaram algumas conversas, sobre

¹⁵⁹ Fichas com a lista de candidatos.

¹⁶⁰ Uma reprodução com os nomes dos candidatos para auxiliar os votantes, especialmente aqueles que não dominam a leitura.

quem tinha colocado *em dias* seus pagamentos da mensalidade da Associação e sinalizaram o surgimento de questionamentos sobre o origem do dinheiro de alguns e se realmente estes tinham pago, numa clara demonstração de suspeição e busca por controle. Foi quando Gaspar, um dos candidatos, ia passando de moto na estrada e as meninas que estavam organizando os dados foram em sua direção, já um pouco alteradas, pedindo para que ele conversasse com as pessoas e parassem com essa cobrança e desconfiança, enfatizando o incômodo que a situação estava gerando.

Ao entrar na Associação e perceber o volume de pessoas na Sede, Gaspar se deparou comigo e logo indagou “quem eu era?” e “o que [eu] estava fazendo ali?”. Aquela era a primeira vez que eu me encontrava com Gaspar, o mesmo não me conhecia, pois morou durante anos em São Paulo e, embora tivesse retornado para a região, primeiro tinha se estabelecido na cidade de Santa Luzia, e só depois passou a morar na Pitombeira, em uma casa cedida pela irmã de seu genro, que também é sua prima.

Antes que eu pudesse responder às questões apresentadas por Gaspar, Camila, a então presidente da Associação, se posicionou dizendo que eu tinha feito uma pesquisa ali e que tinha sido chamada por ela para acompanhar a eleição, em virtude do clima de desconfiança que a mesma tinha tomado, sendo eu “uma pessoa neutra e que eu não tinha interesses naquela disputa”.

Não tenho clareza do quanto as informações apresentadas ao meu respeito por Camila convenceram Gaspar, mas se vendo em uma situação de fortes cobranças, Camila tentou controlar os ânimos de todos e decidiu fechar a Sede e eu segui para Santa Luzia onde encontrei com as duas colegas que lá estavam.

No dia seguinte, saímos de São Mamede, por volta das 06:30, com destino à Pitombeira, onde chegamos às 06:50. Ao chegarmos na Sede da Associação já estavam presentes Camila, seu Bernardo, Fernanda, Gaspar, Saulo, Izadora, Ramon (esposo de Izadora), Armando, Kelly, Anália (viúva de um tio de Camila e seu Bernardo), além de algumas outras pessoas da *comunidade*.

Quando chegamos, Camila falava com seu Bernardo sobre as confusões instauradas no dia anterior e o clima de desconfiança com relação a prestação de contas da gestão em curso. *Respeitado* dentro da *comunidade*, seu Bernardo sempre é ouvido dentro do grupo, tendo atuado ao longo dos anos de existência daquela Associação, de forma bastante participativa na vida associativa, mesmo quando não ocupando cargo na Diretoria, como já sinalizado. Ao chamar a atenção de seu

Bernardo para os conflitos que estavam sendo instaurados na eleição, Camila apelou para a respeitabilidade conquistada por seu irmão na busca pela minimização dos desentendimentos.

Ao tomar conhecimento da situação, seu Bernardo começou a destacar para os que ali estavam de “que tipo de trabalho era aquele desenvolvido em uma associação comunitária”, sinalizando ser um “trabalho voluntário e colaborativo”. Seu Bernardo salientou que “se o trabalho não for coletivo não funciona”, enfatizando a sua inquietação com o tom que aquela eleição estava tomando.

Por um instante, pensei que a eleição seria cancelada; Gaspar (um dos candidatos a presidente) se aborreceu com a postura de Camila e saiu da Sede. Depois que seu Bernardo conseguiu acalmar os ânimos dos que ali se encontravam, demos início aos encaminhamentos para a realização da eleição.

Uma urna foi improvisada para que as cédulas fossem depositadas, e uma mesa foi providenciada para que a mesma fosse posta em um lugar visível. Para garantir o sigilo da votação, uma sala foi organizada para onde as pessoas que iriam votar se dirigiriam, lá elas marcavam sua escolha e traziam a cédula para o depósito na urna. Toda essa organização foi realizada contando com a presença de um membro de cada chapa para acompanhar e fiscalizar, visando garantir a legitimidade e confiabilidade do pleito.

Com tudo organizado, as pessoas que ali já estavam começaram a votar. Eulália conferia o nome do *sócio eleitor* na lista de *sócios aptos* para a votação e verificava o documento com foto que o mesmo portava, para garantir que se tratava da pessoa em questão. Feita essa conferência e assinatura da lista de votação, eu entregava a cédula, que era por mim rubricada, para que o sócio seguisse para a sala onde encontraria uma caneta e expressaria a sua escolha, voltando depois para a sala onde depositava a cédula na urna.

Uma a uma, as pessoas que ali estavam foram se dirigindo para a mesa de votação, algumas votaram e foram embora, outras permaneceram na Sede por boa parte do pleito. Em alguns momentos um clima de tensão foi instaurado, ora provocados por comentários que remetiam a cobranças sobre a prestação de contas da gestão que estava se encerrando, ora pela ausência do nome de um *sócio*¹⁶¹, ou mesmo pela nossa presença e o tom da eleição.

¹⁶¹ Essa situação aconteceu com apenas um sócio que embora em dias com o pagamento da associação não teve seu nome posto na lista, confusão que foi resolvida com a apresentação da ficha

Aqui, podemos perceber como esta eleição tomou contornos próximos a uma eleição para cargos eletivos em pleitos municipais, na exigência de uma documentação, uma sala reservada, cédulas rubricadas. Essa foi uma situação que deixou aparecer algumas alianças e rompimentos entre as pessoas daquela *comunidade*¹⁶², especialmente quando se observaram às cobranças com relação à gestão de Camila.

A eleição durou a manhã inteira, e dos 87 *sócios aptos* a votarem, apenas dois não compareceram e um votou em branco. Durante a apuração dos votos¹⁶³, alguns moradores da *comunidade* estavam presentes, sendo observada também a presença de alguns jovens que não votaram, bem como de James, um rapaz de Santa Luzia, cujo pai possui uma propriedade na Pitombeira e relações estreitas com alguns moradores dali, especialmente com Saulo, naquela conjuntura.

Antes da divulgação do resultado, seu Bernardo pediu mais uma vez a palavra e destacou o trabalho desenvolvido por Camila e as dificuldades enfrentadas na gestão de uma associação comunitária, sinalizando a importância da união no trabalho associativo.

Depois de sua fala, fizemos a contagem dos votos e divulguei o resultado da eleição. Ao final, dos 84 votos válidos, 34 foram para a chapa 1, composta por Miguel, Armando, Camila e Kelly, e 50 para a chapa 2, composta por Gaspar, Saulo, Fernanda e Izadora. Sendo eleita a chapa que se opunha a gestão atual, com uma diferença de 16 votos.

A divulgação do resultado levou à comemoração por parte de pessoas que apoiavam a chapa de Gaspar, dentre essas pessoas, a euforia de James foi notada e criticada por uma das filhas de Miguel, que sinalizava que “nem *dali* ele era” e que “não devia estar lá”. Durante os comentários de Débora, James já estava saindo da Sede, sendo aconselhado a ir embora para evitar *confusão*.

Finalizados esses processos, organizamos todas as documentações, entregamos para Camila que fechou a Sede da Associação e seguimos acompanhadas por seu Bernardo para a sua casa onde fomos almoçar.

por parte da tesoureira que se justificou informando que em virtude da atualização dos pagamentos de tal sócio de forma tardia, a mesma havia separado sua ficha e não tinha incorporado a mesma junto às outras.

¹⁶² Essa disputa acabou reverberando na candidatura de dois moradores da Pitombeira nas disputas para o cargo do legislativo municipal no ano de 2016. Abordaremos tal situação mais à frente.

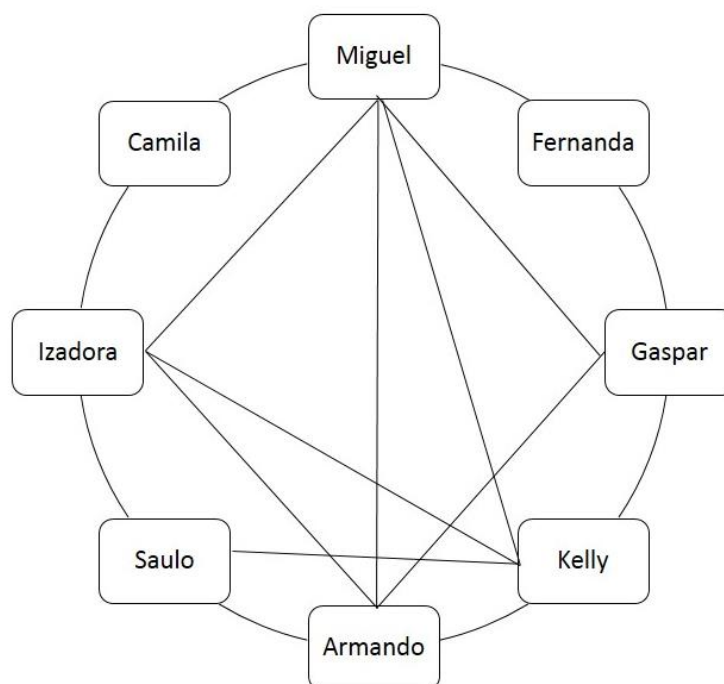
¹⁶³ A apuração dos votos foi realizada por mim, Eulália e Érika na presença de todos que estavam na Sede da Associação no momento.

Essa eleição nos coloca diante de algumas questões interessantes. Uma delas é o fato de que as disputas ali instauradas foram fortemente direcionadas às figuras de Camila e Saulo. Que havia ali, um forte campo de tensão, maior que entre Miguel e Gaspar (estes por sua vez são primos e Gaspar é companheiro da mãe da esposa de Miguel, e mesmo não sendo pai biológico de Margarida, ele tem com ela uma relação de afinidade por tê-la *criado*), talvez porque, no caso destes últimos, o *conflito* entre os dois tenha sido mediado, ou mesmo camuflado, pela relação de parentesco e o constante cuidado de Fernanda, que sinalizava que “depois dali eles iriam almoçar na mesma mesa”, afinal “estavam *em família*”.

Destaco esse processo eleitoral porque ele me permitiu a observação de atritos que impactaram as dinâmicas das lógicas de relacionamentos dentro da *comunidade*, especialmente no que tange as redes familiares.

Na chapa que saiu perdedora, tínhamos Camila (presidente da Associação no período), Miguel (Sobrinho desta última e primo de Armando, Kelly, Izadora e Gaspar, além de genro de Fernanda), Armando (antigo presidente da Associação e funcionário da escola local) e Kelly (Irmã de Armando); na outra chapa, tínhamos Gaspar (primo em primeiro grau de Miguel, Armando e Kelly), Saulo (filho de um antigo presidente da Associação e primo de Armando e Kelly), Fernanda (esposa de Gaspar, e mãe da esposa de Miguel) e Izadora (sobrinha de Camila, prima de Miguel e esposa de um primo de Saulo, Armando e Kelly).

Gráfico 03 – Redes de parentesco dos atores envolvidos diretamente na eleição para a escolha da diretoria da Associação.



Ao observar a figura acima é possível notar que havia ali um nível de conectividade entre aqueles atores sociais. Todos estavam relacionados, em alguma medida, por uma rede de parentesco, alguns com uma maior frequência destas aproximações que outros, como é o caso de Miguel, já que dos oito atores, envolvidos nesse gráfico, não tinha uma relação de parentesco apenas com um dos demais. Ou mesmo o caso de Camila ou Fernanda que estavam em uma relação de parentesco com apenas dois daqueles atores. É interessante observar que, dentre os oito indivíduos envolvidos diretamente naquele pleito, Miguel era aquele com maior vínculo de parentesco entre os elegíveis, não estando ligado por tais redes apenas à Saulo. O que nos permite pensar sobre os motivos que levaram o mesmo a não conquistar a vitória na eleição.

Apoiado por parte de sua família, visto que uma de suas tias apoiava explicitamente o outro grupo, Miguel teve em Camila o empreendimento de um esforço em sua indicação e na busca por sua eleição. Presidente em exercício e tendo ocupado por tantas vezes o cargo de secretária na diretoria da referida Associação, Camila lançou mão de um serviço prestado àquela coletividade. Porém, diante das

cobranças com relação a seu gerenciamento da Associação, é possível sugerir que Miguel acabou carregando consigo os efeitos da reputação atrelada a sua tia, Camila, que estava marcada pelas cobranças recentes sobre sua atuação.

Enquanto presidente em exercício, Camila, ao sugerir o nome de seu sobrinho para o cargo de presidente da Associação, além de buscar a garantia da sucessão da ocupação de tal cargo em sua família (algo que garante prestígio não só dentro do grupo, como também na relação e representação destes em outras arenas), também procurou a aliança com outro ex-presidente e de sua irmã para comporem junto com ela e seu sobrinho um grupo em disputa pelos cargos da diretoria (Presidente, Vice-Presidente, Tesoureiro e Secretário).

Aqui é possível perceber como foram acionadas as alianças que seriam necessárias ou importantes para se atingir um objetivo, que era, naquele momento, a garantia da vitória na disputa dos cargos. O aporte de parentes, especialmente irmãos e sobrinhos foi, durante toda a gestão de Camila, muito importantes, não só por sua família ser uma das mais numerosas do lugar, mas também por ser uma das mais participativas nas atividades associativas. Elemento que também poderia repercutir na eleição.

Ao me debruçar sobre a lista de sócios votantes, bem como a expressão de apoio durante a eleição, foi possível observar a existência de vinte e cinco nomes de familiares de Miguel e Camila¹⁶⁴ que estavam os acompanhando. Por se tratar de uma família expressiva, as chances de vitória deles teria sido significativa em um contexto no qual os demais moradores do lugar pouco se sentissem estimulados a participar desse processo de escolha. Porém, não foi isso o que acabou se observando, provavelmente pela presença marcante dos demais moradores no pleito.

Nesse ponto, é importante destacar que a decisão de, abrir um período para a atualização dos pagamentos dos *sócios inadimplentes*, garantindo a atualização dos pagamentos das mensalidades, possibilitou a participação de um número maior de votantes e suas claras indicações de apoio aos candidatos escolhidos. É fato que Gaspar, Saulo e seus apoiadores, tinham consciência da necessidade desse movimento, posto que a Associação vivia um momento pouco colaborativo. Tal movimento podia ser observado a partir da baixa adesão de alguns moradores da Pitombeira às reuniões, que naquele momento se davam basicamente contando com

¹⁶⁴ Aqui sendo elencados a mãe de Camila, suas irmãs e irmão e sobrinhos, apenas tomando como referência a linhagem de dona Aurora.

a presença de alguns familiares de Camila e outros poucos moradores da *comunidade*.

A vitória do grupo liderando por Gaspar, pode estar ligada também à reputação conquistada pela família de Saulo, que teve em seu pai a construção de um perfil de liderança que é ali sempre lembrado.

Ao observar a trajetória de Saulo, é possível notar como as suas redes familiares foram acionadas na busca por alianças e representatividade. Com poucos parentes residindo na Pitombeira e consequentemente sendo *sócios* daquela Associação, lançar mão da autoridade e prestígio conquistados por seu pai poderia ser um caminho para a sua propositura.

Seu Lorenzo, o pai de Saulo, foi um dos fundadores da Associação Comunitária de Pitombeira, e como já mencionado, tem a sua atuação rememorada por muitos moradores daquela *comunidade*, de forma bastante positiva, sendo ele sempre lembrado como um *grande líder*.

Neste sentido, acredito que tal representatividade teve grande impacto na mobilização dos moradores da *comunidade* em torno da votação nesta eleição, atribuindo ao filho em questão o prestígio conquistado outrora por seu pai. Ao mesmo tempo em que se demonstrava uma relação de confiança à figura de Saulo, havia uma expectativa quanto a sua atuação que no futuro poderia se configurar em uma relação de cobrança, afinal tal grupo carregava também a imagem de um representante lembrado por sua resistência e luta em prol da garantia dos direitos para aquela coletividade.

Por vezes, ouvi de moradores da *comunidade* que “Saulo tinha sido um menino *bem criado*”, “seu pai [Lorenzo] nos informava sobre tudo o que acontecia quando ia uma reunião”, “Lorenzo saía de casa em casa convocando para reuniões, não deixava de entrar em nenhuma!”. Neste sentido, considero que a reputação construída pela trajetória de ações de seu Lorenzo, dentro da Pitombeira e representando à *comunidade* fora dos limites territoriais do município, buscando sempre garantir o acesso a direitos coletivos, que culminaram com o reconhecimento da identidade quilombola do grupo e a conquista de acesso a algumas políticas públicas, foi um dos fatores que estimulou a ação de muitas pessoas na busca pela garantia de um voto de confiança na chapa de Gaspar.

A tensão gerada por esse pleito produziu efeitos nas dinâmicas familiares na Pitombeira, especialmente entre aqueles diretamente envolvidos na eleição. A vitória

de Gaspar, Saulo, Fernanda e Izadora levou a mudanças temporárias em alguns relacionamentos, à exemplo das situações vividas por Dália, Gaspar e Fernanda, especialmente.

Dália, a mãe de Izadora e tia de Miguel, apoiou a candidatura de sua filha e, naquele momento, rompeu com sua irmã e consequentemente com sua família. Na ocasião, ela foi a única na família a fazê-lo de modo explícito, o que gerou um distanciamento dos seus parentes por um tempo e o rompimento de alianças momentâneas, como já sinalizei no capítulo 1. Movimento que se alterou com o rompimento posterior de Dália com Gaspar e seu apoio à candidatura de seu sobrinho Miguel na disputa por um cargo no legislativo municipal.

No caso de Gaspar e Fernanda, a decisão de se lançar candidato representou uma guinada na vida familiar. Eles moravam na casa de uma das irmãs de Miguel, situada na Pitombeira, e foram despejados após o resultado da eleição. Segundo alguns comentários que ouvi, quando de meu retorno à *comunidade*, o propósito “era inviabilizar que os mesmos assumissem a Diretoria no caso de não conseguirem outra casa para *morar* dentro da *comunidade*”. O que não aconteceu em virtude da ação do vice-presidente de esvaziar uma casa de um parente seu, onde tinha montado seu criadouro de Codornas, o que garantiu a permanência da família de Gaspar na referida *comunidade*, mesmo que temporariamente.

Depois dessas situações, o casal acabou comprando uma parcela de terras na *comunidade* a uma pessoa *de fora* do lugar, negócio que acabou sendo desfeito. Mas, em seguida, conseguiram adquirir uma casa que pertencia a um primo de Gaspar, morador da própria *comunidade*. Esse acirramento entre a família de Gaspar e a família de Camila foi sendo paulatinamente vivido nas dinâmicas cotidianas do grupo. De participativos e assíduos nas atividades associativas, alguns membros da família das Rosas passaram a não mais frequentar as atividades da Associação, deixando de acompanhar desde reuniões, até cursos conseguidos por tais representantes, distanciamento que tomou proporções ainda maiores com a disputa para o pleito municipal de 2016, momento no qual saíram candidatos ao cargo de vereador Saulo e Miguel.

Para a eleição municipal, Gaspar seguiu apoiando seu vice e companheiro na Associação, Saulo, numa lógica de reciprocidade e reconhecimento da aliança estabelecida entre eles na ocasião da eleição para os cargos da diretoria da

Associação local, e Miguel foi apoiado por grande parte de sua família¹⁶⁵. Ao final nenhum dos dois foram eleitos, Saulo, candidato pelo Partido Socialista Brasileiro, ficou na primeira suplência com 117 votos¹⁶⁶, e Miguel, candidato pelo Partido Democratas, recebeu 46 votos. Embora nenhum deles tenha sido eleito, o candidato a prefeito apoiado por Miguel foi aquele que venceu a disputa para este cargo.

A vitória do prefeito levou alguns apoiadores de Miguel, que seguiam seu candidato a prefeito, a festejarem, ouvindo músicas, soltando rojões e *provocando* Gaspar e sua família, chegando à exposição de *expressões ofensivas* contra suas reputações. A casa de uma das tias de Miguel, Camila, fica localizada aos fundos da casa em que Gaspar morava, foi lá onde as comemorações da vitória do prefeito aconteceram intensificando assim os desentendimentos já vividos entre a família de Gaspar e algumas pessoas da família de Miguel, que acabaram impulsionando a saída de Gaspar e sua família da Pitombeira, como já mencionei no capítulo anterior.

Em sua pesquisa na Zona da Mata mineira, Comerford (2003) destaca que provocações não são acontecimentos óbvios, considerando que sua ocorrência dá margem para a discussão. No caso em questão, a situação que culminou no *desrespeito* para com a família de Gaspar, foi proveniente de *provocações* partilhadas durante o “tempo da política”, mas que tomou proporções bem negativas por parte daqueles que se sentiram vitoriosos com o pleito, com a exposição pública de ofensas, violando assim códigos de comportamento que estabelecem as relações entre as pessoas naquela *comunidade*. Considero que houve aqui uma atualização das brigas estabelecidas na eleição para escolha da diretoria da Associação, e nessa atualização o desentendimento tomou proporção de descontrole.

Durante a pesquisa, tive oportunidade de estar na Pitombeira no “tempo da política” e pude observar como esse período subverte o cotidiano da população da região, acrescentando atividades não habituais à dinâmica social, o que se aproxima de muitas etnografias realizadas em diversas regiões do interior do Brasil¹⁶⁷.

¹⁶⁵ Aqui, embora Dália tenha rompido com Gaspar e apoiado seu sobrinho Miguel, outra filha de dona Aurora não demonstrou apoio à candidatura de seu sobrinho.

¹⁶⁶ A diferença de votos entre Saulo e o último candidato de sua coligação foi de um voto, gerando entre aqueles que o apoiaram dentro da Pitombeira um descontentamento ainda maior com sua derrota, posto que ele esteve muito próximo de ser eleito. O vereador com maior votação no município teve 199 votos naquele pleito.

¹⁶⁷ Para mais detalhes ver: Palmeira e Heredia (1995, 2010), Comerford (2003), Marques (2002), entre outros.

Nesse período, não só todas as conversas giram em torno das eleições, como também passa a ser comum a circulação de candidatos dentro da *comunidade*, sendo frequente o vai e vem de cabos eleitorais, tornando a circulação de veículos bem maior. E, naquele ano, com dois candidatos dentro da *comunidade*, as *fiscalizações* eram muito constantes. Por vezes, quando saía de casa para fazer alguma visita, encontrava alguém em uma estrada à *espreita*, esperando por alguém ou observando “quem estava em determinada casa”, se “chegou de carro”, “o que poderia ter trazido”. De acordo com eles, nos dias que antecederiam a eleição, os *cuidados* precisavam ser redobrados, posto que um candidato poderia “aparecer com dinheiro e comprar votos”, momentos em que eram ressaltados a existência de muita gente ali que era *cobra d’água*¹⁶⁸.

Se nos últimos meses de campanha a movimentação na *comunidade* se intensificava, na última semana, os candidatos não paravam, menos ainda seus cabos eleitorais. De acordo com alguns indivíduos da Pitombeira, o “cuidado com as alianças” era primordial naquele momento, era importante para os candidatos saberem com quem andavam, quem os apoiavam, posto que um mero deslize de aparecer na casa de alguém com um aliado que não fosse bem quisto, poderia ter impacto negativo na sua imagem.

Em 2016, o município de Várzea contou com a presença de 2.263 eleitores¹⁶⁹. A Pitombeira é uma das mais populosas *comunidades rurais* da cidade, existindo, naquele Sítio, eleitores suficientes para eleger um vereador no município, o que torna aquela uma importante região para angariar votos.

Naquele ano, embora existissem dois candidatos daquela localidade disputando vagas no legislativo, esse elemento não impediu que outros candidatos circulassem na região, especialmente aqueles que, já ocupando vagas na câmara de vereadores, desenvolviam atividades na localidade ou tinham uma relação de aliança com algumas das famílias que ali residem.

¹⁶⁸ A expressão foi bastante utilizada no momento do pleito eleitoral. Em referência a habilidade aquática dessa espécie e sua capacidade de se camuflar dentro da água, seguindo o melhor fluxo na garantia de sua sobrevivência. Ali tal expressão era utilizada para se referir às pessoas que facilmente venderiam seus votos e o fariam quantas vezes algo lhes fosse ofertado. Sinalizando assim, as pessoas que mereciam cuidado na afirmação de apoio, posto que em um cenário de oferta mais positivo, a mesma aceitaria quantas ofertas surgissem, tratando-se de pessoas que não mereciam confiança.

¹⁶⁹ Nessa eleição estavam aptos a votarem 2.336. Fonte: <https://www.eleicoes2016.com.br/candidatos-prefeito-varzea-pb/>. Acesso realizado em 09 de dezembro de 2017.

Sempre que estive em campo acompanhando alguma festividade (a exemplo da comemoração do dia da consciência negra, do aniversário de 25 anos de Associação, do encerramento das novenas de Maio, do Tope do Juiz, do Natal da *comunidade* etc.) era recorrente a presença de alguns políticos locais, estes por sua vez marcavam em sua presença, a sua preocupação com os moradores da Pitombeira, lembrando de forma indireta a dívida adquirida em uma situação de *apoio/ajuda* que seria retribuída através do voto.

Essa relação de doação e dívida estabelecida com os políticos pode ser destacada através da situação vivida por uma antiga vereadora (Maria José) que sempre esteve presente na Pitombeira, recebendo também seus moradores em sua casa, quando estes se encontravam na cidade; em sua fala, sempre se orgulhava de ter sua casa sempre aberta para receber todos Varzeenses e de seu carinho pelas famílias da Pitombeira. Na eleição de 2016, Maria José decidiu não apoiar nenhum dos candidatos a prefeito e lançar sua própria candidatura, ficando na terceira colocação com 320 votos¹⁷⁰. Depois de passar o pleito, ouvi de muitos moradores da Pitombeira que ela tinha sido *traída*, que as pessoas “venderam seus votos” e esqueceram de todo o apoio que ela sempre havia prestado às pessoas da *comunidade*.

Ao abordar tais situações, mesmo enfatizando seu caráter extraordinário, é possível sinalizar que tais condutas permitem uma aproximação com o repertório moral daquela *comunidade*. Ao observar a eleição para a escolha dos membros da diretoria da Associação, nota-se a proximidade das relações de parentesco entre os moradores da Pitombeira, bem como o entrelaçamento entre as dinâmicas políticas e familiares naquela *comunidade*, nos permitindo perceber a importância do *respeito* e da *honestidade* no quadro moral daquelas pessoas, e o modo pelo qual os códigos partilhados no âmbito familiar reverberam nas ações institucionais e pessoais, observados através da presença ou na ausência de famílias das/nas atividades associativas.

O material empírico me permitiu considerar que a articulação social dos moradores da Pitombeira ocorre, especialmente, a partir das dinâmicas familiares, estando suas articulações políticas vinculadas ao papel desempenhado por

¹⁷⁰ Os outros candidatos tiveram respectivamente: Toninho – 1.022 votos; Demazinho – 870 votos; Bancos e nulos – 51 votos. Mais detalhes em: <https://www.eleicoes2016.com.br/candidatos-prefeito-varzea-pb/>. Acesso realizado em 09 de dezembro de 2017.

determinadas famílias dentro do grupo. Assim, ao abordar esses aspectos relativos às dinâmicas políticas daquela *comunidade*, minha intenção foi problematizar aspectos do que podemos chamar aqui de uma “micro política cotidiana”, baseada no modo pelo qual as socializações vão se constituindo e as dinâmicas da vida familiar vão pautando a organização e articulação social do grupo, permeadas por uma política das reputações e conflitos entre as famílias da Pitombeira, que pode ser observada influenciando situações extraordinárias, como é o caso das eleições municipais.

Assim, seguindo o exposto por Montero, Arruti e Pompa (2012, p. 25), quando os autores salientam a importância de discutir sobre a noção do político na antropologia, e elaboram uma abordagem que eles chamam de “antropologia do político” que visa compreender, “a partir da interação dos agentes em suas redes familiares, sociais e institucionais, os mecanismos de produção de consensos em torno dos modos de representação e apresentação das diferenças”, busquei tomar as diferenças construídas e visualizadas no processo de escolha do representante daquela *comunidade* na referida ocasião e seus efeitos na dinâmica cotidiana do grupo.

É importante destacar que tais representantes agregam um reconhecimento e conquistam um status não apenas nas relações dentro da *comunidade*, mas também nas relações externas. Geralmente são eles que representam o grupo em reuniões que acontecem com os representantes dos poderes públicos municipais, estaduais, ONGs, tornando-os assim importantes agentes mediadores. O que pode ser verificado com a apresentação da candidatura de todos os ex-presidentes daquela associação ao cargo de vereador no município.

Com o reconhecimento quilombola, tais populações passaram por um processo de visibilidade que antes não tinham. Embora ainda sejam escassos os projetos que visam a conquista de alguma política pública para tais populações, é possível observar uma maior circulação destas pessoas nas variadas arenas de poder, assim como a intensificação de produções que tomam tais coletividades como objeto de análise, colocando-as em uma chave de publicidade e prestígio antes não verificada.

Por se tratar de uma *comunidade* pequena e, embora se observe a maior frequência de casamentos *para fora*, com pessoas que não possuem relações de parentesco, é possível dizer que grande parte dos moradores dessa *comunidade* possuem, em algum grau, relações entre si, sejam estas de parentesco, afinidade, vizinhança ou distanciamento. É considerando tais dados que destaco a importância

das dinâmicas familiares como pano de fundo para a organização e articulação do grupo.

Destaquei essas situações por terem sido momentos nos quais se sobressaiu a importância das articulações familiares para a tomada de decisões coletivas no espaço associativo daquela *comunidade*. Tal abordagem se aproxima da proposta de Comerford (2003), na qual o autor analisa as organizações e movimentos camponeses a partir da etnografia de formas de sociabilidade e das modalidades de socialização que as atravessam e as compõem. Em último caso, Comerford busca desnaturalizar procedimentos tais como: reuniões de sindicatos, cursos de formação, atendimento aos sócios, discursos de lideranças; e chama atenção para as situações informais: as brincadeiras, as provocações, a hospitalidade, os processos de familiarização e desfamiliarização.

Assim, ao analisar aspectos da articulação para os encaminhamentos do reconhecimento quilombola, bem como a eleição mencionada me parece importante destacar as dinâmicas de conflitividade cotidianas sendo reverberadas nas escolhas da representação política daquela *comunidade*, tanto no âmbito da Associação, quanto no espaço de representação municipal. Aqui é importante, mais uma vez, destacar que a dinâmica associativa e o reconhecimento deste grupo enquanto quilombola acabou fazendo com que muitos de seus habitantes incorporassem o discurso comunitário, o que não significa dizer que chegando lá encontremos um grupo homogêneo e sem clivagens. Assim, considero necessário enfatizar tais distintividades com o intuito de destacar a relevância da observação da micro política cotidiana, nos permitindo compreender os meandros de questões postas em circunstâncias extraordinárias.

Essas trataram-se de duas situações muito tensas vividas naquela *comunidade*. Tanto os preparativos quanto a própria eleição para a Associação, foram momentos em que as redes de aliança e parentesco foram acionadas. A presidente da Associação em exercício e que tinha uma sugestão de candidato, buscou, através do auxílio de sua família, apoio não só para a viabilizar a vitória de seu candidato, que era um de seus sobrinhos, mas também a condução tranquila da eleição, quando recorreu ao seu irmão para informar das desconfianças que estavam sendo instauradas sobre sua gestão, acionando assim a *autoridade* e o *respeito* conquistados por ele.

É fato, no entanto, que alguns fatores precisam ser considerados para se compreender melhor esse cenário e o que gerou as ações dos indivíduos naquele momento, vejamos alguns dados: Com seu RTID elaborado entre os anos de 2012 e 2013, os moradores daquela *comunidade* viram a possibilidade de garantir o seu direito à terra mais próximo, ao mesmo tempo em que intensificaram seus contatos com agentes externos dos mais variados setores. Nesse ínterim passaram por algumas mobilizações como a reivindicação do fechamento de um lixão às margens daquela localidade, em terras que, em parte, pertenciam historicamente à Pitombeira e que fazem parte de seu pleito na reivindicação junto ao INCRA.

A mobilização pelo fechamento do Lixão agregou pessoas que não necessariamente interagiam cotidianamente ou mesmo compartilhavam interesses em comum. Porém, a situação do lixo deixado às margens da *comunidade* e a queima que vinha sendo feita do mesmo, tornou essa uma pauta coletiva, posto que atingia à todas e todos que ali residiam, sendo assim uma pauta que agregava o grupo.

A discussão sobre a necessidade de fechamento do Lixão já era pautada no grupo desde 2010. Durante uma reunião que acompanhei na Pitombeira, que contou com a presença de um militante do Movimento Negro da Paraíba, essa foi uma das questões postas no debate. Na ocasião o presidente da Associação, Armando, sinalizou que essa demanda já havia sido posta junto a AACADE e que um abaixo-assinado tinha sido elaborado pela população, mas que nenhum encaminhamento havia sido dado.

Na ocasião, Dália demonstrou seu descontentamento com essa situação falando que o tal abaixo-assinado estava “engavetado por *falta de coragem* dos representantes da Associação”, sinalizando aqui que, o fato de Armando ser funcionário da prefeitura municipal, o deixava em uma situação complexa para cobrar os direitos daquela população. Armando, por sua vez, leu um documento que estava sendo elaborado para ser entregue a promotoria visando o fechamento do Lixão.

Finalizada a gestão de Armando, bem como a de sua sucessora, Camila, nada tinha sido encaminhado, visto que nenhuma mudança se observava, e a *comunidade* permanecia vivendo uma situação de desconforto com a queima do lixo, provocando a recorrência de problemas respiratórios em alguns moradores da *comunidade*. Ainda na gestão de Camila, em 2012, com a atuação do INCRA na *comunidade* para a elaboração do RTID, uma denúncia foi encaminhada ao Ministério Público Federal da Paraíba, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

(IBAMA) e a Superintendência de Administração do Meio Ambiente (SUDEMA) tratando sobre o funcionamento do Lixão e solicitando providências.

Bem sabemos que os tempos da burocracia são bastante lentos no nosso país, e o que se teve como encaminhamento destas denúncias foi um ofício do MPF demandando esclarecimentos de órgãos competentes, e a confecção de autos de infração em prejuízo dos municípios de Santa Luzia e Várzea, acompanhados da sinalização de que o lixo seria transferido para um aterro sanitário do município licenciado pela SUDEMA. Porém, este aterro além de ficar dentro do território demandado pela *comunidade* de Pitombeira, nunca foi finalizado, sendo o lixo colocado em parte deste espaço à céu aberto.

Quando assumiram a diretoria da Associação, Gaspar, Saulo, Fernanda e Izadora retomaram as articulações junto a AACADE, tendo a pauta da retirada do lixão como uma das mais urgentes. Em virtude da lentidão dos processos, eles decidiram articular os moradores da Pitombeira numa mobilização que se tornasse pública. Assim, no final da manhã do 19 de setembro de 2014, alguns moradores da Pitombeira interditaram a Rodovia Estadual Anísio Marinho (PB 233) como forma de protestar.

Fotografia 26 – Protesto pelo fechamento do Lixão na Rodovia Estadual Anísio Marinho / PB 233.



Foto de Jordânia de Araújo Souza

Fotografia 27 – Protesto que tinha por objetivo o fechamento do Lixão na Rodovia Estadual Anísio Marinho / PB 233.



Foto de Jordânia de Araújo Souza

Fotografia 28 – Momento em que a imprensa local chegou para ouvir os moradores da Pitombeira.



Foto de Jordânia de Araújo Souza

Fotografia 29 – Entrada do Lixão com a fumaça ainda visível.



Foto de Jordânia de Araújo Souza

Durante o protesto, o pedido da *comunidade* se tornou público e diante da ameaça de se fazer uma nova mobilização na semana seguinte, uma reunião com os prefeitos dos municípios de Santa Luzia e Várzea foi marcada. Momento no qual as lideranças locais demandaram pelo apoio e presença dos membros da AACADE. Depois dessa reunião, os prefeitos começaram a enviar o lixo das cidades de Várzea e Santa Luzia para outra localidade na zona rural de Santa Luzia, movimento que não durou muito tempo em virtude dos efeitos que a presença do lixo passou a apresentar também para aquela localidade, o que levou os dois municípios a estabelecerem uma parceria com a prefeitura do município de São Mamede, passando a enviar suas coletas de lixos ao aterro sanitário daquele município.

Se a mobilização em torno do fechamento do lixão apresenta elementos para analisar uma situação que, ao afetar o coletivo, se torna uma pauta compartilhada por todos, logo um momento que agrega os moradores da Pitombeira, esse evento também nos oferece elementos para problematizarmos o modo pelo qual a conduta dos presidentes da Associação foi por muitos encarada e avaliada.

Nos argumentos apresentados para sinalizar o distanciamento de uma tomada de posição mais enfática e incisiva, se destacava o fato de que tanto Armando quanto Camila eram funcionários da prefeitura municipal de Várzea, o que, na concepção de alguns dos moradores da Pitombeira inviabilizava as cobranças para que ações fossem realizadas pelo gestor municipal.

Esse foi um dos elementos que pode ter motivado a vitória da nova gestão, uma vez que esta pauta foi problematizada por eles. Que por sua vez, destacavam sempre o interesse em se distanciar de alianças com o setor municipal, salvo em questões que dissessem respeito à garantia dos direitos coletivos. Nesse intento, tais representantes passaram a circular em outros espaços de interlocução visando a propositura de projetos que pudessem auxiliar a vida cotidiana dos moradores daquela *comunidade*, acreditando que, o fato de não serem funcionários públicos, os favoreceria na cobrança junto aos variados setores. Usando a expressão de um deles, eles não teriam *rabão preso*.

A *coragem* aparece aqui como um elemento que impacta de forma positiva na construção da reputação de uma liderança. Aqueles apontados como dependentes dos cargos que ocupam na prefeitura municipal e que colocam a sua condição individual como mais importante que as demandas coletivas, são assim avaliados como fracos, sendo posta em dúvida a sua capacidade de representá-los em arenas decisórias.

Ao analisar alguns eventos específicos, foi possível perceber como as relações de poder circulavam e modelavam as dinâmicas de interação entre aquelas pessoas. A partir de tais momentos considero que as relações observadas, especialmente no âmbito das dinâmicas associativas, estão permeadas por disputas e busca por reconhecimento e legitimidade, o que do ponto de vista de tais dinâmicas possibilita aproximações e distanciamentos.

Aqui, foram analisadas algumas das dinâmicas associativas deste grupo, desde a constituição de redes de parentesco, até a de redes políticas, e foi possível perceber o quanto uma reverbera na outra, influenciando-se mutuamente. As alianças políticas, sejam para a escolha dos novos membros da Associação, seja para a representação municipal, passam necessariamente por alianças ou acordos familiares, o que me levou a considerar que não há como tomar uma separada da outra. Embora o não apoio familiar possa resultar em um distanciamento temporal, na medida em que as relações não se rompem de forma definitiva, esse movimento de marcar a aliança ou

sua quebra, nos possibilita observar que ali a família é vista como um grupo social que envolve uma rede de parentesco. Apoiando-me em Bott (1976), família aqui está sendo vista enquanto uma rede social de indivíduos que estão ligados por relações de solidariedade, de ajuda mútua, de respeito, e, principalmente por laços de parentesco.

Para pensar essas questões sob o prisma da família, me aproximei do proposto por Sarti (1996, p.63) que, em seus estudos junto a camadas pobres, em contextos urbanos, salienta em sua análise que a família é um tipo de relação que tem como base fundamental as obrigações morais. A autora sugere que, a “família como ordem moral, [está] fundada num dar, receber e retribuir”, que traduz em uma referência simbólica o mundo social compartilhado por essas famílias, orientando e atribuindo sentidos às suas relações *dentro* e *fora* do ambiente doméstico. Neste sentido, os laços familiares constroem redes que permitem uma constante troca e orientam a articulação do grupo tanto interna quanto externamente.

Como salienta Paoliello (2007, p. 135), a categoria “rede social” permite “apreender conexões entre ação e estrutura, a partir da observação de práticas dos indivíduos e de suas interações”, com isso é possível destacar que as relações não se dão em um vazio, as ações dos indivíduos se localizam dentro de um espaço social que tem efeitos sobre as ações, ao mesmo tempo em que pode ser alterado por elas. É buscando destacar a relevância de pensar essas ações dentro de uma rede, influenciando as ações individuais e familiares, e sendo influenciadas por elas, que considero a importância dessas situações para esta análise.

No próximo capítulo, serão abordados alguns processos que marcaram a *chegada* de pessoas *de fora* naquela *comunidade* e os diferentes efeitos de tais processos, marcados por elementos de ordem temporal.



5 CHEGANDO E SE ESTABELECENDO: DISTINTAS LÓGICAS DE INTERAÇÃO NA PITOMBEIRA

Nesse capítulo, além de retomar alguns elementos apresentados nas situações destacadas anteriormente, serão abordadas situações que colocaram a *imagem* daquela *comunidade* em avaliação por parte de pessoas externas ao grupo. Enfatizo, assim, momentos distintos de interação dentro daquela *comunidade*, o primeiro marcado pela *chegada* de pessoas em busca de trabalho, quando se viveu o apogeu da mineração na região e famílias migraram para aquele lugar; o segundo marcado pela *chegada* de pessoas através da constituição de alianças matrimoniais e; o terceiro, marcado por dois movimentos distintos de *chegadas*: um de pessoas que ali *chegaram* via casamento e o outro de pessoas que adquiriram ali porções de terras, depois do reconhecimento da identidade étnica do grupo, estabelecendo-se na Pitombeira em uma chave de aproximação diferenciada, marcada pelas relações de vizinhança, sem a constituição de laços de parentesco.

Tais momentos não são aqui considerados de forma linear, como momentos cronológicos fixos, mas visam apresentar uma leitura do lugar que considera algumas temporalidades sinalizadas por meus interlocutores para se posicionarem na construção da narrativa do lugar.

Além de pensar os aspectos que normalmente caracterizam as relações entre os de *dentro* e os de *fora*, com foco nas relações de vizinhança, pretendo apresentar uma percepção acerca dos processos através dos quais, mesmo aqueles que se tornaram cônjuges de membros das *famílias de raiz* daquela *comunidade*, necessariamente não são, ao menos internamente, reconhecidos como membros efetivos do grupo.

Aqui, a relação e diferenciação entre “nós” e “eles” marcará minha reflexão. Ressaltando-se, obviamente, as distintas dimensões em que tais processos de diferenciação/separação ocorrem. Pensando assim, os aspectos envolvidos na conformação do grupo, enquanto grupo étnico, e a demarcação de suas fronteiras (BARTH, 2000 [1969]), bem como, o papel de certa “dimensão grupal diacrônica” (ELIAS, 2000 [1994]), que permite a melhor compreensão da lógica e do sentido da distinção entre “nós” e “eles”.

E considerando tais processos de diferenciação, nesse capítulo lançarei mão de trechos de entrevistas realizados com uma frequência não observada anteriormente no texto, buscando assim trazer junto com minhas análises, elementos das falas de meus interlocutores destacando aspectos distintivos das situações aqui apresentadas.

5.1 Redes, Laços e Estigma

Inicialmente, um elemento que gostaria de retomar, refere-se a constante presença de pessoas *estrangeiras* na Pitombeira. Aquelas que, vindas *de fora*, estabeleceram no grupo distintos modelos de engajamento. O material empírico possibilitou a observação de que a distintividade na produção de redes de relacionamentos está marcada pela diversidade de tipos de envolvimento que são influenciados por fatores de ordem temporal, demandando assim a necessidade de uma análise processual das dinâmicas sociais (Barth, 2000 [1969]).

Conforme pude observar, ao me debruçar sobre as genealogias dos moradores daquela comunidade, a incorporação de pessoas *de fora* constitui um fenômeno recorrente, porém, marcado por situações diferentes. Aqui me parece oportuna a aproximação com a teoria da figuração de Elias (2000 [1994]), que direciona sua atenção à compreensão das organizações sociais como sendo formadas por relações de interdependência entre os indivíduos e grupos. Tal abordagem situa o indivíduo em uma densa trama social, considerando que suas múltiplas relações sociais se constituem historicamente.

Na Pitombeira, o processo de chegada de pessoas *de fora*, foi por mim situado em pelo menos três momentos, e poderia sugerir, que os mesmos marcam as relações de interdependências no grupo. O primeiro momento remete a um período que se inicia por volta dos anos de 1940, tendo como marca de incorporação das famílias que ali *chegaram*, a busca por trabalho. Fosse para atuação na Mina da Quixaba ou mesmo para *cuidar* de alguma propriedade, logo uma dinâmica de aproximação que corresponde a um momento de *chegada* atrelado ao mundo do trabalho. Já o segundo momento é marcado por pouca oferta de trabalho na região, e pela saída, especialmente de homens, em busca de trabalhos em outras cidades do estado. As *chegadas* nesse segundo momento são marcadas pelo estabelecimento de alianças matrimoniais. O terceiro momento é marcado também pela constituição de alianças matrimoniais e/ou pela aquisição de terras na região, ele se diferencia do anterior pela baixa incorporação daqueles que ali chegaram nas famílias da Pitombeira.

Tais momentos possibilitaram um desenvolvimento de redes de solidariedade de formas diferenciadas. Se em um primeiro momento, a marca do trabalho era forte, poderia ressaltar que a maior parte das pessoas que ali *chegaram* vieram acompanhadas por outros parentes (por vezes se verificou a *chegada* de famílias) e

se alojaram no lugar, na condição de moradores, estabelecendo rapidamente relações afetivas com as pessoas que ali residiam. Esse movimento pode ser observado no caso já apresentado no primeiro capítulo, da família Lourenço Marques, que se instalando na região em busca de trabalho, teve cinco filhos casando com pessoas da *comunidade* e morando nas terras das famílias que ali viviam. Trata-se de um momento em que as *chegadas* antecederam o estabelecimento de redes de aliança.

Nos trechos das falas de seu Fabrício e dona Acácia, apresentados abaixo, é possível observar alguns elementos sobre as dinâmicas de trabalho nesse período, tanto nas atividades desenvolvidas na Mina, quanto na colheita de algodão. Atividades que pareciam se complementarem, posto que o trabalho na mineração era mais masculino e a coleta do algodão feito por mulheres e crianças.

Seu Fabrício: Eu comecei a trabalhar com uns 14 anos sabe! Com 16 anos eu entrei numa firma, que era a Mina da Quixaba, eu tirei a carteira de menor... era na mineração, xelita, sabe? ... Era o garimpo, aí comecei a trabalhar de malocagem. Naquela época a gente com uns 14 anos mais ou menos, o cabra tinha que se virar mesmo porque aqui as coisas era difícil, aí eu começava a trabalhar em malocagem, toda vida eu gostava de fazer alguma coisa para ajudar meus pais, aí quando foi de 70 para cá, aí o negócio foi apertando mais, a família foi crescendo, eu já tinha me casado, a família foi crescendo aí eu disse rapaz aqui não vai dar para fazer não, eu vou ter que cair fora, aí eu arrumei um emprego na SUDENE, aí da SUDENE a minha chefia ia passando para uma empresa e ia me levando...

Dona Acácia: Era Amâncio Reges, nós ia e ele era responsável por nós, tudo. Era uma união minha filha, eu quero lhe dizer, uma união e um respeito que hoje é até difícil... Era gente demais, formava aquela turma, às vezes minha mãe ia, mas realmente quem ia mais era a gente¹⁷¹, que a gente passava 15 dias... na Serra do Cabaço, pra lá de Santa Luzia... nas serras... Neste tempo lá era algodão... Quando era de tarde todo mundo ia... Nesse tempo na Serra, aí vinha, Bernardo, meu irmão, vinha no sábado, tinha os carros, aí vinha, tinha os carros da feira lá da Serra e ele pequeno, eu tinha até medo, por que ele era, não era adulto, aí mãe tava esperando já lá em Santa Luzia, aí recebiam já o dinheiro, aí ele levava já o dinheiro aí ela fazia a nossa boinha e ele voltava e lá a gente ficava apanhando algodão... Aí quando era de madrugada, no dia que a gente vinha para casa, a gente levantava lá da Serra cedo, aí de madrugada a gente vinha de pés, chegava em Santa Luzia aí vinha para o sítio... Vinha todo mundo contente e feliz, com a feirinha na cabeça, no domingo de manhã ia para a cacimba, lavar as roupinhas e quando era no domingo de tarde, pé na rodagem! Podia está a festa que estivesse, quando Amâncio Reges dizia assim: tal hora, Amâncio Reges está reunindo o povo, todo mundo. Ele com uma jumentinha, levava os caçuá, aí colocava as feiras ali dentro e a gente ia embora, essa é a vida que eu conto.

¹⁷¹ Aqui Dona Acácia está se referindo aos irmãos.

Na fala de dona Acácia, é possível observar a menção ao período em que eles saíam à procura de trabalho na região, e do *respeito* que existia entre eles, marcado aqui pela autoridade de seu Amâncio Reges na mediação de todos no local de trabalho. Ele se responsabilizava por todas as crianças e jovens que iam para as serras colher algodão, sendo por vezes aquele que estabelecia relações que garantiam a venda de tal produto¹⁷².

Rementem a esse período a união de alguns casais da Pitombeira, uniões estas, marcadas pela incorporação de pessoas *de fora*, à exemplo de Maurício e Açucena de Albuquerque, dona Ruth e seu Bernardo Rosa de Albuquerque; dona Anália e seu Augusto de Albuquerque; dona Diolinda e seu Fabrício de Albuquerque; dona Rafaela e seu Ivo Germano; seu Eduardo e dona Acácia Rosa de Albuquerque; dona Sofia e seu Álvaro Reges; dona Alice e seu Lorenzo Alcântara; Júlia e Saul Germano; dona Antônia e seu Abelardo Reges. Aqui posso sinalizar que entre esses *de fora* existe uma relação marcada por um alto grau de coesão. São famílias que ali se estabeleceram e se conhecem há pelo menos três gerações. Assim, nas diferenciações “nós” e “eles”, tais atores não são categorizados em uma relação de marcante afastamento, tanto que no discurso dos moradores da Pitombeira esses *de fora* não são classificados como pertencendo à *comunidade*.

O que estou chamando aqui de segundo momento, é marcado por outra dinâmica de interação. Aqui, já se vivia na região um momento de crise nas dinâmicas de trabalho, levando muitos homens a migrarem em busca de trabalho em outras cidades, assim, alguns dos indivíduos que *chegaram* na *comunidade* nesse momento o fizeram através do estabelecimento de relações de matrimônio. Diferentemente do momento anterior, no qual a *chegada* antecedeu a relação de aliança, aqui os recém-chegados entraram na *comunidade* a partir do estabelecimento do casamento, desse momento poderia mencionar os casos de: Dália Rosa de Albuquerque e Ivan¹⁷³; Camila Rosa de Albuquerque e Max; Isis Reges e Charles; Adara Germano e Murilo; Antonella Marques de Albuquerque e Kleber; Hortência Rosa Reges e Virgínio (que

¹⁷² Poderia classificar o papel desempenhado por seu Amâncio Reges como de um *broker*, considerando sua posição e habilidade de intermediar tais relações entre os moradores da *comunidade* e proprietários de terras. Na narrativa de alguns moradores da Pitombeira, este senhor também é destacado em virtude de sua articulação com políticos da região, sendo em sua propriedade onde algumas festividades aconteciam nesse período. Para mais detalhes sobre tal categoria ver Biraben, 2013.

¹⁷³ Tal casal encontra-se separado.

depois se separou de Virgínio¹⁷⁴ e estabeleceu outro matrimônio); Saulo Alcântara e Antonieta. Os que permaneceram em suas uniões residem ali há duas gerações, existindo para com tais indivíduos o estabelecimento de uma aproximação que poderia aqui categorizar como de média coesão.

Já o terceiro momento, destacado nesse texto, traz dois movimentos de *chegadas*. Além da marca de entrada via o estabelecimento de matrimônios, foi observada a entrada de pessoas que ali *chegaram* em virtude da compra de terras na região. Daqueles que entraram via casamento poderia destacar: Kelly Reges e Benjamin; Alvin Reges de Melo e Lara; Beatriz Albuquerque Freire e Martin; Miguel Rosa Reges e Margarida; Hortência Rosa Reges e Caleb; Conrado Reges e Alessandra; Armando Reges e Valentina; Clarisse Albuquerque Freire e Beto¹⁷⁵ etc. A interação desses indivíduos é marcada por uma coesão menor, trata-se de famílias cujas relações, embora tenham atingido duas gerações, é formada por casais jovens. Os mesmos são incorporados nas redes de relações familiares, em um formato diferente daqueles que ali *chegaram* nos últimos anos por terem adquirido uma parcela de terra, que são pensados através da marca das relações de vizinhança. Uma chave que opera aproximações e distanciamentos em formatos diferenciados, tendo por base as relações de intimidade (à exemplo das relações de compadrio, ou o caso de algum filho que casou com alguém da Pitombeira).

Entre aqueles que ali *chegaram* a partir da aquisição de terras, poderia sinalizar os casos de Bivar, dona Manuela, dona Laura, dona Edivânia, seu Arthur, Lúcia – mãe de Josué, Enzo e Gabriel. A fala dessa moradora sinaliza um pouco tais processos e o formato de tais relacionamentos.

Moradora¹⁷⁶: Tem muitas famílias *de fora* aqui. Pronto tem seu Arthur que *mora* ali não é daqui, é do Talhado não é? Tem Lorena que *morava* em Santa Luzia e veio para cá. Tem Manuela e Laura. Laura é filha natural de Caicó veio *morar* aqui. Tem Manuela que não é daqui que é natural de Santa Luzia, veio *morar* aqui, aí já tem Gabriel que é não é *daqui*. Aí tem aquele Enzo que não é *daqui* é de Ouro Branco, *morava* para Ouro Branco, não sei nem de onde ele é! Aí já tem Martin que casou com uma *pessoa daqui*, mas não é *daqui*, veio *morar aqui* porque vivia com Beatriz, aí *mora* ali. Aí pronto, aí já

¹⁷⁴ O mesmo faleceu durante esta pesquisa, mas nesse processo não residia na Pitombeira.

¹⁷⁵ Destes, alguns casais se separaram (são os casos de Alvin e Lara – Alvin hoje encontra-se casado com outra mulher e Lara casou com Levy Rosa Reges; bem como de Beatriz e Martin) e outro foi dissolvido com a morte do cônjuge, trata-se da relação entre Kelly e Benjamin.

¹⁷⁶ Nesse capítulo, não apresentarei o nome de meus interlocutores em dois momentos de suas falas, faço isso atendendo à solicitação dos mesmos, quando do momento de realização da entrevista, mesmo tendo adotado os nomes fictícios.

tem, Anália é família, é filha natural *daqui*, mas já vem trazendo outras pessoas que *não é daqui*, genro e nora que *não é daqui* e vai *misturando* não é!? Mas tem família que não tem nada a ver com a Pitombeira, nem casado parente na família tem, esses que estou dizendo. Aí já vem, deixe eu ver quem é mais! Tem Carlos e Giana que *não são daqui*, foram os filhos que se envolveram com gente *daqui* não é! Aí já tem Regina que é minha sobrinha é casada, *mora* aqui, mais vive casada com uma pessoa *de fora*. George é casado com uma pessoa *de fora*. Aí as vezes vem uma pessoa que é tranquila, é amiga, aí já tem uns que não é! Já é agressivo, já parte para a agressão. Pronto aí já tem Raquel que não tem nada a ver com a Pitombeira, não tem parente na Pitombeira. Só tem eu prima, mas, ela não tem nem o *sangue quilombola*, ela é sobrinha do meu pai [que é *de fora*]. Aí já tem ali para o outro lado, tem aquela mulher que *mora* do outro lado do rio que é a mãe desse Josué que não tem nada a ver com o *quilombo da Pitombeira*, aí Kelly já se juntou-se com ele, não é! Agora à pouco tempo. Aí já tem essa família de Júlio que os filhos *não é daqui* [casaram aqui], uns já são do Mato Grosso, aí pegou uns parentes de Patos. Aí vai trazendo e vai desgraçando a *comunidade*. Sei que tem uns bagunceiros que não dá para aguentar. Aí fica a *comunidade misturada*.

Tal interlocutora sinaliza elementos que remetem ao que estou chamando de “terceiro momento” do processo de *chegadas* das pessoas naquela *comunidade*. A mesma destaca não só os que *chegaram* ali através do estabelecimento de relações de afinidade, à exemplo dos casos dos filhos de Anália, sua sobrinha Regina, Martin, bem como Giana e Carlos (estes por sua vez vieram *morar* ali em virtude do casamento de seus filhos com pessoas da *comunidade*); como aqueles, que adquiriram terras ali mas *que não têm nada a ver com a Pitombeira*, não possuindo vínculos de matrimônio de algum parente próximo. Ao destacar a marca do *sangue quilombola*, minha interlocutora sinaliza um traço diacrítico importante na construção das fronteiras entre os *quilombolas* e os *de fora*, qual seja, o estabelecimento de redes de parentesco. Elemento potencializador da “incorporação” daqueles que ali *chegaram* nos variados momentos aqui abordados. O que mais uma vez nos remete a Elias (2000 [1994], p. 20) em seu trabalho sobre os moradores de Winston Parva.

Assim, nesta pequena comunidade, deparava-se com o que parece ser uma constante universal em qualquer figuração de estabelecidos-outsiders: o grupo estabelecido atribuíra a seus membros características humanas superiores; [...]

Resguardadas as devidas proporções e as possibilidades de estabelecimento de algum tipo de aproximação entre os aspectos identificados na Pitombeira, e a situação retratada por Elias, em Winston Parva, os elementos apresentados pelo referido autor permitem a observação do modo como operam, de forma diferenciada,

os princípios de coesão e integração entre os *pertencentes às famílias da Pitombeira* e os *outros*. Em outras palavras,

Ao tentarmos descobrir porque eles agiam assim, percebemos o papel decisivo que a dimensão temporal ou, em outras palavras, o desenvolvimento de um grupo, desempenha como determinante de sua estrutura e suas características. O grupo de “*famílias antigas*” de *Winston Parva* (*alguns dos membros do qual, evidentemente, eram muito jovens*) tinham um passado comum; os recém-chegados não. Essa era uma diferença de grande peso, tanto para a constituição interna de cada grupo quanto para a relação entre eles. O grupo estabelecido de antigos residentes compunha-se de famílias que haviam morado naquela região por duas ou três gerações. Elas haviam atravessado juntas um processo grupal – do passado para o futuro através do presente – que lhes dera um estoque de lembranças, apegos e aversões em comuns. Sem levar em conta essa dimensão grupal diacrônica, é impossível compreender a lógica e o sentido do pronome pessoal “nós” que elas usam para se referir umas às outras (ELIAS, 2000 [1994], p. 38, grifos nossos).

Como sinaliza Elias, a questão temporal é um elemento relevante para a compreensão das relações desses grupos. Na Pitombeira o compartilhamento de situações que marcaram a trajetória daquelas famílias possibilita a compreensão de algumas dinâmicas de incorporação de pessoas que lá chegaram. Não por acaso, a questão temporal também é um fator importante para esta análise, posto que o período/momento em que ali *chegaram* é um fator destacado por alguns interlocutores.

Em uma ocasião em que estava na casa de Dália, a mesma chamou atenção para alguns elementos interessantes para pensarmos as diferentes lógicas de relacionamentos ali estabelecidos. Na ocasião falávamos da chegada de *pessoas de fora* na Pitombeira e Dália enfatizou que existiam ali situações diferentes e que as mesmas eram marcadas por temporalidades distintas. Ela justificou trazendo o exemplo de seu Raul, que segundo Dália morava na Pitombeira “desde quando eu me entendi por gente”, relacionando a chegada daquela família a um passado partilhado. Raul se instalou na Pitombeira na condição de morador¹⁷⁷, e teve duas de suas filhas casando-se com homens da Pitombeira e outra delas, embora casando com alguém de outro sítio da região, sempre residiu no sítio que seu pai *tomava conta*, situado na Pitombeira.

Tal situação destaca um modelo de aproximação marcado pela incorporação de tais *estrangeiros* a partir das alianças matrimoniais estabelecidas já há algum

¹⁷⁷ Poderia sugerir que o mesmo está inserido naquele primeiro momento mencionado acima.

tempo (aqui o marco destacado por Dália foi ao momento no qual ela começa a perceber o que a cerca, “desde que ela se entende por gente”), logo, da incorporação destes nas *famílias de raízes* daquela *comunidade*. Tal situação também pode ser observada no caso, já sinalizado no capítulo 1, da família de Arlindo Lourenço Marques¹⁷⁸.

Ao sinalizar aspectos que podem ser considerados importantes para o estabelecimento de algumas pessoas *de fora* nas *famílias de raízes* da Pitombeira, e sua incorporação no grupo, Dália também destacou outros elementos que marcaram a entrada de outras pessoas na Pitombeira. No primeiro capítulo, quando apresentei alguns trechos de minha conversa com Dália, a mesma relatou a chegada de pessoas através da compra de terras após o reconhecimento da *comunidade* como quilombola e a rápida saída dos mesmos, sem a criação de laços de afetividade com o grupo (ver página 69).

Assim, ao demarcar a distinção das relações de aproximação dessas famílias, é possível observar uma alteração no formato do estabelecimento das relações de amizade e vizinhança naquela *comunidade*, que tem como marco o processo de reconhecimento da identidade étnica pelo qual o grupo passou, e a reconfiguração das redes que ali estavam se desenvolvendo.

Com o processo de reconhecimento da *comunidade* enquanto quilombola, me parece que tal fenômeno passa a ser lido de forma diferenciada, posto que embora a vinda de algumas destas pessoas ainda seja marcada por uma incorporação às redes de parentesco, por vezes outras, não têm assim se estabelecido. Recentemente, observei a *chegada* de pessoas que não construíram ali nenhum vínculo de maior aproximação. Depois do reconhecimento daquela *comunidade* enquanto quilombola, à venda de terras por parte de moradores locais passa a ser avaliada de um outra maneira, posto que começa a se cobrar uma postura e cuidado em relação à terra que é coletivizado, mesmo que a mesma ainda não tenha sido titulada.

As especulações geradas com o reconhecimento quilombola potencializou a curiosidade e o interesse de pessoas que passaram a buscar na Pitombeira os *benefícios* que aquela nova situação poderia gerar.

Aqui, é possível observar que o reconhecimento da identidade étnica desses grupos gera a categorização dos mesmos (que passam a ser identificados enquanto

¹⁷⁸ Cujo diagrama pode ser observado nos anexos deste texto.

quilombolas) e sua caracterização como agentes titulados e com acesso à direitos. Porém, tal categorização também os coloca, em uma chave de garantia de um direito que se apresenta enquanto limitado, no que se refere ao acesso a um bem, ou seja no acesso à propriedade da terra da família, passando estes a não mais possuírem autonomia plena na gestão de suas terras, que com a titulação passará a ser gerida por suas “associações legalmente constituídas” (Decreto 4.887/2003).

É em decorrência dessa mudança no modo pelo qual o gerenciamento da terra passa a ser posto, mesmo que ainda não se tenha o título coletivo, que a venda de porções de terras à pessoas *de fora*, depois do reconhecimento, toma uma proporção que gera a potencialização de alguns dilemas e desentendimentos, como aquele que foi apresentado no capítulo 1, quando abordei o caso das irmãs Marta e Dalila, que, por vezes, foram responsabilizadas, mesmo que de forma indireta, pela presença de pessoas de quem se desconheciam as *referências*, logo “suas reputações”.

Não é que apenas elas tenham vendido terras na Pitombeira depois que aquela *comunidade* foi reconhecida como quilombola, mas é interessante lembrar que, sendo elas pertencentes a uma *família estabelecida* naquela comunidade, recaía sobre as mesmas uma cobrança em relação a tal comportamento e, como depois das vendas algumas dessas terras foram sendo fragmentadas por seus compradores e vendidas à terceiros, a situação acabou gerando uma quebra no controle e mapeamento das redes de relações, bem como das reputações daqueles que *chegavam*.

A atribuição de tal responsabilização a estas mulheres permite a consideração de que foram elas que *quebraram com as regras*, posto que, uma vez consideradas como *pertencentes ao lugar*, elas eram conhecedoras dos repertórios morais que mediavam as relações naquela *comunidade*. Assim, ao compartilharem padrões de relacionamentos entre vizinhos e parentes, elas poderiam avaliar o impacto da *chegada* de pessoas com quem o grupo não tivesse aproximação. Tal impacto pôde ser verificado com a venda de terras acontecendo por parte de alguém que não é reconhecido como *pertencente ao grupo*, posto que as mesmas tiveram um impacto diferenciado, considerando-se que esse “outro” não compartilhava dos padrões de conduta do lugar, logo, não era cobrado no mesmo nível, não recaindo sobre esse indivíduo qualquer responsabilização.

Um lugar que já era marcado pelo estigma e pela marca de ali residirem negros, teve com a incorporação de pessoas *estrangeiras* ao grupo, que passaram a residir

ali depois do reconhecimento, impactos na imagem que era elaborada sobre a *comunidade*.

Aqui seria possível destacar a ocorrência de duas situações em que foram observadas a quebra das dinâmicas do “bem viver” com o assassinato de pessoas que, embora residissem na *comunidade*, não eram consideradas como *pertencentes ao grupo*.

Um desses casos envolveu os companheiros de duas mulheres das *famílias de raízes* da Pitombeira (as famílias Reges e Rosas). Trata-se do assassinato de Benjamin, companheiro de Kelly, que foi morto a facadas por Caleb, esposo de Hortência¹⁷⁹. Dentre os comentários que pude acessar sobre o acontecimento, ouvi que o crime foi motivado por uma possível relação extraconjugal que estava sendo vivida entre Hortência e Benjamin.

No caso desse assassinato, ambos, Caleb e Benjamin, embora tivessem vivido com mulheres da Pitombeira, não eram ali nascidos, tendo sido *incorporados* àquelas famílias em virtude das suas respectivas alianças matrimoniais. Mesmo se consideradas tais alianças, e o estabelecimento dos vínculos entre aqueles casais, em um processo de diferenciação interna, a marca *de fora* pode ser observada ao se referir àqueles rapazes. Diferenciação que não é observada por quem olha *de fora* para aquele grupo, que homogeneíza aqueles que ali residem como *pertencentes ao lugar*. Não é à toa que a marca daquele crime foi compartilhada, de modo que os comentários acerca do mesmo foram atrelados àquela *comunidade*. Em todo caso, quando pensamos tal situação, a qual reforça a constituição de fronteiras entre “nós” e “eles”, seja em termos da relação entre os moradores da Pitombeira e aqueles que residem nos sítios vizinhos/os demais moradores de Várzea ou de Santa Luzia, seja quando olhamos para a relação entre aqueles considerados de *sangue quilombola* e os que passam a residir no lugar por laços matrimoniais, importa o que nos apresenta Becker (2008 [1991], p. 15) quando de sua definição do que conceitualmente definiu como outsiders.

Todos os grupos sociais fazem regras e tentam, em certos momentos e em algumas circunstâncias impô-las. Regras sociais definem situações e tipos de comportamento a elas apropriados, especificando algumas ações como “certas” e proibindo outras como “erradas”. Quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial,

¹⁷⁹ Tal episódio aconteceu em agosto de 2012.

alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é encarada como um outsider.

Obviamente, não podemos esquecer, como já destacado pelo próprio Becker, que, a proporção ou dimensão com que um ato será tratado como desviante, em termos inclusive, de sua repercussão, depende de quem o comete ou mesmo de quem se sente diretamente prejudicado pela ação. O “desvio não é uma qualidade que reside no próprio comportamento, mas na interação entre a pessoa que comete um ato e aqueles que reagem a ele” (Becker, 2008 [1991], p. 27).

Assim, esse episódio permite a observação de uma linha tênue na incorporação dessas pessoas ditas *de fora*, marcada por dinâmicas que são contextuais e processuais. Se, no primeiro capítulo, eu destaquei a incorporação de algumas pessoas nas *famílias de raízes* da Pitombeira, aqui é possível observar um interessante movimento dessas relações, ou mesmo elementos dessas dinâmicas. Vir *de fora* e *estabelecer laços* através do matrimônio é algo que permite a incorporação no grupo (por vezes ouvi a expressão *avó quilombola*, *mãe quilombola*), porém, esta incorporação pode ser categorizada em níveis diversos. Por exemplo, uma pessoa como dona Ruth, que casou com alguém da Pitombeira, tem netos ali e continua vivendo sua vida naquele lugar ao lado de seu companheiro, filhas (os), genros/noras e netos (as) é *incorporada* como membro da *comunidade*; mas uma pessoa como Alessandra, que embora casada com alguém *nascido na Pitombeira* e tenha filhos com essa pessoa não é incorporada no mesmo nível, o que também pode se verificar com o irmão de Alessandra que vindo de João Pessoa casou com uma jovem da Pitombeira com quem tem dois filhos, mas em uma classificação interna, atualmente, ainda é considerado como *de fora*.

Tais exemplos me permitem a observação de que os tipos de classificação das pessoas naquela *comunidade* remetem a questões que estão relacionadas a temporalidades, bem como às reputações das pessoas, por meio da definição de lógicas particulares segundo as quais,

[...] se constroem línguas morais e gramáticas de moralidade associadas a variadas formas de recorte de mundo, explorando justamente a sistematização dessa gramaticalidade e sua torção sobre as faculdades e capacidades cognitivas dos atores (WERNECK; OLIVEIRA, 2014, p. 12).

Inclusive, sendo observadas as condutas de tais atores, as mesmas encontram-se atreladas a questão geracional.

Aqui, é possível estabelecer uma aproximação com o exposto por Scott (2011, p. 208-209) quando sinaliza duas concepções inter-relacionadas de geração. De acordo com o autor

O primeiro conceito é estrutural e refere-se à posição de uma pessoa numa rede de parentesco onde sucede pais e filhos. Estabelecem-se relações de hierarquia e autoridade entre gerações, unidas pelo “sangue” e solidariedade de pertencerem a grupos específicos de parentes, e separadas por possuírem as responsabilidades diversas, os pais e avós socializando gerações mais novas, as mais novas com mais direito de acesso a meios de se beneficiarem do que oferece a sociedade e serem apoiadas pelas gerações mais velhas. Constituem-se debates sobre direitos e deveres que passam pelo discurso de autoridade e de obediência e que retratam as mudanças ocorridas na sociedade. A idade é apenas um indicador impreciso destas relações de geração. Para a segunda ideia de geração, uma ideia mais histórica, a idade é um indicador mais confiável. Num nível micro esta questão se trata como grupos etários ou de “coortes” mas é na referência mais macro que a sua importância se revela com mais clareza. Neste sentido “gerações” passam por experiências históricas semelhantes, que a sociedade marca e rotula, como “a geração de 68” (de contestação de hippies), “a geração de 80” (da década perdida ou das caras pintadas dependendo da ideologia do rotulador), “da geração da internet” etc [...].

Ao observar as noções apresentadas por Scott (op. cit.), poderia destacar que, na Pitombeira, tornar-se *avó quilombola* implica em uma relação com o lugar já estabelecida, pautada em relações de solidariedade que consolidaram a incorporação familiar. Trata-se de *peessoas conhecidas, de respeito*, “que vivem ali há anos”, que “batalharam junto” nos momentos de dificuldades, “*criando os filhos*” e “auxiliando nos cuidados dos netos” remetendo-os a um contexto geracional de incorporação de pessoas naquela *comunidade*.

Outra situação que envolveu pessoas *de fora*, que moravam na Pitombeira, foi o assassinato de uma mulher por seu ex-companheiro. O mesmo residia na *comunidade* há algum tempo com sua antiga esposa (ambos *de fora*) e depois que ficou viúvo *foi viver* com uma jovem que estava residindo na Pitombeira. Diferente do caso mencionado anteriormente, aqui tanto o homem quanto a mulher em questão eram *de fora* e lá chegaram sem o estabelecimento de relações de parentesco com moradores da Pitombeira.

Tal jovem, mãe de sete filhos, foi morar na Pitombeira em virtude de uma troca de terra realizada por seu padrasto. A mesma já tinha estabelecido outros relacionamentos passageiros com pessoas da *comunidade*, chegando a *morar*

apenas com este senhor. Mais velho que ela, por vezes, ouvi comentários com relação a tal envolvimento que destacavam a diferença de idade dos dois (ele tinha 65 anos e ela 33 anos), comentários que não poupavam a sua presença. Tais narrativas sinalizavam a dificuldade de aquele relacionamento *dar certo*, posto que ele “era muito velho para ela”.

Este crime chocou os moradores da *comunidade*. Embora ambos fossem *de fora*, tendo chegado à Pitombeira para residir em terras que tinham adquirido, ele com sua esposa (que naquele momento já tinha falecido) e ela com seus filhos. Dele nunca se tinha ouvido falar de qualquer envolvimento com problemas. “Muito trabalhador” ele não era um homem de quem se “ouvia falar ter um comportamento agressivo”. Ela, por sua vez, era bastante comunicativa, sua *chegada* na *comunidade* sensibilizou muitas pessoas, em virtude da sua luta para sobreviver ao lado de seus sete filhos. Ela, que teve a casa que o padrasto comprou queimada por um dos antigos herdeiros da terra, e viveu por um tempo com suas crianças em uma casa de taipa, “nunca demonstrou tristeza” pela sua condição. “Batalhadora”, ela fazia unhas e “*corria atrás* do que pudesse para garantir o sustento dos filhos”. Durante um inverno, pude ouvir a preocupação de alguns moradores da Pitombeira com ela e as crianças, que deviam estar sofrendo os efeitos da chuva na casa de taipa. Nesse momento, ela foi agraciada por um mutirão para reformar a casa que havia sido queimada. Tal movimento foi iniciado pelo pastor de uma igreja evangélica, que frequentava a *comunidade*, e teve o auxílio de alguns moradores da Pitombeira que doaram materiais e dias de serviço para ajudar na reforma.

O cuidado que Laís tinha com seus filhos era destacado quando se falava nela. Uma “mulher jovem” e “com tantos filhos”, mas que “nunca tinha pensado em se desfazer de nenhum”. Sempre sorridente e alegre, Laís se instalou ali e passou a estabelecer relações de maior afinidade com os moradores da Pitombeira convidando alguns casais da *comunidade* para apadrinharem seus filhos, marcando assim um movimento de aproximação nas redes de relações com as famílias do lugar.

Ao se relacionar com Maximiliano, ela e as crianças *foram morar* em uma propriedade pertencente a um conhecido de seu companheiro, próximo à Pitombeira, para quem ele desempenhava algumas atribuições nos cuidados com os animais. Com o rompimento do relacionamento, ela voltou para a sua casa, onde estava a sua mãe e, entre algumas idas e vindas, ela resolveu pôr um fim ao relacionamento. De

acordo com algumas narrativas, inconformado com a situação, Maximiliano começou a ameaçá-la, ameaças que culminaram com o seu assassinato.

Laís foi morta em março de 2017, a golpes de faca, na frente dos seus sete filhos. Tal crime provocou muita comoção na *comunidade*, tanto por sua crueldade (ele deferiu vários golpes de faca na vítima, deixando-a sem chances de sobrevivência, e tentou também matar seus filhos que a defenderam), quanto por seu caráter, para alguns, premeditado (tendo acontecido em um dia de domingo, quando a mesma estava visitando sua filha mais velha – que estava casada e residindo na Quixaba – e em um momento em que a maioria dos homens da *comunidade* estavam no campo de futebol).

Diferente do assassino de Benjamin, que até hoje encontra-se foragido, Maximiliano foi preso no mesmo dia do crime, sendo encontrado por moradores da Pitombeira nas imediações da sua casa naquela localidade. A revolta pela crueldade de seu ato, levou muitos moradores à sua procura e aprisionamento, antes mesmo que a polícia chegasse.

Tal crime comoveu não apenas os moradores da Pitombeira, mas de toda a região. Matar uma mãe que “pediu para deixá-la viva para criar seus filhos, sem piedade, e tê-los feito presenciar a cena, foi de uma crueldade sem tamanho”.

A preocupação com as crianças era um elemento recorrente quando se falava em tal perda, principalmente quando se fazia referência aos comentários que as mesmas externalizaram depois de tal acontecimento. Com a morte de Laís, seus filhos passaram a viver com a avó. Para auxiliá-la nos cuidados com os netos, campanhas foram feitas para arrecadar doativos para as crianças. Além dessas campanhas, que foram realizadas em algumas cidades da região, um ato em repúdio ao crime foi realizado em Várzea, com a intenção de evidenciar um canal de diálogo, através da Coordenadoria de Políticas para mulheres, de forma que as mesmas pudessem ser ouvidas e denunciasses casos de violência doméstica.

Essas duas situações, apresentadas nesse capítulo, repercutiram de forma negativa no modo pelo qual a imagem da *comunidade* era compartilhada por quem estava *fora*. Como destaca uma moradora,

Moradora: Pronto, aí Maximiliano não é daqui, é de São Mamede, desse meio de mundo, não é? Aí, Laís não é daqui, é de Santa Luzia, de acolá. Aí aconteceu esse episódio, aí fica: “Morreu uma pessoa da Pitombeira”, “fulano da Pitombeira matou fulano da Pitombeira”. Não!! Assim, veio um pessoal *de fora morar* na Pitombeira e começaram a se conhecer, e o homem matou a

mulher, lá na Pitombeira. Mas, não é da Pitombeira, não. Aí [o povo] fica, é da Pitombeira! Eu digo: Não! Não é da Pitombeira. Ela *mora* na Pitombeira hoje, *mas não é da Pitombeira*. Pelo que eu saiba aqui da Pitombeira nunca aconteceu esses episódios com quem é da Pitombeira. De jeito nenhum, o que aconteceu com esse menino... de Benjamin com Caleb. Nem Caleb é da Pitombeira e nem Benjamin é da Pitombeira. Caleb [aqui ela está se referindo a Benjamin] a família da mãe dele é de Picuí, eles são de Picuí, não é!? E Caleb é daqui de Santa Luzia, não era daqui. Aí nunca aconteceu essas coisas aqui com gente da Pitombeira, só com *gente que vem de fora que vem morar aqui*, da Pitombeira mesmo não! Aí fica à *Pitombeira mal vista*. Eu digo: Não, tem que saber distinguir as coisas, é de um povo que veio morar na Pitombeira, não é da Pitombeira. O povo da Pitombeira é muito calmo.

A *chegada* de pessoas que não foram incorporadas nas redes de parentesco daquela *comunidade*, gerou impactos no modo pelo qual o grupo foi avaliado, no contexto municipal, tomando por base situações limites como aquelas postas com os crimes mencionados.

Ao final da pesquisa, percebi, entre alguns moradores da Pitombeira, o receio com a presença de pessoas *estrangeiras* e o cuidado com minhas andanças desacompanhada, especialmente à noite. Nas palavras de uma moradora, ao sinalizar a preocupação com o modo pelo qual eu iria voltar para a casa de dona Ada, ela disse: “Evite andar sozinha... nem nós sabemos mais quem são as *pessoas que estão morando aqui!*”, sinalizando que, em relação a estas novas pessoas, existia um distanciamento e que não havia como mapear suas reputações.

A necessidade de demarcar a distância com essas pessoas *de fora*, envolvidas com tais crimes, observada na narrativa de uma moradora da Pitombeira, nos coloca diante da apresentação de justificativas evidenciadas pelo sentimento de injustiça com o modo pelo qual a imagem da *comunidade* passa a ser propagada pelas pessoas *de fora*, que tomam tais situações como provenientes daquele lugar, sem que uma demarcação de quem cometeu tais atos seja elaborada.

Como sinaliza Barrington Moore Jr. (1987), o sentimento de injustiça provoca reações individuais e coletivas ao fato que o causou nos indivíduos atingidos, que por sua vez agem como se tivessem sido atingidos por um evento desestruturador de seus anseios, de suas expectativas, de sua moralidade.

Ao se falar daquele assassinato, se remetia ao acontecimento direcionando os comentários à Pitombeira, “eram da Pitombeira os envolvidos naquela tragédia”. O que nos remete, mais uma vez, as situações descritas por Elias (2000 [1994], p. 23), mesmo que o mesmo construa sua reflexão, a partir da análise de dois grupos, cuja principal distinção remeta apenas a uma dimensão de ordem temporal, o que a

princípio, não dá conta das relações entre os “da Pitombeira” e os demais moradores de Várzea ou Santa Luzia, em que se percebe a presença de marcadores étnicos.

Em Winston Parva, como em outros lugares, viam-se membros de um grupo estigmatizando os de outro, não por suas qualidades individuais como pessoas, mas por eles pertencerem a um grupo coletivamente considerado diferente e inferior ao próprio grupo. Portanto, perde-se a chave do problema que costuma ser discutido em categorias como a de “preconceito social” quando ela é exclusivamente buscada na estrutura de personalidade dos indivíduos. Ela só pode ser encontrada ao se considerar a figuração formada pelos dois (ou mais) grupos implicados ou, em outras palavras a natureza de sua interdependência.

O estigma vivido pelos moradores da Pitombeira, foi também observado em outras situações, especialmente situações de interação entre aqueles atores e agentes externos à *comunidade*.

O incômodo com o modo pelo qual os moradores da Pitombeira são estigmatizados nos comentários e relação com às pessoas que residem em Várzea pode ser evidenciado nessa situação, mas não se restringe a ela, em uma conversa com uma moradora da *comunidade* ela relata que já viveu muitas situações de preconceito naquela cidade.

Marta: Várzea é tão racista, o pessoal de Várzea, que a gente veio assim, ter mais contato com Várzea já depois de uns..., talvez de uns 10 anos para cá... Realmente o nosso movimento aqui, você veja mesmo que você diz [pergunta]: Onde é que tem um, uma pessoa da Pitombeira que saiu daqui? Tem em Santa Luzia, em outros cantos. Agora em Várzea, se eu não me engano só tem Rebeca, que casou com aquele menino para lá. Realmente a gente não podia ir em Várzea que as pessoas ficavam mangando e criou certa rixa. Na época que eu estudava, era um ônibus sabe. Gente, a gente sofreu demais naquela época. Eu era moleca. Pelo amor de Deus... Tem hora que eu fico me lembrando e digo assim: Meu Jesus, como eu queria estudar! Porque, nada daquilo fez eu desvanecer dos estudos. Porque realmente a gente era tudo negro. Era eu, os meninos de Otávio (bem pretinhos mesmo), Adara (tudo bem pretinho). E eles discriminavam a gente mesmo. Pegavam pesado, era tudo molecote. Também tinha as meninas de Ruth ali, tudo bem pretinha.

Pesquisadora: O que faziam com vocês?

Marta: Mangavam. Falavam que a gente fedia... E hoje continua, a discriminação. Não é tanta, mas eles veem um negro da Pitombeira quando é para trabalhar na sua casa, entendeu? Quando é para pedir um voto, quando é para fazer uma festinha de política na sua casa... Eu mesmo hoje em dia vou em Várzea, mas não tenho intimidade com as pessoas, converso e tudo, mas de amizade eu não tenho, porque eu não gosto dessas coisas, porque ou me vê como pessoa...

Tais situações apontam para maneiras como são operados distanciamentos e desrespeitos para com os moradores daquela *comunidade*. Tais processos de

diferenciação *de dentro e de fora* “nós” e “eles”, conformam o ordenamento moral que ao não ser reconhecido categoriza os comentários homogeneizadores como insulto moral. Nas palavras de Oliveira (2008, p. 136), o insulto moral trata-se de um conceito,

que realça as duas características principais do fenômeno: (1) trata-se de uma agressão objetiva a direitos que não pode ser adequadamente traduzida em evidências materiais; e, (2) sempre implica uma desvalorização ou negação da identidade do outro.

As experiências compartilhadas por Marta, bem como aquelas sinalizadas nos demais depoimentos possibilitam a identificação de sentimentos de ressentimentos pelo modo como são tratados pelos *de fora*, especialmente por aqueles que sendo *de fora* se colocam numa relação de superioridade para com eles. O rótulo de “lugar perigoso e violento” gera internamente muito incômodo, especialmente porque tal rotulação homogeneíza diferenças que são vividas no cotidiano do grupo.

A diferenciação interna, marcada pelos diversos modelos de engajamento, que pude observar ao compartilhar o cotidiano com os moradores da Pitombeira, tem como principal chave o estabelecimento de relações de afinidade com as famílias que ali residem. Nos três momentos, aqui destacados, que marcaram as *chegadas* dessas pessoas *de fora*, é a constituição de relacionamentos matrimoniais o fator mais enfatizado nos processos de incorporações desses novos atores, sendo considerados diferentes níveis de tais incorporações, nos quais se observa a importância do tempo de estada no lugar e o modo pelo qual as dinâmicas de convivência foram sendo pautadas, enfatizando-se como *de fora*/sem direitos, aqueles que “não têm nada a ver com a Pitombeira”, não tendo “nem casado parente na família”.

Tais diferenciações não são consideradas nas avaliações que são elaboradas por quem está *de fora*, que relaciona todas pessoas que ali residem como pertencentes àquela *comunidade*. Os assassinatos apresentados nesse capítulo, possibilitam a observação desta diferenciação interna, bem como marcam o modo pelo qual tal lugar é lido por quem interage direta ou indiretamente com aquela *comunidade*.

A apresentação de tais situações visou destacar momentos nos quais a diferença foi operada, seja nas dinâmicas internas, seja nas dinâmicas externas.



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desse texto, elementos da “micropolítica da vida cotidiana” dos moradores da *comunidade quilombola* da Pitombeira foram analisados. A partir de um conjunto de situações observadas quando da realização da pesquisa de campo naquele lugar, destaquei aspectos referentes às dinâmicas familiares, políticas e identitárias do grupo.

Ao escrever esse texto me vi diante do desafio de textualizar as experiências que foram comigo compartilhadas ao longo da pesquisa. Ao final, o texto é resultado de um conjunto de escolhas que foram se desenhando conforme ia desenvolvendo a presente pesquisa, que destaca, dentre outras coisas, a importância de analisarmos as situações que nos são apresentadas em campo dentro de seus contextos, vendo-as como processuais e observando quando a diferença é operada de modo a agregar ou provocar distanciamento, destacando também os diversos modos de ação de nossos interlocutores.

Assim, no primeiro capítulo apresentei algumas dinâmicas da organização social da Pitombeira, com o objetivo de apresentar um olhar sobre a região, bem como, do modo pelo qual são ali estabelecidas as dinâmicas familiares. Através da observação do cotidiano daquelas pessoas, foi possível analisar a importância das configurações familiares na Pitombeira, elemento que possibilitou a visualização de classificações entre as famílias e a problematização da existência de distintos regimes de envolvimento naquela *comunidade*.

Os pertencimentos familiares dos moradores da Pitombeira se apresentaram como princípios que organizam e possibilitam o mapeamento de tais indivíduos, sendo atreladas a tais pertencimentos, às reputações elaboradas sobre aquelas famílias. Assim, ao atribuir destaque às *famílias de raízes*, pude sinalizar atores que, trilhando por arenas diversas (no mundo religioso, político, associativo ou mesmo familiar), representam para o grupo relevantes contribuições para sua constituição e manutenção.

Nesse sentido, o material empírico me permitiu considerar que, a articulação social dos moradores da Pitombeira ocorre, especialmente, a partir das dinâmicas familiares, estando suas articulações políticas vinculadas ao papel e a reputação desempenhadas por determinadas famílias dentro do grupo. Assim, ao abordar aspectos relativos à vida cotidiana naquela *comunidade*, baseando-me no modo pelo qual as socializações vão ali se constituindo e as dinâmicas da vida familiar vão

pautando a organização e articulação social do grupo, foi possível acessar o modo pelo qual tais dinâmicas vão sendo permeadas por uma política das reputações e por conflitos. Em último caso, realizei um esforço de compreensão do material empírico por mim acessado, durante os anos de pesquisa de campo, com a finalidade de perceber os sentidos atribuídos as suas práticas, e que dão sustentação as suas aspirações de legitimidade e efetividade.

Aqui, ganharam destaque elementos que correspondem aos repertórios morais do grupo. A solidariedade familiar, observada no cuidado com os idosos, na troca de comida, no apoio na hora da necessidade; o respeito; a fidelidade; a honestidade são ali importantes elementos na constituição das moralidades.

Ao destacar o modo pelo qual as reputações familiares são acionadas no mapeamento das pessoas que fazem a Pitombeira, foi possível observar o modo pelo qual as redes de relações familiares vão se constituindo e se consolidando, destacando a importância da respeitabilidade e da reputação enquanto dispositivos morais naquela *comunidade*.

Apresentados alguns elementos em torno da organização social do grupo e do mapeamento das famílias que ali vivem, no segundo capítulo, a partir de algumas situações observadas na escola, considerado aqui um importante espaço nas dinâmicas de sociabilidade daquele grupo, foram destacados elementos que marcaram algumas dinâmicas de disputas e desentendimentos entre moradores daquela *comunidade*.

Além de acompanhar as dinâmicas do cotidiano naquele lugar, as atividades associativas tornaram-se um importante espaço na análise aqui apresentada. Ao circular pela escola, acompanhando reuniões, eventos, cursos e comemorações pude vivenciar situações em que as diferenças entre aquelas famílias reverberavam nas discussões ou mesmo encaminhamentos das atividades associativas daquela *comunidade*, permitindo sinalizar a intrínseca relação que ali é estabelecida entre família, política e associativismo.

Por essa razão, ter acompanhado o processo de escolha de uma nova representação para a Associação local possibilitou a observação dos desdobramentos do resultado do que foi, a primeira disputa para a escolha de membros da diretoria daquela Associação, pautando assim novos arranjos para as dinâmicas de afetividade no grupo. As situações elencadas no segundo capítulo apresentam uma direta relação com os aspectos políticos envolvidos em tais processos, seja no âmbito interno, no

caso da eleição para a escolha da nova diretoria e a realização da festividade do 20 de novembro, seja no âmbito externo, considerando o contexto de realização da eleição para escolha dos representantes municipais e sua proximidade com o curso de doces, influenciando assim as presenças e ausências dos participantes do curso.

Ao enfatizar os desentendimentos e a conflitividade, ali observada, foi possível sinalizar que as lógicas familiares que marcam a dinâmica interna do grupo não são postas à margem quando se trata de buscar acesso a determinadas políticas coletivas. Assim, são as dinâmicas internas e as lógicas familiares importantes fatores que pautam às demandas da *comunidade*.

Além destes elementos observados no ambiente escolar, a apresentação de outras situações possibilitaram a observação de como as reputações familiares podem ser acionadas na construção de um quadro moral do grupo que classifica aqueles que podem ou não *tomar satisfação*, ou seja, aqueles que conquistaram ou não uma situação de autoridade tendo como referência sua reputação familiar.

No terceiro capítulo, as dinâmicas da vida associativa retomam o espaço da escrita do texto. Ao sinalizar alguns aspectos do quadro de situações de reconhecimento de comunidades quilombolas na Paraíba, busquei destacar importantes atores que têm atuado na mediação do acesso aos direitos de tais populações naquele estado. Ao enfatizar aspectos da demanda pelo reconhecimento quilombola da Pitombeira chamei atenção para distintas lógicas de articulação e agregação política que pode ser observada através das lideranças de um grupo.

Ao acompanhar o processo de escolha dos novos membros da diretoria daquela Associação, ocorrida em 2014, foi possível compreender como tem se instaurado algumas disputas por poder, reconhecimento e prestígio dentro daquela *comunidade*. Além de, observar distintos modos de articulação entre algumas lideranças que representavam aquela coletividade e agentes de mediação que ali atuavam. Fatores que estavam relacionados com a trajetória de cada uma daquelas lideranças, bem como o modo pelo qual as mesmas eram legitimadas *dentro* e *fora* do grupo.

Ao destacar a articulação com agentes mediadores e os diferentes níveis de aproximações elaborados pelas lideranças daquela *comunidade*, objetivei chamar atenção para a dinamicidade dos padrões de interdependência entre aqueles atores, de modo a ressaltar a importância de sua compreensão para a observação dos conflitos e disputas vividos ali e seus desdobramentos nas pautas coletivas do grupo.

Assim, foi ao analisar algumas das dinâmicas associativas deste grupo, desde a constituição de redes de parentesco, até a de redes políticas, que se tornou possível perceber o quanto uma reverbera sobre a outra, influenciando-se mutuamente. As alianças políticas, sejam para a escolha dos novos membros da Associação, seja para a representação municipal, passam necessariamente por alianças ou acordos familiares, o que me levou a considerar que não há como tomar uma separada da outra.

A partir da observação de tal situação, pude perceber os efeitos da constituição dos arranjos familiares sobre a dinâmica associativa do grupo, bem como o modo pelo qual a demarcação das fronteiras destes grupos familiares ia sendo elaborada e o modo pelo qual as mesmas influenciavam decisões coletivas, gerando assim processos de reconfigurações familiares, ou de “familiarização”.

Aqui é importante sinalizar o caráter situacional de tais processos, a partir das situações apresentadas nos capítulos 2 e 3, posto que nem sempre as pautas são compartilhadas mesmo no âmbito da família. Assim, embora a ausência de apoio familiar, em determinado momento, possa ter resultado em um distanciamento temporal (um desses exemplos pôde ser observado no caso de Dália que, não apoiou o sobrinho na eleição da diretoria, mas quando de sua candidatura ao cargo de vereador, no pleito municipal, se dedicou a sua campanha deixando claro o seu apoio), na medida em que as relações não se rompem de forma definitiva, esse movimento de marcar a aliança ou sua quebra, nos possibilita observar que ali a família é uma importante rede de estabelecimento de relações e proteção.

Ao destacar os episódios da eleição para a escolha de membros da diretoria, a festividade de comemoração da consciência negra, a eleição municipal de 2016 e o curso de segurança alimentar, tive a intenção de ressaltar o encadeamento nas ações e relações deflagradas nessas ocasiões, encadeamento este que refletiu nas presenças e ausências no curso de segurança alimentar, nas disputas pela elaboração da programação da festividade de comemoração do dia nacional da consciência negra, ou mesmo nos processos de reorganização das alianças entre algumas famílias. Além disso, foi possível sinalizar, com tais processos, os distintos modelos de engajamento estabelecidos por duas lideranças com agentes de mediação.

No quarto capítulo a ênfase da análise recaiu sobre as dinâmicas de relacionamentos com *pessoas externas* ao grupo e o modo pelo qual os moradores

da Pitombeira são avaliados no contexto municipal. Visando problematizar essa relação com pessoas *de fora*, foram apresentados elementos que destacam distintos regimes de *chegadas* de tais atores e o estabelecimento de relações com as *famílias de raízes*, sinalizando aqui os impactos de tais processos na construção de uma imagem sobre aquele lugar.

Assim, considerando o constante fluxo de *chegadas* de pessoas *de fora*, e seu estabelecimento naquele território, busquei enfatizar o que chamei de distintos momentos de interação dentro daquela *comunidade*. O primeiro marcado pela *chegada* de pessoas em busca de trabalho, quando se viveu o apogeu da mineração na região e famílias migraram para aquele lugar; o segundo marcado pela *chegada* de pessoas através da constituição de alianças matrimoniais e; o terceiro, marcado por dois movimentos distintos de *chegadas*: um de pessoas que ali chegaram via casamento e o outro de pessoas que adquiriram ali porções de terras, depois do reconhecimento da identidade étnica do grupo, estabelecendo-se na Pitombeira em uma chave de aproximação diferenciada, marcada pelas relações de vizinhança, sem a constituição de laços de parentesco.

Ao destacar dois assassinatos vividos nos últimos anos na Pitombeira busquei sinalizar, ainda nesse capítulo, alguns dos aspectos que caracterizam as relações entre os *de dentro* e os *de fora*, ressaltando as distintas dimensões em que tais processos de diferenciação/separação ocorrem.

Aqui, é importante sinalizar o modo pelo qual o discurso familiar tornou-se uma importante ferramenta de incorporação ao lugar. São as pessoas que, reconhecidas enquanto pertencentes às linhagens das *famílias de raízes*, possuem vínculos marcados com aquele lugar (elemento que os tornam legítimos portadores dos direitos adquiridos por aquela coletividade) que são também marcados por dinâmicas de temporalidades. Assim, não posso desconsiderar o papel da família nos processos de classificação, hierarquização social e moral dentro daquele grupo.

Ao final, se buscou nesse texto trilhar um caminho que se aproximou de uma escrita que visa problematizar os efeitos que têm sido observados com o reconhecimento de uma *comunidade quilombola*, enfatizando a importância de direcionar o olhar para elementos que, presentes na vida cotidiana do grupo, marcam o modo pelo qual a articulação política e social dos mesmos é elaborada, sinalizando que as ações ali observadas estão situadas e marcadas por influências de projetos individuais e familiares. Além de quebrar com a ideia homogeneizada de uma

comunidade formada por famílias que se relacionam de modo colaborativo e sem desentendimentos.

Embora considere que o reconhecimento quilombola marca uma nova chave de interlocução do grupo com agentes externos, faz-se necessário sinalizar que o modo pelo qual essa articulação se manifesta está relacionado a gramáticas locais, sendo o mesmo incorporado e apropriado pelos atores de modo plural. Chamando a atenção para o papel da agência e da “criatividade social”, mas sem negligenciar os aspectos contextuais e situacionais que também servem de balizadores quando pensamos os processos de interação, tendo as dinâmicas de solidariedade familiar como importante instrumento de mediação.

É por assim considerar, que o foco da análise aqui proposta não esteve necessariamente na construção da identidade étnica, mas nas experiências que me permitiram compreender como esta coletividade se organiza social e politicamente, destacando as redes de relações acionadas pelo grupo na dinâmica cotidiana.

Nestes termos, o percurso que segui com esta pesquisa, visa sinalizar a importância da realização de etnografias que, ao contemplar diferentes níveis da vida social, demonstrem os efeitos e desdobramentos dos processos de reconhecimento da identidade quilombola. Ao final da escrita, tenho clareza das limitações desse estudo e sinalizo a importância da realização de uma pesquisa na Pitombeira que tenha como ênfase de análise os estudos de gênero, algo que não esteve no escopo da proposta aqui apresentada, mas que se fez ressoar tomando como referência a articulação das mulheres naquela *comunidade* observada nos dados coletados em campo. Também é possível destacar outras indagações que ficaram em suspeição diante da necessidade de desdobramentos a partir desta pesquisa, tais como: Como ficam as dinâmicas relacionais com a saída de Gaspar e sua família da Pitombeira e o novo gerenciamento da Associação por parte de Saulo? Quais serão os desdobramentos da demarcação das terras coletivas naquela *comunidade*? Quem são os *de fora* que ficarão e quem serão os que sairão? Como têm sido estabelecidas as redes entre os novos gestores e os agentes de mediação? Como são vividas as experiências de saídas e retomadas na Pitombeira?

Assim, ao buscar contemplar diferentes níveis da vida social das famílias que fazem a Pitombeira, foi possível destacar a complexa e imbricada relação existente entre apropriação territorial, laços de parentesco e construção de padrões de pertencimentos que são marcados por afetividade, moralidade e agenciamento

político; sinalizando assim, questões importantes para pensarmos os elementos envolvidos nos desdobramentos dos processos de reconhecimento da identidade étnica das comunidades quilombolas.

REFERÊNCIAS

A AÇÃO DA AACADE E DA CECNEC. Disponível em: <<http://quilombosdaparaiba.blogspot.com.br/2012/04/acao-da-aacade-e-da-cecneq.html>>. Acesso em 28 nov. 2017.

ALMEIDA, Alfredo V. Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto:** terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PGSCA/UFAM, 2008.

ALMEIDA, Luiz Rivadávia Prestes. **Talhando Um Grupo Étnico:** o processo de recomposição identitária nas comunidades quilombolas de Serra do Talhado. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande/PB.

ALMEIDA, Mauro. "Redescobrimos a Família Rural Brasileira". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: ANPOCS, V. 1, nº1, 1986.

ALMEIDA, Vera Lúcia de. **Quilombo da Pitombeira:** reflexo da resistência de um povo. 2009. 67 f. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Faculdades Integradas de Patos, Patos/PB.

ARAÚJO, Eulália Bezerra. **Grilo:** um exercício antropológico sobre o processo de emergência de uma comunidade quilombola na Paraíba. 2008. Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande/PB.

_____. **Tornando-se Quilombola no Monte São Sebastião (Santa Luzia/PB):** Etnografando as discussões sobre origem e a questão dos direitos no idioma do Parentesco. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande/PB.

_____. **“Lideranças Quilombolas da Paraíba: lutamos, mas queremos vencer!”.** 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB.

ARAÚJO, Eulália Bezerra; BATISTA, Mércia Rejane Rangel. Quilombos na Paraíba: notas sobre a emergência de uma comunidade quilombola. **Ariús, Revista de Ciências Humanas e Artes**, Campina Grande/PB, V.14, nº1/2, p. 61-75, Jan./Dez. 2008.

ARAÚJO, José Jacinto de. **Santa Luzia sua história e sua gente.** João Pessoa 1996.

ARAÚJO, Giana; CARNEIRO, Alan. Efraim de Araújo Moraes. Verbete biográfico atualizado por BEZERRA, Demian. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930.** Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

ARRUTI, José Maurício A. “A Emergência dos ‘Remanescentes’: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas”. **Revista Mana**. Rio de Janeiro, V. 3, nº 2, p. 7-38, Out. 1997.

_____. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2006.

BARNARD, Chester I. **The nature of leadership**. In: **The early sociology of management and organizations**. London and New York: Routledge. 2003 [1948].

BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.) **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo. Editora UNESP. 2010 [1969], p. 171-204.

BARTH, Fredrik. Processos étnicos na fronteira entre os Pathan e os Baluchi. In: LASK, Tomke (Org.) **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Trad. J. Cunha Comerford. Rio de Janeiro. Contra Capa Livraria. 2000 [1969]. p. 95-106.

BAYLEY, Frederick G. A Political System. In: **Stratagems and Spoils: a social anthropology of politics**. Oxford. Basil Blackwell. 1970. p. 01-18.

_____. Gifts and poison: the politics of reputation. In: BAYLEY, F. G. **Gifts and poison**. Oxford. Basil Blackwell. 1971. p. 01-25.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988): texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 45/2004 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. **Senado Federal**, Brasília, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.

BIRABEN, Natalia C. Los brokers del desarrollo en comunidades indígenas del noroeste argentino: ¿promotores rurales, técnicos estatales y/o miembros de ONG'S? **Revista Campos**, Paraná, V. 14, nº 1/2, p. 175-193, 2013.

BECKER, Howard S. Outsiders. In: **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Trad. Maria Luiza X. Borges. Rio de Janeiro: Zahar. 2008 [1991]. p. 15-30.

BIZERRIL, José. O vínculo etnográfico: intersubjetividade e co-autoria na pesquisa qualitativa. **Universitas Ciências da Saúde**, Brasília, V. 2, nº 2, Jul./Dez. 2004.

BOISSEVAIN, Jeremy. Apresentando “Amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.) **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo. Editora UNESP, 2010 [1974]. p. 205-233.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOTT, Elizabeth. **Família e Rede Social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976 [1971].

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. O capital social – notas provisórias. In: **Escritos de Educação**. NOGUEIRA, Maria A.; CATANI, Afrânio (Orgs.). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008 [1980], p. 65-69.

_____. O Sentimento da Honra na Sociedade Cabília. In: PERISTIANY, J.G. **Honra e Vergonha**: valores das sociedades mediterrânicas. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1998 [1965].

_____. **O Senso Prático**. Trad. de Maria Fernanda. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009 [1980].

CALDEIRA, Teresa P. do R. A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, V. 2, nº 21, p. 133-157, Jul. 1988.

CARNEIRO, Maria J. T. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 1998.

CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. **Talhado**: um estudo de organização social e política. 1975. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

CLIFFORD, James; MARCUS, George E. **Retóricas de la Antropologia**. Madri: Ediciones Júcar, 1991 [1986].

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta**: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

_____. **Como uma família**: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

COMUNIDADES QUILOMBOLAS FESTEJAM O DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA. Disponível em: <<http://quilombosdaparaiba.blogspot.com.br/2017/11/comunidades-quilombolas-festejam-o-dia.html>>. Acesso em 10 fev. 2018.

CORREIA DE ANDRADE, Manuel. **A questão do território no Brasil**. São Paulo/Recife: Hucitec / Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas, 1995.

DÓRIA, Carlos Alberto. A Tradição Honrada: a honra como tema de cultura e na sociedade ibero-americana. **Cadernos Pagu**, Campinas. nº 2. p. 47-111. 1994.

ELEIÇÕES 2016. Disponível em: <<https://www.eleicoes2016.com.br/candidatos-prefeito-varzea-pb/>>. Acesso em 09 dez. 2017.

ELIAS, Nobert. **O processo Civilizador**, vol. 2: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.

_____. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000 [1994].

FONSECA, Claudia. "Amor e família: vacas sagradas de nossa época". In: RIBEIRO, Ivete; RIBEIRO, Ana Clara Torres (Orgs.). **Família em processos contemporâneos**: inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo. Loyola. 1995. p. 69-89.

_____. Apresentação - de família, reprodução e parentesco: algumas considerações. **Cadernos Pagu**, nº 29, pp. 9-35, 2007.

GALLIZA, Diana Soares. **O Declínio da Escravidão na Paraíba 1850-1888**. João Pessoa: Editora Universitário UFPB, 1979.

GARCIA Jr., Afrânio. **Terra de trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia Moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.) **A antropologia das sociedades contemporâneas**: métodos. São Paulo. Editora UNESP. 2010 [1958]. p. 237-364.

GROSSI, Miriam. Na busca do "outro" encontra-se a "si mesmo". In: **Trabalho de campo e subjetividade**. Florianópolis. UFSC. 1992. p. 7-18.

GRÜNEWALD, Rodrigo de A. **Os quilombolas de Pitombeira**. [Relatório Antropológico]. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA – SR 18 / PB). João Pessoa, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013 [1950].

INCRA – ANDAMENTOS DOS PROCESSOS: QUADRO GERAL. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-andamentoprocessos-quilombolas_quadrogeral.pdf>. Acesso em 09 dez. 2017.

JOFFILY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília: Thesaurus Editora, 1892.

KOURY, Mauro G. Pinheiro; BARBOSA, Raoni B. Sob os olhos da vizinhança: uma etnografia das formas de controle e administração das tensões em um bairro popular. **Revista de Antropologia e Sociologia**, V. 1, nº 2, p. 15-32, Jul. 2016.

LACERDA, Eugênio P. Trabalho de campo e relativismo: a alteridade como crítica da antropologia. **Revista Online quatrocantos.com**, Abr./Mai. 2001.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Trad. André Villalobos. Rio de Janeiro: Record, 1993 [1987].

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Trad. Cynthia M. de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 [1985].

LEVI-STRAUSS, Claude "A família" In: LEVI-STRAUSS, Claude.(et. alli.). **A família**: origem e evolução, Porto Alegre, Vila Martha, Col Rosa dos Ventos, V. 1, 1980.

LIMA, Grazielle C. Dainese de. **Chegar ao Cerrado Mineiro**: hospitalidade, política e paixões. 2011. 326f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MAIA, Deise. Rumos da antropologia no mundo contemporâneo: tendências metodológicas e teóricas. **Revista Mediações**, Londrina, V. 5, nº 2, p. 125-151, Jul./Dez. 2000.

MALIGHETTI, Roberto. Etnografia e trabalho de campo: autor, autoridade e autorização de discurso. **Caderno Pós Ciências Sociais**, São Luiz, V.1, nº 1, p. 109-122, 2004.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. Trad. Anton P. Carr e Lígia A. C. Mendonça. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, (Os Pensadores), 1978.

MAPAS 2017. Disponível em: <<http://quilombosdaparaiba.blogspot.com.br/p/mapas.html>>. Acesso em 10 dez. 2017.

MARQUES, Ana Claudia. **Intrigas e questões**: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2002.

MEDEIROS, Sonia Martins de. **Memórias dos Meios de Comunicação em Santa Luzia**: das estradas à internet. 2007. Monografia de Conclusão de Curso (Especialização em Assessoria de Comunicação) – Programa de Pós-graduação Lato Sensu no Curso de Especialização em Assessoria de Comunicação. Faculdades Integradas de Patos, Patos/PB.

MICRORREGIÕES. Disponível em: < <http://ideme.pb.gov.br/servicos/mapas-tematicos/microrregioes-1.pdf/view>>. Acesso em 10 fev. 2018.

MOBRAL. **Livro do Município de Santa Luzia**. João Pessoa: UNIGRAF, 1984. (Coleção Livros do P Municípios, - 001).

MONTERO, Paula; ARRUTI, José Maurício A.; POMPA, Cristina. Para uma antropologia do político. In: A. G. Lavallo (Org.) **O Horizonte da Política**: questões emergentes e agenda de pesquisa. São Paulo: Unesp. 2012. p. 1-42.

MOORE Jr., Barrington. **Injustiça**: as bases sociais da obediência e da revolta. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MOREIRA, Emilia de R. F. **Mesorregiões e Microrregiões da Paraíba**: delimitação e caracterização. João Pessoa: GAPLAN, 1989.

_____. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. **Revista Nera**. Presidente Prudente, Ano 10, nº 10, p. 72-93, Jan./Jun. 2007.

MOTA, Fabio Reis. Regimes de envolvimento e formas de reconhecimento no Brasil e na França. **Revista Antropolítica**. Niterói, nº 32, p.129-147, 1 sem. de 2012.

MURA, Fábio; SILVA, Alexandra B. da Silva. Organização doméstica, tradição de conhecimento e jogos identitários: algumas reflexões sobre os povos ditos tradicionais. **Revista Raízes**. V. 33, nº 1, p. 96-117, Jan./Jun. 2011.

NÓBREGA, Joselito E.; SILVA, Bernadete M. da S. & SILVA, Antônia. C. “A Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos em Santa Luzia – PB: uma marca cultural da Comunidade de Pitombeira”. In: **Anais do Seminário Nacional de Estudos de História e Cultura Afrobrasileiras**. Campina Grande: EDUEPB, 2007.

NOEL, Gabriel D. Dos códigos aos repertórios: alguns atavismos persistentes acerca da cultura e uma proposta de reformulação. In: WERNECK, Alexandre; OLIVEIRA, Luíz R. Cardoso de. (Orgs.) **Pensando bem: estudos de sociologia e antropologia da moral**. Rio de Janeiro. Casa da Palavra. 2014. p. 117-130.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-São Paulo**. São Paulo/SP, nº 10, 1993 [1984].

OLIVEIRA, João Pacheco de. Pluralizando tradições etnográficas: sobre um certo mal-estar na Antropologia. **Cadernos do LEME**, Campina Grande, V. 1, nº 1, p. 2-27, 2009.

OLIVEIRA, Nemuel da S.; MAIO, Marcos C. Estudos de Comunidade e ciências sociais no Brasil. **Revista Sociedade e Estado**, V. 26, nº 3, p. 521-550, Set./Dez. 2011.

OLIVEIRA, Pedro P. de. Aspectos sociológicos da fofoca. In: WERNECK, Alexandre; OLIVEIRA, Luíz R. Cardoso de. (Orgs.) **Pensando bem: estudos de sociologia e antropologia da moral**. Rio de Janeiro. Casa da Palavra. 2014. p. 251-276.

OLIVEIRA, Luís Roberto Cardoso de. Existe violência sem agressão moral? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V. 23, nº 67, p. 135-146, Jun. 2008.

ORTNER, Sherry B. Uma atualização da teoria da prática. In: GROSSI, Miriam Pillar; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter Henry (Orgs). **Conferências e diálogos: saberes e práticas antropológicas**. Blumenau: Nova Letra. 2007. p. 18-44.

PALMEIRA, Moacir; HEREDIA, Beatriz. Os comícios e a política de facções. **Anuário Antropológico**, 94. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995, p. 31-93.

_____. **Política Ambígua**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, UFRJ: Núcleo de Antropologia da Política, 2010.

PAOLIELLO, Renata Medeiros, Remanescentes de quilombos: redes sociais e processos políticos. **Perspectivas**, São Paulo, v. 32, p. 127-159, Jun./Dez. 2007.

PEDIDO DE VISTA SUSPENDE JULGAMENTO DE ADI SOBRE RECONHECIMENTO DE TERRAS QUILOMBOLAS. Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=361471&caixaBusca=N>>. Acesso em 10 dez. 2017.

PERISTIANY, J.G. Introdução. In: **Honra e Vergonha**: valores das sociedades mediterrânicas. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1998 [1965].

PITT-RIVERS, Julian. Honra e posição social. In: PERISTIANY, J.G. **Honra e Vergonha**: valores das sociedades mediterrânicas. 2 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1998 [1965].

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA. **O Município de Santa Luzia e sua Evolução** (anotações feitas na atual administração, abril - 1939). João Pessoa: Imprensa Oficial, 1939.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. V. 2, nº 3, p. 3-15, 1989 [1989].

QUADRO GERAL DE COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS (CRQs). Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/file/2017/10/quadro-geral-10-2017.pdf>>. Acesso em 09 dez. 2017.

RAÍZES HISTÓRICAS DO PROPAC. Disponível em: <<http://www.asdppb.org/p/propac.html>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Vila Real**. Espanha: Alfaguara, 2012.

SANTOS, José Vandilo dos. **Negros do Talhado**: estudo sobre a identidade étnica de uma comunidade rural. 1998. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande/PB.

SARTI, Cynthia Andersen. Contribuições da Antropologia para o Estudo da Família. **Psicologia USP**, São Paulo, V.3, nº 1/ 2, p. 69-76, 1992.

_____. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1996.

SCOTT, Russell P. Monoparentalidade, analfabetismo e políticas de gênero e geração. In: **Famílias brasileiras**: poderes, desigualdades e solidariedades. Recife: Ed. Universitária da UFPE. 2011. p. 207-235.

SIMMEL, Georg. Sociologia, In: FILHO, Evaristo de Moraes (Org.). Tradução de Carlos Alberto Pavanelli ... et. al. São Paulo. Ática. 1983.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

SOUZA, Jordânia de A. **A construção da identidade quilombola no bairro São José** – Santa Luzia/PB. 2008 Monografia de Conclusão de Curso (Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande/PB.

_____. **Etnografando a Pitombeira (Várzea/PB)** – Disputas e divergências entre origens e direitos a [uma] identidade quilombola. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande/PB.

SOUZA, Jordânia de A.; BATISTA, Mércia R. R. A festa do rosário vivida e mantida pelos negros da Pitombeira. In: GODOI, Emilia P. de; MENEZES, Marilda A. (Org.) **Uma terra para se viver: assentados, colonos e quilombolas**. São Paulo: Annablume. Brasília: CNPq. 2013. p. 161-188.

STF GARANTE POSSE DE TERRAS ÀS COMUNIDADES QUILOMBOLAS.

Disponível em:

<<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=369187>>.

Acesso em: 19 fev. 2018.

STOLKE, Verena. O enigma das interseções: classe, “raça”, sexo, sexualidade. A formação dos impérios transatlânticos do século XVI ao XIX. **Revista estudos Feministas**. V. 14, nº 1, p. 15-42, Jan./Abr. 2006.

TAYLOR, Charles. **The Ethics of Authenticity**. Cambridge: Harvard University Press, 1991.

_____. The politics of recognition. In: GUTMANN, Amy (Org.). **Multiculturalism and the politics of recognition**. New Jersey: Princeton University Press, pp. 25-73. 1994.

WERNECK, Alexandre. **A desculpa: as circunstâncias e a moral das relações sociais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. Sociologia da moral, agência social e criatividade. In: WERNECK, A.; OLIVEIRA, L. R. C. de. (Orgs.) **Pensando bem: estudos de sociologia e antropologia da moral**. Rio de Janeiro. Casa da Palavra. 2014. p. 21-43.

WERNECK, A.; OLIVEIRA, Luís R. Cardoso de. Apresentação: Pensar (o) bem. In: WERNECK, A.; OLIVEIRA, L. R. C. de. (Orgs.) **Pensando bem: estudos de sociologia e antropologia da moral**. Rio de Janeiro. Casa da Palavra. 2014. p. 7-18.

WIKAN, Unni. **Em honra de Fadime: assassinato e humilhação**. Tradução de Beth Honorato. São Paulo: Editora Unifesp, 2010.

WOORTMANN, Klaas. “A Antropologia brasileira e os estudos de comunidade”. **Universitas**, Bahia, V. 0, nº 11, 1972.

_____. “Com parente não se negueia”. O campesinato como Ordem Moral. **Anuário Antropológico/87**, Brasília: Editora UNB, 1990, p. 11-73.

_____. Reconsiderando o parentesco. **Anuário Antropológico/76**, Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, 1977, p. 149-186.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste**. São Paulo: Hucitec. 1995.

WOORTMANN, Klaas; WOORTMANN, Ellen F. Monoparentalidade e chefia feminina conceitos, contextos e circunstâncias. In: **Pré-Evento Mulheres Chefes de Família: crescimento, diversidade e políticas**, Ouro Preto: CNPD, FNUAP e ABEP. 2002.



ANEXOS

ANEXO A – Letras de músicas

Letra da música - Nossa Cor Leó Santana

Falam de mim, falam de você,
 Falam de nós, falam da nossa cor
 Ainda nos tempos de hoje
 Existem gente sem amor
 Barack Obama é negro!
 Léo Santana é negro!
 Nelson Mandela é negro!
 É negro! É negro!
 Thiaguinho é negro!
 Gilberto Gil é negro!
 Anderson Silva é negro!
 É negro! É negro!
 E se você não é negro,
 Se junte a nós que não tem preconceito.
 Aqui só tem negão! Aqui só tem negão!
 De favelas, becos e vielas
 Quem é do gueto grita hey!
 Quem é favela grita hey hey!
 Quem é do gueto grita hey! Hey! hey! hey! hey!
 Quem é favela grita hey!
 Quem é do gueto grita hey! Hey!
 Quem é negro grita hey! Hey! hey! hey! hey!
 E se você não é negro
 Se junte a nós que não tem preconceito.
 Aqui só tem negão! Aqui só tem negão!
 De favelas, becos e vielas
 Falam de mim, falam de você
 Falam de nós, falam da nossa cor
 Ainda nos tempos de hoje
 Existem gente sem amor
 Barack Obama é negro!
 Léo Santana é negro!
 Ronaldinho Gaucho é negro!
 É negro! É negro!
 Carlinho Brown é negro!
 Ivete Sangalo é negra!
 Claudinha Leite é negra!
 Daniela Mercury.
 E se você não é negro
 Se junte a nós que não tem preconceito.
 Aqui só tem negão! Aqui só tem negão!
 De favelas, becos e vielas
 Quem é do gueto grita hey!
 Quem é favela grita hey hey!
 Quem é do gueto grita hey! Hey! hey! hey! hey!

Quem é branco grita hey!
 Quem é negro grita hey! Hey!
 Quem é favela grita hey! Hey! hey! hey! hey!
 Aqui só tem negão! Aqui só tem negão!
 De favelas, becos e vielas
 Aqui só tem negão!

Letra da música - Disparada
Geraldo Vandré e Theó de Barros

Prepare o seu coração pras coisas que eu vou contar
 Eu venho lá do sertão, eu venho lá do sertão
 Eu venho lá do sertão e posso não lhe agradar
 Aprendi a dizer não, ver a morte sem chorar
 E a morte, o destino, tudo, a morte e o destino, tudo / Estava fora do lugar, eu vivo pra consertar
 Na boiada já fui boi, mas um dia me montei
 Não por um motivo meu, ou de quem comigo houvesse
 Que qualquer querer tivesse, porém por necessidade
 Do dono de uma boiada cujo vaqueiro morreu
 Boiadeiro muito tempo, laço firme e braço forte
 Muito gado, muita gente, pela vida segurei
 Seguia como num sonho, e boiadeiro era um rei
 Mas o mundo foi rodando nas patas do meu cavalo
 E nos sonhos que fui sonhando, as visões se clareando
 As visões se clareando, até que um dia acordei
 Então não pude seguir valente em lugar tenente
 E dono de gado e gente, porque gado a gente marca
 Tange, ferra, engorda e mata, mas com gente é diferente
 Se você não concordar, não posso me desculpar
 Não canto pra enganar, vou pegar minha viola
 Vou deixar você de lado, vou cantar noutro lugar
 Na boiada já fui boi, boiadeiro já fui rei
 Não por mim nem por ninguém, que junto comigo houvesse
 Que quisesse ou que pudesse, por qualquer coisa de seu
 Por qualquer coisa de seu querer ir mais longe do que eu
 Mas o mundo foi rodando nas patas do meu cavalo
 Já que um dia montei agora sou cavaleiro
 Laço firme e braço forte num reino que não tem rei.

Letra da Música - O poder do pretinho
Thiaguinho

Tá decidido desse jeito eu não aguento mais
 Todo dia pisa na bola tu já tá demais
 Difícil é sentir o cheiro desse nego
 Quando chego perto minha boca pede beijo.
 Eu te avisei não sei porque não quis acreditar
 Quem prova desse brigadeiro quer se lambuzar

Eu juro vou tentar ficar no sapatinho
 Mas o que posso fazer se é o poder do pretinho
 Eu te avisei
 Eu não sei se é o sorriso
 Eu não sei se é a boca
 Eu só sei que eu preciso, já tô ficando louca
 Só te faço um pedido amor
 Tenha mais paciência
 Todo dia eu não posso
 mas de vez em quando eu te dou assistência
 Vem cá cê tá pensando o que
 É bom você me respeitar que eu sou de família
 Se não me dar atenção o coro vai comer
 Vem cá cê tá pensando o que
 Cê acha que você me engana com essa sua briga
 Pra você se acalmar já sei o que fazer
 Ai ai ai ai ai ai ai ai
 É bom você me respeitar que eu sou de famílias
 Se não me dar atenção o coro vai comer
 Ai ai ai ai ai ai ai ai
 Cê acha que você me engana com essa sua briga
 Pra você se acalmar já sei o que fazer.

Letra da música - Zumbi [de Jorge Ben Jor]
Ellen Oléria

Angola, Congo, Benguela
 Monjolo, Cabinda, Mina
 Quiloa, Rebolo
 Aqui onde estão os homens
 Há um grande leilão
 Dizem que nele há uma princesa à venda
 Que veio junto com seus súditos
 Acorrentados num carro de boi
 Eu quero ver
 Eu quero ver
 Eu quero ver
 Angola, Congo, Benguela
 Monjolo, Cabinda, Mina
 Quiloa, Rebolo
 Aqui onde estão os homens
 De um lado cana de açúcar
 Do outro lado, cafezal
 Ao centro, senhores sentados
 Vendo a colheita do algodão branco, branco, branco
 Sendo colhidos por mãos negras
 Eu quero ver
 Eu quero ver
 Eu quero ver
 Quando Zumbi chegar

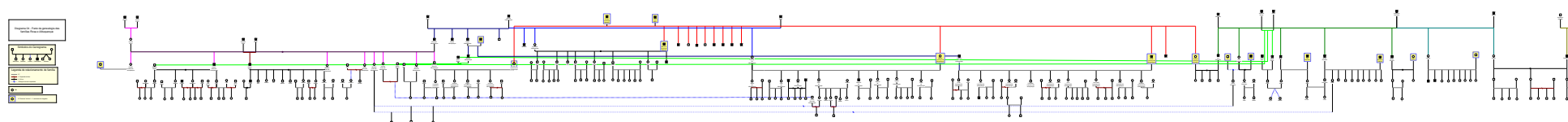
O que vai acontecer
 Zumbi é senhor das guerras
 É senhor das demandas
 Quando Zumbi chega
 É Zumbi é quem manda
 Eu quero ver
 Eu quero ver
 Eu quero ver
 Angola, Congo, Cabinda, Monjolo e
 Quiloa, Quiloa, Rebolo
 Eu quero ver
 Eu quero ver
 Eu quero ver Angola
 Zumbi.

Letra da música - Sorriso Negro
Fundo de Quintal

Um sorriso negro
 Um abraço negro
 Traz felicidade
 Negro sem emprego
 Fica sem sossego
 Negro é a raiz de liberdade
 Um sorriso negro
 Um abraço negro
 Traz felicidade
 Negro sem emprego
 Fica sem sossego
 Negro é a raiz de liberdade
 Negro é uma cor de respeito
 Negro é inspiração
 Negro é silêncio é luto
 Negro é a solidão
 Negro que já foi escravo
 Negro é a voz da verdade
 Negro é destino é amor
 Negro também é saudade
 Um sorriso negro
 Um abraço negro
 Traz felicidade
 Negro sem emprego
 Fica sem sossego
 Negro é a raiz de liberdade
 Um sorriso negro
 Um abraço negro
 Traz felicidade
 Negro sem emprego
 Fica sem sossego
 Negro é a raiz de liberdade.

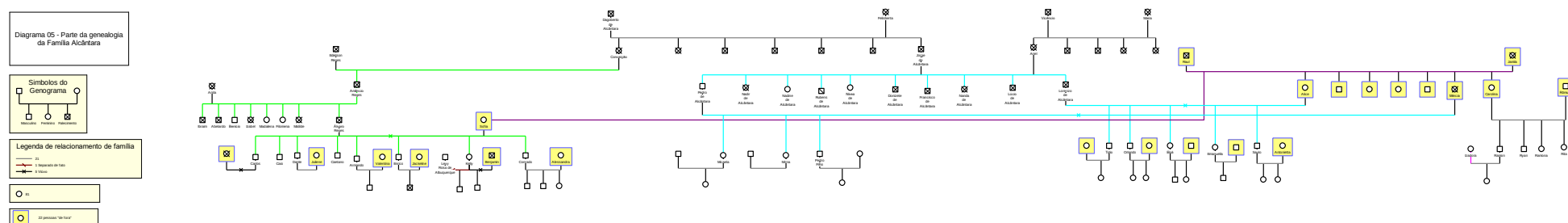
ANEXO B - DIAGRAMAS

Diagrama 04 – Parte da genealogia da Família Rosa e Albuquerque



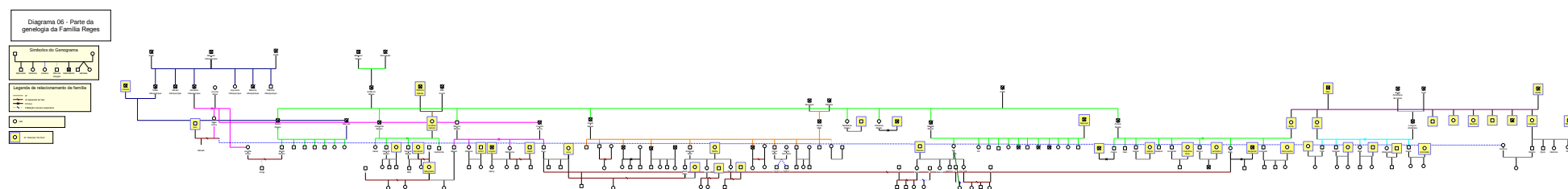
* Imagem ilustrativa. Ver diagrama na versão impressa.

Diagrama 05 – Parte da genealogia da Família Alcântara



* Imagem ilustrativa. Ver diagrama na versão impressa.

Diagrama 06 – Parte da genealogia da Família Reges



* Imagem ilustrativa. Ver diagrama na versão impressa.

Diagrama 07 – Parte da genealogia da Família Germano

